



Caderno Virtual
de Turismo

ISSN 1677-6976



Editorial

Turismo de base comunitária em foco

Entrevista

O turismo cultural e gastronômico e o fortalecimento da identidade e competitividade dos destinos: entrevista Jordi Tresserras

Galeria de fotos

Ostras Depuradas de Alagoas: Turismo e Inserção Produtiva em busca do desenvolvimento local para comunidades tradicionais

Artigos Originais

Turismo de base comunitária com foco em gênero: estudo de caso na Comunidade Morro Santo Antônio, Município de Itabira-MG

Turismo Comunitário: possibilidade de adaptação diante das mudanças ambientais e climáticas

Turismo de Base Comunitária no Antigo Quilombo Cabula

Patrimônio Cultural Naval e Proposta de Roteiros Turísticos para as Embarcações Tototós pelo estuário do Rio Sergipe

Integração comunitária: Red Tusoco como um modelo de gestão participativa na organização do turismo local

Turismo de Base Comunitária: análise quanto às interferências do turismo de pesca no Baixo Rio Branco, Roraima, Brasil

Conflitos e possibilidades para um desenvolvimento do turismo de base comunitária na Vila de Barra do Una em Peruíbe (SP)

Tecnologias da Informação e Comunicação na promoção de empreendimentos locais nas comunidades tradicionais caiçaras de Ilhabela (SP)

As representações sociais sobre turismo em comunidades do Rio Negro (Iranduba-AM)

Articulação em redes como um processo de construção de significado para o fortalecimento do turismo de base comunitária

Estado e Terceiro Setor na produção do espaço para o turismo de base comunitária na Amazônia paraense: o caso da Comunidade Ribeirinha Anã no município de Santarém-PA

Turismo de base comunitária na Região da Costa Verde (Rio de Janeiro): refletindo sobre um turismo que se tem e um turismo que se quer

Empresarização do turismo de base comunitária

A participação da comunidade no Turismo de Base Comunitária: um estudo de múltiplos casos

Inserção das iniciativas de base comunitária no desenvolvimento do turismo em parques nacionais



ISSN 1677 6976 | www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno

CADERNO VIRTUAL DE TURISMO

Editor chefe:

Roberto Bartholo | Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Editores científicos:

Ivan Bursztyn | Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Aguinaldo Cesar Fratucci | Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil

Luis Tadeu Assad | Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS), Brasília, DF, Brasil

Editora executiva:

Fernanda Tavares Barcelos | Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Assessoria de comunicação Científica:

Juliana Gonçalves Reis | Estúdio científico editorial, Brasil

Produção editorial:

Flávio Silva Ramos | Editora IABS, Brasília, DF, Brasil

Revisão e normatização:

Stela Máris Zica | Editora IABS, Brasília, DF, Brasil

Diagramação:

Rodrigo Torres | Toro Criativo, Brasília, DF, Brasil

Conteudistas:

Isabela Rosa Sette | Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS), Maceió, AL, Brasil

Jannyne Lima de Meira Barbosa | Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS), Maceió, AL, Brasil

Marcela Pimenta Campos Coutinho | Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS), Maceió, AL, Brasil

Mauro Knupfer Coutinho | Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS), Maceió, AL, Brasil

Caderno Virtual de Turismo – Universidade Federal do Rio de Janeiro , v. 16, n. 2, ago. 2016. – Rio de Janeiro-RJ.

Quadrimestral - ISSN 1677-6976

CDU 005

304



Conselho editorial:

Arminda Campos | Universidade Estadual Paulista (UNESP), Guaratinguetá, SP, Brasil
Carla Martins Cipolla | Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Davis Gruber Sansolo | Universidade Estadual Paulista (UNESP), São Vicente, SP, Brasil
Giovanni de Farias Seabra | Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB, Brasil
Guilherme Lohmann | Southern Cross University (SCU), Gold Coast, Austrália
José Manoel Gonçalves Gandara | Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil
Ladislau Dowbor | Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, SP, Brasil
Lionello F. Punzo | Università degli Studi di Siena (UNISI), Siena, Itália
Marco Garrido Cumbreira | Universidad de Sevilla (US), Sevilha, Espanha
Marta de Azevedo Irving | Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Marutschka Martini Moesch | Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil
Maurício César Delamaro | Universidade Estadual Paulista (UNESP), Guaratinguetá, SP, Brasil
Mirian Rejowski | Universidade Anhembi Morumbi (UAM), São Paulo, SP, Brasil
Mugendi K. M'Rithaa | Cape Peninsula University of Technology (CPUT) Cape Town, África do Sul
Raúl Valdez | Universidad de las Américas Puebla (UDLAP), San Andrés Cholula, Puebla, México
Rita de Cássia Ariza da Cruz | Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil
Rodrigo de Azeredo Grünwald | Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, PB, Brasil
Susana Gastal | Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul, RS, Brasil



Autores que publicam nesta revista concordam com os seguintes termos:

Autores mantêm os direitos autorais e concedem à revista o direito de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Creative Commons Attribution License (<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/>), permitindo o compartilhamento do trabalho com reconhecimento da autoria do trabalho e publicação inicial nesta revista.

Autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não-exclusiva da versão do trabalho publicada nesta revista (ex.: publicar em repositório institucional ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial nesta revista.

Autores têm permissão e são estimulados a publicar e distribuir seu trabalho online (ex.: em repositórios institucionais ou na sua página pessoal), já que isso pode gerar alterações produtivas, bem como aumentar o impacto e a citação do trabalho publicado. Porém deve-se observar que uma vez aprovado pelos avaliadores, o manuscrito não poderá sofrer mais alterações. Caso o autor deseje fazê-lo, deverá reiniciar o processo de submissão.

Editorial

- Turismo de base comunitária em foco 6
Roberto Bartholo, Ivan Bursztyn, Aguinaldo Cesar Fratucci e Luis Tadeu Assad - <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1344>

Entrevista

- O turismo cultural e gastronômico e o fortalecimento da identidade e competitividade dos destinos: entrevista Jordi Tresserras 9
Jannyne Lima de Meira Barbosa - <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1346>

Galeria de fotos

- Ostras Depuradas de Alagoas: Turismo e inserção produtiva em busca do desenvolvimento local para comunidades tradicionais 15
Marcela Pimenta Campos Coutinho e Isabela Rosa Sette - <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1345>

Artigos Originais

- Turismo de base comunitária com foco em gênero: estudo de caso na comunidade Morro Santo Antônio, município de Itabira-MG 34
Marina Araújo - <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1091>

- Turismo comunitário: possibilidade de adaptação diante das mudanças ambientais e climáticas 62
Isabel Jurema Grimm e Carlos Alberto Cioce Sampaio - <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1143>

- Turismo de base comunitária no antigo Quilombo Cabula 79
Francisca de Paula Santos da Silva, Alfredo Eurico Rodrigues Matta e Natália Silva Coimbra de Sá - <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1149>

- Patrimônio cultural naval e proposta de roteiros turísticos para as embarcações tototós pelo estuário do Rio Sergipe 93
Gabriela Nicolau dos Santos, Ivan Rêgo Aragão e Acacia Maria Barros Souza - <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1152>

- Integração comunitária: Red Tusoco como um modelo de gestão participativa na organização do turismo local 111
Mary Ângela Nardelli, Thaisa Emanuelli Vianna (In memoriam) e Letícia Bartoszeck Nitsche - <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1155>

- Turismo de base comunitária: análise quanto às interferências do turismo de pesca no baixo Rio Branco, Roraima, Brasil 126
Luciana de Souza Vitória e Sílvio Luiz Gonçalves Vianna - <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1164>

- Conflitos e possibilidades para um desenvolvimento do turismo de base comunitária na Vila de Barra do Una em Peruíbe (SP) 150
Paulo Tácio Aires Ferreira e Sidnei Raimundo - <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1167>

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO





Turismo de base comunitária em foco

Community-based tourism in focus

Turismo comunitario en el foco

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1344>

Roberto Bartholo < bartholo@pep.ufrj.br >

Editor chefe do Caderno Virtual de Turismo. Professor do Programa de Engenharia de Produção da COPPE da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Ivan Bursztyn < ivan@gastronomia.ufrj.br >

Editor científico do Caderno Virtual de Turismo. Professor do curso de gastronomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Aguinaldo Cesar Fratucci < acfratucci@gmail.com >

Editor científico do Caderno Virtual de Turismo. Professor do Programa de pós-graduação em Turismo da Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

Luis Tadeu Assad < assadmar@iabs.org.br >

Editor científico do Caderno Virtual de Turismo. Diretor presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS), Brasília, DF, Brasil.

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; FRATUCCI, A.C.; ASSAD, L.T. Turismo de base comunitária em foco. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p.6-8, ago. 2016.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



O turismo de base comunitária (TBC) vem se consolidando no Brasil como um modo de organização da atividade turística na escala local que busca promover o protagonismo das populações situacionalmente afetadas pelo desenvolvimento do turismo em seus territórios. Concretiza-se por meio de projetos e iniciativas sociais locais que podem tomar formas muito díspares entre si, mas que têm como base princípios e valores pautados pela economia solidária, respeito à questão ambiental e justiça social.

O Caderno Virtual de Turismo (CVT), desde sua criação em 2001, se estabeleceu como um importante veículo de promoção de debates acadêmicos a cerca do TBC. Muitos artigos, resultados de pesquisas teóricas e empíricas, sobre o tema já foram publicados e contribuíram para a formação de massa crítica e, conseqüentemente, subsidiaram o amadurecimento da temática no meio científico, bem como a formulação de políticas públicas. Reflexo disso foi a inserção do TBC na pauta do Ministério do Turismo (MTur) em meados dos anos 2000, quando os editores do CVT foram convidados a organizar a publicação “Turismo de base comunitária no Brasil: diversidade de olhares e experiências brasileiras”¹, como uma das atividades da agenda de reconhecimento da importância do TBC para o turismo nacional.

Outra ação no mesmo sentido foi o lançamento do edital 01/2008 pelo MTur voltado para o fomento a iniciativas de TBC no Brasil. A receptividade do edital junto às comunidades foi tamanha que cerca de 500 projetos foram submetidos a avaliação, demonstrando uma grande demanda reprimida por esse tipo de apoio. Nos anos que se seguiram, o MTur fez com que o TBC estivesse presente nos principais eventos de turismo do país, como o Salão do Turismo de São Paulo e o Festival das Cataratas, por meio de um stand dedicado exclusivamente às iniciativas de TBC apoiadas pelo MTur.

No entanto, após esse momento inicial de grande exposição, o TBC perdeu espaço na pasta e voltou a ocupar lugar marginal nas pautas oficiais do turismo nacional. A falta de continuidade do apoio institucional e financeiro teve como reflexo imediato a desarticulação de muitas das iniciativas locais e das redes que vinham se formando ou se fortalecendo a partir do movimento impulsionado pelo governo federal. A Rede TURISOL (Rede Brasileira de Turismo Comunitário e Solidário), por exemplo, com a falta de apoio não conseguiu implementar a maior parte das ações estratégicas que foram projetadas por seus associados em seu primeiro Encontro Nacional, realizado em Ilhéus (BA) em 2010.

Nos anos que se seguiram, as constantes mudanças no Ministério do Turismo aliada a desarticulação das principais lideranças do TBC em âmbito nacional impediram que o movimento avançasse no sentido de consolidar os projetos e as iniciativas locais em reais opções de férias e lazer para os interessados em visitá-las. Inúmeros desafios foram apontados para os insucessos, tais como: acesso ao mercado e processos de comercialização adequados a realidade das iniciativas; processos de governança e gestão do território e seus recursos; qualificação dos serviços, dentre outros.

Mesmo com as dificuldades apontadas, o TBC continuou seguindo seu caminho. Muitas novas experiências surgiram nos últimos anos e novos atores sociais se juntaram ao processo. No sentido de dar um novo impulso ao TBC, o Projeto Bagagem, como uma nova gestão, reassumiu a coordenação da Rede TURISOL e promoveu, em agosto de 2015 em Brasília, o II Encontro Nacional da Rede. O encontro nacional foi precedido de encontros regionais de modo a construir a retomada da mobilização social dos atores envolvidos com o TBC nas diversas realidades brasileiras.

O II Encontro da TURISOL reuniu 35 representantes de comunidades espalhadas por todo o Brasil; 25 representantes de 17 Organizações Não Governamentais atuantes no TBC; 15 representantes de 13 agên-

¹ Lançada em 2009, a publicação foi apoiada pelo Ministério do Turismo e contou com o financiamento da Fundação Banco do Brasil. O livro completo pode ser baixado no endereço: <http://www.ivt-rj.net/ivt/pagina.aspx?id=286>

cias e operadoras de turismo que comercializam ou tem interesse em comercializar as propostas de viagem de TBC; 27 representantes de governos, autarquias e do sistema S; 47 docentes e pesquisadores de 16 instituições de ensino de todo o país, além de consultores, ativistas, voluntários e simpatizantes. O evento promoveu a retomada da articulação entre os atores que durante as palestras, workshops, dinâmicas de grupo e rodas de conversa puderam trocar experiências e propor uma nova agenda para o TBC no Brasil.

Durante o evento também houve espaço para a apresentação de trabalhos acadêmicos relacionados à temática. As pesquisas apresentadas revelaram inúmeros propostas metodológicas, reflexões teóricas, bem como pesquisas empíricas e nos inspiraram a organizar esta edição temática do periódico. Ao final do II Encontro da TURISOL anunciamos uma chamada pública de trabalhos para compor esta edição. Recebemos mais de 40 manuscritos de todas as regiões do país. Todos passaram pelo sistema de duplo parecer cego e para esta edição foram selecionados inicialmente 15 artigos. Em função da repetição de autores e afiliação institucional, alguns artigos selecionados não puderam compor esta edição, mas serão publicados nas próximas edições do periódico.

Esperamos que nossos leitores, pesquisadores, professores e alunos interessados na área de turismo contribuam para a difusão e para a construção do conhecimento relacionado ao TBC. Agradecemos a todos os autores que submeteram seus trabalhos e aos pareceristas que se disponibilizaram a avaliar os manuscritos. Agradecemos ainda aos parceiros da Rede TURISOL pela confiança na parceria e pelo apoio na divulgação da chamada pública. Obrigado a todos e boa leitura!

O turismo cultural e gastronômico para o fortalecimento da identidade e competitividade dos destinos

Entrevista Jordi Tresserras^a

The cultural and gastronomic tourism for strengthening the identity and competitiveness of destinations: Interview with Jordi Tresserras

El turismo cultural y gastronómico para el fortalecimiento de la identidad y competitividad de los destinos: Entrevista con Jordi Tresserras

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1346>

Jannyne Lima de Meira Barbosa < jannyne@iabs.org.br >

Bacharel em Administração com ênfase em Marketing, Secretária Adjunta de Turismo de Maceió e Consultora em Marketing Turístico do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade.



Resumo biográfico

^aEspecialista em patrimônio alimentar, gastro regiões e turismo cultural e gastronômico. Doutor em geografia e história pela Universidade de Barcelona. Diretor do LABPATC Laboratório de Patrimônio e Turismo Cultural da Universidade de Barcelona. Diretor do Museu da cozinha da costa Catalã de Tossa do Mar. Consultor UNESCO Quito escritório de representação para Bolívia, Colombia, Equador e Venezuela.

Membro do ICOM e ICOMOS. Presidente da rede IBERTUR. Membro da Cátedra UNESCO “Cultura, Turismo e Desenvolvimento” coordenada pela Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Membro da rede de universidades do Instituto Europeu de Itinerários Culturais do Conselho da Europa. Coordenador de I+D na European Cultural Tourism Network.

Na atualidade coordena junto com F.X. Medina e Pepa Aymamí o Projeto de Salvaguarda do Patrimônio culinário da Catalunha, impulsionado pela Fundação Instituto Catalão da Cozinha e Cultura Gastronômica. Esta iniciativa é candidata para ser inscrita no registro de boas práticas de salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO.

Especialista da Rede de Cidades Criativas da UNESCO para Gastronomia. Membro do Comitê de Especialistas de IGCAT - International Institute of Gastronomy, Culture, Arts and Tourism, promotor de iniciativas com a Região Europeia da Gastronomia. Membro do Comitê Acadêmico da Marca da Cozinha Espanhola, da Seleção Espanhola de Cozinhas Profissionais, promovida pelo World Gastronomy Institute e Fundação Arte e Gastronomia. Consultor de organismos internacionais (Banco Mundial, BID, OMT, UNESCO, Conselho da Europa, União Europeia, OEI, SICA) e agências de cooperação (AECID, Alliance Française, Cooperazione Italiana all Sviluppo, Cooperation Suisse, GTZ).

<https://es.linkedin.com/in/jordi-tresserras-juan-21610934>

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

BARBOSA, J. L. M.; O turismo cultural e gastronômico e o fortalecimento da identidade e competitividade dos destinos: entrevista com Jordi Tresserras. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 9-14, ago. 2016.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



Na sua opinião, quais os elementos estratégicos para a consolidação de um destino no segmento cultural?

Um destino cultural se caracteriza por ser um território com identidade, um destino com recursos naturais e criativos que possui a denominada economia laranja como um dos seus eixos de desenvolvimento endógeno e gera uma capacidade de atração suficiente para induzir a um turista a realizar os esforços necessários para se deslocar até ele. Por isso os denominamos também turismo laranja.

Consistem em destinos com um imaginário, um ícone, com uma marca, um preço e um lugar no mercado, com uma comunidade que participa, se identifica e exerce seu papel de anfitriã, e que mantém durante uma grande parte do ano um fluxo de visitantes e turistas suficientemente numerosos para converter essa atividade em uma das bases da sua economia. Sem dúvida, o trabalho da UNESCO é essencial graças a implementação de iniciativas como a Lista do Patrimônio Mundial, a Lista de Salvaguarda de patrimônio

Cultural Imaterial ou a Rede de Cidades Criativas. É fundamental desenvolver recomendações que contribuam, quando seja preciso, ao desenvolvimento responsável e sustentável do turismo Laranja.

É preciso (re) planejar políticas e estratégias de turismo laranja que harmonizem sinergias e ações que atinjam os objetivos de proteger, conservar, ativar e valorizar o patrimônio, as artes e as indústrias culturais e criativas, transversalmente com as seis convenções UNESCO relativas a cultura, para ativar a economia laranja e por sua vez construir produtos e serviços eficientes e inovadores, que consolidem destinos turísticos de qualidade, competitivos, sustentáveis, responsáveis e inclusivos e geradores de desenvolvimento cultural, econômico e social para a comunidade.

As mudanças sociais e econômicas tem alterado a dinâmica de valorização e consumo do turismo cultural? De que forma?

Os turistas estão cada vez mais subsegmentando, buscando experiências em função de seus interesses especiais, algo chave para os nichos de turismo cultural como o turismo patrimonial, ao turismo artístico, ao turismo de festivais e sobretudo ao vinculado com as indústrias culturais e criativas, com nichos específicos como o turismo artesanal, o turismo cinematográfico, ao turismo de idiomas, turismo literário, ao turismo gastronômico, ao turismo cultural... Cabe destacar especialmente o turismo criativo que pede uma maior participação e interatividade por parte do turista que deseja ter um perfil de viagem mais experiencial ou sentir se local e desenvolve seu potencial criativo através de aprendizagem, da experimentação, da criação ou da exibição de seu talento de acordo com o formato de experiências turísticas vivenciais singulares.

As férias para pintar ou aprender a pintar conhecidas como “*painting holidays*” são um exemplo claro. Em relação com o trabalho em rede entre destinos merece menção especial a Rede de Turismo Criativo - *Creative Tourism Network*.

Como você enxerga a relação entre o turismo, a gastronomia e a cultura?

A gastronomia contribui a dar identidade a um destino. O escritor catalão Josep Pla dizia que a cozinha era a paisagem na panela. Os turistas comem ao menos três vezes ao dia em um destino turístico, mas nem todos os destinos tem trabalhado sua gastronomia para que seja uma das motivações para visitar o destino e poder acessar a um catálogo de experiências que podem realizar.

O que é e como funciona o título de cozinhas patrimoniais?

Em 2011 nasceu o projeto Marca “Cozinha Catalã” (www.cuinacatalana.eu) promovido pela *Fundación Institut Català de la Cuina i de la Cultura Gastronòmica (FICCG)* junto a outras instituições que se converteu em 2014 no primeiro selo de garantia existente para uma cozinha tradicional baseada no levantamento do patrimônio culinário Catalão, um inventário com mais de 1.200 receitas de cozinha catalã desde o século XIV até a atualidade.

Em uma primeira fase foi realizado uma recopilación, validação e homologação do receituário da Catalunha com a publicação da primeira versão da base da Cozinha Catalã em novembro de 2006. Em maio de 2011 foi publicado uma edição revisada e ampliada, intitulada *Corpus* do patrimônio culinário catalão, que em março de 2012 recebeu o primeiro prêmio dos *Gourmand World Cookbooks*, na modalidade cozinha mediterrânea.

Durante esse período foi articulado uma série de ações que motivaram o impulso em 2012 do projeto que inclui iniciativas de proteção que remetem ao reconhecimento da UNESCO e se organizam para transferir a outras regiões do mundo interessadas:

- A certificação dos principais produtos agroalimentares de Catalunha, base da cozinha catalã: Denominações de origem protegidas (D.O.P.), indicações geográficas protegidas (I.G.P.) e especialidades tradicionais garantidas (ETG).
- A criação da *Gastroteca.cat*, um portal online de promoção e apoio a comercialização de produtos agroalimentares locais que reúne produtores, elaboradores, distribuidores (comércios e maioristas), cozinheiros, gastrónomos, restaurantes, promotores do turismo gastronômico, entidades e associações.
- A promoção de uma ação legislativa para que o Parlamento da Catalunha reconhecesse a cozinha tradicional catalã como PCI do país.
- A valorização dos primeiros receituários escritos em catalão, do século XIV, que apresentaram sua inscrição como Memória do Mundo da UNESCO.
- A edição do *Corpus* do Patrimônio Culinário Catalão (inventário com mais de 1.200 receitas de cozinha catalã desde o século XIV até a atualidade).
- A criação do selo de garantia da Cozinha Catalã, que pode se associar aos produtos alimentícios, donos de restaurante, pasteleiros, estabelecimentos gourmet, cantinas escolares e alojamentos especializados (hotéis gastronômicos, casas de turismo rural) que certificam que 40% de sua atividade se baseia na cozinha tradicional catalã e em produtos do entorno.

- O impulso do programa escolar “Conheça o patrimônio culinário Catalão” para os centros de educação primário e secundário da Catalunha.
- O apoio a um programa de museus e centros de interpretação sobre a cozinha catalã, como o Museu da Cozinha da Costa Catalã em Tossa del Mar – Costa Brava.
- O impulso de um programa de turismo gastronômico com ações que permitam estruturar uma rede de iniciativas públicas, privadas, organizações do terceiro setor e a comunidade; consolidar a oferta; impulsionar estratégias de promoção e comercialização. Destacam iniciativas como a criação de um selo turístico dos “Hotéis Gastronômicos” e o apoio a candidatura da Catalunha como a primeira Região Européia da Gastronomia 2016.

Qual o impacto desse título na visibilidade de um destino?

O trabalho em rede para somar esforços é fundamental. Coloco um exemplo como o caso de Tossa del Mar, uma das vilas costeiras e gastronômicas da Costa Brava que tem apostado em impulsionar um processo de valorização da gastronomia local, com iniciativas como o coletivo Cozinha Tradicional Tossense; A campanha Tossa Dolça (Tossa doce) que agrupa as padarias que transformaram algumas de suas criações em Souvenirs gastronômicos; O restaurante La Cocina de Can Simón, com uma estrela Michelin; O hotel gastronômico Casa Granados, ou as jornadas gastronômicas especializadas, como as de Bacalao, Fideos ou a Cozinha de Barca. Recentemente se implementou o Museu da Cozinha da Costa Catalã que contribuirá para dinamizar o território através de um programa de atividades como as rotas gastronômicas.

Além disso, Tossa é um dos municípios mais ativos envolvidos na candidatura da Catalunha como Região da Gastronomia 2016 iniciativa do Governo Catalão.

Quais as principais tendências apresentadas durante o II Fórum Mundial de Turismo Gastronômico realizado em abril de 2016 em Lima/Peru?

No Fórum de Lima, os temas abordados tiveram nove considerações principais:

- A valorização da matéria prima e os diversos elementos da extensa cadeia de valor na experiência do turismo gastronômico, tais como a agricultura, a pesca, o gado, a cultura do mercado e a distribuição, assim como os elementos vinculados a cozinha tradicional são elementos estratégicos. Os cultivos tradicionais e suas raízes históricas formam parte deste conceito. Assim como, a inclusão das comunidades locais neste exercício é fundamental.
- O turismo gastronômico deve partir da ampla variedade de formas de consumo e deve poder contemplar todas as suas vertentes e aproximações, incluindo aquelas de caráter mais popular, social, familiar e cotidiano.
- O turismo gastronômico é uma ferramenta de promoção de todo tipo de recursos. Dessa forma, a diversidade cultural e a biodiversidade se convertem em atrativos turísticos fundamentais. Menção especial a preservação do patrimônio em todas as suas vertentes, material e imaterial.

- As mudanças sociais e econômicas provocaram que seja dada uma maior relevância a incorporação das inquietações relacionadas ao meio ambiente, cultura, ética, assim como as vinculadas a saúde e ao estilo de vida, o turismo gastronômico deve incluir critérios de responsabilidade, solidariedade e sustentabilidade.
- A correta gestão do turismo gastronômico deve incluir investimento para pesquisa. Por outro lado, a formação que demanda o turismo gastronômico deve ser multidisciplinar, flexível, evolutiva, que impulse a criatividade e o empreendimento e que incorpore as últimas tendências para que possam ser aplicados com rapidez no setor. O networking é também uma ferramenta chave para aprender e pode ser potencializado com a celebração em feiras e fóruns gastronômicos. Tudo isso é especialmente relevante na formação de novos talentos para o futuro.
- A prática da diplomacia através da gastronomia ou gastrodiplomacia é um elemento a ser considerado no âmbito do turismo gastronômico e no uso do turismo como forma de aproximação e entendimento entre os povoados.
- As chaves de sucesso para a correta gestão do turismo gastronômico por parte de um destino e a geração de produtos deste segmento exitosos incluem os seguintes aspectos: liderança, criatividade, trabalho em equipe, visão a longo prazo, audácia e altivez. O trabalho de equipe inclui a colaboração em todos os níveis, quer dizer, público-privado, público-público e privado-privado. Nesse sentido, o conceito de competição é altamente relevante. Também exige a definição de um detalhamento de rumo bem definido, uma estratégia de comunicação elaborada e um claro compromisso pelos processos de inovação contínua.
- A gestão do turismo gastronômico deve incluir elementos de transparência e proteção ao consumidor.
- A UNTWO – Organização Mundial do Turismo pode apoiar ativamente o fomento do turismo gastronômico em distintos países, tanto no âmbito do conhecimento como na aplicação de modelos práticos de criação de produtos, através de sua Rede de Gastronomia e sua metodologia de protótipos.

Podia apontar um destino de sucesso posicionado no segmento gastronômico. Quais foram as boas práticas adotadas por ele?

Existe vários países que tem optado pela gastronomia como segmento de mercado turístico. No caso da Europa, cabe destacar a França, Itália e Espanha. Coréia, Japão e Tailândia na Ásia. No caso da América Latina, sem dúvida o México e o Peru são os que tem estruturado políticas e um maior investimento. Entre as boas práticas sem dúvida cabe destacar a criação de redes de trabalho em equipe de acordo com a configuração de clubes de produtos, como é o caso de Barcelona Turismo Gastronomia ou o caso de clubes de produtos de Enogastronomia do Patronato de turismo de Costa Brava em Girona. Vale mencionar também selos de garantia para as cozinhas tradicionais, como é o caso da marca Cozinha Catalana ou selos turísticos como os hotéis gastronômicos da Catalunha. Por esses e outros motivos, Catalunha foi premiada como a Região Européia da Gastronomia 2016.

No Brasil o que poderia ser melhor aproveitado para seu posicionamento no turismo gastronômico? Na sua visão, qual o grande diferencial desse país?

O Brasil é um país com um grande potencial precisamente pela biodiversidade do mesmo e a diversidade cultural de suas regiões. Apesar dos esforços realizados nos últimos anos não se fortaleceu como destino gastronômico internacional. A nível nacional sim, com as cozinhas tradicionais de Minas Gerais ou Bahia e a cozinha criativa com produtos locais em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro. O sul do país também tem desenvolvido um importante crescimento do Enoturismo. Sem dúvida a cozinha amazônica será um dos eixos do futuro desenvolvido pela singularidade de seus produtos que precisarão de uma gestão mais que sustentável. O recente reconhecimento de Belém do Pará como cidade criativa da UNESCO pela gastronomia pode contribuir para isso. De todas as formas é preciso coordenar políticas, fortalecer uma estratégia conjunta e planos de ação setoriais e regionais.

Ostras Depuradas de Alagoas:

Turismo e inserção produtiva em busca do desenvolvimento local para comunidades tradicionais

Depurated oyster: tourism and community based products to promote traditional communities

Ostras depuradas de Alagoas: el turismo y la inclusión productiva en búsqueda del desarrollo local de las comunidades tradicionales

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1345>

Marcela Pimenta Campos Coutinho < marcela@iabs.org.br >

Bacharel em Turismo e Mestre em Gestão Turística com foco em turismo sustentável pela Uiversitat de Les Illes Balears - Espanha. Coordenadora do Núcleo de Turismo Sustentável do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS).

Isabela Rosa Sette < isabela.sette@iabs.org.br >

Mestranda em Turismo pela Universidade de São Paulo (EACH/USP), é bacharel em turismo pela PUC/MG e possui especialização em Desenvolvimento Sustentável (UFMG) e em Gestão Pública (Fundação João Pinheiro). Consultora do IABS.

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

PIMENTA, M. C. C. e SETTE, I. R; Ostras Depuradas de Alagoas: Turismo e Inserção Produtiva em busca do desenvolvimento local para comunidades tradicionais. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n.2, p. 15-33, ago. 2016.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO

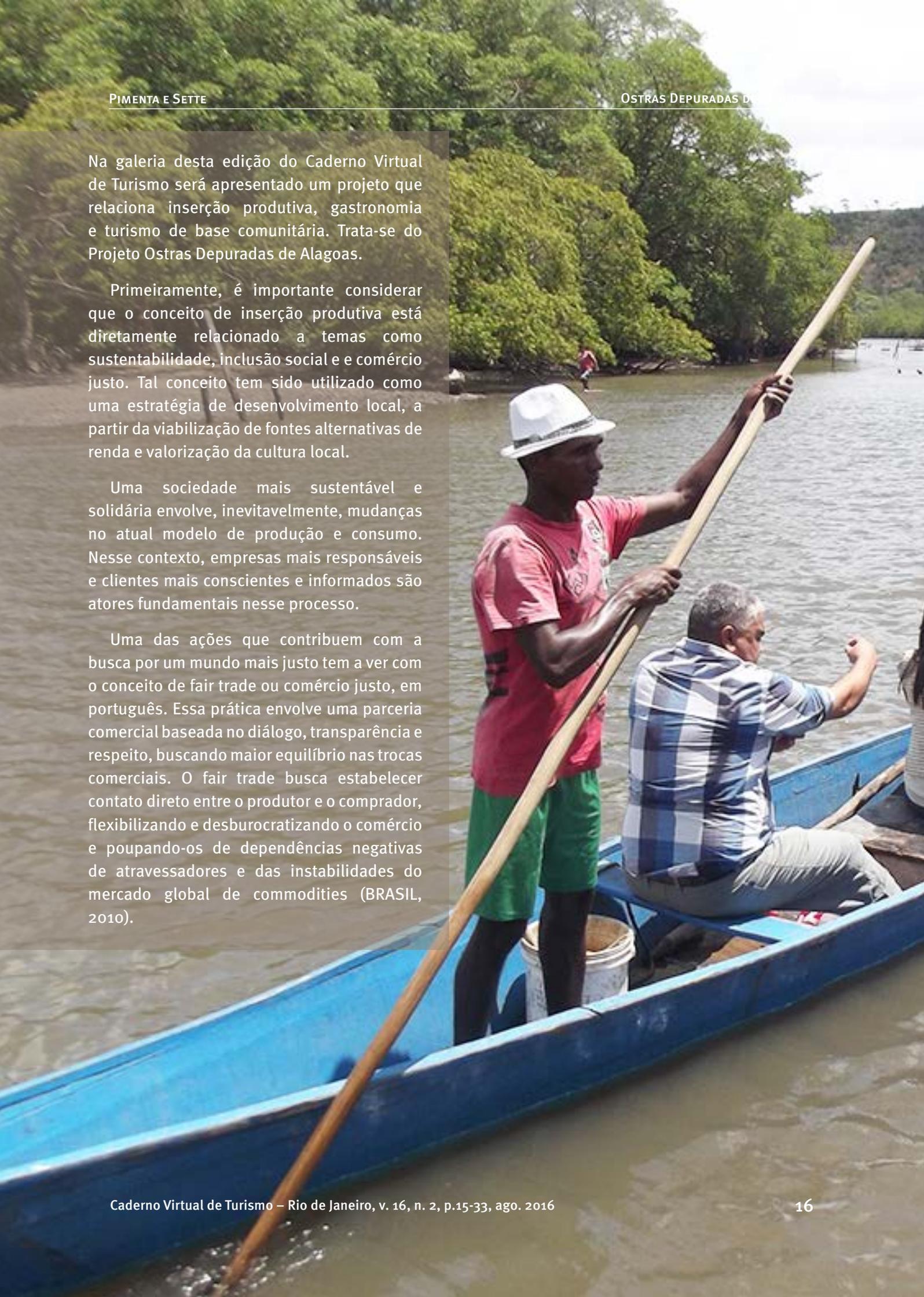


Na galeria desta edição do Caderno Virtual de Turismo será apresentado um projeto que relaciona inserção produtiva, gastronomia e turismo de base comunitária. Trata-se do Projeto Ostras Depuradas de Alagoas.

Primeiramente, é importante considerar que o conceito de inserção produtiva está diretamente relacionado a temas como sustentabilidade, inclusão social e comércio justo. Tal conceito tem sido utilizado como uma estratégia de desenvolvimento local, a partir da viabilização de fontes alternativas de renda e valorização da cultura local.

Uma sociedade mais sustentável e solidária envolve, inevitavelmente, mudanças no atual modelo de produção e consumo. Nesse contexto, empresas mais responsáveis e clientes mais conscientes e informados são atores fundamentais nesse processo.

Uma das ações que contribuem com a busca por um mundo mais justo tem a ver com o conceito de fair trade ou comércio justo, em português. Essa prática envolve uma parceria comercial baseada no diálogo, transparência e respeito, buscando maior equilíbrio nas trocas comerciais. O fair trade busca estabelecer contato direto entre o produtor e o comprador, flexibilizando e desburocratizando o comércio e poupando-os de dependências negativas de atravessadores e das instabilidades do mercado global de commodities (BRASIL, 2010).





Mas qual seria a relação do turismo com essas questões? O turismo é um setor que pode contribuir de maneira efetiva com a inserção produtiva e o comércio justo em diversos âmbitos, dada a sua natureza dinâmica e a quantidade de setores que envolve. Promover a inclusão das comunidades locais no desenvolvimento da atividade turística pode não só contribuir com a dinamização socioeconômica, mas também com a melhoria da experiência turística – uma vez que possibilita o contato com aspectos culturais autênticos e genuínos. As atividades produtivas podem, portanto, promover e agregar valor a atividade turística. Ademais, a cultura e a gastronomia de uma localidade é uma expressão importante do seu patrimônio e se configura em um apreciado atrativo turístico. A gastronomia local pode ser inclusive um diferencial de um destino.

Nesse contexto, o turismo de base comunitária vem ganhando espaço, sendo uma contraponto à crescente massificação de territórios turísticos. De acordo com Bursztyn, Bartholo de Delamaro (2009), esse tipo de turismo respeita as heranças e as tradições culturais das comunidades, valorizando tais expressões e podendo inclusive contribuir para resgatá-las. Segundo os autores, dentre os desafios para construção de um turismo de base comunitário está a participação e o efetivo empoderamento das comunidades locais.

A efetiva melhoria da qualidade de vida das comunidades, a inserção social e a valorização da cultura local deve ser o constante horizonte de projetos de turismo de base comunitária.

Diante desse contexto, apresentaremos a seguir o Projeto Ostras Depuradas de Alagoas. A inserção produtiva trabalhado no projeto é um exemplo de como o turismo, de uma maneira direta e indireta, pode se configurar em uma ferramenta para inclusão e valorização das comunidades locais, bem para a difusão de princípios ligados ao desenvolvimento sustentável.



Ostras Depuradas de Alagoas

No estado de Alagoas - região nordeste do Brasil, o cultivo de ostras (ou ostreicultura) está presente no dia-a-dia de cerca de 100 famílias, distribuídas em 05 comunidades dos municípios de Coruripe, Barra de São Miguel, Barra de Santo Antônio, Passo de Camaragibe e Porto de Pedras.

A atividade é fomentada e incluída nas políticas públicas de pesca e aquicultura do Governo do Estado e de parceiros, sendo alvo de ações que fomentem o seu desenvolvimento, visando a geração de renda e a consequente melhoria da qualidade de vida das famílias envolvidas.

A viabilidade da cadeia produtiva, no entanto, possuía uma fragilidade evidente: a venda do produto para restaurantes e estabelecimentos comerciais. Por se tratar de um alimento pouco difundido e de consumo não regular, aliado a falta de confiabilidade acerca da qualidade e sanidade do produto, as ostras de Alagoas apresentavam grande dificuldade de comercialização. Somava-se a isso ainda a carência de organização dos grupos produtores e a falta de direcionamento comercial, tornando sua venda extremamente restrita e pouco lucrativa (ASSAD, PIMENTA e SETTE, 2014).





Geração de emprego, trabalho e renda para comunidades

Diante deste cenário, em 2009, a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid), juntamente com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS) identificou a cadeia da ostra como prioritária e criou uma ação específica de auxílio a esta atividade.

O desenvolvimento desta ação contou também com o apoio do Governo do Estado de Alagoas, que ofereceu a contrapartida logística ao projeto e do Sebrae/AL que seguiu trabalhando o fortalecimento dos grupos produtivos.

O objetivo principal era apoiar a geração de emprego, trabalho e renda para comunidades produtoras de ostra da região da capital Maceió, ampliado a comercialização do produto e incluindo princípios de responsabilidade ambiental, social, sanitária e de padrão de qualidade. Os objetivos temáticos foram estabelecer estratégia de comercialização, agregar valor ao processo produtivo tradicional, fortalecer a cultura gastronômica local e os conceitos de comércio justo, consumo e turismo sustentáveis.

Depuradora de Ostras de Coruripe-AL

O apoio da Aecid foi extremamente importante e envolveu a construção de uma indústria de depuração e beneficiamento de moluscos no município de Coruripe - distante cerca de 130 km de Maceió, inaugurada em 2011. O processo de depuração consiste na remoção de agentes contaminantes dos moluscos garantindo a sanidade e a confiabilidade do produto – isso sanaria, portanto, o problema da venda de produtos contaminados.

Uma vez resolvida a questão do risco de contaminação restava ainda o desafio do direcionamento comercial do produto, bem como a organização dos grupos produtivos em torno de um modelo de gestão participativo e funcional. Para isso, foi desenhado nova etapa do projeto financiado pela Aecid em 2012, com horizonte temporal de até final de 2013.

Gestão compartilhada

A construção do modelo de gestão compartilhada se iniciou a partir das ações da nova etapa projeto. O plano de trabalho inicial foi apresentado e discutido com as comunidades ostreicultoras e parceiros do projeto em reuniões mensais, assim todas as decisões começaram a ser tomadas participativamente. Em 2013, tal grupo iniciou o processo de institucionalização do Programa Ostras Depuradas de Alagoas.

O comitê formado pelos grupos de ostreicultores e parceiros do projeto iniciou também sua institucionalização. Ainda em 2013, iniciou-se a comercialização semanal da Depuradora, tendo o IABS assumido consensualmente a responsabilidade de gestão da indústria e da comercialização do produto, em formato de negócio social.



Com o intuito de promover a inserção da ostra no mercado turístico, bem como contribuir com o protagonismo das comunidades locais foram desenhadas e implementadas algumas estratégias de comercialização que merecem ser destacadas.

Tais estratégias foram estabelecidas a partir de um estudo de demanda realizado com restaurantes e hotéis, com o intuito de entender a aceitação de produtos como ostras e outros moluscos, relação com produção de base comunitária e conceitos de sanidade e qualidade dos produtos.

Tour de vivência

O tour de vivência consistiu na organização de visitas dos empreendedores com potencial de compra e formadores de opinião de regiões estratégicas para conhecer o processo de cultivo, depuração e beneficiamento da ostra. O objetivo da ação é contribuir para o aumento da demanda por ostras, a partir do conhecimento sobre a segurança e qualidade

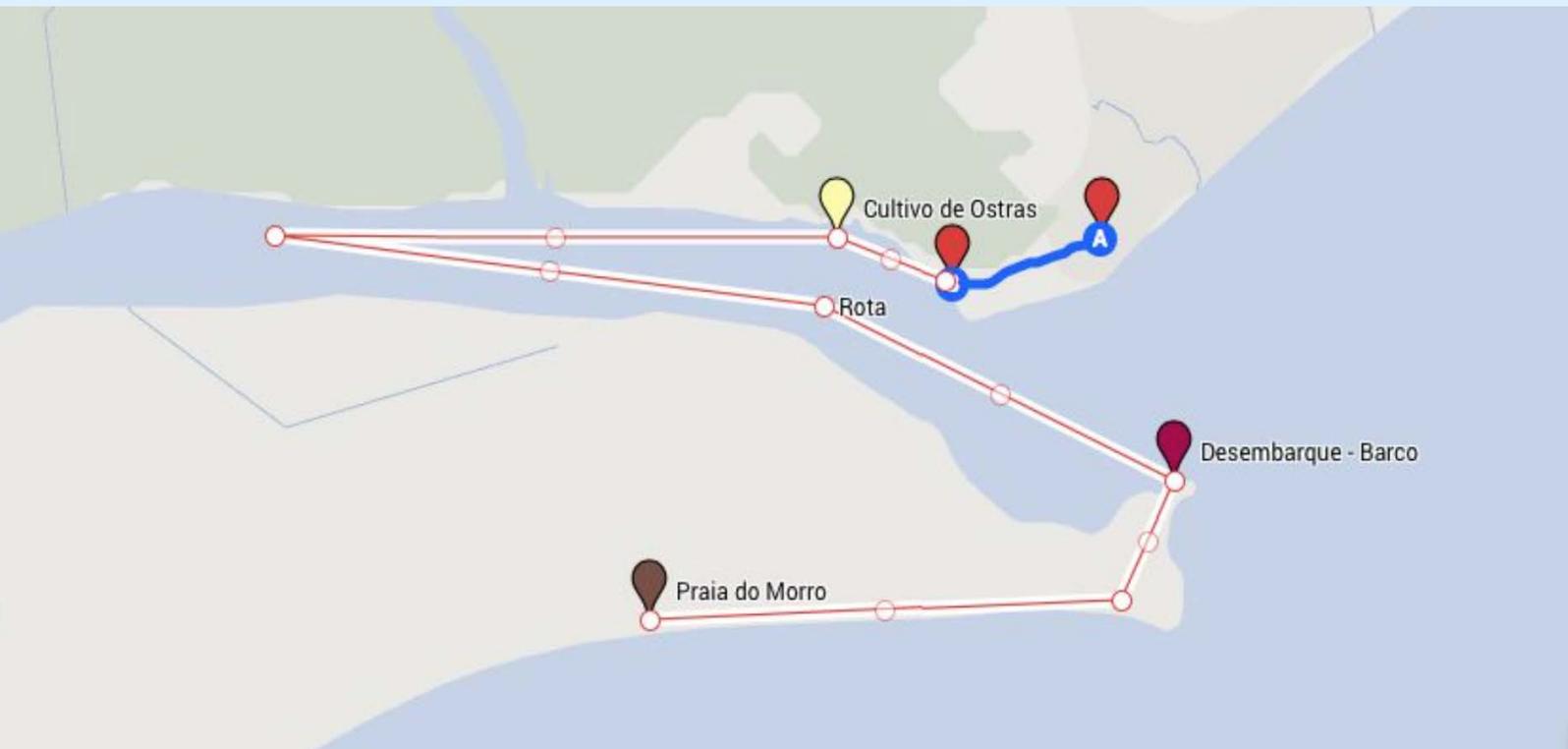
desse produto, além do benefício gerado para as comunidades locais, bem como possibilitar a vivência do cultivo e depuração do produto.

Para o futuro, a Associação Rio Mar vislumbrou a possibilidade de estruturação de um produto voltado diretamente para turistas, que tenha regularidade e traga a oportunidade de vivência do processo de cultivo da ostra. Foi realizada então uma parceria com o Sebrae/AL para criação de um Tour de Vivência da Ostra, que alia os conceitos de turismo de experiência e base comunitária.

O roteiro será operacionalizado pelo grupo de ostreicultores e prevê passeio de barco, visita ao cultivo de ostras, trilha e parada na praia do Morro em Barra do Camaragibe. Após os passeio os turistas poderão degustar ostras depuradas em restaurantes parceiros da Associação e do Programa, sempre que os tours ocorrerem nos finais de semana.

A ação supracitada está em fase de captação de recursos para ser implementada de maneira sistemática. Antes disso, é necessário capacitar os produtores e provê-los de equipamentos e materiais importantes para a segurança do roteiro.







Evento gastronômico

Realização de um coquetel gastronômico que reuniu potenciais compradores e tomadores de decisão a fim de apresentar possibilidades de receitas com a ostra e nivelar informações acerca da ostra depurada. Realizou-se ainda um curso de culinária para chefs de cozinha e empresários do setor de bares, restaurantes e hotéis/pousadas de Maceió e região para demonstrar e ensinar possibilidades de pratos a base de ostra.

Para os eventos, foram convidados também representantes das associações produtoras de ostra, possibilitando uma aproximação entre produtores e empresários. O coquetel e o curso foi conduzido por um chef de cozinha alemão especialista em receitas a base de ostras que apresentou diferentes possibilidades de utilização do produto de um forma criativa.





Criação do aquário mostruário com a finalidade de chamar a atenção para o produto. Os aquários foram acompanhados de cartazes interativos que informavam a qualidade da rede de serviços e a contribuição da compra da ostra para as comunidades produtoras.

Foram criados ainda carrinhos devidamente adaptados para comercialização da ostra depurada nas praias da região diretamente aos turistas e moradores locais.



Mariscaria Original de Alagoas

Uma parceria entre o SEBRAE/AL e o IABS, a Mariscaria foi uma cozinha experimental, montada na Barra de São Miguel durante o período do verão 2014/2015. Grandes Chefs de Cozinha de Alagoas assinaram os pratos e executaram aulas shows durante o período do verão, sendo eles: Guga Rocha, Jonatas Moreira, Wanderson Medeiros e Cacau. Por outro lado, as produtoras de ostra da Comunidade Palatéia fizeram o papel de cozinheiras, elaborando os pratos assinados pelos chefs de cozinha, durante todo o seu período de funcionamento.

Também foram introduzidas nas receitas outros moluscos depurados, como o Massunim e o Sururu, o que foi uma experimentação que inclusive tem motivado outros estabelecimentos, inclusive mostrando aos próprios produtores, valor agregado ao produto deles.



Alguns números do projeto

Dentre os resultados observados com o projeto está, primeiramente, a conquista de uma divisão mais equitativa de oportunidades e benefícios a partir do modelo de gestão, seja dentre os produtores de uma mesma comunidade, seja entre as diversas comunidades produtoras.

De 2013 a 2015 foram vendidos mais de 95 mil ostras, gerando aproximadamente R\$ 85 mil para os produtores locais:

+ 97 mil
ostras vendidas

5 mil km
percorridos ao mês

+ R\$ 84 mil
renda para produtores

80%
dos benefícios
para os
produtores

160
viagens por ano

Os desafios ainda são muitos!!!

Apesar dos resultados positivos conquistados pelo projeto, sabe-se que ainda permanecem grandes desafios que merecem ser mencionados.

Conforme já tido anteriormente, a ostra é um produto de consumo não regular, o que limita a sua ampla comercialização. Soma-se a isso o fato do produto ser altamente perecível e diante da estrutura atual da indústria deve ser consumido vivo. A instalação de estruturas de congelamento ampliariam as possibilidades de comercialização do produto.

Um outro desafio importante é a construção participativa de um preço que seja realmente justo para o produtor o comprador e que garanta a sustentabilidade da indústria depuradora. A distribuição equitativa das oportunidades entre os produtores e as comunidades é também uma questão delicada, que exige um esforço e uma sensibilização constante.

Para ampliar os benefícios do projeto, identifica-se a necessidade de um maior apoio técnico às comunidades, sendo necessário a assessoria de uma equipe multidisciplinar de profissionais da área de turismo, pesca, *marketing*, comércio entre outros.

Sabe-se que tais dificuldades ainda devem ser superadas. No entanto, a disseminação de conhecimentos acerca do comércio justo, responsabilidade social e consumo sustentável vem contribuindo com benefícios importantes para as comunidades.

Os desafios são muitos, porém a experiência adquirida e os resultados alcançados demonstram que há um caminho importante que pode ser seguido: o do turismo como ferramenta que pode contribuir com o desenvolvimento local tendo como premissa a busca incessante pelo protagonismo e geração de benefícios para as comunidades locais!

Referências

ASSAD, Luís Tadeu; PIMENTA, Marcela Campos Coutinho; SETTE, Isabela Rosa (2014). A inserção de produtos de base comunitária na cadeia do Turismo: Um relato da experiência do projeto Ostras Depuradas de Alagoas – Brasil – UNITWIN UNESCO International Congress: Tourism and Gastronomy Heritage – Barcelona – 2014.

BRASIL. Decreto n. 1.358 de 17 de Novembro de 2010. Institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário – SCJS, cria sua comissão Gestora Nacional e dá outras providencias. Brasília, 2010.

BURSZTYN, Ivan; BARTHOLO, Roberto; DELAMARO, Maurício. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Brasília: Letra e Imagem, 2009.



Turismo de base comunitária com foco em gênero:

estudo de caso na Comunidade Morro Santo Antônio, Município de Itabira-MG

Community-based tourism with emphasis in gender: case study at Morro Santo Antônio Community, Municipality of Itabira-MG

El turismo comunitario con enfoque de género: un estudio de caso en la Comunidad Morro Santo Antônio, Itabira-MG

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1091>

Marina Araújo < amarinaaraujo@yahoo.com.br >

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Ibama, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 04-set-2015

Aceite: 17-jun-2016

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

ARAÚJO, M. Turismo de base comunitária com foco em gênero: estudo de caso na Comunidade Morro Santo Antônio, Município de Itabira-MG. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 34-61, ago. 2016.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



RESUMO

As metodologias participativas com foco em gênero são aquelas que buscam promover sensibilização e capacitação para as relações de gênero. Seu uso pode contribuir para a elaboração de projetos turísticos locais, uma vez que por meio delas é possível identificar desigualdades de gênero, promover a real participação de mulheres e homens e, assim, combater a reprodução de condições desiguais no acesso aos benefícios do desenvolvimento da atividade turística em um determinado território. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é apresentar os resultados do processo participativo na criação de uma proposta de autogestão do turismo de base comunitária com foco em gênero realizado na Comunidade Quilombola Morro Santo Antônio, localizada no município de Itabira, estado de Minas Gerais, Brasil. Observou-se, a partir deste estudo de caso, que o uso das metodologias participativas com foco em gênero aliado à proposta do turismo de base comunitária contribuiu de forma positiva para que a proposta de autogestão elaborada pela comunidade, além de ser mais crítica e contextualizada à sua realidade local, não reafirmasse as desigualdades de gênero existentes na mesma.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária. Metodologias participativas. Gênero.

ABSTRACT

The participative methodologies with emphasis in gender are those who try to promote awareness and qualification for the gender relations. Their use can help to plan local tourist projects because through them it's possible to identify gender inequalities, to promote real participation of women and men and, therefore, to combat the reproduction of unequal conditions in the access to the benefits of development tourist activity. In this sense, the aim of this article is to present the results of the participatory process in creating a proposal for self-management of community-based tourism with emphasis in gender built in Morro Santo Antônio Quilombola Community located in Itabira, Minas Gerais, Brazil. It was observed from this case study, that the use of participative methodologies with emphasis on gender ally to the community-based tourism proposal contributed positively to the self-management proposal made by the community, besides being more critical and contextualized to their local reality, did not reaffirm gender inequalities already established in it.

Keywords: Community-based tourism. Participative methodologies. Gender.

RESUMEN

Las metodologías participativas con enfoque de género son las que tratan de promover la sensibilización y creación de capacidad para las relaciones de género. Su uso puede contribuir al desarrollo de proyectos de turismo locales, ya que a través de ellos es posible identificar las desigualdades de género, la promoción de la participación real de las mujeres y los hombres, y así luchar contra la desigualdad de condiciones en el acceso a los beneficios del desarrollo la actividad turística en un territorio determinado. En este sentido, el objetivo de este trabajo es presentar los resultados del proceso de participación en la creación de una propuesta de autogestión de turismo basado en la comunidad con un enfoque de género realizado en la Comunidad Quilombola Morro Santo Antônio situada en Itabira, Minas Gerais, Brasil. Se observó, a partir de este estudio de caso, que la utilización de metodologías participativas con enfoque en género aliada a la propuesta del turismo comunitario para que la propuesta de autogestión preparada por la comunidad, además de ser más crítica y contextualizada a su realidad local, no reafirmase las desigualdades de género existentes en la misma.

Palavras clave: Turismo comunitário. Metodologías participativas. Género.

INTRODUÇÃO

É crescente, no campo do turismo, o número de publicações que confirmam a importância do turismo de base comunitária para o aumento da autonomia da população nos processos de decisão relativos ao desenvolvimento turístico em seu território (ARAÚJO, 2011; BESSA, 2011; FERNANDES, 2006; MENDONÇA, 2004; MITRAUD, 2003). Essa proposta de desenvolvimento participativo contrapõe-se ao modelo turístico convencional (implantado de “cima para baixo”) e tem se configurado como um modelo de desenvolvimento mais justo e equitativo, uma vez que é construído com, para e pela comunidade e, dessa forma, condiz com as reais necessidades e anseios da população local em relação à atividade turística.

No entanto, na busca da equidade, entendida como a promoção da igualdade de oportunidades, é necessário conceber que as pessoas possuem diferentes necessidades, percepções e realidades, ainda que habitem um mesmo lugar. Concorda-se com Portella (2005), quando afirma que projetos que não consideram a existência e a condição diferenciada de homens e mulheres – sobre as quais irão incidir os impactos também diferenciados das ações desses projetos – terminam por consolidar desigualdades e injustiças seculares.

Nesse sentido, a adoção de metodologias participativas com foco em gênero no campo do turismo significaria uma mudança na perspectiva de trabalho: em vez de se intervir em um grupo, entendendo-o como uma unidade homogênea, passar-se-ia a reconhecer que homens e mulheres possuem diferentes necessidades e responsabilidades no desenvolvimento da atividade turística. Além disso, acredita-se que os projetos seriam mais eficazes e gerariam mais benefícios às comunidades se envolvessem ativamente as mulheres, valorizando seu papel, sua experiência e a importância do seu trabalho dentro da sociedade local (DI CIOMMO, 2007).

Diante do exposto, perguntou-se: como as metodologias participativas com foco em gênero poderiam contribuir para o início do planejamento turístico de base comunitária? Que tipo de resultado poderia ser alcançado a partir de sua aplicação no contexto desse planejamento turístico?

Sendo assim, o objetivo geral deste estudo de caso foi iniciar o desenvolvimento de uma proposta de turismo de base comunitária com foco em gênero na Comunidade Quilombola Morro Santo Antônio, município de Itabira, Minas Gerais, Brasil, como forma de se favorecer o empoderamento¹ das mulheres em relação ao desenvolvimento da atividade turística em seu território, buscando reduzir as desigualdades de gênero.

Por meio da intervenção proposta na comunidade buscou-se contribuir para a construção de um pensamento crítico acerca do desenvolvimento do turismo em seu território; para a construção de uma proposta inicial de autogestão do turismo pela população; e para a maior inserção das mulheres nas decisões e, conseqüentemente, na dinâmica da atividade turística planejada para a localidade.

¹ Tradução do termo “empowerment”, usado pelos americanos, cujo significado se aproxima dos termos “conscientização” e “reforço do poder” utilizados nas concepções de educação popular da década de 1980 (VERDEJO, 2006). O reforço do poder das mulheres se dá por meio do reconhecimento do seu papel dentro de sistemas econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais próprios e da sua participação ativa nesses sistemas.

A Comunidade Quilombola Morro Santo Antônio, Itabira, Minas Gerais, Brasil

A Comunidade Quilombola Morro Santo Antônio localiza-se na zona rural do município de Itabira, na região central do estado de Minas Gerais, no Brasil. Sua história vincula-se ao passado escravocrata, entretanto, não há estudos históricos consolidados a respeito de sua origem específica. Dessa forma, a ocupação histórico-espacial da localidade é contada por meio das lembranças dos antigos moradores, em especial, da Tia Josefina, considerada a matriarca do Morro Santo Antônio.

Filha de escravos, Dona Josefina Lucas Evangelista nasceu livre em 1881 e lembrava-se que foi levada com seus irmãos, ainda crianças, para morar no Morro, o que leva a crer que a comunidade tenha sido fundada há, pelo menos, 135 anos. Segundo relatos, a localidade foi formada por escravos fugidos ou alforriados e por negros que trabalhavam na Fazenda do Girau, localizada onde hoje se encontra o Bairro da Pedreira, em Itabira, a aproximadamente 7 km da comunidade.

Dona Josefina morreu em 2002, aos 121 anos e, apesar de ter tido apenas um filho que faleceu com poucos meses de vida, deixou uma grande família que hoje é a Comunidade Morro Santo Antônio. É possível afirmar que a maioria dos moradores locais têm laços parentais com a matriarca. Acredita-se que por esse motivo a comunidade possui grande articulação em torno de interesses comuns.

Sua associação comunitária, denominada Associação Quilombola Morro Santo Antônio, foi constituída no ano de 1986 e permanece ativa até a atualidade. Por meio do estudo das atas de suas reuniões foi possível observar que do ano de 1986 a 1989 os encontros entre moradores foram realizados somente quando havia alguma demanda ou assunto urgente de interesse de todos a ser discutido.

A partir de 1990, as reuniões passaram a ser mensais e contar com a presença de 25 moradores, em média. Nesses encontros tratava-se de temas como reforma da igreja da localidade; realização de novenas, festas e quermesses; reivindicação de linha de ônibus coletivo e telefone público que atendesse à comunidade; necessidade de melhoria das estradas locais; realização de mutirões para limpeza do cemitério, da igreja e da sede da associação, entre outros.

Outro aspecto a ser destacado em relação à associação enquanto elemento de articulação da comunidade é a “Caixinha um ajudando o outro” criada em 1989. Essa fonte de arrecadação de recursos foi e ainda é utilizada para o auxílio das famílias com dificuldades financeiras. Segundo as atas das reuniões da associação, somente aqueles que contribuísem para a sua manutenção – ainda que com pouco dinheiro – poderiam ser ajudados financeiramente.

Foi também a partir da mobilização dos atores locais nas reuniões da associação que a comunidade obteve reconhecimento pela Fundação Palmares como remanescente de quilombo em fevereiro de 2011. De acordo com a Portaria n. 98/2007 (BRASIL, 2007) os remanescentes das comunidades dos quilombos são os grupos étnico raciais, que assim se intitulam, com “trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com formas de resistência à opressão histórica sofrida”. Dessa forma, por meio da iniciativa de alguns moradores do Morro Santo Antônio, realizou-se uma reunião na qual todos se reconheceram como descendentes de escravos, o que motivou a certificação da Fundação Palmares citada anteriormente.

No entanto, para a comunidade local, esse reconhecimento não só contribuiu de forma positiva para o fortalecimento da identidade cultural e histórica da localidade, como criou a possibilidade de implantação de uma nova atividade econômica em seu território: o turismo. Para os moradores locais,

o desenvolvimento turístico poderia se configurar como uma alternativa de renda para a comunidade, cuja maioria é constituída por aposentados e, além disso, promover o retorno de várias pessoas que se mudaram do Morro para Belo Horizonte-MG e Itabira-MG em busca de emprego e melhores condições de vida.

Como visto, há três aspectos principais que poderiam colaborar para o desenvolvimento de uma proposta de turismo de base comunitária na Comunidade Quilombola Morro Santo Antônio: o desejo de se incorporar a atividade turística como uma fonte de renda pela comunidade; sua identidade reforçada através da certificação da Fundação Palmares; e sua mobilização em torno de interesses comuns por meio de sua associação comunitária.

Nesse sentido, acredita-se que a identidade e a mobilização dessas pessoas concorrem positivamente para que haja na comunidade consciência de sua trajetória histórica e de sua potencialidade, para que saiba realizar escolhas com autonomia e que desenvolva ações para concretizá-las. E, assim, como essas dimensões estão bem definidas nesse território, é possível fomentar o aprofundamento dos aspectos da participação e da parceria para a construção de um plano turístico comunitário.

Diante do exposto e analisando a realidade da Comunidade Morro Santo Antônio, afirma-se que ela possui cenário sociocultural que torna viáveis a execução de processos participativos em relação ao turismo e, especialmente, a efetivação de uma proposta de turismo de base comunitária com foco em gênero, o que justifica a sua escolha como foco deste estudo de caso.

Metodologias participativas com foco em gênero e suas contribuições ao turismo de base comunitária

Apesar de ainda serem pouco incorporadas aos projetos de desenvolvimento atuais, as metodologias participativas com foco em gênero existem desde o final da década de 1980 (PARISIUS, 1995). Segundo Parisius (1995) a maioria dessas metodologias surgiu dentro de agências de cooperação internacional, mudando o enfoque na promoção da mulher/mulher no desenvolvimento para as relações de gênero/gênero e desenvolvimento, considerando a categoria gênero um instrumento essencial na análise, no planejamento, no monitoramento e na avaliação de qualquer projeto.

Concorda-se com Silva (2009) quando afirma que a pesquisa com foco em gênero deve envolver a análise das relações entre homens e mulheres e, principalmente, a interpretação de como acontecem e como são valorizadas socialmente as interações entre os gêneros em uma determinada sociedade. Esta é a proposta central do Gênero em Desenvolvimento (GED)² proposto por Zaldaña (1999, p. 10):

No enfoque GED, a análise das relações de poder se faz com o propósito de estabelecer quais são as estratégias que devem ser utilizadas para obter acesso e controle dos recursos políticos, econômicos e produtivos, assim como o emprego do tempo e o acesso aos benefícios pelas famílias e comunidades (...). A aplicação da perspectiva de Gênero em Desenvolvimento requer o compromisso das pessoas e do coletivo do projeto para criar oportunidades para que as mulheres se empoderem, a partir da valorização das formas em que se dão as relações de poder (se estas são equitativas ou desiguais), para, assim, poder transformá-las³.

² Género en Desarrollo (tradução da autora).

³ Desde el enfoque GED, el análisis de las relaciones de poder se hace con el propósito de establecer cuáles son las estrategias que deben ser utilizadas para obtener el acceso y el control de los recursos políticos, económicos y productivos, así como el empleo del tiempo y el acceso a los beneficios de las familias y las comunidades (...). La aplicación de la perspectiva GED requiere del compromiso de las personas y del colectivo del proyecto a crear oportunidades para que las mujeres se empoderen, a partir de la valoración de las formas en que se dan las relaciones de poder (si éstas son equitativas o inequitativas), para sí poder transformarlas (tradução da autora)

Dessa forma, incorporar a análise de gênero em um projeto implica, necessariamente, examinar as relações de poder existentes em uma sociedade. E, para a sua análise, é preciso identificar as diferenças existentes entre homens e mulheres, a posição e condição que ambos ocupam no seu espaço cotidiano intrafamiliar e na comunidade, de maneira geral (ZALDAÑA, 1999).

Daí se reconhece a primeira contribuição das metodologias e métodos participativos com foco em gênero para o turismo de base comunitária: por meio da identificação dessas diferenças é possível se combater a reprodução de condições desiguais no acesso aos benefícios do desenvolvimento da atividade turística em um determinado território, principalmente, por meio da participação efetiva das mulheres na implantação de projetos turísticos locais.

Concorda-se com Zaldaña (1999, p. 14) quando afirma que obter

a real participação das mulheres no desenvolvimento significa dar-lhes a oportunidade de expressar seus pontos de vista e de tomar decisões que afetam suas vidas. Significa que suas necessidades e interesses devem ser contemplados na definição dos objetivos dos projetos e serem levados em conta quando se avalia o impacto das ações desenvolvidas pelos projetos⁴.

Significa, portanto, estimular a autorreflexão dos sujeitos, ou seja, a reflexão sobre sua própria realidade de vida, contribuindo, assim, para o aprofundamento da tomada de consciência sobre suas relações cotidianas. Essa autorreflexão estimula nos sujeitos um posicionamento mais crítico diante da realidade e a concepção de diversas intervenções no contexto no qual esses atores estão inseridos, a partir daí, “não mais como espectadores, mas como figurantes e autores” (FREIRE, 1994, p. 44), uma vez que os sujeitos tomam, pouco a pouco, consciência de suas possibilidades de intervenção sobre sua própria realidade.

Este é o propósito do Diagnóstico Participativo com Foco em Equidade de Gênero (DPEG), proposto por Aguilar *et al.* (1999) e entendido como um

processo sistemático utilizado para reconhecer uma determinada situação e o porquê de sua existência, em que a construção do conhecimento se realiza com a intervenção e opiniões diferenciadas das pessoas que estão inseridas nessa situação (...) segundo seu gênero/sexo, idade e vislumbra também as relações de poder dentro da comunidade (AGUILAR *et al.*, 1999, p. 11)⁵.

O Diagnóstico Participativo com Foco em Equidade de Gênero possui seis etapas de trabalho: 1) contextualização da realidade local⁶; 2) desenho do DPEG⁷; 3) identificação de participantes⁸; 4) agrupamento de informações⁹; 5) análise, avaliação e devolução das informações agrupadas¹⁰; 6) formulação de conclusões e definição da estratégia de trabalho a seguir¹¹.

Assim, acredita-se que a partir da adoção da perspectiva de Gênero em Desenvolvimento (ZALDAÑA, 1999) e do método de Diagnóstico Participativo com Foco em Equidade de Gênero (AGUILAR *et al.*,

4 La participación real de las mujeres en el desarrollo significa tener la oportunidad de expresar sus puntos de vista y de tomar las decisiones que afectan sus vidas. Significa que sus necesidades e intereses deben ser contemplados en la definición de los objetivos de los proyectos y ser tomadas en cuenta cuando se evalúa el impacto de las acciones desarrolladas por los proyectos (tradução da autora).

5 Proceso sistemático que sirve para reconocer una determinada situación y el porqué de su existencia, en donde la construcción del conocimiento se hace con la intervención y opiniones diferenciadas de las personas que tienen que ver con esa situación (...) según su género/sexo, edad y visibiliza también las relaciones de poder al interno de la comunidad (tradução da autora).

6 Ubicación del contexto (tradução da autora).

7 Diseño del DPEG (tradução da autora).

8 Identificación de participantes (tradução da autora).

9 Recolección de la información (tradução da autora).

10 Análisis, evaluación y devolución de la información recolectada (tradução da autora).

11 Formulación de conclusiones y definición de la estrategia de trabajo a seguir (tradução da autora).

1999) seria possível se construir um modelo de planejamento turístico que tivesse como princípio norteador a busca pela equidade de gênero. Nesse sentido, os principais subsídios oferecidos pelas metodologias participativas com foco em gênero ao turismo de base comunitária são a construção coletiva de conhecimento; a valorização dos saberes existentes na coletividade, assim como todas as suas possíveis formas de expressão; a busca pela igualdade de oportunidades entre homens e mulheres nos projetos de desenvolvimento; e a transversalidade de gênero, que assegura tanto aos homens como às mulheres voz ativa na definição de objetivos e no planejamento dos projetos, de forma que as prioridades e necessidades de ambos sejam neles contempladas.

Afirma-se, ainda, que por meio das metodologias participativas com foco em gênero, é possível evidenciar a responsabilidade de ambos, homens e mulheres, na busca do desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, com o objetivo de buscar a equidade de gênero nos projetos turísticos de base comunitária, incorporando-se propostas e métodos das metodologias participativas com foco em gênero, apresenta-se a seguir, a metodologia deste estudo de caso na Comunidade Quilombola Morro Santo Antônio.

METODOLOGIA

O trabalho de elaboração da proposta inicial de autogestão do turismo de base comunitária com foco em gênero pela Comunidade Quilombola Morro Santo Antônio fundamentou-se nos princípios do turismo de base comunitária (MITRAUD, 2003) aliados aos do Diagnóstico Participativo com Foco em Equidade de Gênero (DPEG) proposto por Aguilar *et al.* (1999) e da perspectiva de Gênero em Desenvolvimento (GED) concebida por Zaldaña (1999). Foi composto por quatro etapas, que serão descritas a seguir: 1) preparação para as intervenções na comunidade; 2) pensando sobre questões de gênero; 3) início do pensamento em torno do turismo de base comunitária com foco em gênero; e 4) elaboração da proposta inicial de autogestão do turismo de base comunitária com foco em gênero pela Comunidade Morro Santo Antônio.

Preparação para as intervenções na comunidade

Essa primeira etapa correspondeu ao conhecimento da comunidade, seus atores e sua dinâmica cotidiana pela pesquisadora e foi composta por três trabalhos de campo: um realizado no mês de março de 2012 e outros dois no mês de abril de 2012. Nos dois primeiros trabalhos de campo utilizou-se o método de observação participante a fim de se conhecer as relações sociais dos atores entre si e a organização territorial e religiosa da comunidade. A observação participante foi obtida por meio do contato direto da pesquisadora com o fenômeno observado, para recolher as ações dos atores em seu contexto natural, a partir da perspectiva e dos pontos de vista da investigadora (CHIZZOTTI, 2001).

Com o objetivo de se conhecer a realidade cultural, social, econômica, política, territorial e ambiental da localidade, foi usado, ainda, o método da entrevista não diretiva, entendida por Chizzotti (2001) como uma forma de se colher informações acerca de um determinado assunto por meio do discurso livre do entrevistado. Dessa forma, foram realizadas conversas informais com a comunidade local, nas quais os sujeitos puderam falar de forma aberta sobre seu cotidiano e aspectos socioculturais comunitários. Ambos os métodos – de observação participante e de entrevista não diretiva – contribuíram de forma positiva para o conhecimento da realidade de vida dos sujeitos que seriam envolvidos no processo participativo proposto neste estudo.

Realizou-se, ainda, leitura e análise das atas das reuniões da Associação Quilombola Morro Santo Antônio de 1986 a 2011 e da cópia da documentação enviada por esta à Fundação Cultural Palmares na ocasião de seu reconhecimento como remanescente de quilombo. Tais dados possibilitaram a compreensão da história de formação da comunidade e, ao mesmo tempo, a análise do nível de articulação da população local em torno de seus interesses comuns.

Ao fim dos três trabalhos de campo foi realizado um encontro com as lideranças locais com o objetivo de se definir data, local, participantes e duração das reuniões propostas neste estudo de caso. Ficou acordado que elas aconteceriam na sede da associação (local central e que todos os moradores frequentam), em três sábados seguidos (dias 05, 12 e 19 de maio de 2012) e no horário de 14h às 16h. O convite para as reuniões seria feito pelo presidente da associação, que entregou a 15 famílias uma carta escrita pela pesquisadora, na qual esclarecia os objetivos dessas reuniões.

Pensando sobre questões de gênero

Nesta etapa, foi realizada a primeira reunião com a comunidade com o objetivo de iniciar o pensamento e questionamento dos sujeitos acerca das desigualdades de gênero e a necessidade de busca pela equidade entre os sexos. Utilizou-se a dinâmica “Procura-se” (Anexo 1), proposta por Aguilar et al. (1999), com o objetivo de apresentar os participantes da reunião e iniciar o pensamento coletivo sobre as relações de gênero.

Em seguida, aplicaram-se as dinâmicas “O que é bom para os homens é bom para as mulheres também?” (Anexo 2) e “Quem faz o quê... e como faz?” (Anexo 3), também desenvolvidas por Aguilar et al. (1999), com o objetivo de se reconhecer a situação geral da comunidade em relação às desigualdades de gênero e identificar a divisão do trabalho existente nesta, respectivamente.

O planejamento dessa reunião é apresentado na tabela abaixo (Tabela 1):

Tabela 1 – Planejamento da primeira reunião

Primeira reunião – 05/05/12 – Pensando sobre questões de gênero		
Horário	Recurso/atividade	Conteúdo
14h às 14h15	Exposição oral	* Apresentação da pesquisadora. * Agradecimento pela disponibilidade em contribuir com o trabalho. * Apresentação da proposta e objetivos do trabalho.
14h15 às 14h45	Dinâmica “Procura-se”	* Apresentação dos participantes. * Início do pensamento sobre as relações de gênero.
14h45 às 15h30	Dinâmica “O que é bom para as mulheres é bom para os homens também?”	* Reconhecimento da situação geral da comunidade, especialmente no que diz respeito às relações de gênero entre os moradores locais.
15h30 às 16h	Dinâmica “Quem faz o quê... e como faz?”	* Identificação da divisão do trabalho entre homens e mulheres na comunidade.
16h	Encerramento/lanche	* Agradecimento pela participação de todos. * Convite para a próxima reunião.

Início do pensamento em torno do turismo de base comunitária com foco em gênero

Ao fim da etapa de discussão e construção coletiva de ideias acerca das relações de gênero, na segunda reunião iniciou-se uma discussão sobre as possibilidades de a atividade turística fazer parte da dinâmica econômica, cultural e social da comunidade. Para tanto, foram realizadas as dinâmicas “Painéis coletivos” (Anexo 4) e “Papel amassado” (Anexo 5), propostas por Araújo (2011). Por meio delas foi possível (re) conhecer a identidade cultural local; problematizar o turismo em relação à realidade da comunidade; e, por fim, apresentar conceitos e características do turismo de base comunitária aos participantes. O planejamento dessa reunião pode ser observado a seguir (Tabela 2):

Tabela 2 – Planejamento da segunda reunião

Segunda reunião – 12/05/12 – Início do pensamento em torno do turismo de base comunitária com foco em gênero		
Horário	Recurso/atividade	Conteúdo
14h às 14h15	Exposição oral	* Retomada dos conceitos abordados na reunião anterior. * Apresentação dos objetivos da reunião.
14h15 às 15h	Dinâmica “Painéis coletivos”	* (Re)conhecimento do território e da identidade local. * Caracterização da comunidade. * Visualização dos desejos comuns da população em relação à comunidade.
15h às 15h15	Dinâmica “Papel amassado”	* Reflexão sobre as mudanças e transformações que podem ocorrer nas localidades devido à implantação do turismo.
15h15 às 15h30	Exposição oral e visual	* Refletir sobre a possibilidade de se trabalhar o turismo de base comunitária no Morro Santo Antônio.
15h30 às 16h15	Exposição oral e visual	* Pensar e registrar as ações necessárias, dificuldades e condições dos atores locais para que o turismo seja implantado na comunidade.
16h15	Encerramento/lanche	* Agradecimento pela participação de todos. * Convite para a próxima reunião.

Elaboração da proposta inicial de autogestão do turismo de base comunitária com foco em gênero pela Comunidade Morro Santo Antônio

Este último encontro realizado com a comunidade se configurou como a consolidação e organização de todas as informações coletadas nas reuniões anteriores em um documento: a proposta inicial de autogestão do turismo de base comunitária pela Comunidade Morro Santo Antônio. As atividades executadas nessa reunião encontram-se detalhadas a seguir (Tabela 3):

Tabela 3 – Planejamento da terceira reunião

Terceira reunião – 19/05/12 – Elaboração da proposta inicial de autogestão do turismo de base comunitária com foco em gênero pela comunidade		
Horário	Recurso/atividade	Conteúdo
14h às 14h15	Exposição oral	* Apresentação dos objetivos da reunião.
14h15 às 14h45	Exposição oral e visual	* Análise, avaliação e devolução das informações coletadas nas outras duas reuniões. * Validação dessas informações pela comunidade.

Terceira reunião – 19/05/12 – Elaboração da proposta inicial de autogestão do turismo de base comunitária com foco em gênero pela comunidade		
Horário	Recurso/atividade	Conteúdo
14h45 às 16h	Exposição oral e visual	* Construção da proposta de autogestão do turismo de base comunitária pela comunidade local.
16h	Encerramento/lanche	* Agradecimento pela participação de todos nas três reuniões.

Para tanto, em um primeiro momento, foram retomados e validados pelos participantes os resultados das dinâmicas realizadas nas duas primeiras reuniões. Em seguida, iniciou-se a elaboração da referida proposta de autogestão do turismo de base comunitária, utilizando-se como referência o modelo de autogestão e a estrutura de planos de desenvolvimento local propostos por Buarque (2002), cuja base é a estruturação e distribuição de responsabilidades pela execução de diversas tarefas e atividades entre os atores locais.

Segundo o autor (BUARQUE, 2002), o plano de desenvolvimento gerado em um processo de planejamento participativo pode ter várias formas de apresentação. No entanto, há informações básicas que devem ser coletadas para que o plano represente, ao mesmo tempo, um referencial para a sociedade local e um cartão de visitas da localidade na sua relação com os diversos parceiros que contribuirão na realização das ações propostas nesse plano.

Buscou-se, então, responder às seguintes perguntas concretas: o que somos? (realidade atual da comunidade); de onde viemos? (sua história e evolução recente); aonde queremos chegar com o plano? (visão de futuro); o que se deve e pode fazer para chegar aonde queremos?; com que meios se podem implementar as ações?; e como se organizar para executar e acompanhar as ações? (BUARQUE, 2002). Os resultados de todo esse processo participativo serão apresentados a seguir.

O INÍCIO DO PLANEJAMENTO TURÍSTICO DE BASE COMUNITÁRIA COM FOCO EM GÊNERO

Os primeiros trabalhos de campo¹² realizados no Morro Santo Antônio tiveram como objetivo principal o conhecimento da comunidade, seus atores e sua dinâmica cotidiana. Assim, a partir dessa primeira etapa foi possível observar que a associação comunitária possui um importante papel na articulação dos atores locais em torno de seus interesses comuns. Temas como a necessidade de melhorias infraestruturais em seu território, rezas e missas na igreja e opções de lazer e entretenimento dos moradores (festas e bailes, por exemplo) faziam parte da pauta de suas reuniões desde 1986, quando foi criada.

Além disso, nas entrevistas não diretivas, diversas pessoas confirmaram a existência de esforço coletivo para a melhoria e manutenção da infraestrutura local por meio de mutirões que, segundo elas, eram realizados com frequência. Diante de tais características, considerou-se a comunidade como um território propício para a construção de uma proposta de turismo de base comunitária com foco em gênero, uma

¹² Primeira etapa de intervenção, de preparação para as intervenções na comunidade.

vez que historicamente os atores locais vinham se mobilizando em torno de seus interesses comuns.

Por meio dos primeiros trabalhos de campo foi possível notar, ainda, a existência de uma realidade comum a diversos lugarejos rurais brasileiros: há poucas oportunidades de trabalho nessa comunidade quilombola, tanto para adultos como para jovens, o que faz com que haja evasão de moradores para outras localidades, como para a capital do estado, Belo Horizonte-MG, e para a sede de Itabira-MG. Segundo relatos, há mais de 40 anos a maioria dos homens do Morro busca emprego nos centros urbanos, onde ficam durante os dias úteis e retornam para casa apenas nos finais de semana. Algumas mulheres permanecem na comunidade, cuidando dos filhos; outras trabalham no município de Itabira-MG como domésticas. De acordo com o relato de algumas moradoras locais, as oportunidades de ocupação remunerada para as mulheres na comunidade são capinar e trabalhar na roça (que, segundo elas, são tarefas típicas dos homens).

Dessa forma, entendeu-se que a possibilidade de construção de uma proposta de turismo de base comunitária com foco em gênero no Morro Santo Antônio poderia se configurar como uma alternativa de emprego dentro da própria comunidade e, ao mesmo tempo, contribuir de forma positiva para a valorização do trabalho feminino.

Assim, na primeira reunião realizada com a comunidade¹³, buscou-se, além de conhecer as relações de gênero nela existentes, iniciar o pensamento e questionamento dos sujeitos acerca das desigualdades de gênero e a necessidade de busca pela equidade entre os sexos. Na dinâmica “Procura-se”, primeira atividade realizada com os participantes, notou-se que, entre eles, os limites entre as tarefas típicas dos homens e das mulheres não eram claros, uma vez que a maioria das atividades dos homens (capinar, “pegar no pesado”, buscar lenha, entre outras) também era realizada pelas mulheres da comunidade, o que gerou dúvidas quanto ao preenchimento das informações requeridas.

No entanto, quando foi solicitado que se lembrassem das atividades que somente as mulheres faziam (e os homens, não), rapidamente se lembraram das tarefas de cozinhar, fazer doces, limpar a casa, lavar vasilhas, etc., o que leva a crer que há sobrecarga de trabalho entre as mulheres que, além dos afazeres domésticos, também se dedicam a outras atividades que não são típicas do seu gênero.

Tais desigualdades de gênero foram identificadas, ainda, por meio da segunda dinâmica, “O que é bom para as mulheres é bom para os homens também?” Homens e mulheres participantes da reunião concordaram totalmente com as seguintes afirmações: a mulher pode se sentir realizada mesmo sem ter filhos; as mulheres são mais resistentes a doenças que os homens; o trabalho doméstico deveria ter um reconhecimento econômico; existem tarefas que são mais apropriadas para homens e outras que são mais adequadas às mulheres; e os homens são mais capazes e têm maior reconhecimento que as mulheres em momentos de negociação.

Discordaram totalmente das seguintes ideias: o casamento pode funcionar normalmente se o homem permanecer em casa e a mulher trabalhar fora; os homens são melhores que as mulheres para realizar atividades técnicas; as mulheres são mais confiáveis que os homens para cuidar dos recursos financeiros da comunidade; os homens representam adequadamente os interesses de toda a comunidade; os homens ocupam a maioria dos cargos de direção porque têm mais experiência em assuntos públicos; as mulheres não resistem adequadamente às pressões da vida pública; e as mulheres não sabem lidar com o poder.

¹³ Segunda etapa de intervenção, “Pensando sobre questões de gênero”, que contou com a presença de 11 pessoas (3 homens e 8 mulheres) de diversas idades.

Houve divergências nas opiniões dadas pelas mulheres mais velhas e as mais jovens: estas consideraram várias afirmações sexistas e aquelas, não; dados os costumes e modo de vida comum em sua época de juventude e maturidade. No entanto, de maneira geral, os presentes concordaram que é necessário haver igualdade de responsabilidades e oportunidades entre homens e mulheres na sociedade atual.

Ainda segundo os moradores locais (homens e mulheres concordaram neste aspecto), o trabalho doméstico deveria ter um reconhecimento econômico e, sobretudo, cultural, ou seja, ser valorizado como um trabalho, propriamente, pelos demais integrantes da família e, além disso, ser remunerado (uma das participantes sugeriu que seria justo o pagamento de um valor financeiro mensal pelo marido em consideração às tarefas realizadas pela esposa em casa). Precisaria ser entendido, então, como um trabalho tão penoso e digno de mérito quanto aquele que é realizado pelos homens fora de casa.

Na terceira e última dinâmica da primeira reunião – “Quem faz o quê... e como faz?” – foi possível confirmar a hipótese de que a divisão do trabalho entre os gêneros não é equitativa na comunidade, uma vez que cabe às mulheres a maior parte das tarefas cotidianas. Os participantes registraram as seguintes atividades como sendo típicas das mulheres no Morro Santo Antônio: cuidar das crianças; cuidar da criação (dos animais domésticos); lavar roupa; ler jornal; ir à igreja; estudar; ir ao salão de beleza; e cozinhar.

De acordo com a realidade local, as atividades realizadas apenas pelos homens são: sair com os amigos; dirigir; jogar futebol; fazer churrasco; e beber cerveja. As atividades comuns aos dois gêneros são: cuidar dos negócios; controlar gastos financeiros; cuidar da horta; praticar esportes; assistir TV; “pegar no pesado”; e fazer compras.

Observou-se que, apesar de haver cumplicidade entre homens e mulheres em diversas tarefas (especialmente naquelas relacionadas aos rendimentos e gastos financeiros), a vida pública é uma particularidade do sexo masculino enquanto as atividades domésticas fazem parte do universo tipicamente feminino.

Dessa forma, evidenciou-se a necessidade de construção de uma proposta de autogestão do turismo de base comunitária com foco em gênero que promovesse a valorização do trabalho doméstico da mulher ao mesmo tempo em que contribuísse para a divisão de tarefas e responsabilidades de forma justa e equitativa entre os gêneros. Tratar-se-ia, desse modo, não só da inclusão das mulheres na atividade turística, mas, também, dos homens nos diversos afazeres relativos à sua implantação e desenvolvimento.

Nesse sentido, e tendo em vista a confirmação da possibilidade de a atividade turística se tornar uma realidade no Morro Santo Antônio, a segunda reunião¹⁴ se iniciou com a dinâmica “Painéis coletivos”, na qual foi proposta a caracterização do passado, presente e futuro desejado pela comunidade.

Segundo os participantes, o modo de vida atual dos moradores locais difere sobremaneira do existente no passado. Não havia eletricidade nas casas e eram poucas as pessoas que tinham condições financeiras para comprar roupas e que tiveram a oportunidade de estudar em Itabira. Às mulheres somente era permitida a realização de atividades domésticas, enquanto os homens trabalhavam fora do Morro.

Na representação do presente da comunidade, os moradores locais destacaram seus tradicionais eventos (Festa de Santo Antônio, Semana da Consciência Negra, Baile de Sábado Aleluia, entre outros), as aulas de capoeira para os jovens e as reuniões da associação comunitária que, segundo eles, têm número

¹⁴ Terceira etapa de intervenção, “Início do pensamento em torno do turismo de base comunitária com foco em gênero”, que contou com a presença de 12 pessoas (2 homens e 10 mulheres) de diversas idades.

menor de participantes, se comparado ao do passado. Destacaram, ainda, a falta de espaços de lazer para as mulheres no Morro Santo Antônio e diversas melhorias infraestruturais do presente: ônibus coletivo, energia elétrica e posto de saúde, por exemplo.

A partir da descrição do passado e presente da localidade, perguntou-se aos participantes qual seria a sua identidade cultural, uma vez que esta é um dos principais elementos de atratividade em propostas de turismo de base comunitária. Todos concordaram que as principais características do Morro Santo Antônio são a alegria e a hospitalidade dos moradores locais.

Em relação ao futuro, os participantes da reunião esperavam obter diversas conquistas tanto para a comunidade como para os moradores, especificamente. O acesso à internet em casa, a presença de médicos mais vezes por mês e a criação de mais opções de lazer e entretenimento para mulheres e jovens, por exemplo, foram algumas das conquistas mencionadas pelo grupo. Almejavam, ainda, alcançar maior participação das pessoas nas reuniões mensais da associação, realizar melhoria paisagística da comunidade por meio da pintura e reestruturação das casas dos moradores locais e construir chalés para serem alugados aos visitantes do Morro sem, no entanto, perder as características de área rural existentes no presente. Por fim, afirmaram que um dos principais desejos da comunidade era que as pessoas pudessem ter oportunidades de trabalho e renda em seu próprio território, diminuindo, dessa forma, a evasão de jovens e adultos para outras cidades.

Assim, diante dessa visão de futuro da comunidade, perguntou-se aos participantes se a atividade turística poderia fazer parte desta e, prontamente, eles responderam que essa era a sua expectativa. Confirmou-se, dessa maneira, a esperança da comunidade no desenvolvimento do turismo como uma forma de sanar diversos problemas locais, especialmente aqueles relacionados à escassez de oportunidades de emprego.

Realizou-se, então, a segunda dinâmica da reunião – “Papel amassado” – com o objetivo de desmistificar essa visão essencialmente positiva que a comunidade tinha em relação à atividade turística. Por meio dos papéis sulfite e cartão amassados pelos participantes, refletiu-se sobre as mudanças boas e ruins que o turismo poderia causar em uma localidade e, sobretudo, a necessidade de articulação e união da comunidade para a potencialização de seus impactos positivos e a minimização dos negativos.

Seguiu-se a essa reflexão a apresentação, pela mediadora, dos princípios e características do turismo de base comunitária com o objetivo de validar esse modelo de desenvolvimento turístico como adequado, ou não, para o Morro Santo Antônio. Ao final da exposição oral e visual, os participantes concordaram com a elaboração de uma proposta turística dentro dos moldes do turismo de base comunitária para a sua localidade, uma vez que seria construída por ela própria e para o seu benefício.

Solicitou-se, então, que os moradores locais se dividissem em três grupos e registrassem em tarjetas suas condições, possíveis dificuldades e ações necessárias para o desenvolvimento do turismo no Morro (Tabela 4).

Tabela 4 – Condições, dificuldades e ações necessárias ao desenvolvimento do turismo de base comunitária no Morro Santo Antônio

Condições	Dificuldades	Ações necessárias
<ul style="list-style-type: none"> * A comunidade deverá estar preparada para receber bem os turistas * Não será aceita poluição sonora * Será necessário elaborar uma programação de dias, horários e o que há na comunidade para apresentar aos turistas * Ter cuidado com o tipo de turista, principalmente em relação às crianças e adolescentes * Não poluir as matas, córregos e cachoeiras * Os turistas deverão recolher o lixo produzido por eles na comunidade * Não será permitido trafegar em alta velocidade na localidade * Criar condições para transportar os turistas 	<ul style="list-style-type: none"> * Limpeza da cachoeira * Reunião de trabalhadores para a realização de atividades diversas * Conseguir a união de todos nas ações propostas * Ter a ajuda de todos os moradores 	<ul style="list-style-type: none"> * Voltar a ter escola na comunidade * Fazer uma trilha na mata para ser visitada pelos turistas * Realizar a limpeza da sede da associação * Escola de artesanato * Ônibus várias vezes ao dia para a comunidade * Realizar bailes mais vezes ao ano * Arrumar a pracinha com bancos, brinquedos, etc. * Criar áreas de lazer, cuidar do campo de futebol * Arrumar a estrada * Missa todos os domingos * Médico mais vezes por semana

Esses aspectos apontados pelos participantes serviram de subsídio para a construção da proposta de autogestão do turismo de base comunitária com foco em gênero na terceira reunião¹⁵ que se iniciou com a apresentação, pela mediadora, de todas as informações registradas pelos presentes nas duas reuniões anteriores e a validação dessas informações pela plenária. Os cartazes com tais informações ficaram afixados na parede, em local visível a todos, para que pudessem ser consultados na medida em que fosse necessário.

Prepararam-se outros cartazes com as perguntas-chaves, propostas por Buarque (2002) para a elaboração de planos de desenvolvimento local, que deveriam ser respondidas pela comunidade a fim de se construir a proposta inicial de autogestão do turismo de base comunitária com foco em gênero.

Assim, apresenta-se, no tópico a seguir, a proposta inicial de autogestão do turismo de base comunitária com foco em gênero pela Comunidade Morro Santo Antônio.

A proposta inicial de autogestão do turismo de base comunitária com foco em gênero pela Comunidade Quilombola Morro Santo Antônio

O que somos?

Somos moradores da Comunidade Quilombola Morro Santo Antônio, localizada na zona rural do

¹⁵ Quarta e última etapa de intervenção, “Elaboração da proposta inicial de autogestão do turismo de base comunitária com foco em gênero pela Comunidade Morro Santo Antônio”, que contou com a presença de 11 pessoas (2 homens e 9 mulheres) de diversas idades.

município de Itabira-MG, cuja principal característica é a hospitalidade, ou seja, gostamos de receber bem nossos visitantes. Não temos muitas opções de lazer para as mulheres na comunidade, mas possuímos eventos anuais tradicionais, como a Festa de Santo Antônio, a Semana da Consciência Negra, o Baile de Sábado Aleluia, entre outros, e as aulas de capoeira para os jovens.

Temos uma associação comunitária que, desde 1986, representa e defende nossos interesses comuns e por meio da qual elaboramos essa proposta inicial de autogestão comunitária do turismo.

De onde viemos?

Nossa comunidade surgiu na época da escravidão, há pelo menos 135 anos, quando escravos fugidos ou alforriados e negros que trabalhavam na Fazenda do Girau vieram para cá. No passado eram poucos os recursos e infraestrutura presentes no Morro Santo Antônio: não havia energia elétrica, as estradas eram ruins e eram raras as possibilidades de trabalho em nossa localidade. As mulheres ficavam cuidando da casa, enquanto os homens trabalhavam fora e visitavam suas famílias nos finais de semana ou uma vez por mês.

As possibilidades de trabalho continuam escassas dentro da comunidade, o que faz com que vários jovens se mudem para outras localidades e haja cada vez menos pessoas morando aqui. No entanto, atualmente temos posto de saúde, ônibus coletivo diário, energia elétrica, missas mensais e espaço próprio da associação comunitária, onde são realizadas reuniões e diversos eventos.

Aonde queremos chegar com essa proposta de autogestão?

Por meio desta proposta de autogestão do turismo de base comunitária com foco em gênero buscaremos melhorar a infraestrutura da comunidade para o bem-estar de todos e para nos preparar para receber turistas. Acreditamos que através da implantação e desenvolvimento do turismo no Morro será possível criar novas oportunidades de trabalho e geração de renda e permitir que as pessoas permaneçam na comunidade. Ao mesmo tempo, esperamos que o trabalho desempenhado pelas mulheres seja valorizado financeira e socialmente e que sejam criados novos espaços de lazer para elas.

O que se deve e pode fazer para chegar aonde queremos? Com que meios se podem implementar as ações?

Para atingirmos nossos objetivos registrados nesta proposta de autogestão, será necessário adotar ações tanto que criem infraestrutura turística na comunidade quanto que melhorem a infraestrutura urbana já existente no Morro Santo Antônio, conforme pode ser verificado na Tabela 5, a seguir.

Tabela 5 – Ações para a autogestão do turismo de base comunitária

Ações necessárias	Como realizá-las?	Quais os recursos necessários?
Elaborar um roteiro ecoturístico que englobe a visita à cachoeira e à Mata Santo Antônio.	<p>As pessoas da comunidade já conhecem as trilhas dentro da mata. Será preciso apenas limpá-las e definir como será feito o guiamento em seu interior.</p> <p>Para a limpeza da trilha será feita a convocação de toda a comunidade para a realização de um mutirão.</p> <p>Pediremos auxílio de um turismólogo da prefeitura para treinar os jovens da comunidade para trabalharem como condutores turísticos.</p>	<p>Os recursos necessários serão, basicamente, humanos: Turismólogo (ajuda técnica) e pessoas da comunidade (ajuda na limpeza e manutenção das trilhas).</p> <p>As ferramentas necessárias para a limpeza da trilha serão fornecidas pelos próprios moradores do Morro.</p>
Construir um museu sobre a história da comunidade.	<p>No local onde se encontrava a casa do Padre Zé Lopão (hoje em ruínas) será construída uma casa em estilo colonial para abrigar o museu. Buscaremos apoio técnico e financeiro da prefeitura e patrocínio de empresas locais para tanto.</p> <p>Será feita uma campanha para a arrecadação de utensílios, fotos e documentos antigos dos moradores locais para o acervo do museu.</p>	<p>Será necessária a aquisição de mobiliário e materiais de construção; e a ajuda de museólogos, turismólogos e historiadores na concepção e implantação do museu.</p>
Comercializar artesanato, quitandas e doces produzidos na comunidade.	<p>A sede da associação comunitária abrigará a loja de artesanato temporariamente, enquanto o museu não ficar pronto. Buscaremos apoio financeiro de patrocinadores para a sua estruturação e aquisição de mobiliário.</p> <p>Uma comissão especial da associação ficará responsável por mobilizar os artesãos, quitandeiras e doceiras para que possam comercializar seus produtos em um só lugar.</p> <p>Assim que esse espaço estiver estruturado, os próprios artesãos farão rodízio para atendimento nos finais de semana.</p>	<p>Mobiliário.</p>

Ações necessárias	Como realizá-las?	Quais os recursos necessários?
Implantar um restaurante, onde será servida comida caseira e típica da comunidade.	Além da loja de artesanato, a sede da associação abrigará um restaurante onde será servido almoço e jantar. Um grupo de mulheres será responsável pela estruturação do restaurante e por preparar e servir a comida. Mobiliário e demais equipamentos (talheres, panelas, pratos, etc.) serão fornecidos por esse grupo de mulheres.	Mobiliário e equipamentos relativos à alimentação.
Implantar o Projeto Cama e Café, de hospedagens domiciliares.	Acreditamos que a implantação do Projeto Cama e Café reforçará a identidade cultural da comunidade: a receptividade. Os moradores interessados poderão hospedar turistas em suas casas e receberão o auxílio técnico de um turismólogo. Essa assessoria será solicitada à prefeitura e os investimentos para a melhoria e adequação das residências serão individuais.	Além do investimento financeiro de cada morador que se propuser a hospedar turistas em suas residências, será necessária assessoria técnica de um turismólogo da prefeitura.
Implantar escola na região.	Uma comissão especial da associação ficará responsável por procurar vereadores, prefeito e representantes do governo estadual para reivindicar a implantação de uma escola para atender às crianças da região.	Materiais de construção, mobiliário, material didático, contratação de professores e de transporte escolar.
Limpar e requalificar a sede da associação comunitária.	Será feita uma campanha na comunidade para que todos se empenhem na busca de patrocínios (prefeitura e empresários locais) e doações para a compra de materiais para a requalificação da sede da associação. Também serão realizadas festas para a arrecadação de recursos. Será marcado, no dia da reunião da associação, um mutirão para a realização da ação. Ferramentas e produtos de limpeza serão trazidos de casa pelos moradores da comunidade.	Materiais de construção, de limpeza e ferramentas.

Ações necessárias	Como realizá-las?	Quais os recursos necessários?
Capacitar os artesãos da comunidade através de cursos diversos.	Apresentaremos essa necessidade na reunião da associação e pediremos o empenho de todos no contato com artesãos itabiranos. A ideia é fazer uma parceria com a associação de artesãos ou com eles, individualmente, para que possam ministrar cursos gratuitos na comunidade. Os materiais e matérias-primas necessárias serão compradas pelos alunos e parte delas com recursos da associação.	Artesãos para ministrarem os cursos, materiais específicos e matérias-primas.
Reivindicar a presença de transporte coletivo mais vezes por dia na comunidade.	Uma comissão especial da associação irá procurar a Viação Cisne e o Departamento de Trânsito (Transita) para reivindicar esse direito.	Ofícios em nome da comunidade e participação em reuniões.
Construir uma praça na comunidade.	Uma comissão especial da associação buscará patrocínio com empresas locais (Vale) e prefeitura. Assim que conseguirmos os materiais necessários, será realizado um mutirão para a construção da praça.	Materiais de construção e equipamentos diversos. Recursos humanos: moradores da comunidade.
Limpar a cachoeira.	Uma comissão especial ficará responsável por procurar a empresa de coleta de lixo da cidade (Itaurb) para pedir mais fiscalização (para que as pessoas não joguem lixo no córrego), a instalação de lixeiras e intensificação da coleta de lixo na comunidade (quinzenal). Faremos placas educativas para sensibilizar moradores locais e visitantes. Pediremos auxílio técnico da Secretaria de Meio Ambiente para a implantação de fossas de bananeira (bacias de evapotranspiração) para que o esgoto produzido não seja mais jogado no córrego.	Lixeiras, placas educativas, materiais para a construção das fossas de bananeira.

Ações necessárias	Como realizá-las?	Quais os recursos necessários?
Construir quadra poliesportiva na sede da associação.	Onde hoje há um campo de futebol na sede da associação, será construída uma quadra poliesportiva (para lazer e realização de eventos). Uma comissão especial da associação buscará patrocínio com empresas locais (Vale) e prefeitura. Assim que conseguirmos os materiais necessários, será realizado um mutirão para a construção da quadra.	Materiais de construção e equipamentos diversos. Recursos humanos: moradores da comunidade.
Asfaltar a estrada de acesso à comunidade.	Uma comissão especial da associação ficará responsável por entrar em contato com a empresa Vale e a prefeitura para que realizem essa ação.	Ofícios em nome da comunidade e participação em reuniões.
Reivindicar a presença de médicos mais vezes por semana no posto de saúde.	Uma comissão especial da associação irá procurar a Secretaria Municipal de Saúde e o Conselho Municipal de Saúde para reivindicar esse direito.	Ofícios em nome da comunidade e participação em reuniões.

Como se organizar para executar e acompanhar as ações?

Dentro da estrutura da Associação Comunitária serão criadas duas comissões compostas por, no mínimo, quatro pessoas (homens e mulheres): uma delas se dedicará à infraestrutura comunitária e a outra, à infraestrutura turística. Ambas serão responsáveis por representar a comunidade em momentos e reuniões específicas (sobretudo com representantes de empresas locais, prefeitura e conselhos municipais), articular as ações, incentivar e organizar a participação de todos os moradores nessas reuniões, campanhas e mutirões. A cada reunião da associação comunitária, os relatores dessas duas comissões irão informar a todos o andamento de cada uma das ações propostas.

Será dada prioridade às ações de infraestrutura comunitária, uma vez que são mais urgentes e darão sustentação ao início do desenvolvimento do turismo no Morro Santo Antônio. Em longo prazo, quando forem implantadas as ações de infraestrutura turística, parte dos recursos financeiros oriundos dessa atividade serão utilizados para o bem comum de toda a comunidade. Será marcada uma assembleia especial da associação para que seja definido um percentual simbólico dos lucros obtidos na venda do artesanato, quitandas e doces, guiamento nas trilhas, hospedagem e restaurante que deverá ser repassado à associação. Esse dinheiro será utilizado na manutenção dos espaços públicos, aquisição de materiais, construção do museu, folders de divulgação, compra de material de consumo para o posto de saúde, etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se, por meio deste estudo de caso, construir uma proposta inicial de autogestão do turismo de base comunitária com foco em gênero na Comunidade Quilombola Morro Santo Antônio. Para tanto, utilizaram-se metodologias participativas com foco em gênero como forma de se reduzirem as desigualdades de gênero comumente provocadas pelo desenvolvimento da atividade turística nos territórios.

Acredita-se que a principal contribuição dessas metodologias participativas com foco em gênero para o início do planejamento turístico de base comunitária proposto neste estudo foi possibilitar a identificação das diferenças existentes entre homens e mulheres da comunidade, a posição e condição que ambos ocupavam no seu espaço cotidiano intrafamiliar e coletivo. E, assim, conhecendo-se essas diferenças existentes na comunidade, foi possível conceber ações que as minimizassem, buscando-se evidenciar a responsabilidade de todos na busca do desenvolvimento turístico sustentável.

A necessidade de valorização do trabalho predominantemente doméstico realizado pelas mulheres, por exemplo, foi incorporada à proposta inicial de autogestão do turismo na comunidade por meio da concepção de um espaço para a comercialização de quitandas, artesanato e doces nela produzidos, além do restaurante, que seria gerido pelas moradoras do Morro. Acredita-se que, por meio dessas ações, além de se contribuir de forma positiva para a autonomia financeira feminina, seriam criadas possibilidades de trabalho dentro da comunidade e novos espaços de sociabilização para as mulheres no âmbito desta (percebeu-se, ao longo das intervenções, que a vida pública era uma particularidade dos homens).

Afirma-se, portanto, que o uso das metodologias participativas com foco em gênero aliado à proposta do turismo de base comunitária contribuiu de forma positiva para que a proposta de autogestão elaborada pela comunidade, além de ser mais crítica e contextualizada à sua realidade local, não reafirmasse as desigualdades de gênero nela existentes.

No entanto, esclarece-se que a elaboração desta proposta de autogestão do turismo de base comunitária com foco em gênero no Morro Santo Antônio configurou-se como a primeira etapa do que seria um longo processo de planejamento e gestão da atividade turística em seu território, caso a comunidade, de fato, decidisse implantar o turismo de base comunitária. Entretanto, os moradores do Morro Santo Antônio, por falta de iniciativa e mobilização em torno desse objetivo, especificamente, não concretizaram o plano elaborado por eles durante as intervenções da pesquisadora.

A comunidade continua recebendo, eventualmente, turistas interessados em conhecer o território quilombola, mas ainda não há, por parte dos moradores, nenhuma organização para atendê-los. Da mesma forma, os eventos promovidos pela Associação Quilombola Morro Santo Antônio têm grande repercussão entre os alóctones que visitam a localidade.

Nesse sentido, entende-se que seria necessário o acompanhamento técnico e profissional da implantação de cada uma das ações propostas pelos moradores durante a intervenção da pesquisadora para que se assegurasse o desenvolvimento do turismo local e, além disso, a igualdade de responsabilidades e de oportunidades entre homens e mulheres nessa atividade. Ressalta-se que as relações de gênero na comunidade também não mudaram: observam-se, ainda, as mesmas desigualdades entre homens e mulheres identificadas tanto na etapa de preparação para as intervenções da pesquisadora como na das reuniões realizadas no Morro Santo Antônio.

Por fim, espera-se que este estudo tenha contribuído de forma positiva para se pensar a necessidade constante da busca pela equidade de gênero nos projetos turísticos atuais e que motive a elaboração de novos trabalhos no campo do turismo e relações de gênero.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, L.; VALENCIANO, G. B.-I.; CHACON, E. Quién busca... encuentra: elaborando diagnósticos participativos con enfoque de género. Costa Rica: Master Litho, 1999, v. 2, 84 p.

ARAÚJO, M. O início do pensamento em torno do turismo de base comunitária: estudo de caso na comunidade de Galileia, município de Caparaó, Minas Gerais, Brasil. *Revista Turismo em Análise*, v. 22, n. 2, p. 238-275, Agosto-2011.

BESSA, A. S. M. A construção das paisagens turísticas nos descaminhos da Estrada Real. São Paulo: FAUUSP, 2011. Tese. 280p.

BRASIL. Fundação Cultural Palmares. Portaria n. 98, de 26 de novembro de 2007.

BUARQUE, S. C. Construindo o desenvolvimento local sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002, 180p.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 2001, 164p.

DI CIOMMO, R. C. Pescadoras e pescadores: a questão da equidade de gênero em uma reserva extrativista marinha. *Revista Ambiente e Sociedade*, Campinas, v. X, n. 1, p. 151-163, Jan-Jun-2007.

FERNANDES, L. Turismo comunitário: uma proposta em construção – O caso do Brasil. In: NEUHAUS, E.; SILVA, J. S. da (Org.). Um outro turismo é possível! Reflexões sobre desigualdades, resistências e alternativas no desenvolvimento turístico. Fortaleza-CE, 2006, p. 53-57. Disponível em: <<http://www.sits2008.org.br/oktiva.net/1893/secao/16333>>. Acesso em: 03 out. 2011.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 150p.

MENDONÇA, T. C. de. Turismo e participação comunitária: Prainha do Canto Verde, a “canoa” que não quebrou e a “fonte” que não secou? Rio de Janeiro: UFRJ, 2004. Dissertação. 192f.

MITRAUD, S. Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento sustentável. Brasília: WWF-Brasil, 2003, 470p.

PARISIUS, C. Treinamento de sensibilização e capacitação para as relações de gênero. In: Introdução a metodologias participativas. KLAUSMEYER, A.; RAMALHO, L. (Org.). Recife: SACTES-DED, 1995, p. 175-206.

PORTELLA, A. P. O turismo sexual em Pernambuco. In: NEUHAUS, E.; SILVA, J. S. da (Org.). Um outro turismo é possível! Reflexões sobre desigualdades, resistências e alternativas no desenvolvimento turístico. Fortaleza: Instituto Terramar, 2005, p. 7-12.

SILVA, J. M. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. In: Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. SILVA, J. M. (Org.). Ponta Grossa, PR: Todapalavra, 2009, p. 92-113.

VERDEJO, M. E. Diagnóstico Rural Participativo – guia prático. Brasília, Secretaria da Agricultura Familiar, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, 137p.

ZALDAÑA, C. P. La Unión hace el poder: procesos de participación y empoderamiento. Costa Rica: Master Litho, 1999, v. 5, 99p.

ANEXOS

Anexo 1 – Descrição da dinâmica “Procura-se” (AGUILAR et al., 1999, p. 25)¹⁶

Objetivo: realizar a apresentação dos participantes e iniciar o pensamento em torno das relações de gênero.

Materiais: papéis impressos com informações a serem preenchidas pelos participantes; lápis; borrachas.

Procedimento: todos os participantes recebem uma folha na qual está escrito “Procura-se”. Em um quadrado localizado na parte superior do papel deve-se fazer um desenho de si mesmo.

Em seguida, responde-se às seguintes questões:

- escreva algo que você goste de fazer e que é típico do seu gênero;
- algo que você não goste de fazer e que é típico do seu gênero;
- algo que você goste de fazer e que não é típico do seu gênero;
- algo que você não goste de fazer e que não é típico do seu gênero.

Por fim, anota-se uma recompensa que deverá ser dada à pessoa que descobrir quem escreveu essas informações. Assim que terminam de preencher a folha, estas são recolhidas e segue-se a leitura das informações, com o objetivo de encontrar as pessoas que são procuradas. Quem adivinhar ganha a recompensa prometida.

¹⁶ Denominação original: “Se busca” (AGUILAR et al., 1999).

Anexo 2 – Descrição da dinâmica “O que é bom para as mulheres é bom para os homens também?” (AGUILAR *et al.*, 1999, p. 40) 17

Objetivo: reconhecer a situação geral da comunidade em relação às desigualdades de gênero.

Materiais: cartazes; pincéis.

Procedimento: preparar cartazes com um questionário com afirmações sobre as relações entre homens e mulheres e afixá-los em um local visível para todos. Ler cada uma dessas afirmações e perguntar, separadamente, para os homens e mulheres presentes se concordam totalmente, concordam parcialmente, discordam totalmente ou discordam parcialmente com elas e registrar nos cartazes aquilo que a maioria dos homens e das mulheres apontar. Permitir que sejam feitas justificativas e contestações das opiniões uns dos outros. Identificar momentos em que mulheres e homens pensam da mesma forma e quando há divergência.

Afirmações:

1. As crianças precisam mais da ajuda da mãe do que do pai.
2. As mulheres são melhores para criarem seus filhos, por causa do seu instinto maternal.
3. Os homens são mais racionais que as mulheres e as mulheres são mais sentimentais que os homens.
4. A responsabilidade de sustentar a família é do homem.
5. Um homem não pode dar cuidado adequado às crianças.
6. A maior responsabilidade em evitar gravidez é da mulher.
7. O casamento pode funcionar normalmente se o homem permanecer em casa e a mulher trabalhar fora.
8. A mulher pode se sentir realizada mesmo sem ter filhos.
9. O homem deve ser o chefe da casa.
10. As mulheres são mais resistentes a doenças que os homens.
11. O trabalho doméstico deveria ter um reconhecimento econômico.
12. Existem tarefas que são mais apropriadas para homens e outras que são mais adequadas às mulheres.
13. Na hora de tomar decisões, os homens são melhores que as mulheres.
14. As mulheres são mais pacíficas que os homens.
15. Os homens são melhores que as mulheres para realizar atividades técnicas.
16. As mulheres são melhores que os homens para realizar atividades manuais.
17. As mulheres faltam mais ao trabalho devido a doenças e mal-estar próprios delas.
18. As mulheres são mais confiáveis que os homens para cuidar dos recursos financeiros da comunidade.

17 Denominação original: “Lo que es bueno para el ganso... es bueno para la gansa?” (AGUILAR *et al.*, 1999).

19. Os homens são mais capazes e tem maior reconhecimento que as mulheres em momentos de negociação.

20. Os homens são melhores que as mulheres desempenhando funções que impliquem responsabilidade e tomada de decisões.

21. As mulheres são mais eficientes que os homens em tarefas comunitárias.

22. As mulheres são mais honestas que os homens.

23. Os homens devem representar a família na hora de tomar decisões sobre o lar.

24. As mulheres que têm filhos pequenos não devem participar de atividades comunitárias, fora de casa.

25. As mulheres não devem realizar trabalhos que impliquem esforço físico.

26. Os homens representam adequadamente os interesses de toda a comunidade.

27. Os homens ocupam a maioria dos cargos de direção porque têm mais experiência em assuntos públicos.

28. As mulheres não resistem adequadamente às pressões da vida pública.

29. As mulheres não sabem lidar com o poder.

30. A mulher cuida mais da natureza que o homem.

Modelo de tabela a ser preenchida:

	Concordam totalmente	Discordam totalmente	Concordam parcialmente	Discordam parcialmente
Afirmação 1				
Afirmação 2...				

Anexo 3 – Descrição da dinâmica “Quem faz o quê... e como faz?” (AGUILAR et al., 1999, p. 48)

Objetivo: identificar a divisão do trabalho entre homens e mulheres na comunidade.

Materiais: recortes de revistas mostrando diferentes atividades cotidianas; fita-crepe; figura de homem, mulher e ambos.

Procedimento: mostrar diversas imagens que ilustram diferentes atividades cotidianas aos participantes, que deverão dizer a quem cabe aquela tarefa na comunidade ou na sua casa (homem ou mulher). Considerar a opinião da maioria e, em caso de divergência, conversar sobre a atividade representada pela figura.

Anexo 4 – Descrição da dinâmica “Painéis coletivos” (ARAÚJO, 2011, p. 259)

Objetivo: (re)conhecer o território e a identidade cultural local. Realizar a caracterização da comunidade a partir do ponto de vista dos atores locais.

Materiais: cartolinas; cola; tesouras; lápis; canetas coloridas; borrachas; revistas.

Procedimento: dividir os participantes em três grupos que representarão, por meio de imagens recortadas de revistas, desenhos ou palavras, o passado, presente e futuro da comunidade. Estimular os atores locais a falarem, posteriormente, sobre as características representadas nos cartazes.

Anexo 5 – Descrição da dinâmica “Papel amassado” (ARAÚJO, 2011, p. 259)

Objetivo: refletir sobre as possíveis mudanças que o turismo acarreta nas localidades. Reforçar a importância da articulação da comunidade para a minimização dos impactos negativos em um território.

Materiais: papel sulfite; papel-cartão.

Procedimento: cada participante recebe uma folha de papel sulfite e outra de papel-cartão do mesmo tamanho. Pede-se que eles amassem ambas as folhas, com apenas uma das mãos e, em seguida, que tentem desamassá-las. Comparam-se as marcas deixadas nos papéis com os impactos causados pela atividade turística nas localidades.



Turismo comunitário: possibilidade de adaptação diante das mudanças ambientais e climáticas¹

Community tourism: the possibility of facing adaptation to environmental and climate change

Turismo comunitario: posibilidad de adaptación frente a los cambios ambientales y climáticos

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1143>

Isabel Jurema Grimm < isabelgrimm@gmail.com >

Universidade Positivo, UP, Brasil.

Carlos Alberto Cioce Sampaio < carlos.cioce@gmail.com >

Universidade Positivo, UP, Brasil. Universidade Regional de Blumenau, Furb, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 21-out-2015

Aceite: 21-jul-2016

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

GRIMM, I. J.; SAMPAIO, C. A. C. Turismo Comunitário: possibilidade de adaptação diante das mudanças ambientais e climáticas. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 62-78, ago. 2016.

¹ Artigo apresentado no XII Seminário Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo – ANPTUR, realizado entre os dias 30 de outubro e 02 de novembro de 2015 na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



RESUMO

As reflexões neste artigo emergem da evidência de que existem povos, grupos e/ou comunidades que resistem à força imperativa e hegemônica do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, situação percebida nas comunidades de pescadores do litoral paranaense. Neste artigo pretende-se analisar se o turismo comunitário pode ser uma alternativa que contraponha ao desemprego, exploração ou transformação dos modos de vida tradicionais e como estratégia de adaptação ante as mudanças ambientais e climáticas ocorridas nesses territórios. A metodologia exploratória contou com pesquisa de campo e aplicação de questionário com moradores da região do Parque Nacional do Superagui em Morretes (PR) visando observar suas percepções dos problemas ambientais e climáticos ali desencadeados. Adotam-se como unidade de análise as vilas de Barbados e Barra do Superagui. Os resultados sinalizam que o turismo comunitário pode ser estratégia de diversificação econômica e adaptação das comunidades diante das mudanças ambientais e climáticas que afetam seus meios de subsistência, vez que a atividade ocorre na região, embora em pequena escala e ainda não planejada.

Palavras-chave: Turismo de base comunitária. Desenvolvimento. Mudanças Climáticas.

ABSTRACT

The reflections in this article arise from the evidence that exist people, groups and / or communities that resist to the imperative and hegemonic force of development such as a synonymous of economic growth, a situation perceived in fishing communities on the coast of Parana. This article aims to analyse whether Community tourism can be an alternative to face or avoid unemployment, exploitation and transformation of traditional ways of life and such as an adaptation strategy to addressing environmental and climate changes in these territories. Exploratory methodology included field research and questioning the residents of the region Superagui National Park in Morretes (PR), in order to observe their perception of environmental and climate problems. It was adopted such a unit of analysis the people of Barbados and Barra do Superagui. The results indicate that community-based tourism can be a strategy of economic diversification and adaptation of communities to environmental and climatic changes affecting their livelihoods, since the activity is carried out in the region, albeit on a small scale and unplanned yet.

Keywords: Community tourism. Development. Climate Changes.

RESUMEN

Las reflexiones en este artículo surgen de la evidencia de que existen personas, grupos y / o comunidades que resisten a la fuerza imperativa y hegemónica del desarrollo como sinónimo de crecimiento económico, una situación percibida en las comunidades pesqueras en la costa del Paraná. Este artículo tiene como objetivo analizar si el turismo comunitario puede ser una alternativa para contrarrestar el desempleo, la explotación y la transformación de las formas tradicionales de vida y como una estrategia de adaptación frente a los cambios ambientales y climáticos en estos territorios. La metodología exploratoria incluyó la investigación de campo y el cuestionamiento a los residentes de la región del Parque Nacional Superagui en Morretes (PR), con el fin de observar su percepción acerca de los problemas ambientales y climáticos. Se adoptó como unidad de análisis los pueblos de Barbados y Barra do Superagui. Los resultados indican que el turismo comunitario puede ser una estrategia de diversificación económica y adaptación de las comunidades frente a los cambios ambientales y climáticos que afectan a sus medios de vida, ya que la actividad se lleva a cabo en la región, aunque en pequeña escala y no planificada todavía.

Palabras claves: Turismo Comunitario. Desarrollo. Cambio Climático.

INTRODUÇÃO

Com objetivo de conseguir matérias-primas e áreas de destinação de resíduos, grupos corporativos infundem um regime de exploração e incorporação de novos territórios (ALIER, 2007), ameaçando a “resiliência local” (p. 79), pois extrapola a forma de apropriação dos recursos naturais pelas comunidades tradicionais e impõem novas formas de relação com a natureza, ou seja, se antes grupos tradicionais faziam uso dos recursos com foco a atender suas necessidades específicas, com a racionalidade econômica dinâmica de exploração, que visa suprir o mercado consumidor crescente e ilimitado (LEFF; ALIER, 2007), essa relação passa por transformações cada vez mais intensas e profundas.

Esse é o caso dos pescadores tradicionais, moradores no entorno ou interior do Parque Nacional (ParNa) do Superagui em Guaraqueçaba (PR), que cada vez mais deverão enfrentar novos desafios relacionados à pesca, pois algumas espécies, em virtude da exploração e das mudanças ambientais e climáticas, já não são encontradas no litoral. Esse fato, junto a pouca ou nenhuma diversidade econômica local, influencia na capacidade adaptativa dessas comunidades ante as mudanças ambientais e climáticas, sendo necessárias novas estratégias de desenvolvimento consideradas sustentáveis para o território.

Entre as atividades econômicas possíveis, o turismo tem se demonstrado como alternativa de desenvolvimento configurando-se na principal ou, muitas vezes, a única fonte de renda de muitos países, regiões ou comunidade (OMT, 2008). O grande desafio está em promover o desenvolvimento por meio da atividade turística de forma sustentável e não somente como sinônimo de crescimento econômico, principalmente quando atinge poucos segmentos ou está restrito a grupos economicamente privilegiados da população.

Nesse contexto, a contribuição do setor turístico para a diversificação econômica nas comunidades, como um dos pilares do desenvolvimento sustentável, encontra na dimensão comunitária possibilidade de impulsionar o desenvolvimento local e regional, oferecendo oportunidade de trabalho e renda, especialmente para mulheres e jovens, contribuindo no combate ao êxodo e oferecendo estratégia de adaptação de baixo carbono, como sugere o desenvolvimento do turismo comunitário, solidário e sustentável – TCSS.

Por essa via, as reflexões neste artigo emergem da evidência de que existem povos, grupos e/ou comunidades que resistem à força imperativa e hegemônica do desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, e apresentam em seus modos de vida, alternativas ao processo capitalista, que esgota os recursos naturais. Diante do exposto, neste artigo busca-se analisar se o turismo comunitário pode ser uma alternativa que contraponha ao desemprego, exploração ou transformação dos modos de vida tradicionais e como estratégia de adaptação ante as mudanças ambientais e climáticas ocorridas nesses territórios.

A metodologia parte do estudo exploratório e pesquisa de campo, com aplicação de questionário a moradores da região do Parque Nacional do Superagui em Morretes, litoral norte do Paraná, para uma leitura do “olhar” dos moradores sobre os problemas ambientais e climáticos desencadeados no território nos últimos tempos. Adotaram-se como unidade de estudo as vilas de Barbados e Barra do Superagui. Os resultados sinalizam que o turismo comunitário solidário e sustentável pode ser uma estratégia de diversificação econômica e adaptação das comunidades ante as mudanças ambientais e climáticas que afetam seus meios de subsistência, vez que a atividade ocorre na região, embora em pequena escala e ainda não planejada.

Desenvolvimento e mudança ambiental e climática

Padrões de desenvolvimento foram concebidos a partir da relação produção e consumo, e o gênese da problemática ambiental está justamente no processo de expansão do modo de produção capitalista, dos padrões tecnológicos que visam maximizar os ganhos em curto prazo gerando efeitos econômicos, ecológicos e culturais desiguais na sociedade – o que serve para um não serve para o outro (LEFF, 1994; FOLADORI, 2001). Contudo, Foladori (2001) destaca, apesar das relações capitalistas pressionarem mais fortemente a destruição do meio ambiente, que não quer dizer que não haja outras pressões em outras formas de economia e produção que resultem o mesmo efeito. Para Sampaio (2012), o senso comum do desenvolvimento que se convencionou chamar de “bom desenvolvimento”, atrelado ao utilitarismo, favoreceu o desencadeamento de crises de valores, conceitos e projetos, da qual a crise ambiental é uma das maiores expressões.

Nesse debate, o turismo como atividade econômica se desenvolve no âmbito do capitalismo. A magnitude atual e a expansão do setor como atividade global são relativamente recentes, que ocorreu notadamente após a Segunda Grande Guerra, e caracteriza-se, atualmente, pelo elevado número de deslocamentos de pessoas por motivação não apenas de lazer, mas de negócio, estudo, profissional, religioso, saúde, entre outros. Essa realidade, promovida, em especial, pelo avanço tecnológico nas áreas de transportes e comunicação, favoreceu o estabelecimento de uma oferta diversificada, que permite atrair uma demanda segundo seus interesses e necessidades específicas.

Como as demais atividades econômicas, o turismo contribui para a geração de trabalho e renda, preservação do meio ambiente, fortalecimento da cultura, mas, também é gerador de problemas ambientais decorrentes do seu mau planejamento.

Apesar de seu franco desenvolvimento, nas últimas décadas do século XX, o modelo turístico baseado no consumo de “massa” começou a dar sinais de esgotamento. A “indústria sem chaminés” demonstrou que poderia ser tão poluente ou destruidora quanto qualquer fábrica. E o estímulo à especulação imobiliária, aumento do custo de vida, destruição de ecossistemas para a construção de grandes empreendimentos hoteleiros, estímulo às migrações e superpopulação foram apenas alguns dos inúmeros fatores que transformaram a vida de pequenos lugarejos (FERREIRA; CARNEIRO, 2005). Acrescenta-se a esses fatores a contribuição do turismo para a emissão dos gases de efeito estufa, cuja demanda mundial do turismo, em especial as viagens aéreas, tem colaborado para o aquecimento global.

Dessa forma, o turismo que vem sendo discutido, ora como atividade econômica, ora como atividade econômica socioambiental, tem originado impactos diversos sobre o meio ambiente, contribuindo com parte importante de emissões de gases de efeito estufa, tendo em vista sua logística (transporte de passageiros) e infraestrutura (alojamento) (SIMPSON *et al.*, 2008; MORENO, 2010; RIBOT, 2011; GRIMM *et al.*, 2013; 2016).

Embora o turismo se apresente sensível aos eventos do clima e suas variações, até recentemente, tanto o setor como a comunidade acadêmica, pouco haviam pesquisado quer sobre os impactos das alterações climáticas na atividade turística quer, inversamente, sobre o peso que o turismo e atividades com ele relacionadas têm surtido nas mudanças ambientais globais (SCOTT *et al.*, 2009).

Diante dessa realidade, a Organização Mundial do Turismo (OMT) vem fortalecendo o debate sobre mudanças climáticas globais, o que reflete a preocupação que o tema traz para o setor turístico, para os

próprios turistas e para as economias que se apoiam no gasto derivado, tendo em vista que os efeitos da mudança do clima poderão afetar o conjunto do sistema turístico (Sistur): oferta, demanda, espaço geográfico turístico e agentes. Tudo isso repercutirá na necessidade de estratégias para o fomento de sistemas menos poluentes, de planos de mobilidade sustentáveis nos destinos, estímulo às viagens de lazer e férias mais próximas da residência, implantação de sistema de energia renovável e sistemas de gestão.

Adaptação das comunidades tradicionais ante os eventos ambientais e climáticos

Apesar de sua importância, até recentemente, o tema da adaptação às mudanças climáticas foi tratado de forma marginal em círculos acadêmicos, políticos e no discurso geral sobre a mudança do clima. Muitos acreditavam que investir recursos e esforços na direção da adaptação aos impactos da mudança climática induzida por atividades humanas poderia desviar o “foco principal” de resposta ao problema, historicamente definido em termos da mitigação das causas, ou seja, emissões crescentes de GEE. Outros, mais céticos, acreditavam que as adaptações necessárias aconteceriam de forma automática, natural, uma vez que as mudanças ambientais se tornassem visíveis.

Tal pensamento, apesar de ter alguma validade e comprovação empírica, ignora as crescentes desigualdades presentes no mundo atual em termos de recursos, capacidade e responsabilidade sobre as causas e consequências do aquecimento global (ADGER *et al.*, 2006). Também ignora a dependência de diversas sociedades, de forma específica as tradicionais, em relação a vários recursos naturais e serviços ecossistêmicos que poderão ser extintos ou danificados em consequência da mudança ambiental global (DIEGUES, 1993), incluindo a climática.

A redução da vulnerabilidade, como problema socioeconômico e ambiental, e a mudança climática como adicional aos problemas existentes, não podem ser relegadas a segundo plano, como se tudo dependesse do acaso (ADGER *et al.*, 2009). A adaptação às mudanças climáticas não demanda uma agenda exótica de ações nunca antes tentadas. A maioria das medidas, como obras de saneamento ambiental, remoção de pessoas de áreas de risco e melhor tecnologia para a agricultura, deveria ser realizada mesmo se a transformação no clima não estivesse ocorrendo.

Em relação às populações existentes no entorno imediato do ParNa do Superagui e ainda dentro dele dedicam-se quase que exclusivamente à pesca, sendo que apenas uns poucos continuam plantando mandioca, banana e milho. A organização econômica dessas comunidades, fundada na pesca e/ou lavoura, é desenvolvida em moldes tradicionais, alternando-se conforme a época, sendo, tanto uma como outra atividade, exploradas a partir das especificidades do ambiente, mediante tecnologia rústica ou artesanal. O produto obtido da pesca depende muito da localização geográfica da comunidade, a qual não costuma se afastar do local em que habita para desempenhar suas atividades (CUNHA; ROUGELLE, 1989; FARACO, 2012).

Apesar dessas comunidades pouco contribuírem para o aquecimento global, os efeitos adversos do fenômeno são percebidos localmente, afetando principalmente seus modos de subsistência. Apresentam-se mais suscetíveis às mudanças ambientais e aos eventos climáticos por habitarem áreas de maior risco em situações de seca, enchentes, tempestades e deslizamentos, fenômenos que têm se tornado cada vez mais frequentes. Dispondo de poucos recursos, ficam à mercê da ajuda do poder público quando os problemas ocorrem. Essa situação exige acesso a alternativas econômicas capazes de gerar trabalho e renda local sem, contudo, acarretar impactos ambientais nesta que é uma área protegida legalmente.

Este cenário deve considerar alternativas de enfrentamento dos impactos que garantam redução na vulnerabilidade² e façam parte da agenda governamental de todos os países, onde as ações e estratégias de adaptação sejam tratadas como processo contínuo e não como uma ação isolada, única, que se finaliza em si mesma (OBERMAIER; ROSA, 2012). A capacidade adaptativa dos grupos vulneráveis depende do tipo de perigo³ a ser experimentado (MARTINS; FERREIRA, 2010), cuja ação de enfrentamento deve ser uma medida permanente, e não algo que se resolve agora, sobre um determinado problema climático que afeta uma população e, depois, no ano seguinte, se avalia o que pode ser melhorado caso o problema volte a surgir. Capacidades adaptativas não necessariamente são limitadas a renda, ela inclui falta de acesso, conhecimento, políticas agrícolas, exclusão social e outros fatores (OBERMAIER; ROSA, 2012).

Comunidades tradicionais podem desempenhar importante papel para a minimização dos efeitos das mudanças ambientais e climáticas (IPCC, 2013). No Brasil, por exemplo, há acordos para a conservação de áreas naturais que envolvem comunidades locais para garantir o fornecimento de serviços ecossistêmicos, bem como iniciativas que mobilizam comunidades para discutir as mudanças climáticas e seus impactos sobre os territórios tradicionais. Trata-se de um tipo de iniciativa que representa diversos benefícios, como a manutenção dos recursos e o aumento da renda dos povos tradicionais.

Da mesma forma, essas comunidades, por meio do desenvolvimento do turismo comunitário, solidário e sustentável, podem contribuir com seus modos de vida – principal atrativo turístico –, na busca de alternativas sustentáveis para atividades socioprodutivas, sobretudo quando essas atividades podem conter componentes de risco ambiental. Essa modalidade de turismo tem contribuído também para a adaptação das comunidades ante a vulnerabilidade de seus territórios às mudanças ambientais, em perspectiva de diversificação socioeconômica e conservação da biodiversidade, tanto ou mais quanto a tímida e ainda pouca definida política de crédito de carbono (GRIMM *et al.*, 2013).

Turismo, estratégia de adaptação socioeconômica a partir dos modos de vida tradicionais

O turismo com o significado comunitário, solidário e sustentável (TCSS) sugere alteridade entre modos de vida. Comunidades que conservam modos de vida tradicionais podem contribuir para melhor se compreender que bem viver não é necessariamente sinônimo de alto padrão de consumo, como que fosse possível comprar felicidade. Comunidades não urbanas podem servir de laboratórios do bem viver, para que residentes e partícipes de modos de vida urbanizados, que por mais que tenham suas unidades familiares bem equipadas, ainda, assim, sem necessidade de preencher o esvaziamento imaterial provocado por uma sociedade de consumo (SAMPAIO *et al.*, 2014).

O turismo comunitário, solidário e sustentável pode proporcionar a todos os agentes envolvidos nas comunidades, melhoria do nível e qualidade de vida, prosperidade dos microempreendimentos e diversificação econômica fortalecendo a capacidade adaptativa das comunidades ante os eventos extremos que possam ocasionar prejuízos a suas atividades econômicas tradicionais e, conseqüentemente, desenvolvimento de seus territórios (GRIMM, 2016).

² Vulnerabilidade é definida por Marandola et al. (2014, p. 147) como a capacidade de resposta que um indivíduo ou grupo social possui para responder ao perigo, dada pelas condições sociais, econômicas, geográficas, etc. que possuem.

³ Para Marandola et al. (2014), existe uma variedade de termos que se associam, contudo, sem comportar precisão conceitual: “riscos, perigos, insegurança, incerteza, ameaça, fragilidade, suscetibilidade (p. 47)”. O risco é “a probabilidade de ocorrência do perigo (não apenas em sentido matemático, mas no sentido da ameaça que carrega, do espectro da insegurança e de seu potencial gerencial), e o perigo como o substantivo, o evento em si”.

A capacidade que as comunidades tradicionais possuem de se relacionar com um meio ecológico complexo, identificando, por exemplo, as diferenciações na fauna e na flora, as diversas espécies existentes, suas formas de vida e funções, pode ser considerada prova do patrimônio cultural, graças a um saber prático que valoriza e preserva os ecossistemas e que muitas vezes é visto como práticas improdutivas pelas sociedades modernas (CASTRO, 2000, p. 166).

Esses modos de vida, produção e conhecimento caracterizam-se como principal atrativo do TCSS, pois são as formas de viver simples que se tornam referência, marco de identidade, de projeto de desenvolvimento e potencializam-se como atrativo dessa forma de turismo distanciando-se da espetacularização, rompendo com a lógica urbana, individual e materialista.

Para Lima (2011), a diversidade encontrada na modalidade considera os potenciais presentes no meio rural e no meio urbano, envolve povos tradicionais e grupos sociais constituídos a partir de “processos socioeconômicos excludentes, como os habitantes de favelas, reconhece as práticas artesanais, assim como as empresariais; enfim, trata-se de um universo com ampla riqueza” (p. 06).

Nessa lógica, Hiwasaki (2006) sugere que esse modelo de turismo se manifeste em quatro propostas a saber: (a) participação da comunidade no planejamento e gestão do turismo; (b) conservação dos recursos naturais e culturais; (c) geração de benefícios econômicos e sociais para a comunidade local e (d) assegure ao visitante uma experiência de qualidade, comprometida com a responsabilidade social e ambiental.

Muitas são as experiências de TCSS, que valorizam práticas culturais e favorecem a distribuição dos benefícios econômicos entre todos os envolvidos. A pesca, agricultura, artesanato, culinária, dança, festas e toda forma de vida diária que comporta fazeres e saberes próprias dessas comunidades se constitui em atrativo turístico e é isso que o visitante deseja conhecer. Contudo, o turismo deve ser sempre uma atividade econômica secundária, complementar, não devendo substituir as formas tradicionais de produção.

Por fim, diante da possibilidade de as comunidades inseridas em áreas de risco possuírem menor capacidade adaptativa, o TCSS pode configurar-se como estratégia de geração de trabalho e renda, fazendo frente às necessidades de diversificação econômica e que promova a capacidade adaptativa em locais onde as atividades produtivas tradicionais podem ser afetadas pelas mudanças ambientais e climáticas.

DO MÉTODO DE PESQUISA

Material e instrumentos

O estudo foi realizado a partir da análise bibliográfica e documental que dispunham dados relativos à atividade turística e sua interação com as mudanças climáticas. Nesse ponto, algumas lacunas impediram a fluência da pesquisa uma vez que a revisão bibliográfica nesse campo mostra-se escassa, tendo em vista a inovação do tema.

Para o trabalho de campo, a coleta de dados contou com a colaboração dos moradores das comunidades de Barra do Superagui e Barbados, litoral norte do Paraná. Essa etapa foi realizada em janeiro e fevereiro de 2014, visando à percepção do morador local sobre a frequência e intensidade dos impactos de diversas ameaças ambientais e climáticas sobre seus modos de vida, bens e meio ambiente. Foram realizadas 20 entrevistas. Utilizando técnicas amostrais na aplicação do questionário, abordou-se o morador

local com idade compreendida entre 18 e 80 anos, permitindo uma baliza temporal mais ampla. Aplicou-se o questionário com perguntas abertas e fechadas para posterior confronto e validação das afirmações.

O critério considerado na escolha das vilas foi a ocorrência da atividade turística na área de estudo, para fornecer uma gradiente maior de informações sobre como se desenvolve e qual a importância do setor para a região. Destaca-se que a vila de Barbados encontra-se inserida no interior do parque e Barra do Superagui em seu entorno. A gestora da unidade também foi consultada e colaborou na coleta de dados.

As entrevistas foram conduzidas, em geral, na casa dos moradores, junto à praia, em seus lugares de trabalho ou onde era possível abordá-lo. A entrevista era precedida por um tempo variável de conversa, onde era incluída a explicação sobre os objetivos da pesquisa e sobre como e onde os dados seriam utilizados. Garantia-se o anonimato. A partir dessa explicação, obtinha-se um consentimento informal por parte do entrevistado para a realização da entrevista e uso dos dados.

Contexto de análise: o Parque Nacional do Superagui

Localizado no município de Guaraqueçaba, no estado do Paraná, o Parque Nacional do Superagui (Figura 1) foi criado em 1989. Inserido na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba, foi declarado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 1991, como Reserva da Biosfera e, em 1999, declarado como Patrimônio Natural, por ser considerado um dos ecossistemas costeiros mais notáveis do planeta, e por deter uma das maiores áreas florestais de cobertura do estado do Paraná (ICMBIO, 2012). Ampliado em 1997, passa a incluir em seus limites as comunidades de Barbados, Canudal, Vila Fátima, Ararapira, Abacateiro, Barra do Ararapira, Rio dos Patos e famílias isoladas da Praia Deserta.

O decreto de criação da unidade não incluía em seus limites nenhuma comunidade tradicional local. Essa ampliação com inclusão das comunidades deu início a uma série de situações conflituosas, cuja falta de regulamentação das normas de uso e ocupação do solo implicou na proibição generalizada das ações dentro da área do Parque, gerando conflitos sociais, culturais, econômicos e ambientais.



Figura 1 – Limites do ParNa de Superagui, com destaque para as Vilas de Barbados e Barra do Superagui.

Fonte: Adaptado do Google, 2014.

A comunidade de Barbados situa-se na Ilha de Superagui, na margem leste da baía de Pinheiros, dentro dos limites do ParNa Superagui, município de Guaraqueçaba. Possui 69 pessoas, 19 famílias, com acesso somente a barco, com modo de produção predominantemente voltado à pesca. A Vila de Barra do Superagui é a maior vila da ilha, com 179 domicílios e 580 moradores. O fato de os turistas poderem vivenciar um pouco a tranquilidade e a beleza natural dessa ilha tem levado pessoas de diversas partes do Brasil até Superagui. Algumas pousadas, que pertencem aos próprios moradores, oferecem o mínimo de conforto aos turistas. Famílias que dependem da pesca estão se adaptando para receber turistas de temporada em suas casas, onde um espaço arborizado à beira-mar transforma-se em área de camping.

Diante das dificuldades socioeconômicas e geográficas enfrentadas na região, faz-se necessário pensar em alternativas econômicas, ofertando à população local (continente e ilhas) oportunidade de trabalho e renda, continuidade das atividades produtivas tradicionais, preservação do patrimônio cultural e natural, mas também condições e estratégias de adaptação diante das mudanças ambientais e climáticas ocorridas no território.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Superagui: mudanças ambientais e riscos a partir do olhar dos moradores

Comunidades tradicionais – que costumam habitar áreas mais vulneráveis às mudanças ambientais e climáticas – detêm conhecimento e identificam com minúcia cada detalhe que constitui e afeta diretamente suas vidas. Percebem mudanças no clima, na produtividade agrícola, diminuição do número de espécies pescadas, enfim, tudo aquilo que afeta o meio ambiente ou a vida cotidiana. Percebem os riscos ambientais seja ele natural, resultado de um longo processo de transformações, ou produzido pelo homem (GIDDENS, 2007), pois vivem em contato direto e permanente com a natureza e detêm sobre o ambiente um profundo conhecimento. Portanto, é de fundamental importância conhecer o que pensam e observam sobre o ambiente, pois identificando os saberes das comunidades que habitam no interior ou entorno das Unidades de Conservação, é possível a realização de um trabalho preventivo de base local, partindo da realidade dos atores sociais, sujeitos da pesquisa em percepção ambiental (DIEGUES, 2004).

Ao questionar-se sobre o que é a mudança climática, 75% dos entrevistados alegam ter ouvido falar sobre o tema e o relacionam com as estações do ano, 25% nunca ouviram falar e não sabem o que isso significa. Acerca das prováveis causas das mudanças do clima, 40% dos moradores apontam a natureza como responsável, ou seja, como um processo natural que vem ocorrendo ao longo da história do planeta e outros 45% acreditam que as atividades humanas interferem no meio e aceleram as mudanças do clima.

Os que afirmaram conhecer sobre as mudanças climáticas não fazem distinção entre causas e consequências desse fenômeno:

A mudança climática está relacionada à ganância humana, ao uso abusivo da natureza, o homem destrói tudo e com isso o clima está mudando e todos são prejudicados.

Às vezes dá dois ou três tipos de tempo em um só dia. Antes tinha o tempo certo para cada coisa, agora não se consegue mais saber sobre o tempo.

É o aquecimento do planeta devido à destruição da natureza, a queima de combustíveis fósseis, tudo isso afeta o clima provocando secas, tempestades.

(Moradores locais).

Os moradores identificam as mudanças no clima da região, onde se tem invernos e verões mais quentes e chuvosos, e as mudanças na temperatura acontecem rapidamente, ocorrendo grandes variações em curto espaço de tempo. A mudança no ambiente, realçam os moradores, tem alterado a frequência e intensidade das chuvas e, conseqüentemente, das marés, interferindo na pescaria e na lavoura.

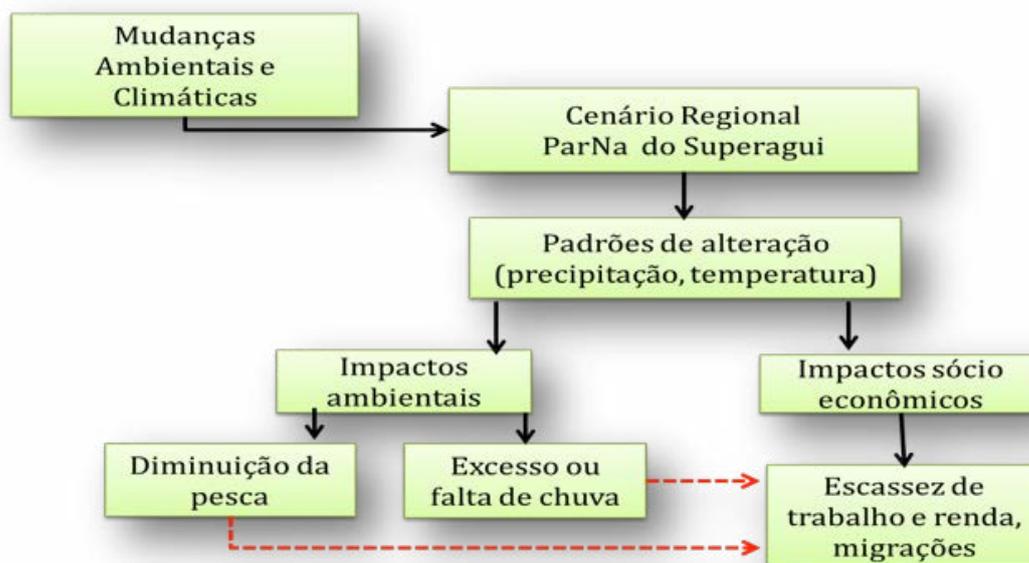


Figura 2 – Encadeamento dos eventos percebidos pelos moradores, decorrentes das mudanças ambientais e climáticas.

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Entre os impactos ambientais e climáticos ocorridos no território são apontadas as mudanças na estação da colheita e da pesca, aumento na temperatura, falta de água, seca, invernos mais rigorosos, chuvas mais frequentes e intensas, aumento do nível do mar que também está mais revoltado, deslizamentos, enxurradas, desaparecimento de mangues e ventos fortes provocando queda de árvores. Entre os impactos sociais e econômicos que podem ser apontados como consequências dessas mudanças são destacadas a escassez de trabalho e, conseqüentemente, diminuição da renda das famílias e a migração para centros urbanos, principalmente entre os jovens que partem em busca de melhores oportunidades.

No processo de perceber as mudanças ambientais e climáticas e, na avaliação dos riscos, os moradores não consideram somente a probabilidade mensurável de ocorrência, mas a gravidade de perigos e extensão de seus efeitos. Ou seja, avaliam o tamanho das perdas a partir dos danos e dos efeitos que essas mudanças ocasionam no meio ambiente, patrimônio e nos alicerces que sustentam suas vidas e de sua comunidade.

Como um fenômeno que atinge indistintamente todas as regiões globais, a mudança climática tem apresentado alguns riscos, em especial em comunidades mais vulneráveis. Buscando identificar cenários projetados no imaginário dos moradores das comunidades em relação ao clima, e se existem “riscos” ou “perigos” (Figura 3), que possam afetar as comunidades, identificou-se:

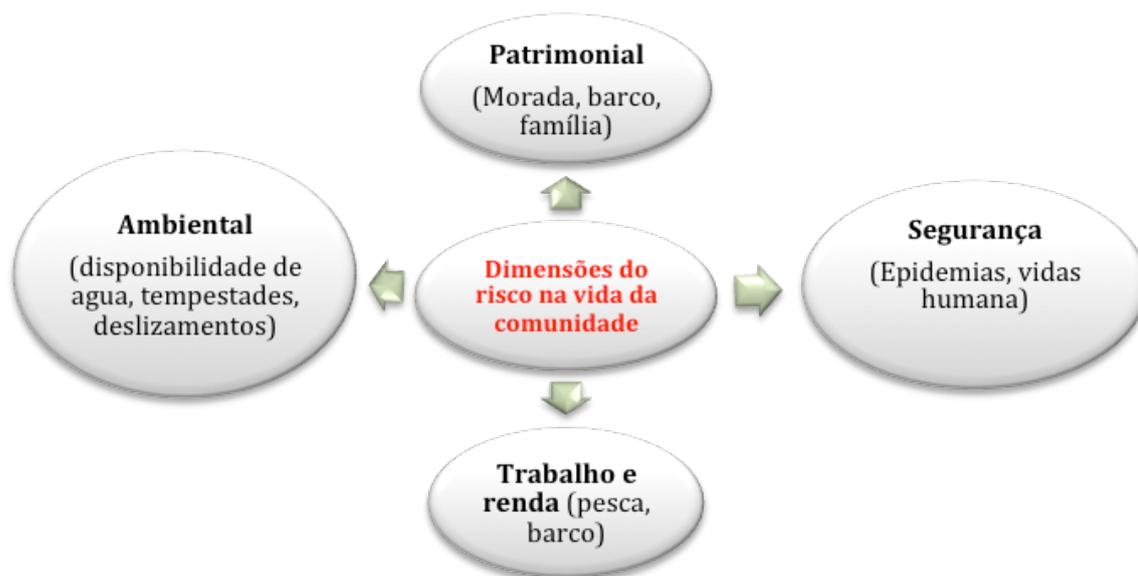


Figura 3 – Dimensões do risco na vida comunitária na região do ParNa do Superagui, de acordo com moradores.

Fonte: Pesquisa de campo, 2014.

Os moradores, em sua maioria pescadores, identificam na pesca (principal meio de subsistência das comunidades) o setor que mais poderá ser afetado no futuro caso se intensifiquem as mudanças ambientais e do clima. Se junta a esse cenário a falta de estrutura das comunidades e do amparo estatal, caso ocorra um desastre ambiental nessa área, onde modos de vida tradicionais podem também estar em “risco” nas comunidades.

Sobre a capacidade adaptativa, essas populações dispõem de menos recursos para reestruturarem-se quando os problemas de ordem ambiental acontecem, ficando à mercê do atendimento do poder público. No caso das comunidades tradicionais que sobrevivem do extrativismo, agricultura de subsistência e da pesca, possuem dificuldades para se recuperarem após fenômenos climáticos extremos que possam afetar o território onde vivem.

Faraco (2012), analisando 213 domicílios, distribuídos em nove vilas, na região do Superagui, apontou que a vulnerabilidade nessas comunidades varia entre as vilas e domicílios, e as diferenças são determinadas principalmente pelo nível de dependência em relação à pesca, pelo capital físico e grau de participação dos moradores em organizações comunitárias. De acordo com o autor, as estratégias de diversificação que incluem atividades fora da pesca (sugere-se aqui o turismo comunitário, solidário e sustentável) são as que mais se relacionam com um aumento e uma atenuação da variação da renda e, assim, resultariam em maior capacidade adaptativa e maior eficácia na redução da vulnerabilidade (p. 145).

Tomando o turismo comunitário solidário e sustentável como possível estratégia de diversificação da economia local e como forma de contrapor a falta de trabalho e renda que se apresenta nas comunidades, questionou-se sobre o desejo dos moradores de desenvolverem a atividade localmente. Em resposta, 8% dos entrevistados consideram a atividade conflitante ao ponto de constituir-se “problema” em algumas comunidades. Entretanto, a maioria dos entrevistados afirma que é necessário estimular o turismo na

região, pois muitos moradores (comerciantes, artesãos, pescadores, donos de pousadas e restaurantes) dependem dos visitantes para movimentar a economia, pois são os turistas que consomem produtos e usam os serviços ofertados localmente.

Contudo, antecipar as mudanças que podem acontecer no território é tarefa difícil, dada a complexidade das interações sociedade\ambiente que podem ocorrer, e as fragilidades das comunidades tradicionais pesqueiras diante dos requerimentos da modernidade.

O turismo como medida adaptativa na região do Parque Nacional do Superagui

Nas comunidades investigadas o turismo vem ocorrendo, e apesar de ainda não contarem com projetos que visem ao desenvolvimento planejado da atividade, o Plano de Manejo do parque, que se encontra em fase de estruturação, destaca em seu texto a oferta e potencialidades turísticas do entorno imediato e interior da unidade, e apresenta uma proposta de uso público e de turismo. Consta entre outras a estruturação e organização de centro de visitantes em pontos estratégicos da região, projeto de sinalização turística e interpretação ambiental, construção de trapiches, organização comunitária, obtenção de equipamentos para o desenvolvimento de atividades ecoturísticas, organização de uma central de reservas e sistema de monitoramento.

Considerando-se que essas comunidades possuem menor capacidade adaptativa (Faraco, 2012), dependem intensamente dos recursos protegidos, e mesmo que as atividades existentes hoje não sejam adequadas, as atividades extrativistas em pequena escala podem ser feitas de forma compatível com a manutenção dos ecossistemas. Portanto, as ações de gestão devem ser voltadas para atividades sustentáveis.

Pode-se pensar que a criação de organizações comunitárias seja fator capaz de fortalecer e empoderar a comunidade local para que de forma cooperativa possa desenvolver e gerir a atividade turística tornando-se protagonista do desenvolvimento do seu território. Para Faraco (2012, p. 200), “o maior nível de participação em organizações comunitárias observado entre as populações com menor capacidade adaptativa indica um potencial para a expansão dos espaços de participação” e sendo previsto no Plano de Manejo, abre espaço para inserção dessas comunidades aumentando sua capacidade de decisão e de influir nas normas de uso da unidade.

Estão previstas ainda pelo Plano de Manejo, as atividades de lazer de praia (caminhadas, banhos de sol e mar, etc.), trilhas interpretativas, históricas e de contemplação da biodiversidade local, mirantes, fotografia, aproveitamento de cursos de água e cachoeiras para banho, passeios de barco com possibilidade de observação de animais, visitação a locais históricos, igrejas, ruínas, sambaquis, casa da cultura do fandang, farinha, cicloturismo e canoagem.

No local pode ser apreciada a cataia (bebida conhecida como a cachaça caiçara), também usada para fins medicinais. Para os gestores do parque, a extração da cataia (planta) pode vir a ser objeto de acordos com as populações, desde que em pequena escala e restrita às comunidades que moram no parque ou em seu entorno imediato, e que dependem de determinado recurso de dentro da UC para sua subsistência.

No TCSS, modos de vida tradicionais são importantes atrativos. Nas comunidades do Superagui a vida diária pode ser um indicativo de desenvolvimento do turismo, ou seja, os visitantes podem encontrar nos saberes e fazeres dos moradores formas de lazer e conhecimento, pois os turistas são convidados a fazerem parte da rotina diária e a vivenciarem os modos de vida das comunidades (Quadro 1).

Quadro 1 – Vivências que podem atrair a demanda do turismo.

VIVÊNCIAS	COMUNIDADES
Cultivo de Ostras	Vila das Peças, Barbados e Vila Fátima.
Pesca Artesanal	Bertioga, Tibicanga, Barra do Superagui e do Ararapira, Barbados, Vila Fátima.
Fandango	Abacateiro, Barbados.
Produção de Farinha Artesanal	Barra do Superagui, Barbados, Vila Fátima.
Contos, Lendas e Histórias.	Diversas comunidades. Deve ser feito levantamento das possibilidades.
Artesanato de Cipó Imbé	Barbados. Deve ser feito levantamento das possibilidades.
Produção de Ervas Medicinais	Barbados. Deve ser feito levantamento das possibilidades.

Fonte: Adaptado da Associação de Moradores de Barbados (2012), VIVEKANANDA, 2014.

As comunidades analisadas, como a maioria das populações pesqueiras residentes em áreas baixas e próximas ao mar, dispõem de embarcações pequenas e pouco equipadas, estando mais expostas aos eventos decorrentes das mudanças ambientais e climáticas, principalmente pela elevação do nível do mar e aumento na intensidade e frequência de tempestades. Esses fenômenos podem trazer riscos ao seu patrimônio e infraestruturas associadas à pesca (embarcações, abrigos, pontos de desembarque, locais de estocagem), como no aumento dos riscos associados ao próprio trabalho no mar. Portanto, pensar alternativas econômicas que garantam sua permanência e sobrevivência diante dos riscos climáticos e ambientais pode ser uma estratégia a partir do desenvolvimento do turismo comunitário, solidário e sustentável tendo em vista principalmente o fato de a atividade estar ocorrendo nesse território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comunidades de pescadores artesanais, mesmo expostos a inúmeros fatores adversos, persistem como grupo social, buscam assegurar sua reprodução por meio dos modos de produção tradicionais desenvolvidos em um espaço de interação sociedade e natureza. Mais vulneráveis no aspecto social, econômico e ambiental, pois mantêm relação intensa com o meio ambiente natural, dependendo deste para sua sobrevivência e manutenção das suas representações sociais.

Essas populações, em muitos casos, vislumbram diversas oportunidades possíveis proporcionadas pelo desenvolvimento do turismo, sobretudo com a oferta de trabalho e renda. Tornam-se núcleos receptores de turistas, surgindo, assim, os destinos preferenciais do turismo comunitário, solidário e sustentável.

Tal atividade possui enfoque pedagógico quando potencializa a história ambiental, contada pelos próprios habitantes do lugar, diante da importância que a mídia vem dando às mudanças do clima. Ainda que se considere que as populações locais vivem em unidades de conservação de proteção integral, também oportuniza perspectiva educativa quanto a modos e usos de apropriação de recursos naturais comunitários, fazendo um contraponto ao individualismo materialista. Sob tal perspectiva, além de pensar em estratégias adaptativas, traz ao diálogo a vertente mitigadora das mudanças climáticas.

Portanto, para que o turismo sob a perspectiva comunitária, solidária e sustentável possa trazer benefícios para a região do Superagui, o caminho pode estar na organização, mobilização e engajamento dos atores sociais dessas localidades, em busca dos seus direitos enquanto cidadãos de forma participativa, colaborativa, cooperativada e articulada politicamente. Ou seja, as ações locais desenvolvidas por estes poderão, processualmente, ir ampliando o raio de interesses respondendo aos anseios e necessidades de todas as comunidades. Desse modo, o turismo pode ser uma atividade a se desenvolver sustentavelmente, se a população assim desejar, pois são eles que aí residem e que mantêm com o território uma relação cotidiana de dependência e sobrevivência material e simbólica.

Enfim, a atividade pode ser estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, cujo significado remete ao desenvolvimento que se sustenta economicamente, que seja socialmente incluyente e ecologicamente correto. Destaca-se que o Plano de Manejo, que se encontra em fase de estruturação, traz em seu conteúdo iniciativas que podem incentivar o turismo e motivar a comunidade para que participe dessa atividade. Entretanto, deve ser avaliado o “quanto” a população quer participar e “como” ela quer fazer isso. Porquanto se avalia o turismo como atividade econômica, geradora de trabalho e renda, que deve incorporar em seu planejamento e gestão uma visão complexa e sistêmica, na qual considere a relação sociedade e meio ambiente como indissociável, assim como a discussão em torno das mudanças climáticas vem suscitando.

REFERÊNCIAS

ADGER, W. N. Vulnerability. *Global Environmental Change*, n.16, 2006, p. 268-281.

ADGER, W. N. et al. Are there social limits to adaptation to climate change? *Climatic Change*, v. 93, 2009, p. 335-54.

ALIER, J. M. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto, 2007.

BECK, U. *La sociedad del riesgo: Hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 2006.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A. C. (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Anablume, 2000.

CUNHA, L. H. O.; ROUGELLE, M. D. *Comunidades Litorâneas e Unidades de Proteção Ambiental: convivência e conflitos; o caso de Guaraqueçaba (Paraná)*. São Paulo: USP. Estudo de Caso n. 2. 1989.

DIEGUES, A. C. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo, Ática, 1983.

_____. *O mito moderno da natureza intocada*. 4. ed. São Paulo: HUCITEC: NUPAUB: USP, 2004.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.

_____. *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

FARACO, L. F. D. Vulnerabilidade de pescadores paranaenses às mudanças climáticas e os fatores que influenciam. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Universidade Federal do Paraná, 2012, 260p.

FERREIRA, H. C. H.; CARNEIRO, M. J. Conservação ambiental, turismo e população local. Cadernos Ebape – BR. Edição temática 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v3n3/v3n3a04>>. Acesso em: 09 dez. 2014.

FOLADORI, G. Limites do desenvolvimento sustentável. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

GRIMM, I. J. et al. Mudanças climáticas e o Turismo: desafios e possibilidades. Revista Brasileira de Climatologia, ano 8, v.11, jul./dez. 2013.

_____. Mudanças climáticas e turismo: estratégias de adaptação e mitigação. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento – Made. Universidade Federal do Paraná, 2016, 247p.

HIWASAKI, L. Community-based tourism: A pathway to sustainability for Japan`s protected areas. Society and Natural Resources, v. 19, p.133-143, 2006.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Edital de Licitação na modalidade Tomada de Preços, n. 001/2012. Anexo I.1. Brasília, DF, 01 fev. 2012. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/servicos/licitacoes/editais.html?template=tmpl_icmbio_claro>. Acesso em: 20 nov. 2014.

IPCC – Painel Intergovernamental para as Mudanças Climáticas. Summary Policymakers, 2013. Disponível em: <<http://www.climatechange2013.org/>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

LEEF, E. Interdisciplinarity and environment: bases conceptuales para el manejo sustentable de los recursos. In: Ecología y capital. Racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. México: siglo XXI, 1994, p. 68 -123.

_____. Epistemologia Ambiental. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, R. Turismo de Base Comunitária como Inovação Social. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Engenharia de Produção – Programa de Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Federal do Rio de Janeiro, 2011, p. 12-78.

MARANDOLA JR., E.; OLIVEIRA D'ANTONA, A. Vulnerabilidade: problematizando e operacionalizando o conceito. In: Segurança humana no contexto dos desastres. (Org.) CARMO, R. do; VALENCIO, N. – São Carlos: RiMa Editora, 2014, p. 45-61.

MARTINS, R.; FERREIRA, L. Oportunidades e Barreiras para Políticas Locais e Subnacionais de Enfrentamento das Mudanças Climáticas em Áreas Urbanas: evidências de diferentes contextos. Ambiente & Sociedade, v. 8, n. 2, 2010, p. 223-242.

MORENO, A. Climate Change and Tourism Impacts and Vulnerability in Coastal Europe. Tese de Doutorado. Maastricht University. Universitaire PERS, 2010. Disponível em: <<http://arno.unimaas.nl/show.cgi?fid=20143>>. Acesso em: 17 jul. 2014.

OBEMAIER, M.; ROSA, L. P. Mudança climática e adaptação no Brasil: uma análise crítica. Estudos Avançados. v. 27 n. 78, São Paulo, 2012.

RIBOT, J. Vulnerability before adaptation: toward transformative climate action. Global Environmental Change, v. 21, 2011, p. 1160-1162.

SAMPAIO, C. A. C.; LESAMA, M. F., ARAÚJO, J. R. Possibilidades para pensar um arranjo socioprodutivo e político de base comunitária, solidária e ecologicamente sustentável no litoral paranaense. In: PHILIPPI JR. A.; SAMPAIO, C. A. C.; FERNANDES, V. Gestão de Natureza Pública e Sustentabilidade. Barueri (SP): Manole, 2012, p. 456-497.

SAMPAIO, C. A. C. et al. Slow city: como proposta de desenvolvimento territorial sustentável. II Seminário Internacional Culturas e Desenvolvimento, Chapecó, 2014. Anais..., Chapecó, 2014.

SCOTT, D.; LEMIEUX, C. Weather and Climate Information for Tourism. World Meteorological Organization United Nations World Tourism Organization. University of Waterloo, Canada. Elsevier. 1, 2009, 59p.

SIMPSON, M. C. et al. Climate Change Adaptation and Mitigation in the Tourism Sector: Frameworks, Tools and Practices. UNEP, University of Oxford, UNWTO, WMO: Paris, France, 2008, 158p.

VIVEKANANDA, G. Gestora do Parque Nacional do Superagui. Entrevista concedida em agosto de 2014.



Turismo de base comunitária no antigo Quilombo Cabula

Community-based tourism in the antigo Quilombo Cabula

Turismo de base comunitaria en el antigo Quilombo Cabula

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1149>

Francisca de Paula Santos da Silva <fcapaula@gmail.com >

Professora Titular no Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia, Uneb, Brasil.

Alfredo Eurico Rodrigues Matta <alfredo@matta.pro.br >

Professor Titular no Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia, Uneb, Brasil

Natália Silva Coimbra de Sá <nsa@uneb.br >

Professora Assistente no Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia, Uneb, Brasil

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 27-out-2015

Aceite: 22-jun-2016

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

SILVA, F. P. S.; MATTA, A. E. R.; COIMBRA DE SÁ, N. Turismo de Base Comunitária no Antigo Quilombo Cabula. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 79-92, ago. 2016.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



RESUMO

O presente artigo parte da compreensão que o turismo de base comunitária se diferencia metodológica e epistemologicamente do turismo convencional. A partir desse pressuposto e da observação de práticas relacionadas ao que se denomina por turismo de base comunitária (TBC), é construído conhecimento sobre essa forma de organização da comunidade. Para tanto, reflete-se sobre definições, conceitos e características do TBC, diferenciando-o do turismo comunitário e do convencional. Em seguida, apresenta-se a experiência de planejamento e organização do Projeto TBC que vem sendo desenvolvido desde 2010 no Antigo Quilombo Cabula, localizado no denominado “miolo” da cidade de Salvador, BA. As metodologias desenvolvidas e aplicadas foram elaboradas de forma participativa considerando-se o tempo, disposição, perfil e o cotidiano dos moradores locais envolvidos. Os resultados apontam para a importância das ações já concretizadas no âmbito social, histórico, cultural, educacional e político para as próprias comunidades. E que a riqueza e a diversidade de suas vivências e experiências têm muito a ensinar para os soteropolitanos e, também, para visitantes e turistas.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária. Turismo Convencional. Turismo Comunitário. Antigo Quilombo Cabula. Pesquisa de Desenvolvimento (DBR).

ABSTRACT

This article starts with the understanding that community-based tourism differs methodologically and epistemologically from conventional tourism. From this assumption and the observation of practices of what is referred to as community-based tourism (CBT), the article builds knowledge on this form of community organization. Therefore, it reflects on definitions, concepts and features of CBT making clear its differentiation from communitarian tourism and conventional tourism. Then, it presents the experience of planning and organization of Projeto TBC that has been developed since 2010 in Antigo Quilombo Cabula, located in the central area of Salvador, Bahia. The methodologies developed and applied were elaborated as a participative process considering time, availability, profile and daily life of local residents involved. The results point to the importance of the actions already implemented in the social, historical, cultural, educational and political scopes for the communities – and that the diversity of their experiences have a lot to teach to the population of Salvador and, also, to visitors and tourists.

Keywords: Community-Based Tourism. Conventional Tourism. Communitarian Tourism. Antigo Quilombo Cabula. Design-Based Research (DBR).

RESUMEN

Este artículo parte de la comprensión que el turismo de base comunitaria es distinto metodológica y epistémicamente del turismo convencional. Desde esta asunción y la observación de las prácticas relacionadas con lo que se llama turismo de base comunitaria (TBC), es construido conocimiento acerca de esta forma de organización de la comunidad. Para ello, reflexiona sobre las definiciones, conceptos y características del TBC, para diferenciarlo del turismo comunitario y del turismo convencional. A continuación, se presenta la experiencia de planificación y organización del Proyecto TBC que se ha desarrollado desde 2010 en el Antigo Quilombo Cabula, situado en la parte central de la ciudad de Salvador, Bahía. Las metodologías desarrolladas y aplicadas fueron elaboradas en forma participativa teniendo en cuenta el tiempo, disponibilidad de participación, perfil y la vida cotidiana de la población local involucrada. Los resultados señalan la importancia de las acciones ya implementadas en los aspectos sociales, históricos, culturales, políticos y educativos para las propias comunidades. Y que la riqueza y diversidad de sus experiencias tienen mucho que enseñar a la población local de Salvador y también a los visitantes y turistas.

Palabras clave: Turismo de Base Comunitaria. Turismo convencional. Turismo comunitario. Antigo Quilombo Cabula. Investigación Basada en Diseño (DBR).

INTRODUÇÃO

O modelo de turismo em vigor ainda prima pela exploração dos recursos naturais e culturais, concentração de renda, espoliação do trabalhador, favorecimento de mega e grandes empreendimentos, pasteurização e mercadização da cultura, entre outros fatores que impactam negativamente a sociedade e o meio ambiente. Desse modo, o espaço para a participação das comunidades na atividade turística é reduzido a apresentações de *shows* folclóricos em casas de espetáculos, hotéis ou restaurantes, poses para fotografias, e outras práticas que são, muitas vezes, invasivas, abusivas e desrespeitosas (SILVA, 2005).

O turismo passou por uma expansão no final do século XIX por meio da criação de infraestrutura, serviços e produtos turísticos, tendo seu apogeu no século XX enquanto vetor econômico em áreas urbanas predominantemente. Algumas iniciativas alternativas foram surgindo nos espaços rurais. São nestes que emerge o turismo de base comunitária nos anos 1980, expandindo-se para áreas litorâneas e espaços urbanos. Comumente, essas práticas ocorrem em localidades onde habitam comunidades indígenas, caiçaras, quilombolas, ciganas, assentadas, faveladas, que passaram ou não por processo de colonização, que são marginalizadas, ou colocadas em condições de desigualdade social.

Para tanto, entende-se que essas comunidades têm a alternativa de apoderamento e empoderamento da sua história, do legado cultural e do meio ambiente existentes nas suas localidades, seja por meio de organizações cooperativadas, de redes e cadeias socioprodutivas e/ou da participação de artistas, grupos culturais, profissionais liberais, domésticas, crianças, jovens, adultos e idosos. Esses agentes articulados entre si e baseados em princípios da igualdade, justiça, confiança, respeito e solidariedade viabilizam o turismo de base comunitária.

O processo consiste na identificação pelas comunidades do potencial cultural, ambiental, social, tecnológico, político e econômico dos contextos onde habitam. Além disso, pressupõe o desejo de perpetuação das heranças e legados dos seus antepassados como hospitalidade, crenças e valores. Faz-se também necessária a valorização de suas práticas, saberes e tecnologias sociais e, com isso, a ampliação de suas rendas por meio de produção associada.

Em se tratando de comunidades que residem em espaços urbanos, constitui-se como fator imprescindível o engajamento sociopolítico e a participação popular em plenárias sobre temas correlatos às necessidades das comunidades como saúde, educação, saneamento, transporte, infraestrutura e outros serviços, para que tenham melhores condições de vida e desenvolvam o sentimento de pertencimento ao seu bairro, à sua cidade. Sendo assim, evita-se o desenvolvimento de um tipo de atividade turística que costuma beneficiar prioritariamente os visitantes e turistas, em detrimento dos moradores locais.

No caso de comunidades que vivem em espaços rurais, os elementos fundantes para o planejamento, organização, gestão e controle participativo, colaborativo, cooperativo e solidário estão presentes nos seus modos de produção, viabilizando o turismo de base comunitária na perspectiva que esses autores defendem. Em comunidades que habitam os espaços urbanos é comum que estas características de solidariedade, vizinhança compartilhada e criação de vínculos vão enfraquecendo à medida que o processo de urbanização privilegia construções de prédios residenciais verticais, desapropria casas e transfere moradores para localidades distantes para construção de vias de acesso, por exemplo.

Sendo assim, ressalta-se o valor do conceito para o planejamento do turismo de base comunitária que se diferencia metodológica e epistemologicamente do turismo convencional, conforme menciona-se no início desta introdução. A partir dessa compreensão e da observação de práticas relacionadas ao que se denomina por turismo de base comunitária construiu-se conhecimento sobre essa forma de organização da comunidade e contribuiu-se para a diferenciação de significados, conceitos e práticas entre turismo de base comunitária e turismo comunitário. E, ao final do texto, apresentou-se a experiência de planejamento e organização do turismo de base comunitária no Antigo Quilombo Cabula por meio de pesquisa de desenvolvimento, conforme referência de moradores de bairros populares de Salvador circunvizinhos à Universidade do Estado da Bahia (Uneb).

Turismo de base comunitária

O sistema capitalista necessita expandir-se para aquecer a economia mundial o que, por um lado, faz com que acentuem-se os níveis de desigualdade social e proliferem ações em localidades menos favorecidas, visando ao aumento de renda e, conseqüentemente, à criação de mercado consumidor. Por outro, há pessoas que buscam dar sentido e significado às suas vidas por meio de mudanças de comportamento, nos hábitos de consumo e nas opções de viagens, por exemplo.

É nesse contexto que surgem iniciativas de turismo de base comunitária e modalidades como turismo comunitário ou outras alternativas que, comumente, aparecem em países com baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH): áreas onde estão presentes grupos de etnias indígenas e de origens africanas, localidades onde há indivíduos socialmente marginalizados e espaços rurais, predominantemente.

Essas práticas vêm sendo realizadas na América do Sul, em países como Brasil, Chile, Bolívia, Equador; na América Central, em Honduras, Guatemala, Nicarágua, México; em países como Índia e China, assim como no continente africano, para citar alguns exemplos. E têm como países emissores de turistas para esses destinos Estados Unidos e Canadá, na América do Norte; na Europa, países como Alemanha, Espanha, Holanda e Reino Unido, entre outros (BARTHOLO; SANSOLO; BURSZTYN, 2009). Como não se tem a pretensão de realizar o retrospecto histórico da evolução dessas ações, nem de esgotar o assunto neste trabalho, recomenda-se algumas leituras específicas e visita aos sites da REDTURS¹; REDE TURISOL/ PROJETO BAGAGEM²; MTUR³; REDE TUCUM⁴; ECOBRASIL⁵ e WWF-Brasil⁶.

De modo que, para efeitos deste estudo, inicia-se esta seção diferenciando turismo de base comunitária de turismo comunitário, visando facilitar a compreensão da proposta deste trabalho. Na perspectiva da equipe do TBC Cabula, o turismo de base comunitária contrapõe-se ao modelo do turismo convencional. Sendo que o primeiro consiste em:

[...] uma forma de planejamento, organização, autogestão e controle participativo, colaborativo, cooperativo e solidário da atividade turística por parte das comunidades, que deverão estar articuladas e em diálogo com os setores público e privado, do terceiro setor e outros elos da cadeia produtiva do turismo, primando pelo benefício social, cultural, ambiental, econômico e político das próprias comunidades (SILVA; SÁ, 2012, p.11).

1 Disponível em: <<http://www.redturs.org>>.

2 Disponível em: <<http://www.projctobagem.org>>.

3 Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>.

4 Disponível em: <<https://www.facebook.com/RedeTucumTurismoComunitario>>.

5 Disponível em: <<http://www.ecobrasil.org.br/>>.

6 Disponível em: <<http://www.wwf.org.br>>.

O Ministério do Turismo – MTur (BRASIL, 2008) refere-se ao turismo de base comunitária, ainda que como sinônimo de comunitário, solidário, de conservação, ao afirmar que este:

[...] busca a construção de um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística (BRASIL, 2008, p.1).

Para Irving (2009, p.113), o turismo de base comunitária se apresenta como:

[...] proposta de desenvolvimento local, capaz de contribuir para a consolidação ética [...] das dimensões da existência humana em sociedade: do trabalho, social, política, cultural e humana [...] e da própria expressão da dimensão simbólica da vida em sociedade.

Outra conceituação que evidencia o turismo de base comunitária como sinônimo do turismo comunitário define que este é “compreendido como [...] uma forma de turismo em que comunidades locais assumem o comando do desenvolvimento do turismo em seus territórios” (CRUZ, 2009, p. 104).

Tais definições pressupõem que a comunidade é protagonista de todo o processo de organização e gerenciamento do turismo na sua localidade, significando que a gestão do turismo é da base comunitária, na qual emergem roteiros e serviços criados pelos sujeitos sociais a partir do legado cultural, das habilidades e de saberes populares, ao tempo em que eles são também os negociadores e anfitriões, sem intermediários.

Dessa forma, as comunidades se apoderam e empoderam do turismo e usufruem integralmente de suas benesses, entre outras características apresentadas no Quadro 1, diferenciando-se do turismo convencional.

Quadro 1 – Características do turismo de base comunitária e do turismo convencional.

Turismo de Base Comunitária	Turismo Convencional
Baseado no compartilhamento dos ganhos entre sujeitos da comunidade.	Baseado no lucro dos empresários.
Capital social, relação de confiança e transparência.	Capital proveniente do mercado, relação de oferta e demanda.
A cultura e o meio ambiente como base fundante da organização do turismo.	A cultura e o meio ambiente como mercadoria, produto, atrativo, atração, descaracterizando-os.
Valorização da identidade local.	Uniformização de culturas.
Organização em rede, coletiva, cooperativa, participativa, solidária, compartilhada.	Organização setorial, individualizada, competitiva, empresarial, centralizada.
Tem como fim a troca de experiências, de saberes e artesanatos manufaturados.	Tem como fim o consumo, compra e venda de produtos industrializados ou não.
Singularizado, o humano, o ser.	Massificado, o consumidor, o ter.
Princípio na economia solidária, no comércio justo.	Princípio no mercado, na competição.
Autogestão.	Gestão departamentalizada, fragmentada.
Protagonismo das comunidades no processo de desenvolvimento do turismo.	Alijamento das comunidades no processo de desenvolvimento do turismo.
Trabalho.	Emprego, expropriação e precarização do trabalho, exploração de mão de obra.

Turismo de Base Comunitária	Turismo Convencional
Conscientização.	Alienação.
Grupos marginalizados, politizados, classes populares.	Grupos detentores do capital, do poder, classes dominantes, membros de elites.
Foco no desenvolvimento local sustentável do território.	Foco no crescimento econômico, especulação imobiliária.
Apoderamento e empoderamento comunitário.	Apropriação privada, propriedade.
Espaço para organizações populares e iniciativas comerciais tradicionais formais e informais como quitandeiros, feiras populares, por exemplo.	Espaço para cadeias e redes internacionais, empreendimentos formais, de médio e grande porte como complexos hoteleiros, shoppings centers, por exemplo.
Bem-estar coletivo.	Bem-estar individual.

Fonte: Silva (2014).

Conforme o Quadro 1, o turismo convencional prima pela organização do turismo por iniciativas de empresários, seja de serviços de meios de hospedagem, operadoras, transportadoras, alimentação e outros. Estes, por sua vez, transformam manifestações culturais, atrativos naturais e pessoas em produtos e/ou mercadorias, sendo formatados em pacotes turísticos para serem comercializados por agências de viagens e operadoras. Nesse modelo as comunidades populares são vitrines, vistas como algo exótico, sendo reduzidas a atrativos e/ou atrações turísticas, entre outras características.

Para efeitos de ampliação e diversificação do mercado, e aumento dos lucros, os gestores do turismo convencional criam tipologias, modalidades ou segmentos de turismo como: cultural, ecológico, de aventura, esportivo, de pesca, de eventos, de favela etc. de acordo com a demanda. Na perspectiva deste artigo o turismo comunitário se enquadra como segmentação, verificando-se a sua diferenciação em relação ao turismo de base comunitária no Quadro 2.

Quadro 2 – Diferenciação entre Turismo de Base Comunitária e Turismo Comunitário.

Turismo de Base Comunitária	Turismo Comunitário
Modo de organização e gestão.	Segmento, tipologia, ou modalidade.
Organizado pela comunidade em rede interdependente, por meio de relações solidárias baseadas na confiança.	Vivenciado pelo turista e ou visitante em diálogo com sujeitos das comunidades.
Valorização da cultura, respeito e conservação do meio ambiente.	Imersão no cotidiano das comunidades, apreciando, compreendendo e valorizando a cultura e o modo de ser e viver.
Abertura para troca de saberes e práticas, hospitalidade, acolhimento.	Participação, voluntariado, intercâmbio cultural.
Oferta de serviços e produtos disponíveis na localidade.	Usufrui de coisas novas, diferentes do conhecido como a comida caseira, por exemplo.
Valorização e fortalecimento das feiras livres, mercados populares, grupos culturais, associações e outras expressões.	Interesse no popular, original, singular e plural.

Fonte: Silva (2014).

Ainda que por meio do turismo comunitário favoreça-se a valorização e o fortalecimento da identidade local e a geração de emprego e renda para grupos marginalizados, este é comercializado por operadoras

convencionais de emissivo e receptivo. Conforme o MTur (BRASIL, 2008, p. 2), “a atuação de operadores turísticos especializados, com destaque aos europeus, também demonstra o potencial deste nicho turístico”. Na perspectiva que trabalham os autores, entende-se que o turismo comunitário é uma das alternativas para as comunidades de baixa renda se inserirem na atividade turística, ainda que os impactos dessa prática sejam semelhantes aos do turismo convencional, por este ser entendido como um nicho de mercado e não uma nova forma de organização e gestão da atividade.

Essa forma de organização do turismo vem se desenvolvendo também em virtude do surgimento de um novo turista que, segundo Poon (1993), busca por destinos com roteiros alternativos onde possa viver experiências autênticas e conviver com valores de solidariedade, compromisso, responsabilidade social e ambiental. Nesse sentido, Maldonado (2009) afirma que:

por turismo comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na auto-gestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos (MALDONADO, 2009, p. 31, grifo nosso).

Essa definição de Maldonado (2009) contribui para o propósito insistente de distinguir turismo de base comunitária do turismo comunitário. No primeiro caso, não seria organização empresarial, mas solidária; nem sustentada em propriedade, mas no comunitário. Quanto ao segundo, há riscos de apropriações da comunidade por parte de pessoas espertas e individualistas ao identificar o turismo comunitário como oportunidade econômica, desvirtuando assim os conceitos abordados até aqui.

Sendo assim, concordando com Coriolano (2006), o turismo de base comunitária é desenvolvido pelos moradores de um lugar quando assumem de forma comprometida e responsável o papel de construtores dos arranjos produtivos locais e articuladores da cadeia ou rede produtiva, por meio do cooperativismo e associativismo, revertendo-se a renda gerada pelo turismo comunitário, ou turismo cultural, ou outra modalidade classificada como turismo alternativo, responsável, sustentável e solidário, em benefício do coletivo e da qualidade de vida para todos.

Defende-se aqui que as comunidades organizadas por meio do turismo de base comunitária não estejam nas prateleiras das operadoras e agências, mas que elas possam ter diálogo direto com o público que deseja viver experiências com elas e com as operadoras especializadas em turismo alternativo, sem intermediação dos empresários que incluem o turismo comunitário no mesmo rol de outras modalidades organizadas a partir da lógica de mercado.

Vale considerar que as dificuldades para tal prática são conhecidas pela equipe do projeto Turismo de Base Comunitária no Cabula e Entorno (TBC Cabula). Assim como o quanto é necessária a formação específica das comunidades para o desenvolvimento de conscientização política dos sujeitos. Estes devem ser conhecedores dos seus direitos e deveres e da sua condição enquanto cidadãos, podendo participar das políticas públicas relacionadas à educação, saúde, transporte coletivo, saneamento e outros serviços básicos. Bem como para tornarem-se sujeitos sociais proativos, habilitados para conviver e rever a situação de conflitos e tensões, violência, miséria e pobreza, entre outras mazelas geradas pela ordem social.

Ressalta-se que a proposta do turismo de base comunitária no Cabula tem como interesse subjacente e alicerçante para sua organização a conquista desses direitos, tendo em vista que os que existem são precários, quando não inexistentes. Logo, as iniciativas de turismo de base comunitária por meio de incentivos de órgãos oficiais, organizações não governamentais, universidades e outras instituições sem fins lucrati-

vos visam ao fortalecimento de associações, a formação de cooperativas e outras formas de organização baseadas em princípios da economia solidária e do comércio justo, por meio das quais os residentes dos bairros populares se engajam cumprindo com seus deveres enquanto cidadãos e em igual medida reivindicam por seus direitos.

Por essa iniciativa e outras evidências, deduz-se que as localidades de atuação do projeto TBC Cabula têm nas suas origens histórico de produção artística e mobilização social. Apenas para exemplificar algumas ações de residentes pode-se citar como “por meio do engajamento dos movimentos locais, fez-se negociação para que fosse mantido o nome do ilustre negro Beiru [...]” quando, por iniciativa de políticos, tentou-se substituir o nome do bairro de Beiru para Tancredo Neves (ANDRADE; ALMEIDA, 2013, p. 150).

Diante da potencialidade dos bairros populares do Cabula e entorno – ou Antigo Quilombo Cabula como denomina-se no âmbito do artigo – nos aspectos histórico, cultural, ambiental, de tecnologias sociais e movimentos de resistências, há cinco anos pesquisadores da Uneb e de instituições parceiras vêm processualmente desenvolvendo o turismo de base comunitária nessa localidade utilizando abordagem de pesquisa de desenvolvimento.

Turismo de Base Comunitária no Antigo Quilombo Cabula

O projeto TBC Cabula criado em 2010 e, desde então, apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), vem atuando em 17 bairros⁷, cuja área é conhecida pelos moradores como Antigo Quilombo Cabula. Vale destacar que a referência da equipe do projeto era a delimitação de Fernandes (2003) antes do diálogo com as comunidades. Após este, mesclou-se o conhecimento acadêmico com o saber popular, adotando-se a área indicada na Figura 1.

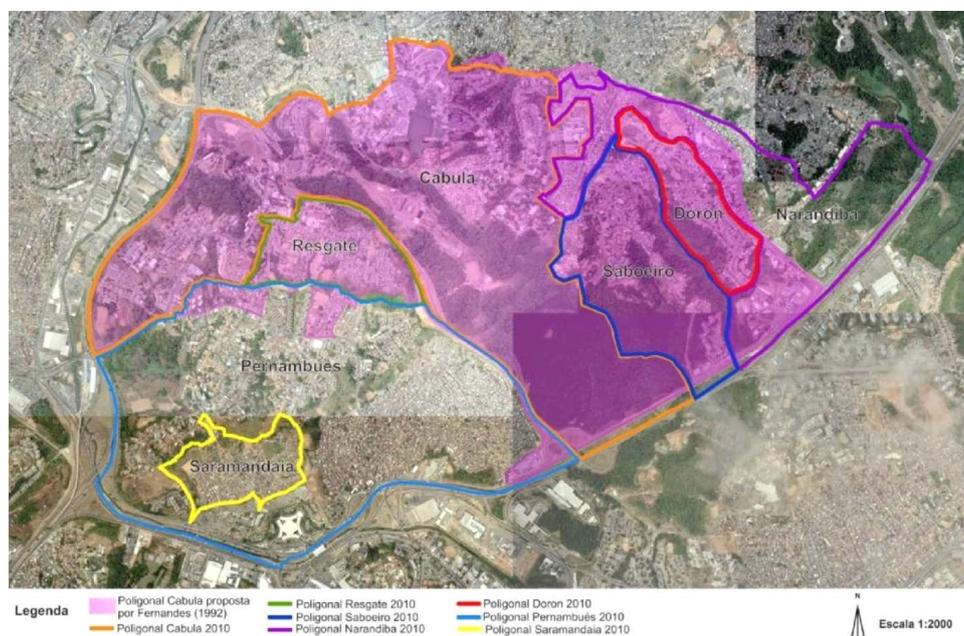


Figura 1 – Delimitação do Cabula.

Fonte: Lima (2010) *apud* Fernandes; Pena; Lima (2013, p. 63).

⁷ Bairros do Projeto TBC Cabula: Arenoso, Arraial do Retiro, Beiru/Tancredo Neves, Cabula, Doron, Engomadeira, Estrada das Barreiras, Fazenda Grande do Retiro, Mata Escura, Narandiba, Novo Horizonte, Pernambucoes, Resgate, Saboeiro, São Gonçalo do Retiro, Saramandaia e Sussuarana Velha.

A execução do projeto conta com atuação de equipes multidisciplinares organizadas por 14 eixos temáticos⁸. Entre estes, o eixo específico em “Turismo de Base Comunitária” tem como principal finalidade:

a] mobilizar a comunidade para o reconhecimento dos recursos da localidade para o receptivo de visitantes e turistas; b] fazer diagnóstico social, econômico, ambiental, cultural, empresarial e de infraestrutura da Região do Cabula e entorno, visando ao desenvolvimento estratégico do turismo de base comunitária; c] fazer inventário participativo da oferta e da demanda da área delimitada, identificando as condições infraestruturais, oferta de serviços, e localizando espaços e atrativos naturais e culturais para favorecimento dos roteiros turísticos urbanos alternativos; d] elaborar com a comunidade os roteiros turísticos de base comunitária; e e] articular ações conjuntas entre a comunidade e a Secretaria de Turismo – Setur e outras instituições, para criação de centro receptivo comunitário, de serviços complementares de condução, gastronomia e hospedagem comunitária, e de venda da produção associada ao turismo (SILVA, 2010).

Outro objetivo delimitado na aprovação do projeto TBC Cabula foi o de produzir conhecimento sobre turismo de base comunitária, desenvolvimento local, cooperativismo popular, roteiros turísticos urbanos alternativos, receptivos populares, e a experiência de articulação entre pesquisa e extensão com participação da comunidade e a universidade, que vem se concretizando por meio das produções de pesquisadores locais, de iniciação científica e em extensão, de graduação, mestrado e doutorado.

Nos primeiros encontros com as comunidades os moradores resistiram em dialogar com a equipe do TBC Cabula, com argumentos de que a Uneb sempre esteve ausente no que dizia respeito aos seus interesses. Ou relatavam que, quando esta aparecia era por meio de pesquisadores que chegavam na comunidade fazendo perguntas e fotografando, porém, não davam retorno para eles e desapareciam do bairro quando o prazo do edital expirava. Afora isso, reclamaram do descarte de resíduos sólidos pelo muro da universidade nos passeios e calçadas dos bairros da Estrada das Barreiras e da Engomadeira.

Alguns mencionavam aspectos positivos da Uneb, como atividades de educação física, massoterapia, caminhadas no 19º BC, corridas, gincanas e outras promovidas dentro e fora da Uneb, concessão do uso das quadras de esporte para os moradores da vizinhança, Universidade Aberta da Terceira Idade (Uati), serviços de saúde, cursos pré-vestibular, de idiomas, de dança e Projeto Cidadão, por exemplo.

Essas falas e comportamentos foram compreendidos pela equipe ao circular pelos bairros e ter conversas informais. Percebeu-se, também, que havia aplicação distorcida e equivocada do conceito de TBC por consultores de empresas e de órgãos públicos que não interagiam com as comunidades, apenas cumpriam seu trabalho e não retornavam mais. Sobre isso, uma moradora de um dos bairros comentou “esses moços vêm aqui, tiram foto, fazem uma atividade achando que somos tudo tolos, e vão embora e nunca mais voltam [...] e as pessoa da comunidade só participa quem recebe o dinheiro, só vai pelo dinheiro [...]” (NICÁCIA, 2011, comunicação pessoal).

Essas experiências contribuíram para que a equipe refletisse sobre os contextos desses bairros e as vivências neles, durante as quais não se presenciou atos de violência. Simultaneamente, a divulgação sobre os mesmos nas mídias televisiva e impressa durante o período das visitas consistia basicamente em notícias sobre a criminalidade nos bairros, salvo algumas divulgando projetos, eventos e ações de cidadania. Apenas para mencionar um exemplo destes últimos em relação ao bairro de Sussuarana: “(...) projeto da Coelba, estaciona caminhão nos bairros das 09:00 às 15:30 para troca de resíduos sólidos recicláveis por

8 Eixos temáticos do Projeto TBC Cabula: 1) Território e Espaço Urbano; 2) Meio Ambiente, Ecologia Social e Ecoturismo; 3) Lazer, Esporte e Entretenimento; 4) Educação, Formação e Cidadania; 5) Comunicação Comunitária; 6) Memória, História, Patrimônio e Cultura; 7) Tecnologias Educativas; 8) Inclusão Sociodigital; 9) Cooperativismo, Economia Solidária, Tecnologia Social e Inovação; 10) Design e Sustentabilidade; 11) Turismo de Base Comunitária; 12) Saúde Coletiva; 13) Políticas Públicas, Desenvolvimento Local e Regional; 14) Linguagem e Culturas Afro e Afrobrasileiras.

descontos na conta de energia” (A TARDE, 27/08/2012, A4); “1ª Noite da Beleza Negra de Sussuarana – sábado, 19/11/2011, 17:00 horas, na Escola Cantinho do Saber (...)” (A TARDE, 17/11/2011, A9); “(...) projeto Ruas de Lazer da Secult por meio da Coel, vai a Sussuarana” (A TARDE, 6/05/2012, A4); “Feira de Saúde na Praça Geraldo Galo, organizada pelo Centro de Saúde de Sussuarana, das 09:00 às 16:00 horas, teste de glicemia (HGT), orientações tuberculose (...)” (A TARDE, 19/05/2012, A10); “(...) promovida pelo Centro de Saúde (...) combate à dengue, reforço da conscientização junto à população” (A TARDE, 19/05/2012, A4).

Após encontros nos bairros para apresentação do projeto TBC Cabula, de 2011 aos dias atuais, realizaram-se rodas de conversas, oficinas, cursos, visitas técnicas e viagens de estudo em localidades escolhidas pelos participantes das comunidades e das instituições de ensino, visando ao mapeamento do patrimônio material, imaterial e a organização de roteiros turísticos alternativos. Entre os esforços mais recentes, tem-se trabalhado na construção de conhecimento com as comunidades e a formação destas sobre a história de sua gente, dos seus antepassados e o legado deixado para as novas gerações. Entende-se que, por meio da educação e de mobilização das comunidades, as chances de fazer com que o Estado garanta os seus direitos, proteja e defenda o patrimônio cultural e ambiental aumentem.

Como resultado prático dessa mobilização das comunidades para o turismo de base comunitária, apresentam-se os roteiros elaborados e executados pelos moradores do Antigo Quilombo Cabula, revelando a valorização do seu modo de vida, da sua história e da sua cultura. Considera-se que o êxito desses roteiros é atribuído aos pesquisadores locais voluntários residentes nos bairros de Pernambués, Saramandaia, Mata Escura, Estrada das Barreiras, Arraial do Retiro e Cabula I e VI que se organizaram para receber visitantes e turistas.

No caso de visitantes, o público foi de estudantes do Doutorado Multidisciplinar e Multi-institucional em Difusão do Conhecimento (DMMDC), do Programa em Educação e Contemporaneidade (PPGEDUC), da Uati, dos cursos de graduação em Turismo e Hotelaria, Urbanismo, Comunicação Social, Educação, do ensino técnico do Centro Estadual de Educação Profissional da Bahia (CEEP/BA) e do ensino médio das escolas dos bairros; assim como os participantes das cinco edições do Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária (ETBCES), realizadas entre 2011 e 2015. E, neste último ano, cinco participantes do evento vindos de fora de Salvador ficaram hospedados na casa de moradores da Mata Escura.

Vale mencionar os roteiros de turismo alternativo nos bairros de Pernambués e Saramandaia “Da Horta à Mesa” e “Horta Comunitária” realizados em 12/04/2013 e 15/11/2014, respectivamente, como atividades dos encontros e oficinas que vêm sendo oferecidas. Fez parte da organização a confecção de camisetas com o slogan “Nossa Horta”, definido por eles, e artesanato de papel machê com tema relacionado à horta. Em visita à horta comunitária de Saramandaia, degustou-se chá de capim-santo e suco de beribéri, comercializou-se artesanato local e hortaliças frescas. O roteiro foi encerrado com almoço vegetariano na casa de uma das moradoras do bairro, com recital de poesia. Afora este, realizou-se o “Planeta Comunidade” em 13/07/2013 como parte do III ETBCES e que consistiu na realização de passeio nos bairros com guia-anfitriã local⁹.

Realizou-se visitas de campo e trilhas no “Horto do Cabula” em 17/12/2011, 07/05/2012, 02/09/2013 e 16/11/2014. Em 2011 visitou-se o terreiro Bate Folha, na Mata Escura; o Centro de Triagem de Animais

⁹ Para efeitos de mais informações sobre os roteiros em Pernambués e Saramandaia, sugere-se a leitura de Anjos (2013).

Silvestres (Cetas) do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), na Estrada das Barreiras; o Horto do Cabula; e o almoço foi no conjunto ACM com mostra de artesanato, sendo guiados por Índio, artista, residente na localidade. Em 2012 e 2013 incluiu-se nos roteiros: visita à Escola Municipal Cabula I; à área dos eucaliptos, areal e a “avenida de casas”, entrando na casa de dois andares construída pelo morador com resíduos descartados como madeira, papelão e outros; ao terreiro Nzo Bakisê Sasaganzuá Gongará Kaiango, sendo recepcionados pelo Zelador de Santo Zé Paim e pela Makota Itana que falaram sobre a origem do povo africano com foco no terreiro de candomblé, as plantas sagradas e o horto, assim como apresentação dos bordados. Em 2014 o roteiro do “Horto Cabula” foi realizado concomitantemente com dois grupos: um pela “Trilha Horto-Mata Escura”, guiada por jovens da Organização Não Governamental (ONG) Preservando a Natureza e Praticando Cidadania (PNPC); e o outro pela “Trilha Horto-Cabula I”.

Referindo-se ao Horto do Cabula, Denis Sena¹⁰ expressa:

Acredito na política da transformação social. A minha arte segue esse conceito. O Horto Florestal do Cabula I, precisa de intervenções política-culturais. A comunidade não reconhece a importância de estar conectado e plugado com o verde. Percebo que as pessoas não comentam e não reivindicam o desmatamento, por exemplo. O Antônio Jorge, “Toinho”, já foi alvo de ameaças por algumas pessoas e o intuito era lutar contra o descaso. Outra lamentável questão é a invasão no horto. Há diferenças entre invasão e ocupação. Isso é fato. (SENA, 29/08/2013, comunicação pessoal).

E Antônio Jorge, coordenador do Projeto Cidadão, responde: “Ok meu irmão! A caminhada pelo social é grande, árdua, porém, gratificante. É o que nos alimenta espiritualmente. Paz, Justiça, Liberdade e Fraternidade” (SANTOS, 31/08/2013, comunicação pessoal).

O roteiro “(Em)Cantos da Mata Escura”, realizado no dia 8/07/2012, fez parte da programação do II ETBCES. Foi organizado e executado pelos moradores que participaram dos encontros, rodas de conversa e oficina, e que posteriormente se filiaram ao Coletivo Arte e Cultura do Cabula (Cultarte), uma cooperativa de artesãos, culinharistas, poetas, pintores e grupos culturais.

No caso de turistas, o primeiro roteiro foi realizado no bairro de Pernambués logo após o I ETBCES, em 6/07/2011. O projeto TBC Cabula não tinha completado um ano de implantação e foi demandada visita de três dias na comunidade, de 22 a 24/07/2011, pelo grupo da Fazenda Modelo Quilombo D’Oiti, de Itacaré. Esse roteiro foi intitulado “I Visita ao bairro de Pernambués pela Comunidade da Fazenda Modelo Quilombo D’Oiti, Itacaré-Bahia”. Entre outras demandas que o projeto tem recebido, mencionou-se a hospedagem comunitária entre 23/06 e 07/07 de 2015 no bairro do Cabula por uma pesquisadora de Curitiba-PR para realização de estudos sobre a governança do Território Cabula na perspectiva da ecossocioeconomia.

Destaca-se ainda a realização dos ETBCES, cujos dados são apresentados no Quadro 3. Esse evento anual faz parte do processo de extensão e pesquisa que se desenvolve no Antigo Quilombo Cabula aprofundando e sistematizando com mais vigor as atividades integrativas, tanto do ponto de vista do conhecimento quanto das ações propriamente ditas. Assim, busca dar visibilidade e reconhecimento às diversas produções sociais, políticas, culturais e econômicas da localidade. Os três primeiros encontros foram realizados no auditório da Uneb entre 2011 e 2013. Em 2014 o evento saiu da universidade a pedido das comunidades, com a justificativa de que lhes faltavam recursos para deslocamento e alimentação, o

¹⁰ Denis Sena, ou Denissena (nome artístico), é um artista e arte-educador residente no bairro do Cabula e participante do Projeto TBC Cabula. Mais informações sobre o seu trabalho podem ser consultadas no site oficial: <<http://denissena.arteblog.com.br/>>.

que limitava a participação. Assim, o ETBCES foi abraçado pela comunidade de Pernambués, sendo realizado no Colégio Estadual Ministro Aliomar Baleeiro, o que permitiu mais aproximação entre a academia e as populações dos bairros. Diante desse efeito positivo, em 2015 o V ETBCES foi realizado no Colégio Estadual Zumbi dos Palmares, no bairro do Beiru/Tancredo Neves, cujos dados estão em processo de tabulação e análise.

Quadro 3 – Público do ETBCES nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014.

	ESPERADO				EFETIVADO			
	2011	2012	2013	2014	2011	2012	2013	2014
Professores/pesquisadores	32	71	80	90	10	74	64	70
Professores de educação básica	64	00	25	30	05	10	18	30
Alunos de pós-graduação	20	25	30	35	12	29	41	44
Alunos de graduação	50	49	52	55	263	60	32	35
Profissionais	45	427	550	570	29	434	430	312
Outros	29	00	100	220	51	00	21	625
Total	240	572	837	1.000	370	607	606	1.116

Fonte: Silva (2014).

Conforme o Quadro 3, o público que participa dos ETBCES vem aumentando. Vale ressaltar que o número de participantes esperados em 2013 não correspondeu por motivos de paralisação da polícia civil, chuvas, greves, entre outras adversidades. A equipe TBC Cabula entende que, paulatinamente, esse evento seja de total responsabilidade das comunidades do Antigo Quilombo Cabula, tendo em vista o aumento da participação de estudantes das redes públicas de ensino do município e do estado.

Feita essa sucinta apresentação sobre como vem sendo desenvolvido o projeto TBC Cabula nos bairros populares circunvizinhos à Uneb, afirma-se que a equipe está sempre iniciando processos conforme abordagem metodológica de Pesquisa de Desenvolvimento, mais conhecida por *Design-Based Research* (DBR) (MATTA; SILVA; BOAVENTURA, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto TBC Cabula emerge do contexto de ensino, pesquisa e extensão em âmbito de graduação e mestrado, em parceria com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) e o Núcleo de Cooperação e Ações em Políticas Públicas e Economia Solidária (Coappes) da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Completando cinco anos de experiência em comunidades de bairros populares do entorno da Uneb, vem sendo apoiado por instituições de fomento à pesquisa por meio de iniciação científica e outros níveis de investigação.

Para efeitos de compreensão e construção de conhecimento, fez-se necessário apresentar definições, conceitos e características do turismo de base comunitária, diferenciando-o do turismo comunitário e do convencional. As metodologias desenvolvidas e aplicadas foram elaboradas considerando-se o tempo, disposição, perfil e o cotidiano das comunidades do Antigo Quilombo Cabula. Devido às características desses contextos não foi possível a aplicação de técnicas de levantamento de dados e informações adotadas pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) e MTur.

No processo de execução desse projeto enfrentaram-se dificuldades como a retaliação por parte de pseudo-lideranças comandadas por políticos. Afora esse aspecto, chuvas, greves, paralisações e indisponibilidade das comunidades em horários acessíveis para os pesquisadores interferiram na realização de algumas atividades e na ampla participação dos residentes dos bairros onde aconteceram as rodas de conversa e oficinas.

A continuidade do projeto está diretamente relacionada ao apoderamento e empoderamento das comunidades; ao fortalecimento de iniciativas como a criação do grupo Cultarte; às articulações de moradores e entre as comunidades e a universidade como colaboradores e voluntários; no apoio das escolas para a realização de oficinas pedagógicas para formação em turismo de base comunitária; na aprovação de projetos de pesquisa em âmbitos de monitoria de extensão, estágios e iniciação científica; no apoio com recursos financeiros para a realização dos eventos e outras atividades que aproximem a universidade das comunidades; na atuação das equipes dos eixos temáticos de forma articulada; nas adesões de associados, cooperativados e redes comunitárias. E, claro, após a mobilização das comunidades, ao apoio dos gestores públicos.

Assim sendo, afirma-se que o projeto está em processo e sempre estará, respeitando-se o devir das comunidades. Diante do que foi visto, presenciado, ouvido e, sobretudo, vivido e experimentado, o Antigo Quilombo Cabula tem muito a mostrar para a sociedade soteropolitana e, quiçá, para visitantes e turistas.

REFERÊNCIAS

A TARDE. Vale Luz vai percorrer dez bairros. Salvador: **Jornal A Tarde**, A4, curtas, segunda-feira, 27/08/2012.

_____. Feira. Salvador: **Jornal A Tarde**, A10, sábado, 19/05/2012.

_____. Sussuarana tem Feira de Saúde. Salvador: **Jornal A Tarde**, A4, sábado, 19/05/2012.

_____. Ruas de Lazer vai a 5 localidades. Salvador: **Jornal A Tarde**, A4, domingo, 6/05/2012.

_____. Sussuarana festeja cultura negra. Salvador: **Jornal A Tarde**, A9, quinta-feira, 17/11/2011.

ANDRADE, E.; ALMEIDA, E. C. Política Pública para Reparação das Desigualdades Raciais na Educação do Estado da Bahia. In: SILVA, F. de P. S. da. Turismo de Base Comunitária e Cooperativismo: articulando pesquisa, ensino e extensão no Cabula e entorno. Salvador: Eduneb, 2013, p. 135-152.

ANJOS, R. S. dos. Encontros na e com a Comunidade de Pernambuco e Saramandaia. In: SILVA, F. de P. S. da. Turismo de Base Comunitária e Cooperativismo: articulando pesquisa, ensino e extensão no Cabula e entorno. Salvador: Eduneb, 2013, p. 105-111.

BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. Seleção de Propostas de Projetos para Apoio às Iniciativas de Turismo de Base Comunitária. Brasília: MTUR, Edital de Chamada Pública de Projetos MTur/N. 001/2008.

CORIOLOANO, L. N. M. T. O Turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à Pobreza. São Paulo: Annablume, 2006.

CRUZ, R. de C. A. da. Turismo, Produção do Espaço e Desenvolvimento Desigual. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 92-107.

FERNANDES, R. B. Las políticas de la vivienda en la ciudad de Salvador e los procesos de urbanización popular en el caso del Cabula. Feira de Santana: UEFS, 2003.

FERNANDES, R. B.; PENA, J. S.; LIMA, J. de B. Cabula: entre produção do espaço e especulação. In: SILVA, F. de P. S. da. Turismo de Base Comunitária e Cooperativismo: articulando pesquisa, ensino e extensão no Cabula e entorno. Salvador: Eduneb, 2013, p. 53-68.

IRVING, M. de A. Reinventando a Reflexão sobre Turismo de Base Comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 108-121.

MALDONADO, C. O Turismo Rural Comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 25-44.

MATTA, A. E. R.; SILVA, F. de P. S. da; BOAVENTURA, E. M. Design-Based Research ou Pesquisa de Desenvolvimento: metodologia para pesquisa aplicada de inovação em educação do século XXI. In: Revista da Faeeba: educação e contemporaneidade. Salvador: Uneb, v. 23, n. 42 – jul./dez. 2014, p. 23-36.

NICÁCIA. Correspondência pessoal. Salvador: Projeto TBC Cabula, 2011.

POON, A. Tourism, Technology and Competitive Strategies. Wallingford, Oxon, UK: CAB International, 1993.

SANTOS, A. J. N. dos. Visita ao Horto Florestal Cabula – 02 Setembro 2013. Salvador: Projeto TBC Cabula, 31/08/2013. (correspondência pessoal).

SANTOS, A. L. et al. O Turismo como Atividade “Urbanizadora”. Salvador: II ETBCES, 2012. Pôster (II ETBCES).

SENA, D. Visita ao Horto Florestal Cabula – 02 Setembro 2013. Salvador: Projeto TBC Cabula, 29/08/2013. (correspondência pessoal).

SILVA, F. de P. S. da. Turismo de Base Comunitária no Cabula e Entorno. Salvador: Uneb, 2014. Memorial (promoção e progressão na carreira do magistério superior, de titular para pleno) Universidade do Estado da Bahia, Curso Turismo e Hotelaria.

_____.; SÁ, N. S. C. de (Org.). Cartilha (In)formativa sobre Turismo de Base Comunitária: “O ABC do TBC”. Salvador: Eduneb, 2012.

_____. Turismo de Base Comunitária na Região do Cabula e Entorno: processo de incubação de operadora de receptivos populares especializada em roteiros turísticos alternativos. Salvador: Fapesb, 2010. Edital n. 021/2010, pedido n. 6791.

_____. Educação Superior Sustentável: uma análise de cursos de turismo. Salvador: UFBA/Faced, 2005. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação.



Patrimônio cultural naval e proposta de roteiros turísticos para as embarcações tototós pelo estuário do Rio Sergipe

Naval Cultural Heritage and Proposal for Tours in the Tototós Boats by the Estuary of the Rio Sergipe

Patrimonio Naval e Itinerarios Turísticos Propuestos para los Barcos Tototós por el Estuario del Río Sergipe

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1152>

Gabriela Nicolau dos Santos < gabrielanicolau.8o@gmail.com >

Rosa dos Ventos Consultoria e Pesquisa, Brasil.

Ivan Rêgo Aragão < ivan_culturaeturismo@hotmail.com >

Rosa dos Ventos Consultoria e Pesquisa, Brasil.

Acacia Maria Barros Souza < acaciaravel3o@hotmail.com >

Rosa dos Ventos Consultoria e Pesquisa, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do Artigo: 30-out-2014

Aceite: 22-jun-2016

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

DOS SANTOS, G. N.; ARAGÃO, I. R.; SOUZA, A. M. B. Patrimônio Cultural Naval e Proposta de Roteiros Turísticos para as Embarcações Tototós pelo estuário do Rio Sergipe. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 93-110, ago. 2016.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



RESUMO

Desde o final da década de 1940, as embarcações do tipo tototó cumprem a função de transportar passageiros entre as margens na foz do baixo Rio Sergipe. Em 2011, receberam o título de Patrimônio Cultural e Imemorial do Estado de Sergipe pelo Decreto-Lei n. 7.320. A partir da pesquisa bibliográfica, trabalho de campo e adoção da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC/Iphan), o presente estudo propõe roteiros turísticos pela foz do Rio Sergipe proporcionando outros itinerários para essas embarcações. Uma das soluções verificadas em campo se pautou na elaboração de roteiros dentro do segmento do Turismo de Base Comunitária, onde os canoieiros seriam protagonistas desses circuitos gerando um impacto positivo para a cadeia produtiva do turismo em Barra dos Coqueiros. Essa ação poderia tornar-se uma ferramenta de educação, conhecimento e preservação dos bens culturais e ambientais que se vinculam ao espaço, sendo o ofício do canoieiro e os demais saberes da localidade, valorizados. Os roteiros seriam geridos pelos próprios barqueiros ou pessoas da comunidade interessadas em desenvolver o turismo sob essa ótica.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural Naval. Turismo de Base Comunitária. Embarcações *Tototós*.

ABSTRACT

Since the end of the decade of 1940, the tototó boats comply with the function of transporting passengers between the shore at the mouth of bass River. In 2011 received the title of Cultural Heritage and Imemorial State of Sergipe by Decree-Law N. 7,320. From the bibliographical research, field work and adoption of the methodology of the National Inventory of Cultural References (INRC/IPHAN), this study proposed tours touristics of the rio Sergipe providing other itineraries for these boats. One of the solutions verified on-site if took on roadmapping within the community based tourism segment, where the boatmen would be protagonists of these circuits generating a positive impact to the production chain of tourism in Barra dos Coqueiros. This proposal should consist of in addition to the locally based tourism, other segments such as the educational, scientific, cultural and eco-tourism. This action could become a tool of education, knowledge and the preservation of cultural and environmental assets that link to space, being the trade of and knowledge of canoieiro locality, valued. The scripts would be managed by boatman or people in the community interested in developing the tourism in this optics.

Keywords: Naval Cultural Heritage. Community-Based Tourism. Tototó Boats.

RESUMEN

Desde finales de la década de 1940, los barcos tipo tototó cumplan con la función de transporte de pasajeros entre la costa en la desembocadura del bajo río Sergipe. En 2011, recibió el título de Patrimonio Cultural y Inmemorial de la Província por Decreto Ley N. 7320. Desde la investigación bibliográfica, trabajo de campo y adopción de la metodología del inventario nacional de referencias culturales (INRC/IPHAN), este estudio propone excursiones por la desembocadura del río Sergipe proporcionando otros circuitos para estos barcos. Una de las soluciones verificadas in situ fu la construcción de intinerarios dentro del segmento de turismo de base en comunidad, donde los barqueros serían protagonistas de estos circuitos generando un impacto positivo a la cadena de producción de turismo en Barra dos Coqueiros. Esta acción podría convertirse en una herramienta de educación, conocimiento y la preservación del patrimonio cultural y ambiental que vinculan al espacio, siendo el oficio de canoero y otros conocimientos de la localidade, valorados. Los intinerarios estarían dirigidos por los barqueiros o personas de la comunidad interesada en el desarrollo del turismo en esta óptica.

Palabras clave: Patrimonio naval. Turismo de Base Comunitaria. Tototós.

INTRODUÇÃO

O presente artigo faz parte dos estudos¹ solicitados pelo Iphan² a Fundação Alphaville como medida compensatória pelos impactos aos sítios arqueológicos Alphaville I e II, localizados no município de Barra dos Coqueiros, Sergipe. A partir de uma série de relatórios, entre eles um Plano de Salvaguarda, despontou a elaboração dos quatro roteiros turísticos em que seriam utilizadas as embarcações *tototós* como transporte de estudantes e turistas.

Segundo estudos realizados *in loco*, verificou-se que as *tototós* são embarcações simples, construídas em madeira, com cabine para seus passageiros, que viajam sentados, cuja principal função é o transporte destes. Possuem cerca de três metros de largura e 15 metros de comprimento e são batizadas com esse nome graças ao som característico emitido por seu motor de popa. Muito tradicionais no uso, formato e estética, são sempre avistadas na travessia de pessoas que cruzam as margens das cidades de Aracaju e Barra dos Coqueiros, fazendo parte da paisagem, memória e identidade cultural da população do estuário do Rio Sergipe.³

A pesquisa faz parte das obrigações do Termo de Compromisso supracitado. Foi executada por meio do estudo bibliográfico, para o aporte teórico-conceitual sobre patrimônio cultural e patrimônio cultural naval, turismo de base comunitária; e pesquisa de campo para reconhecimento da área estudada com visitas técnicas aos pontos descritos no roteiro turístico.

A fase de identificação do Bem seguiu a proposta do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC (BRASIL, 2000), como forma de entender os sentidos e significados que o patrimônio cultural naval possui para a população do entorno. Além disso, a equipe elaborou material fotográfico relativo às *tototós* e cartográfico por meio das imagens do *google* satélite adquiridas através da ferramenta *open layers plugin* do QGIS.⁴

A proposta de Turismo de Base Comunitária surgiu como uma solução percebida pela equipe para a realidade dos canoeiros. Estes encontram-se desvalorizados, esquecidos e sem reconhecimento não somente pela comunidade, como pelo poder público. Mesmo o ofício sendo patrimonializado em nível estadual, ações de continuidade do ofício foram previstas pelo Iphan por meio do Plano de Salvaguarda.

No entanto, a realidade dos citados barqueiros permanece necessitando de melhorias, tanto salarial como de benefícios previdenciários, além de maior reconhecimento e divulgação do trabalho naval dos *totozeiros* (Figura 1). Nesse contexto, a proposta de implantar o turismo de base comunitária poderia ser uma solução para não somente dar novos usos às embarcações, como gerar renda por outra atividade e trazer maior visibilidade à categoria.

A execução de roteiros turísticos proporcionaria protagonismo e gestão realizados pelos *totozeiros* de circuitos que integrariam a beleza cênica do estuário do Rio Sergipe com o seu meio ambiente natural, o patrimônio histórico-cultural de Aracaju que se encontra à beira do Rio Sergipe, os atrativos e equipamentos turísticos. Roteiros estes, já realizados por alguns canoeiros como meio de melhoria de renda, porém, elaborados de forma incipiente e sem buscar uma integração e diálogo com a cadeia produtiva do turismo de Barra dos Coqueiros, como bares, restaurantes, pousadas, hotéis e ONGs.

1 A Fundação Alphaville contratou a Integratio Mediação e Sustentabilidade que teve como parceira, em Sergipe, a Rosa dos Ventos Consultoria e Pesquisa, a fim de elaborarem os estudos que envolveu pesquisa para contextualização histórica, social, econômica e ambiental nos quais estão inseridas as *tototós*, plano de salvaguarda e delimitação da abrangência geográfica do ofício de canoeiro.

2 Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

3 Embora o ofício de canoeiro vinculado às *tototós* encontra-se ameaçado desde 1948, portanto, 67 anos, essas embarcações cumprem sua função de transporte de passageiros pela foz do Rio Sergipe.

4 Software livre Quantum GIS, que se configura como um Sistema de Informações Geográficas – SIG.



Figura 1 – Barqueiros das Tototós no transporte de passageiros

Fonte: Acervo Iphan/SE

A proposta do presente artigo é integrar os agentes sociais e seus equipamentos para desenvolver compartilhamento e levar benefício para a comunidade com uma economia solidária, tendo como pontapé inicial o transporte de visitantes e turistas pelas tototós. Sendo as embarcações *tototós* patrimônio cultural estadual desde 2011, na primeira parte do artigo foi elaborada uma discussão contextualizando o que atualmente se entende por patrimônio naval brasileiro. A segunda parte discutiu o turismo de base local e o ofício de canoeiro e, por fim, a sugestão de roteiros turísticos para os canoeiros gerirem.

Patrimônio cultural naval brasileiro

A Constituição Brasileira de 1988⁵ espalhou a noção de patrimônio brasileiro partindo do aspecto histórico relacionado à ideia de passado para o cultural em que pese as manifestações do presente, vivas e pulsantes. Nesse contexto, buscou-se, a partir daí, fomentar a cultura do País por meio de leis de incentivo, marcando uma nova concepção em termos de salvaguarda dos bens materiais e imateriais vinculados aos mestres de ofício, detentores do saber e de técnicas.

⁵ “A Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial e, também, ao estabelecer outras formas de preservação – como o Registro e o Inventário – além do Tombamento, instituído pelo Decreto-Lei nº. 25, de 30/11/1937, que é adequado, principalmente, à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos. Os Bens Culturais de Natureza Imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas)”. Fonte: <<http://portal.iphan.gov.br>>.

Segundo Pereira (2008), é a partir dessa Constituição que a noção de cultura aparece homologada à noção de patrimônio. Nessa quebra de paradigma, dando uma nova percepção sobre o patrimônio brasileiro, verifica-se uma amplitude no que se refere ao conjunto de “saberes e fazeres” que torna a cultura brasileira singular. Ao longo das décadas de 1990 e 2000, viu-se o processo para perceber o patrimônio cultural como elemento vinculado à paisagem e lugar, e imbricado aos aspectos da memória, afetividade, costume e sustentabilidade ambiental, social e humana. Para Corrêa e Vargas (2011, p. 3), o patrimônio cultural deve ser,

[...] uma tendência que se projeta ao tema da memória, bastante em voga atualmente. A afirmação de identidades histórico-culturais faz-se primordial na “era da globalização” sendo o fortalecimento e a salvaguarda dos bens culturais considerados pilares do desenvolvimento humano e indicadores de sustentabilidade.

Durante a década de 90 do século passado, se viu por todo o País as primeiras ações para a valorização do patrimônio cultural para além da pedra e do cal. Nessa progressão, desde o início do século XXI, a cultura popular, artes e ofícios, advindos das populações tradicionais, passaram a ser vistos como elemento identitário e exaltados como patrimônio cultural brasileiro.

O longo processo de reconhecimento da produção material e imaterial originada do povo sempre foi esbarrado pelas dimensões territoriais do País, por políticas públicas que privilegiavam o patrimônio arquitetônico relacionado aos períodos Colonial e Imperial brasileiro e, por fim, na busca de uma cultura que, embora com uma identidade própria, estava vinculada ao erudito contrapondo e negando a produção cultural advinda do povo.

Em mais de um século, o discurso e as políticas públicas para salvaguarda da cultura popular passaram por mudanças na visão de órgãos de preservação e instituições de apoio à cultura e memória brasileira. Corroborando com esse pensamento, Funari e Pelegrini (2006) informam que nos últimos anos do século XX caiu por terra a noção considerada reducionista de patrimônio histórico, passando por novas centralidades e ampliando o conceito para patrimônio cultural.

Essa nova percepção para além da arte dos monumentos e grandes feitos artísticos, agora perpassa por memórias coletivas, ofícios e saberes que conferem identidade ao País. Ainda de acordo com os autores anteriormente citados (2006, p. 36), “[...] na década de 1980 foi consolidada entre os especialistas uma aceção ampliada do conceito de patrimônio, compreendido não só por produções de artistas ou intelectuais reconhecidos, mas estendido a criações anônimas, oriundas da alma popular”. Nesse contexto, a salvaguarda dos bens culturais já é considerada como um dos pilares do desenvolvimento humano, sendo, pois, indicadora de educação, sustentabilidade e reconhecimento de si e do grupo (BRASIL, 2005).

Da ampliação do conceito de patrimônio, o Iphan coordenou os estudos que resultaram na edição do Decreto n. 3.551, de 04/08/2000 – que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) – e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR). Segundo o Iphan, o PNPI,

[...] viabiliza projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural. É um programa de apoio e fomento que busca estabelecer parcerias com instituições dos governos federal, estaduais e municipais, universidades, organizações não governamentais, agências de desenvolvimento e organizações privadas ligadas à cultura e à pesquisa.⁶

⁶ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

Por patrimônio cultural de natureza imaterial entende-se “os saberes, os ofícios, as festas, os rituais, as expressões artísticas e lúdicas que, integrados à vida dos diferentes grupos sociais, configuram-se como referências identitárias na visão dos próprios grupos que as praticam” (CASTRO; FONSECA, 2008, p. 12). Pode-se evocar aqui o entendimento da Unesco sobre patrimônio imaterial para entender que além de mutável, é relevante que ele esteja conectado com o meio ambiente, visto que esse tipo de patrimônio que:

[...] se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim, para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (IPHAN, 2003 *apud* BRANCO, 2006, p. 2).

Em 2008, o Iphan lançou o projeto Barcos do Brasil cujo objetivo central se pautava na preservação e valorização do patrimônio naval brasileiro por meio de ações de proteção e diagnóstico de embarcações, paisagens culturais e acervos históricos, e fomento às atividades relacionadas com os barcos tradicionais – pesca, culinária, artesanato, festejos, transporte de pessoas e mercadorias e outras manifestações. Essa nova percepção a respeito dos meios fluviais e marítimos denota a relevância vinculada à cultura, história e identidade (PERALTA, 2003).

É oportuno trazer a discussão do que seja paisagem cultural, visto que a lei que confere às *tototós* patrimônio cultural sergipano vai além das 23 embarcações em funcionamento. Diz respeito a todo o contexto que envolve as embarcações, como costumes, memórias coletivas, modo de sobrevivência e estilo de vida. No tripé cultura, memória e identidade, vislumbra-se perceber aspectos da paisagem cultural, exaltada como elemento do patrimônio de uma localidade e oficializada pela Portaria Iphan n. 127, de 30 de abril de 2009. Documento este que reconhece o contexto cultural de saberes tradicionais, possuidores de aspectos que rebatem no cotidiano de uma comunidade.

Entende-se por “Paisagem Cultural Brasileira uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (BRASIL, 2009, p. 35). A vida simples relacionada à cotidianidade dos fazeres local, influenciando os costumes singulares dos ambientes aquáticos tais como rio, lago, lagoa e mar, enaltecendo a produção dos bens tangíveis e intangíveis das comunidades.

Na busca pelos diversos saberes oriundos das comunidades autóctones, como as ribeirinhas, catadoras e pescadoras, a arte da construção de canoas e barcos perpassa a valorização da tecnologia de construção, estética e beleza cênica compondo o patrimônio cultural brasileiro vinculado à paisagem marítimo-fluvial. Nesse contexto, órgãos de preservação (Iphan), autarquias federais (Ibama) e organizações não governamentais (Instituto Chico Mendes), ministérios: Cultura, Turismo, Educação, Pesca e Aquicultura, Ciência e Tecnologia, Cidades, assim como secretarias estaduais, municipais e empresas privadas têm trabalhado em ações que visem à valorização e preservação dos saberes relativos ao transporte, pesca e lazer das embarcações dos ambientes aquíferos.

O processo de salvaguarda foi iniciado com a canoa de tolda Luzitânia em Brejo Grande (SE) e o Saveiro de Vela de Içar Sombra da Lua (BA), que já possuem Tombamento Federal (BRASIL, 2013). Outras embarcações encontram-se inventariadas e diagnosticadas nas regiões Nordeste e Sul do País, como o cúter em São Luís (MA); bote bastardo em Camocim (CE); saveiro de vela de içar em Maragogipe (BA); saveiro de vela de pena em Itaparica (BA); canoa da Praia Vermelha em Salvador (BA); canoa pernambucana em Itapissuma (PE); bote de São Cristóvão (SE); canoa do Rio Real em Indiaroba (SE); baleeira de Armação do Pântano do Sul (SC); canoa bordada em Florianópolis (SC) (BRASIL, 2008).

Além disso, governos e prefeituras, por meio do Poder Legislativo, têm buscado a valorização e reconhecimento dos saberes, ofícios e técnicas locais, chancelando-os mediante leis e decretos. Os projetos pleiteados abarcam os bens móveis, festas, celebrações religiosas, culinária, naval, entre outros, se alinhando às políticas de preservação e salvaguarda da instância federal. Ao detectar no arcabouço de produção tangível e intangível, proteção dos bens culturais marítimos, fluviais e lacustres, põem-se em evidência os saberes da localidade e estes passam a ser entendidos como essenciais à diversidade cultural e reveladores da identidade local.



Figura 2 – Tototó do Rio Sergipe

Fonte: Acervo Rosa dos Ventos Consultoria e Pesquisa

Em Sergipe, as embarcações de madeira movidas a motor e com ocorrência em alguns pontos fluviais de Sergipe denominadas *tototós* (Figuras 2 e 3) – desde a publicação no Diário Oficial da Lei n. 7.320, no dia 30 de dezembro de 2011, passaram a ser Patrimônio Cultural e Imemorial sergipano, de fato e de direito. No entanto, foi constatada que a relevância dessas embarcações não se encontra somente no objeto fluvial de transporte, mas em pessoas que trabalham nelas: condutores (proeiro e popeiro), carpinteiros náuticos (reformas e pequenos reparos), ou estão associadas: participantes de danças e folguedos (samba de coco), beneficiamento alimentar vegetal (catadoras de mangaba e coco) e atividades de coleta e catação animal (pescadores e marisqueiros). Daí a importância do Plano de Salvaguarda, bem como sugestão de roteiros turísticos para as *tototós*.

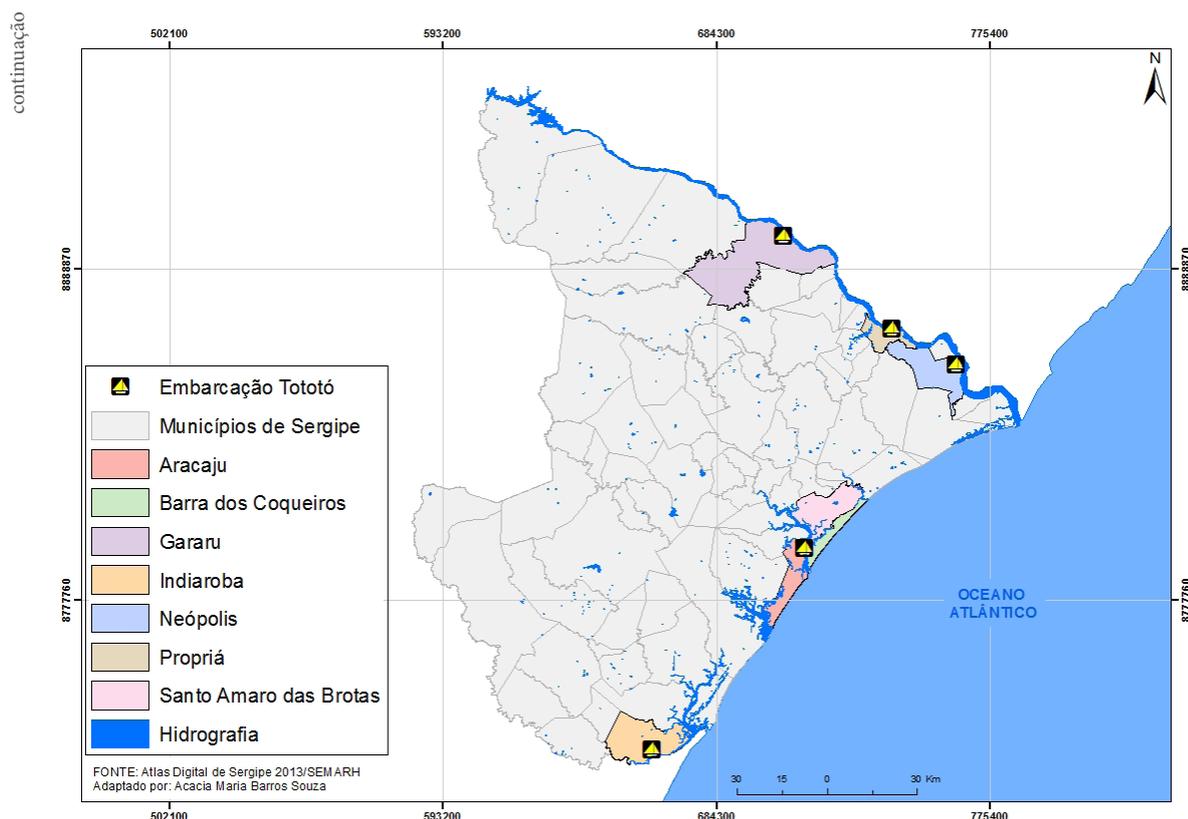


Figura 3 – Área de ocorrência das tototós no estado de Sergipe

Fonte: Acervo Rosa dos Ventos Consultoria e Pesquisa

Turismo de base local e o ofício de canoeiro

Em comunidades pesqueiras sejam marítimas ou fluviais, com grande potencial de belezas naturais, a iniciativa privada tem assumido papel de empreendedora da hotelaria e serviços turísticos. Tudo isso vem sendo realizado ao mesmo tempo em que deixa à margem o envolvimento da comunidade de pescadores com as suas reservas extrativistas e meio ambiente cênico. Sem contar que grande parte dos autóctones tende a trabalhar em atividades incomuns à sua realidade, acarretando em perdas de fazeres tradicionais de subsistência que lhe são próprios. Muitas vezes, são produções passadas de pai para filho, em que as técnicas utilizadas fazem parte do cotidiano dos moradores.

Outro fator que merece destaque diz respeito à exploração de mão de obra pelo turismo, em que são oferecidos para a comunidade de pescadores, agricultores e marisqueiros empregos que necessitam de baixa qualificação, acarretando no pagamento de salários injustos. Geralmente os cargos de gerência, ou de maior escalão, são ocupados por profissionais de outras regiões, o que representa um ponto negativo. Esse fato pode estar ligado à motivação de muitos jovens que saem de suas comunidades em direção aos grandes centros urbanos à procura de melhores condições de vida.

Nesse contexto, uma alternativa para a comunidade que desenvolve a atividade de transporte de passageiros (Figura 4) seria a adesão a roteiros turísticos em dias que as embarcações denominadas *tototós*

ficam paradas. Tendo atualmente 20 barcos em ativa no Rio Sergipe⁷ e pouca demanda para a travessia de pessoas entre margens, os canoieiros trabalham em regime de dias alternados, dando possibilidade de agendarem passeios turísticos pela região do estuário do Rio Sergipe nos dias em que as embarcações estariam paradas.



Figura 4 – Transporte de Passageiros: principal atividade das tototós

Fonte: Acervo Iphan/SE

Essa proposta incluiria os barqueiros na cadeia produtiva do Turismo de Base Comunitária (TBC), visando estimular ações de protagonismo dos moradores. Como informam Burgos e Mertens (2015, p. 83) ao citarem Irving (2000), Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009) e Coriolano (2009b),

A exclusão das comunidades dos benefícios turísticos e o interesse na minimização dos efeitos nocivos da atividade sobre as populações locais estimularam uma nova forma de desenvolvimento do turismo que coloca a população local no centro do planejamento e promove práticas mais justas e sustentáveis.

Quer seja promovendo as especificidades culturais do lugar (gastronomia, festa, danças e artesanato), quer incentivando atividades vinculadas ao meio ambiente, extrativista e de pesca. Com o TBC, busca-se a permanência de todo o conjunto de bens patrimoniais próprios da localidade, procurando maneiras de mostrar como a natureza, a história, a tradição e a cultura local, além de apreciadas pelas suas belezas por visitantes, podem ser vetores de trabalho e comercialização para ganhos financeiros dos residentes. De acordo com Coriolano (2003, p. 282),

⁷ As outras três encontram-se: em reforma, sem condutor e um dos canoieiros não tem mais interesse em manter-se na atividade.

[...] o turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Nele o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias residentes, seja de pescadores, ribeirinhos, pantaneiros ou de índios.

Na foz do Rio Sergipe, para além da atividade turística de sol e praia, há alternativa do Turismo de Base Comunitária, possibilitando o enaltecimento das belezas naturais ligadas aos ecossistemas onde se localiza a comunidade barracoquierense. Além disso, se canoieiros gerirem os roteiros de passeios turísticos, ensinarão aos visitantes valorizar a cultura, a produção material, a identidade local e os ofícios, sejam de canoieiro, marisqueiro, catador de frutas da restinga.

Esse tipo de segmento turístico, aliado às práticas do turismo educativo, científico, cultural e o ecoturismo, oferece subsídios para a própria população do lugar, cria alternativas com o intuito de se tornar independente de subempregos, empregos públicos e de assistencialismo social vindos em posição verticalizada, de cima para baixo, e, quase sempre, não dando espaço para o desenvolvimento pessoal.

Ao implantar os roteiros sugeridos e se organizando de forma interna para a criação de uma Cooperativa de Turismo de Base Comunitária na Barra dos Coqueiros, os moradores (canoieiros, pescadores, marisqueiros, brincantes, catadores, artesãos e agricultores), promoverão as principais atividades econômicas originais da comunidade. Dessa maneira, estabelecerão uma base de modelo de desenvolvimento territorial endógeno como enfatiza Ramiro (2009), onde os elementos necessários para o desenvolvimento local estariam na própria comunidade, beneficiando os moradores.

Seriam atividades vinculadas aos fazeres da própria população com potencial de atrativo que, dependendo da intencionalidade e do arranjo produtivo, seriam vistas como produções que estão vinculadas à identidade local. Atividades que não devem ser substituídas pelo funcionalismo dos equipamentos de hotéis, bares, restaurantes e pousadas, mas estes incorporados aos moradores em localidade e ao seu modo de vida. De acordo com Ramiro (2009, p. 39), Arranjo Produtivo Local,

[...] são formas de organização da produção em um território em que se priorizam as vocações e recursos locais, o adensamento do mercado interno como forma de desenvolvimento sustentado e menos vulnerável às dinâmicas exteriores, sem ignorar a importância dos canais externos de comercialização [...].

Em Barra dos Coqueiros essas formas de organização poderiam ser fomentadas tanto pela Associação dos Proprietários de Canoas de Transporte de Passageiros e Fretes de Barra dos Coqueiros/SE (APCBC), pelas “Catadoras de Mangaba”,⁸ grupos de folgedos populares e de extração animal – pescadores, catadores e marisqueiros (Figuras 5, 6, 7 e 8).

A discussão a respeito do Turismo de Base Comunitária perpassa os novos olhares de pesquisadores das ciências sociais (antropólogos, turismólogos e sociólogos) e das geociências, que têm debatido dentro e fora da academia os papéis a serem desempenhados por moradores e pelo *trade* turístico. Inclusive incluindo as comunidades locais, ouvindo-as e detectando, a partir das suas falas, as reais necessidades. Nesse contexto, escutar as comunidades para desenvolver o turismo demanda perceber seus anseios e dificuldades e propor projetos para uma articulação e valorização do seu espaço de origem.

⁸ Catadoras de Mangaba, Gerando Renda e Tecendo Vida é um projeto associativista em que mulheres utilizam a fruta da mangabeira para o beneficiamento alimentar. O município de Barra dos Coqueiros faz parte desse projeto. Fonte: <<http://www.catadorasdemangaba.com.br/>>.



Figuras 5 e 6 – “Catadoras de Mangaba” e seus produtos

Fonte: <http://www.infonet.com.br/>



Figura 7 – Samba de Coco

Fonte: <http://sambacocoegravura.blogspot.com.br/>



Figura 8 – Pescador

Foto: Ivan Rêgo Aragão, 2014

Cabe inserir reflexão sobre a alma do lugar, defendida por Yázigí (2001), que afirma estar no patrimônio ambiental com ar de cidade interiorana, o maior atrativo turístico local a ser preservado. O Turismo de Base Comunitária tem pensado na atividade turística como promotora dos saberes e fazeres locais, firmados na cultura popular, no ofício e na singularidade dos residentes, bem como a paisagem natural local, valorizando o meio ambiente e a cultura das pessoas inseridas na região com intuito de amenizar e/ou erradicar a pobreza e a miséria local.

Desse modo, implantar o Turismo de Base Comunitária revelaria novos meios de desenvolver o lugar por meio da divulgação, circulação e venda dos atrativos e seus produtos específicos. Segundo Morgado (2006) *apud* Mendonça (2009, p. 291), como resultado, o Turismo de Base Local,

[...] é capaz de modificar a forma pela qual se dá a apropriação dos benefícios gerados pela atividade turística, pois diante dessa perspectiva, a comunidade se torna participante ativa de seu próprio desenvolvimento, e não apenas espectadora das atividades organizadas externamente, em que os benefícios financeiros não são percebidos localmente.

Todavia, são necessários esforços que visem ao envolvimento da comunidade, visto que sua participação na gestão dos recursos naturais e econômicos de seu município é fundamental para que o turismo corresponda às expectativas dos moradores. Nesse enfoque, Coriolano (2009) destaca que os residentes devem ter o controle produtivo da atividade desde o planejamento até o desenvolvimento e gestão, se preocupando com o envolvimento participativo e com os resultados a serem obtidos. Segundo Brasil (2010, p. 8), o Turismo de Base Comunitária,

[...] é uma oportunidade para as populações locais possuírem o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento, sendo diretamente responsáveis pelo planejamento e gestão das atividades, das estruturas e dos serviços turísticos propostos. [...] dialogando com os princípios que orientam e fortalecem relações solidárias entre homens e mulheres construtores/as de uma sociedade comprometida com a sustentabilidade em seus aspectos políticos, socioculturais, ambientais e econômicos.

A disponibilidade e utilização das *tototós* para outros fins, que não apenas o de travessia Aracaju – Barra dos Coqueiros, pode ser entendida como um modo, não o único, certamente, de valorizar e promover a continuidade sustentável desse bem. Para que possa se consolidar como uma ação prática, uma série de desafios precisará ser superada, como os previamente elencados neste texto. Acreditamos, contudo, que importantes passos já vêm sendo dados nessa direção. O ofício de canoieiro e os demais bens culturais a ele relacionado, vinculados à educação e ao turismo, representaria um avanço, e encontraria alinhamento com outros projetos de modelo de gestão do turismo realizados no Brasil, tais como, Acolhida na Colônia/SC, Memorial do Homem Kariri/CE, Ecoturismo Comunitário em Mamiramá/AM, Turismo e Conservação em Silves/AM, Turismo e Resistência na Zona Costeira Cearense/CE, Projeto de roteiro do barro à Arte no Vale do Jequitinhonha/MG, entre outros.

A associação entre o turismo e os modos de vida tradicionais tem sido observada em diversos projetos cujo interesse é fortalecer o turismo, de modo a produzir maiores efeitos positivos para a comunidade local. Esse modelo de gestão do turismo, conhecido como TBC vem se constituindo como uma tendência mundial de ressignificação de espaços isolados, e/ou excluídos, com protagonismo de gestão das próprias comunidades. Segundo o Ministério do Turismo (BRASIL, 2010, p. 16), trata-se de “um modelo em que a cultura e os modos de vida locais são a principal motivação da visita, onde há o intercâmbio cultural entre o turista e a comunidade”.

Na Barra dos Coqueiros, participantes de grupos folclóricos, canoieiros, catadoras de mangaba, pescadores, traduzem um modo de vida ainda pouco conhecido. Além dos costumes do meio de vida vinculado ao rio e bens culturais produzidos pela comunidade local, a beleza cênica da natureza fluvial também contribui para o desenvolvimento do turismo. O pôr do sol da praça da matriz e a vista de Aracaju, do outro lado do rio, também é um espetáculo para poucos. Relevante mencionar que não resta dúvida do potencial turístico-pedagógico de todos esses atrativos, e que esses mesmos canoieiros se interessassem pelo que foi aqui apresentado. Se isso acontecer, acredita-se que a mesma força que os impulsiona a seguir por tantos anos no ofício os levará a encantar visitantes locais e turistas de todo o mundo.

Conforme se observa, a proposta de ações dos quatro roteiros foi pensada de modo a contemplar e valorizar o lazer, os modos de fazer, as formas de expressão, os lugares, edificações e as celebrações associadas à prática e ao ofício dos canoieiros.

Proposta de ação e sugestão de roteiros turísticos para serem gerenciados pelos totozeiros

A proposta de ação para implantação de roteiros turísticos está pautada em algumas etapas projetadas. Marcar reuniões em datas específicas com os agentes sociais de Barra dos Coqueiros para poder sugerir tais roteiros e escutá-los, visto que os moradores locais, detentores das *tototós*, pousadas, restaurantes e associações de beneficiamento alimentar e do artesanato, são quem vão gerenciar tais roteiros. As pessoas interessadas precisam estar cientes desses percursos que integrarão diversos atores sociais da comunidade, anotar sugestões, onde nada será imposto, mas uma construção coletiva.

A partir dessas ações, elaborar uma matriz SWOT⁹ para poder planejar melhor o desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo na região. Na pesquisa de campo e na escuta de alguns barqueiros já foram detectadas algumas fragilidades e potencialidades, porém, devem ser ouvidos os donos dos equipamentos de hospedagem, restauração e beneficiamento alimentar e produtores de artesanatos. Entre as fragilidades encontram-se: a falta de segurança apresentada pelas canoas, de mão de obra e qualificação profissional; a falta de infraestrutura dos atracadouros e a consequente dificuldade de acesso às canoas, sentida especialmente por idosos, pessoas com mobilidade reduzida e cadeirantes; a separação entre o ofício de canoeiro e o ofício do carpinteiro náutico, responsável pelas reformas e reparos nas canoas.

No que diz respeito às potencialidades, destacam-se: a possibilidade de valorização e utilização das canoas como meio de transporte no atendimento a outros roteiros além do que já é realizado entre Aracaju e Barra dos Coqueiros; elaboração e execução de passeios pedagógicos e turísticos. Como a rica fauna e flora que caracterizam o mangue, o estuário do Rio Sergipe contempla ainda a possibilidade de interpretação patrimonial em função do acervo edificado do centro antigo de Aracaju.

Seja pelo viés pedagógico onde segundo Matos (2012) o turismo possui uma relação direta com o ensino-aprendizagem, pois as atividades lúdico-pedagógicas realizadas fora da sala de aula se vinculam aos conteúdos programáticos disciplinares, cumprindo de forma lúdica e dinâmica os objetivos do processo pedagógico; seja por meio da base local, a nova percepção da atividade turística já constata que a associação entre o turismo e os modos de vida tradicionais tem sido observada em diversos projetos cujo interesse tem sido fortalecer o turismo de modo a produzir maiores efeitos positivos para a comunidade local.

A seguir, os quatro roteiros como sugestão para desenvolver o TBC em Barra dos Coqueiros tendo os canoeiros como os agentes protagonistas da atividade.

Foz do Rio Sergipe: história, cultura e meio ambiente

Este passeio teria como foco proporcionar uma abordagem histórica das cidades de Aracaju e Barra dos Coqueiros por meio da interpretação do conjunto patrimonial de edificações presentes na Avenida Ivo do Prado.¹⁰

⁹ Também conhecida como matriz FOFA esse tipo de metodologia constata forças e fraquezas, oportunidades e ameaças.

¹⁰ Avenida de Aracaju que margeia o Rio Sergipe.

Como ponto de partida, sairia pela manhã do Atracadouro das Tototós,¹¹ em frente do Mercado Municipal. Nesse caso, as pessoas seriam levadas a um passeio pela foz do Rio Sergipe em direção ao encontro das águas do rio com o Oceano Atlântico. Todos os roteiros deverão contar com a participação de guias ou canoieiros credenciados. O roteiro incluiria o repasse de informações que contemplasse as construções com relevância histórico-cultural como o antigo prédio da alfândega, o espaço cultural Zé Peixe (antigo terminal hidroviário), a Praça Fausto Cardoso, o Museu Palácio Olímpio Campos, a Ponte do Imperador, o Museu da Gente Sergipana, o prédio do antigo colégio Atheneuzinho, o Centro de Cultura e Arte – Cultart (antigo prédio da Escola de Direito), a casa onde morou Zé Peixe, o Edifício Atalaia (primeiro prédio residencial de altitude em Aracaju), a sede da OAB (antigo casarão dos Rollemberg), o Iate Clube de Aracaju, a orla da Praia Formosa, o Mirante da 13 de Julho e a Ponte Godofredo Diniz (que dá acesso ao Shopping RioMar).

De volta no sentido do atracadouro, o roteiro contemplaria a outra margem do rio para visualização da riqueza natural da fauna e flora do mangue, destacando a importância de sua preservação e dando ênfase à vegetação e fauna endêmicas. Durante essa parte do trajeto, seria comentada sobre a possibilidade de visualização do Boto-cinza, espécie presente no rio. Em Barra dos Coqueiros, seria realizada uma parada para conhecer a oficina do carpinteiro náutico e a praça onde se encontra a Igreja de Santa Luzia. No roteiro denominado “Foz do Rio Sergipe: História, Cultura e Meio Ambiente”, alguns equipamentos de restauração alimentar dariam suporte ao roteiro: Restaurante Caçarola, Restaurante de Zé Américo (sanfoneiro de Campo do Brito), Restaurante Xaxado, Restaurante do Museu da Gente Sergipana.

Ilha da Tartaruga com APA Morro do Urubu

Nesta segunda opção de roteiro, as pessoas partiriam, pela manhã, de um dos atracadouros (Aracaju ou Barra dos Coqueiros) e seriam levadas em um passeio de tototó pelo Rio Sergipe e Rio Pomonga, chegando à Ilha da Tartaruga, onde permaneceriam para tomar banho no rio e almoçar no Restaurante Preta e Preto. À tarde, de volta a Aracaju, um micro-ônibus levaria as pessoas para visitarem o Parque da Cidade – APA do Morro do Urubu, podendo assistir ao pôr do sol do ponto mais alto do morro, alcançado com a utilização do teleférico.

Culturas, fazeres & sabores da Barra dos Coqueiros

O roteiro “Culturas, Fazeres & Sabores da Barra dos Coqueiros” (Figura 9), seria realizado de modo a contemplar a península da Barra dos Coqueiros. Pela manhã, através de um passeio de *tototó* pelas margens do rio, poderia ser dada ênfase à vegetação endêmica, aves nativas, à importância de preservação dos manguezais, bem como à relevância histórica e econômica que a Barra dos Coqueiros representou, principalmente nas décadas de 1940 a 1970 do século XX. Após almoço em um dos restaurantes locais, os visitantes seriam levados a conhecer o projeto “Catadoras de Mangaba, Gerando Renda e Tecendo Vida”, onde assistiriam, ao final da tarde, a uma apresentação do Samba de Coco ou Reisado.

¹¹ Poderia ser realizada uma parceria com receptivos de turismo locais e os visitantes poderiam ser recolhidos nos equipamentos de hospedagem mais importantes da capital, como o Hotel Águas Marinhas, Pousada do Frade, Hotel Real Classic, Sandrin Praia Hotel, Hotel Litoral, Simas Praia Hotel, Pousada São Luiz, entre outros.



Figura 9– Imagem de Satélite com os pontos do Roteiro Turístico “Culturas, Fazeres & Sabores da Barra dos Coqueiros”

Fonte: Google Satélite através da ferramenta Open Layers Plugin do QGIS, adaptado por Rosa dos Ventos Consultoria e Pesquisa (2014)

Aracaju / Ilha da Tartaruga com pernoite em Barra dos Coqueiros ou Santo Amaro das Brotas

Esta opção de roteiro (Figura 10) pressuporia a utilização dos equipamentos hoteleiros existentes na Barra dos Coqueiros, como o *Prodigy Beach Resort & Conventions Aracaju*, a Pousada Cristina e a Pousada e Restaurante Irineu's ou ainda a Fazenda Barreirinhas, localizada no município de Santo Amaro das Brotas. Partindo do atracadouro de Barra dos Coqueiros pela manhã, as pessoas seriam levadas a um passeio pelo Rio Sergipe. À tarde, após almoço em um dos restaurantes da orlinha do bairro industrial, os turistas seriam levados à Ilha da Tartaruga.

A depender do interesse e do número de turistas, o passeio ofereceria pernoite na Barra dos Coqueiros ou na Fazenda Barreirinhas. Os passeios que optarem pela hospedagem na fazenda, podem oferecer o segundo dia de descanso e lazer na própria fazenda, que conta com piscina, área de recreação com churrasqueira e píer. Já os passeios cujo pernoite se realizar na Barra dos Coqueiros, poderiam oferecer a manhã do segundo dia na praia da Costa ou uma visita à sede das Catadoras de Mangaba e, à tarde, uma visita ao Parque Eólico.



Figura 10 – Imagem de Satélite de pontos do Roteiro Turístico “Aracaju / Ilha da Tartaruga com pernoite em Barra dos Coqueiros ou Santo Amaro das Brotas”

Fonte: Google Satélite através da ferramenta Open Layers Plugin do QGIS, adaptado por Acácia Souza/Rosa dos Ventos Consultoria e Pesquisa (2014)

Conforme se observa, as ações dos roteiros foram pensadas de modo a contemplar e valorizar os ofícios e modos de lazer, as formas de expressão, os lugares e edificações, bem como as celebrações associadas à prática e ao ofício dos canoieiros. A disponibilidade na utilização das *tototós* no transporte de passageiros em outros roteiros, não apenas o da travessia Aracaju / Barra dos Coqueiros pode ser entendida como um modo, não o único, certamente, de valorizar e promover a continuidade sustentável do bem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além do ofício de canoieiro das *tototós* vinculado ao transporte de passageiros, a proposta que se expôs no presente artigo foi buscar soluções para, por meio de novos usos, sentidos e significados, possibilitar uma maior visibilidade e valorização da categoria, tendo os bens culturais e patrimoniais associados a esse modo de fazer.

Com o aporte do inventário nacional de referências culturais (INRC) que, por meio de uma visão antropológica, busca inventariar, identificar para poder entender o contexto em que se inserem comu-

nidades guardiãs dos bens patrimoniais – tanto ambientais como culturais – foram sugeridos roteiros turísticos alinhados ao segmento do TBC.

Nesse sentido, a proposta de roteiros propõe incentivos para o protagonismo da comunidade local por meio da utilização de produções materiais e cenários geográficos diferenciados, buscando qualificar a mão de obra para gerir a atividade e desenvolver uma economia solidária. Buscou-se, portanto, no âmbito do estuário do Rio Sergipe, sugerir roteiros turísticos para o protagonismo dos canoeiros das embarcações *tototós*.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Pousada Uacari. Ecoturismo de base comunitária na reserva de desenvolvimento sustentável Mamiramá. Projeto Bagagem Brasil, 2010. Rede Turisol.

_____. Pousada aldeia dos lagos. Uma experiência de turismo e conservação em Silves. Projeto Bagagem Brasil, 2010. Rede Turisol.

BARTHOLO, R; SANZOLO, D. G; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de base comunitária: diversidades de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: UFRJ, Letra e Imagem, 2009.

BRANCO, P. M. C. Patrimônio: um diálogo entre história e turismo. In: Anais do XVIII Encontro Regional de História. ANPUH/SP – Unesp/Assis, 24 a 28 de julho de 2006. p. 1-10. CD-ROM.

BRASIL. Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC. Brasília: Iphan, 2000.

_____. Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação. Brasília: Unesco, 2005

_____. Projeto Barcos do Brasil. Iphan, 2008.

_____. Paisagem cultural. Iphan, 2009.

_____. Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública. Brasília: Ministério do Turismo, [s. ed.], 2010.

BURGOS, A; MERTENS, F. A perspectiva relacional na gestão do turismo de base comunitária: o caso da Prainha do Canto Verde. In: Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 15 n. 1., p. 81-98, abr. 2015.

CASTRO, M. L. V. de; FONSECA, M. C. L. Patrimônio imaterial no Brasil. Brasília: Unesco, Educarte, 2008.

CEARÁ. Memorial do homem Kariri. Turismo de conteúdo no sertão do Cariri. Fundação Casa Grande, 2010. Rede Turisol.

_____. Turismo e resistência na zona costeira cearense. Projeto Bagagem Brasil, 2010. Rede Turisol e Tucum.

CORIOLO, L. N. T. O desenvolvimento voltado às condições humanas e ao turismo comunitário. In: CORIOLO, L. N. T; LIMA, L. C. Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental. Fortaleza: Eduece, 2003. p. 26-44.

_____. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLLO, R; SAN SOLO, D. G; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de base comunitária: diversidades de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: UFRJ, Letra e Imagem, 2009. p. 277-288.

_____. Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário: atores e cenários em mudanças. Fortaleza: UECE, 2009b.

CORRÊA, I. C. C.; VARGAS, M. A. A. Memória e identidade: traços da festa de Bom Jesus dos Navegantes no bairro Atalaia – Aracaju/SE. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Salvador, UFBA, 07 a 10 de agosto de 2011.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. Patrimônio Histórico e Cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

IRVING, M. de A. Ecoturismo em áreas protegidas: um desafio no contexto brasileiro. Boletim de Turismo e Administração Hoteleira, v. 9, n. 2, 2000.

MATOS, F. de C. Turismo Pedagógico: o estudo do meio como ferramenta fomentadora do currículo escolar. In: Anais do VII Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul – SEMINTUR, Caxias do Sul, UCS, 16 e 17 de nov. de 2012. p. 1-11.

MENDONÇA, T. C. de M. Turismo socialmente responsável da Prainha do Canto Verde: uma solução em defesa do local herdado. In: BARTHOLLO, R; SAN SOLO, D. G; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de base comunitária: diversidades de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: UFRJ, Letra e Imagem, 2009. p. 289-301.

PERALTA, E. O mar por tradição: o patrimônio e a construção das imagens do turismo. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 9, n. 20, outubro de 2003, p. 83-96.

PEREIRA, J. C. O conceito de cultura na Constituição Federal de 1988. In: IV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura – ENECULT, Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil, 28 a 30 de maio de 2008. p. 1-12.

RAMIRO, R. Economia solidária e turismo. Brasília: IABS, AECID, MTur, 2009.

SANTA CATARINA. Turismo comunitário: agroturismo em Santa Catarina. Projeto Acolhida na Colônia, 2010. Rede Turisol.

YÁZIGI, E. A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano em litorais e montanhas. São Paulo: Contexto. 2001. (Coleção Turismo)

Integração comunitária:

Red Tusoco como um modelo de gestão participativa na organização do turismo local

Community integration: Red Tusoco as a participatory management model in the local tourism organization

Integración comunitaria: Red Tusoco como un modelo de gestión participativa en la organización del turismo local

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1155>

Mary Ângela Nardelli <angelanardelli@gmail.com >

Bacharel em Turismo, Especialista em Educação em Valores Humanos. Mestranda em Turismo na Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil.

Thaisa Emanuelli Vianna (In memoriam)

Bacharel em Turismo (Unicentro), Especialista em Educação Especial/Libras. Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Paraná, UFPR, Curitiba, PR, Brasil.

Letícia Bartoszeck Nitsche <lticia@gmail.com >

Professora Doutora da Graduação e Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 31-out-2015

Aceite: 20-jun-2016

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

NARDELLI, M. A.; VIANNA, T. E.; NITSCHKE, L. B. Integração comunitária: Red Tusoco como um modelo de gestão participativa na organização do turismo local. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 111-125, ago. 2016.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar o arranjo socioprodutivo de turismo de base comunitária desenvolvido pela Red Boliviana de Turismo Solidário e Comunitário – Tusoco, de modo a sistematizar informações descritivas acerca do formato de gestão do turismo pelas comunidades locais. Levou-se em consideração o fato de existirem iniciativas com dificuldades de autogestão, como a encontrada no município de Colombo/PR, na Região do Sul do Brasil, servindo de base para uma mediação entre o problema e uma possível solução. Com metodologia de pesquisa exploratória e descritiva, essa iniciativa boliviana foi escolhida como norteadora para análise e formulação de propostas a serem desenvolvidas no planejamento da atividade turística em pequenas comunidades, levando em consideração as especificidades locais. Assim, o trabalho resultou em propostas como uma gestão orgânica circular para a autonomia comunitária, planejamento de microrroteiros para a valorização da microespacialidade e laços entre pares, bem como a institucionalização de um mecanismo de turismo receptivo para superar as dificuldades da comercialização.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária. Gestão Integrada. Planejamento Participativo. Comercialização.

ABSTRACT

The research aims to analyze the community-based tourism socio-productive arrangement developed by Red Bolivian Solidarity and Community Tourism – TUSOCO in order to systematize descriptive information about tourism management format by local communities. It took into account the fact that there are initiatives difficulties of self-management, like that found in the city of Colombo / PR, in southern Brazil, providing the basis for a mediation between the problem and a possible solution. With exploratory and descriptive research methodology, this Bolivian initiative was chosen as the guideline for analysis and formulation of proposals to be developed in the planning of tourism in small communities, taking into account local specificities. Thus, the work resulted in proposals such as a circular organic management for community autonomy, micro-itineraries planning for the development of ties between microspatiality and peers as well as the institutionalization of a receptive tourism mechanism to overcome the difficulties of commercialization.

Keywords: Community-based tourism. Integrated management. Participatory Planning. Commercialization.

RESUMEN

La investigación tiene como objetivo analizar el acuerdo socio-productiva turismo comunitario desarrollado por Red Boliviana de Solidaridad y Turismo de la Comunidad – Tusoco con el fin de sistematizar la información descriptiva sobre el formato de la gestión del turismo por las comunidades locales. Se tuvo en cuenta el hecho de que hay iniciativas dificultades de la autogestión, como la que se encuentra en la ciudad de Colombo / PR, en el sur de Brasil, proporcionando la base para una mediación entre el problema y una posible solución. Con la metodología de investigación exploratoria y descriptiva, esta iniciativa boliviana fue elegida como la pauta para el análisis y la formulación de propuestas que se desarrollarán en la planificación del turismo en las comunidades pequeñas, teniendo en cuenta las especificidades locales. Así, el trabajo dio lugar a propuestas tales como un manejo orgánico circular por la autonomía de la comunidad, micro-itinerarios planificación para el desarrollo de las relaciones entre microespacialidad y compañeros, así como la institucionalización de un mecanismo de turismo receptivo para superar las dificultades de la comercialización.

Palabras claves: Turismo Basado en la Comunidad. Gestión Integrada. Planificación Participativa. Comercialización.

INTRODUÇÃO

A gestão do turismo principalmente em espaços não urbanos passa por desafios quando verificada a questão dos instrumentos operativos, podendo ser mencionada a fala dos atores locais que geram uma expectativa em apoio externo, como agência emissora ou ações promocionais por parte do poder público, para a dinamização do fluxo de visitantes. Das inúmeras opções para transpor os obstáculos, a formação de um tecido composto por diversos atores que participem dos benefícios da atividade turística pode se mostrar benéfica.

Nesse sentido, um modelo de rede com organização integrada e comprometida na gestão participativa, operação na base local e comunitária pode se apresentar como alternativa viabilizadora de um turismo responsável e essencialmente potencial ao desenvolvimento local. Considera-se, aqui, o turismo como parte de processos endógenos, nos quais o cerne das decisões ocorre com reflexões sobre os impactos (positivos ou negativos) no coletivo e no território local.

O presente estudo é desdobramento de uma pesquisa, na qual as autoras se propuseram a identificar e analisar modelos operativos em itinerários turísticos na Região Metropolitana de Curitiba/PR, Brasil, mais especificamente na área rural do município de Colombo, dando complementaridade a estudos anteriores de Nitsche *et al.* (2010), acerca de itinerários no entorno da capital paranaense.

O estudo citado apresentou recomendações à continuidade de investigações, uma vez que o itinerário vem apresentando “problemas com a ordenação turística do seu território”, perpassando pelas “dificuldades organizacionais tanto dos empreendimentos entre si como na sua relação com o poder público” (NITSCHÉ *et al.*, 2010, p. 109).

Assim, em 2015, a presente pesquisa realizou observações de campo ao Circuito Italiano de Turismo Rural em Colombo/PR e entrevistas com gestores públicos e privados. Foram identificados problemas, como: ausência de interlocução efetiva entre os empreendedores participantes do circuito, lacunas no plano de comercialização, saturação no fluxo de visitação e, ainda, dificuldades de acesso do visitante aos atrativos que compõem o formato operativo vigente, evidenciando a carência de novas proposições para o itinerário.

Foi detectado que a falta de integração entre os participantes do circuito prejudica a realização de ações de interesse coletivo e sobrecarrega o poder público que acaba, com isso, se tornando o principal gestor do projeto. Observou-se que os proprietários dos empreendimentos turísticos rurais tendem a agir de forma individualizada e se sentem insatisfeitos em relação à comercialização, ao fluxo de visitantes e a aspectos gerais da organização do itinerário e das condições de infraestrutura.

Ainda, dentro das potencialidades e oportunidades, foi possível identificar que o turismo de massa não parece ser o mais adequado às características do lugar baseadas no modo de vida rural de uma colônia de imigrantes italianos, motivação das autoras em se debruçar em estudos procurando identificar e propor alternativas inovadoras àquele roteiro.

Sob a intenção de identificar na América Latina iniciativas turísticas exitosas, operadas a partir das lógicas de “arranjos socioprodutivos”, em formato de “rede”, abordados por Coriolano e Barbosa (2012) e Sampaio (2014), iniciou-se pesquisa bibliográfica, na qual se identificou a Red Boliviana de Turismo Solidário Comunitário (Red Tusoco), associação composta por grupos de organizações comunitárias campesinas e indígenas. No escopo de gestão da Red Tusoco foi encontrada, ainda, equação para os desafios

de comercialização, desenvolvendo viagens comercializadas via Tusoco Viagem, agência instituída pela própria associação.

Nesse contexto, a pesquisa procurou responder se a Red Tusoco, dentro da sua atual conjuntura, poderia ser considerada um modelo demonstrativo de gestão a ponto de ser utilizada como referência em possível processo de (re)vitalização do turismo para outras iniciativas.

Para a resolução do problema de pesquisa definiu-se como objetivo central: analisar o arranjo socioprodutivo do turismo de base comunitária desenvolvido pela Red Boliviana de Turismo Solidário e Comunitário – Tusoco. E como objetivos específicos: identificar as características basilares inerentes ao Turismo Comunitário ou Turismo de Base Comunitária – TBC; realizar análise descritiva acerca do formato de gestão da Red Tusoco; e propor alternativas com foco nas dificuldades do Circuito Italiano de Turismo Rural de Colombo/PR, Brasil.

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva, uma vez que compreende discussões sobre os aspectos da participação comunitária no turismo visando uma aproximação com o TBC e descreve a Red Boliviana de Turismo Solidário e Comunitário – Red Tusoco, buscando exemplos de organização comunitária a serem aplicados em outros projetos, tal como o de Colombo/PR, Brasil.

Na interlocução com o poder público e proprietários rurais envolvidos com o Circuito Italiano de Turismo Rural, por meio de entrevistas e visitas *in loco*, foram identificados problemas a superar, com destaque para a ruptura no associativismo sendo que não há ajuda mútua, ausência de esforços integrados entre os próprios associados e pouca autonomia na tomada de decisões, havendo uma expectativa de apoio público.

Uma vez verificados os problemas enfrentados em Colombo, a pesquisa se encaminhou para a discussão de referencial teórico sobre TBC e nele também se buscou experiências exitosas que pudessem servir como exemplos demonstrativos, como foi o caso da iniciativa da Red Tusoco, na Bolívia, citada por Coriolano (2011).

A Red Tusoco é uma associação que desenvolve o turismo de forma a valorizar as especificidades de cada comunidade local. Assim, na expectativa de alcançar os objetivos propostos para a pesquisa, foi estabelecido contato com essa iniciativa, sendo que um dos responsáveis pela coordenação respondeu por escrito a um questionário semiestruturado e concedeu uma entrevista oral.

A técnica utilizada para o questionário consistiu em perguntas sistematicamente articuladas para a compreensão da organização estrutural sobre a Red Tusoco. Foi possível identificar em que modalidades organizacionais ela está enquadrada, bem como quantos empreendimentos fazem parte da associação, os objetivos propostos pelos associados para o desenvolvimento ordenado do turismo, as características ambientais, culturais e sociais encontradas em cada região e demais questões relacionadas com o planejamento associativista para a qualidade e a conservação dos aspectos comunitários.

Em outro momento foi realizada a entrevista oral com roteiro de perguntas semiestruturadas por meio de comunicação virtual em tempo real (através do recurso Skype), de maneira a estabelecer um diálogo

para esclarecer dúvidas e coletar informações detalhadas sobre o desenvolvimento comunitário/associativista e a interatividade dos associados na tomada de decisões da Red Tusoco, assim como estratégias adotadas para a comercialização dos produtos e serviços.

Por fim, tendo como base fundamental as pesquisas literárias acerca do TBC, o levantamento dos problemas enfrentados pela associação comunitária de Colombo e a análise da iniciativa boliviana, o presente artigo teve como resultado algumas técnicas possíveis de serem desenvolvidas de forma a estimular o fortalecimento e a autonomia associativista para o desenvolvimento do TBC no Circuito Italiano.

Turismo de base comunitária

Diversos autores elencam princípios basilares na modalidade de Turismo Comunitário ou Turismo de Base Comunitária (TBC), considerando-o como prática alternativa ao turismo tradicional de massa, a saber: Turismo Rural, Ecoturismo, Turismo Étnico ou ainda, Turismo Cultural e de Experiência (SAN-SOLO; BURSZTYN, 2009; ZAOUAL, 2009; CORIOLANO; SAMPAIO, 2013).

Para compreender o TBC é necessário, a priori, inferir que este acontece nos moldes de um desenvolvimento endógeno, no qual a comunidade é sua própria gestora, pressupondo-se uma emancipação político-social e protagonismo. É uma modalidade que se desenvolve no interior de espaços comunais, cujas comunidades se unem em cooperação, gerindo todos os procedimentos necessários para a consecução do fenômeno turístico.

O TBC possibilita a valorização do espaço histórico e culturalmente construído, como “lugar” de encontro; lugar esse onde se converge a existência, coexistência, copresença, solidariedade, acontecer solidário, do singular e do subjetivo (SANTOS, 2006).

Para Zaoual (2009), a essência dessa experiência se expressa na territorialidade – enquanto o turismo convencional (de massa) produz espaços regulados para o turista e para os moradores, confluindo-se à argumentação de que é:

[...] desenvolvido pelos próprios moradores de um lugar que passam a ser os articuladores e os construtores na cadeia produtiva, onde a renda e o lucro ficam na comunidade e contribuem para a melhoria da qualidade de vida (CORIOLANO; LIMA, 2003, p. 41).

As abordagens de Silva (2014) ainda explicitam o TBC como um turismo mais simples e ao mesmo tempo qualificado, de forma a valorizar os bens naturais e as culturas locais, desenvolvido pela própria comunidade que passa a ser ativa nas decisões tomadas desde a fase de planejamento, ou seja, tem como principal característica “[...] a elaboração de planejamentos descentralizados e associativos buscando garantir a participação de todos” (SILVA, 2014, p. 187).

Além disso, no TBC considera-se o “compartilhamento do cotidiano” onde os espaços sociais da comunidade são os mesmos utilizados no desenvolvimento do turismo, permitindo a troca de experiências e as relações interpessoais, “buscam-se estratégias de desenvolvimento para comunidades, esse desenvolvimento não é aquele voltado apenas à dimensão econômica” (LOBATO, 2013, p. 651).

O turismo comunitário não ocorre por intermédio de grandes agências de viagens com pacotes fragmentados. Não existem grandes cadeias hoteleiras nos destinos comunitários, conseqüentemente, com ausência das práticas do capitalismo no viés da acumulação, no qual o bem-estar comunitário é colocado

em primeiro plano, havendo ainda a melhora da integração do social, com o ambiental e econômico. Conforme Sampaio e Coriolano (2009, p. 7):

O turismo comunitário potencializa modos de vida tradicionais, arranjos socioprodutivos e políticos, de base comunitária, e mobiliza postos de trabalho pela produção artesanal. As ideias de comércio justo, solidário e sustentável animam modos de vida tradicionais e de capacitação para a produção artesanal, agregando valores solidários, a troca de bens, serviços e saberes produzidos por comunidades, que sofrem consequências de dívida social herdada de desvantagens históricas.

Nesse aspecto, pode inferir-se que o turismo massivo, que ocorre pela busca do lazer durante o não trabalho (SANTOS FILHO, 2005), está também atrelado aos impactos causadores da degradação de inúmeras culturas. Podendo, inclusive, dificultar em determinadas localidades a organização coletiva para a atividade turística, por apresentarem modelos formatados na competitividade produtivo/mercadológica de conformação individualista, exigindo altos valores de investimento financeiro, desestimulando ou até inviabilizando microempreendimentos.

Sob outra lógica de atuação estão assentados os princípios da ecossocioeconomia que pressupõe um desenvolvimento planejado equitativo (SAMPAIO, 2014).

O conceito de ecossocioeconomia privilegia as experiências e complexidades do cotidiano; “se dá no mundo da vida, nos domicílios, nas organizações, nas comunidades” (FELSKI; SAMPAIO; DALABRIDA, 2010, p. 86) levando em consideração a recuperação à desigualdade social e os problemas derivantes do baixo IDH, ainda com as problemáticas ambientais enfrentadas e também a desvalorização cultural (IDEM, 2010).

Conforme Felski, Sampaio, Dalabrida (2010), a ecossocioeconomia possui desdobramentos sobre cinco iniciativas fundamentais: Agenda 21 Local, Turismo Comunitário, Responsabilidade Social Empresarial, Economia de Comunhão e Economia Solidária, caracterizando-se ainda pelo conjunto de princípios democráticos fundamentados nos preceitos de solidariedade, igualdade e autogestão. Considerando-se as cooperativas e grupos associativistas para o desenvolvimento sustentável, uma vez que é nessas organizações que todos exercem uma função operativa para o bem coletivo.

Destarte, pode-se dizer que a ecossocioeconomia perpassa por um repensar da economia, dos valores sociais e do meio ambiente, com isso, dar sustentação, no contexto de desenvolvimento do TBC, de forma a proporcionar valorização socioambiental e ainda fortalecimento da economia e dos laços culturais.

No contexto da América Latina, e até brasileiro, algumas regiões foram fortemente influenciadas pelo turismo, desencadeando o crescimento econômico e capacidade de investimento em infraestrutura, o que contribui na melhoria no padrão de vida, enquanto outras ficaram “à mercê” de uma economia estagnada, sem perspectivas de melhorias e desenvolvimento.

Muito embora haja um consenso acerca da potencialidade do turismo como instrumento para desenvolvimento local, quando manejado de forma ordenada, como proposta para valorização de territórios menos favorecidos.

Sob essa perspectiva, Coriolano e Sampaio (2013) apontam que na América Latina há forte destaque para o turismo alternativo em pequenas cidades, bairros, comunidades rurais e étnicas, vila de pescadores, tribos indígenas, quilombos e outros possíveis, atividade pautada no desenvolvimento humano, participativo e comunicativo.

Coriolano (2011) ainda destacou algumas iniciativas de organização em rede, como:

Rede de Turismo Comunitário da América Latina – Redturs; Rede de Turismo Comunitário da Costa Rica – Cooprena; Rede de Turismo Campesino dos Vales Calchaquíes, Salta-Argentina; Rede Boliviana de Turismo Solidário e Comunitário – Tusoco; Rede Brasileira de Turismo Solidário – Turisol e a Rede Cearense de Turismo Comunitário – Rede Tucum (CORIOLANO, 2011, p. 10).

Visto os aspectos relevantes do TBC, pode ser levado em consideração que na atividade há uma interação maior entre visitantes e visitados e, nessa interação, os prismas culturais são mais evidenciados e interpretados, perpassando por uma dimensão deveras diversificada e valoração dos laços comuns.

Salienta-se, ainda, algumas colocações em relação ao conceito de comunidade. Compreende-se que a vida em comunidade refere-se a um pequeno grupo coeso de pessoas unidas por relações de confiança mútua, no qual cada membro se considere responsável e solidário (CLAVALL, 2001).

O conceito de comunidade também está atrelado a uma vida social que depende da interação das pessoas dentro ainda do seu contexto territorial, conforme afirma Bourdin (2001):

Grupo de indivíduos e famílias que compartilham os mesmos valores e convivem juntos em um território em que se desenvolve um conjunto de atividades coletivas e individuais, sendo que depois há o compartilhamento do mesmo território por vários grupos comunitários. (BOURDIN, 2001, p. 199).

Para Sampaio e Coriolano (2009, p. 8) a capacidade desencadeada do processo de interpretação de identidade com o local, converte “grupos sociais, em pequenos espaços geográficos, cuja integração de pessoas entre si e com o lugar, cria identidade forte de habitantes e territórios, entendido como comunidade”.

Seria possível inferir que a comunidade aparece no escopo das relações sociais de indivíduos com capacidade para interagirem e compartilharem um mesmo ideal, voltado para o coletivo. Comprometendo-se com o desenvolvimento de planejamento e ações ordenadas, para a minimização dos impactos possíveis desse mesmo território.

Há que se levar em consideração, também, que a comunidade possui identidade própria, existindo várias relações sociais voltadas para a ação coletiva e para a capacidade de auto-organização, algo capaz de desencadear ainda o desenvolvimento da atividade turística (BALDELLI, 2014).

Cada indivíduo origina uma rede social por intermédio de suas relações que, por consequência, oportuniza uma estruturação sistêmica de desenvolvimento (daí se presume o desenvolvimento do turismo em comunidades solidárias).

Considera-se ainda que, conforme Lomnitz (2009, p. 18-19):

Cada pessoa é o centro de uma rede de solidariedade e, ao mesmo tempo, é parte de outras redes. A solidariedade implica em um sistema de intercâmbio de bens, serviços e informações que ocorre dentro da sociabilidade. Esse intercâmbio pode ser horizontal, quando a troca se dá entre iguais mediante um sistema de reciprocidade, ou pode ser vertical, quando se dá uma assimetria de recursos.

Nesse contexto, a pesquisa entende comunidade como indivíduos que unidos formam uma rede de relacionamentos em comum, sociabilizando sentimentos que oportunizam a sensação de pertencimento sociocultural.

A comunidade se principia nos contextos de solidariedade, interatividade, valores e relações sociais, identidade e coletividade participativa, isso amparados pela cultura e sua valorização, não deixando de lado as questões ambientais, visto que o indivíduo usufrui do mesmo espaço e território que os demais, além do fato de as decisões tomadas pela comunidade direcionarem-se de forma autônoma também à utilização dos espaços de convivência – algo que pode desencadear o processo de desenvolvimento da atividade turística.

Red Boliviana de Turismo Solidário e Comunitário – Red Tusoco

O referencial teórico apresentado evidenciou uma reflexão sobre o TBC no contexto de desenvolvimento participativo. Sendo assim, nesta seção será apresentada de forma descritiva a Red Boliviana de Turismo Solidário e Comunitário – Red Tusoco e como é trabalhada a questão participativa da comunidade na tomada de decisões.

Com o intuito de valorizar a cultura encontrada na Bolívia, o Ministério da Cultura e Turismo objetiva promover o desenvolvimento turístico com ênfase no turismo cultural e comunitário; desenvolver a atividade e impulsionar a produção artística; otimizar a gestão do patrimônio material e imaterial, individual e coletivo; entre outros que compõem as questões culturais de desenvolvimento (PALACIOS, 2013; SARAVIA, 2015).

Tusoco é uma rede boliviana de solidariedade comunitária do turismo, criada em 2004 como desdobramento do Plano Nacional de Turismo na Bolívia, tendo início com oito projetos, sendo que atualmente são 22 em todo o país. Em suma, as comunidades participantes são rurais e indígenas que recorrem ao turismo comunitário como alternativa de complementação de renda, de forma a valorizar e proteger as culturas e tradições locais (RED TUSOCO, 2015).

O escopo fundamental proposto pela Red é a participação dos turistas em um intercâmbio cultural por meio de vivências e experiências, contribuindo de forma cultural e econômica para a melhoria da qualidade de vida local. É uma associação sem fins lucrativos criada como instrumento institucional para inserção e participação aos programas de governo, oferecendo treinamentos e apoio às comunidades, qualificando-as para o atendimento turístico (RED TUSOCO, 2015).

Além dessas questões, em 2008 foi fundada a agência Tusoco Viagens SRL com a finalidade de comercialização dos produtos das comunidades, de forma a beneficiar todas as iniciativas integrantes da associação (RED TUSOCO, 2015; SARAVIA, 2015).

Tal iniciativa teve origem devido ao fato de o turismo no país ter sido desenvolvido em demasia por médias e grandes empresas urbanas, isso até cerca de 15 anos atrás, sendo que existiam algumas pequenas iniciativas no país em relação aos territórios indígenas e de áreas protegidas, mas que estavam isoladas, não tendo uma “conversa” entre tais (SARAVIA, 2015).

A Red Tusoco trabalha o turismo comunitário, solidário e sustentável, tendo a economia solidária como base para suas ações que abrangem 22 empreendimentos comunitários associados localizados em 17 municípios da Bolívia (SARAVIA, 2015)

A autogestão ocorre de forma que os próprios associados definem e elegem o Diretório Nacional da Red, contudo, contam com uma equipe técnica para o planejamento e execução dos trabalhos e também da organização da Tusoco Viajes SRL (PALACIOS, 2013).

No âmbito dos objetivos como pilares sustentáveis das iniciativas adotadas pela associação Red Tusoco destacam-se: o organizativo, o econômico, o cultural, o social, o ambiental e a qualidade, isso de modo a possibilitar o empoderamento da comunidade e o fortalecimento dos laços sociais participativos (PALACIOS, 2013; SARAVIA, 2015).

Ao menos uma vez ao ano é realizada uma assembleia geral para os associados que em conjunto elaboram as decisões estratégicas e a planificação das atividades a serem desenvolvidas pela Red Tusoco, sendo que a organização da equipe se dá conforme a Figura 1.



Figura 1 – Estrutura Organizacional da Red Tusoco

Fonte: As autoras, adaptado de Tusoco, 2015.

Por tratar-se de um projeto que abrange o país todo, as ações de produção/mídia adotadas pela Red Tusoco compreendem: elaboração de cartilhas de capacitação, código de conduta e padrão de qualidade para os empreendimentos associados; vídeos de capacitação para os serviços de alimentação; vídeos promocionais e reportagens de foto e vídeo; bem como apresentações de *software* específico para a exposição das experiências obtidas (SARAVIA, 2015).

Entre as contribuições já percebidas pela rede de associados envolvidos, pode-se mencionar, conforme Saravia (2015):

- a) o posicionamento do país em um novo modelo de gestão turística;
- b) a diversificação e o fomento da fonte de renda das comunidades campesinas distantes dos centros turísticos;
- c) melhor distribuição dos benefícios econômicos oriundos da atividade turística no país;
- d) fortalecimento da valorização cultural e das identidades das comunidades campesinas;
- e) reconhecimento e valorização do trabalho feminino, levando a uma visibilidade mais ampla das mulheres campesinas.

Além disso, com a valorização da cultura campestre e da diversidade econômica, há uma diminuição do êxodo rural, evidenciando uma inclusão dos jovens; há também uma valorização e preservação do meio ambiente e da biodiversidade local; por fim, a sensibilização da população urbana e dos visitantes estrangeiros no que diz respeito à importância dos patrimônios por intermédio das vivências locais (SARAVIA, 2015).

Na premissa verificada pela abordagem acerca da Red Tusoco, compreende-se que seria possível criar mecanismos que possibilitem um diálogo e um modelo a ser utilizado por outras associações comunitárias no que diz respeito ao TBC. Assim, o próximo tópico contextualizará algumas possibilidades de desenvolvimento a partir do planejamento associativista no TBC.

RESULTADOS E DISCUSSÃO ACERCA DAS POSSIBILIDADES DE DESENVOLVIMENTO DO TBC

Conforme foi apresentado, o TBC é uma oportunidade para aperfeiçoar a organização comunitária, o desenvolvimento local e a cogestão para conservar/preservar o patrimônio natural, cultural e social de comunidades em seus territórios.

Toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade do território e da autogestão dos recursos comunitários e particulares com práticas democráticas e solidárias no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados por meio da prestação de serviços pode ser considerada relevante quando visa o encontro cultural da comunidade receptora e visitantes.

A partir dos conceitos literários verificados no início deste trabalho e tendo como base o questionário e entrevista concedidos pelo coordenador da Red Tusoco (SARAVIA, 2015), possibilitando uma análise do modelo autogestionado, a seguir serão apresentadas possibilidades de desenvolvimento relacionadas à operação do turismo para associações comunitárias.

O plano de gestão, assim como outras decisões de ordem coletiva, poderia ser tomado de forma participativa. Em função do entendimento que se trata de paradigma emergente, no que concernem formas de gestão, em vez da estrutura piramidal optou-se aqui para proposição em formato orgânico de um sistema circular e rotativo (Figura 2).



Figura 2 – Modelo Sugerido – Organização Sistêmica

Fonte: As autoras, baseado em Red Tusoco, 2015.

A proposta essencial da formação em rede oportuniza “construir alternativas econômicas e desenvolver serviços turísticos de qualidade, fortalecer empreendimentos e dar apoio à comercialização de produtos e serviços” (RED TUSOCO, 2010).

Nessa linha de reflexão, Maldonado (2009) explana que comunidades articuladas em rede “superam debilidades por meio de troca de experiência e trabalho em conjunto” entre os pares, e fortalecimento das relações, autonomia, “solidariedade”, “protagonismo” (CORIOLANO, 2012), ampliação da capacidade de articulação interinstitucional e estima a “Microespacialidade” (SAMPAIO; HENRIQUEZ; MANSUR, 2011, p. 27).

As iniciativas compartilhadas e articuladas, no que se supera a individualidade competitiva (um ganha e outro perde), se privilegiam ações no âmbito de rede horizontal de cooperação que revela complexidade da economia real, incluindo organizações de autoprodução e comunitárias (associações e cooperativas).

O desafio é criar e manter gestão participativa sob um signo de identidade (individual) que gere sentimento de pertencimento e facilite a intercooperação e se expanda à identidade cooperativa (coletiva) no plano político institucional e na gestão em rede.

Tendo pressuposto então que há uma associação sistêmica, a primeira possibilidade está focada na organização da comunidade local com finalidade de instituir uma agência própria de receptivo, gerida a partir de um corpo diretivo rotativo, composto por integrantes das próprias iniciativas já existentes, mas que eleja dois ou três responsáveis pela gestão e formulação de microrroteiros da agência.

Uma vez instituída com foco na comercialização, a agência poderia ficar responsável (tendo um departamento de comercialização para produção associada) pela distribuição dos bens e produtos para fornecimento local: o produtor de queijo poderia (ou deveria) passar a ser o produtor “oficial” para panificadoras, mercearias, pousadas, como um “fornecedor base”, para fins de fortalecimento da microeconomia local e, tendo esse exemplo, os demais produtores da agricultura familiar poderiam seguir o modelo proposto. Em Colombo, poderiam ser divididos em produtores de vinhos e sucos de uva, produtores de hortaliças orgânicas, produtores de geleias e conservas, produtores de flores e produtores do ramo de panificação.

A segunda possibilidade (Figuras 3, 4 e 5), desta vez focada na otimização a curtas visitas, é outra viabilidade sugerida na autogestão do planejamento turístico de forma associativista. Um exemplo para se visualizar a aplicação desta última proposta, consistiria em, no caso observado do Circuito Italiano de Colombo em que há uma grande quantidade de propriedades rurais dispersas no território e muito distantes entre si, criar microrroteiros dentro do circuito oficial consolidado, de modo a viabilizar visitações em curto espaço de tempo, manejados pela comunidade, com o intuito de alcançar o desenvolvimento sustentável e integrado.

Conforme já argumentado anteriormente por Sampaio e Coriolano (2012), as práticas cotidianas de compartilhamento, comércio justo, gestão e decisões partindo do local, integração entre pessoas e com o lugar contribuem para o fortalecimento de laços entre pares no mesmo território, potencializando a emancipação político-social, contribuindo ainda para o desenvolvimento local.



Figura 3 – Microrroteiro 1

Fonte: As autoras, 2015.

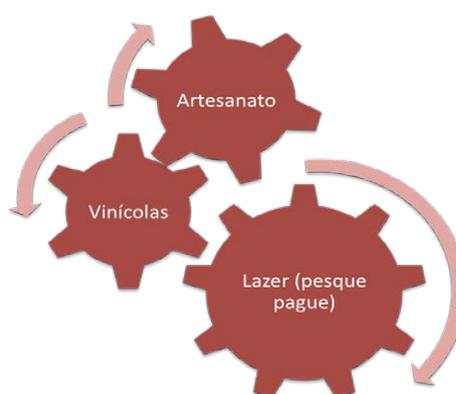


Figura 4 – Microrroteiro 2

Fonte: As autoras, 2015.



Figura 5 – Microrroteiro 3

Fonte: As autoras, 2015.

No exemplo que poderia ser aplicado em Colombo, o Microrroteiro 1 possibilitaria experiências em áreas naturais, bem como oportunizaria o contato com a comunidade local e a cultura das pessoas. O almoço típico oportunizaria essa troca de vivências e aprendizado acerca de novas manifestações histórico-culturais, além do fato de gerar renda pela comercialização de produtos locais.

Já o Microrroteiro 2 poderia oportunizar que o turista visitasse vinícolas e aprendesse mais sobre a cultura italiana, a fabricação do vinho, a história de Colombo e outros aspectos derivantes. Sugere-se também o lazer em propriedades pesqueiras como forma de descanso e, por fim, a visitação em loja de artesanato que poderia estar concentrada em um centro que dispusesse de todas as formas artesanais desenvolvidas no município.

Por fim, o Microrroteiro 3 foi sugerido para quando da realização de um evento cultural em Colombo, visto que possibilitaria a pernoite em pousadas no local e ainda o café da manhã que poderia ser típico com produtos da própria comunidade, tendo por consequência a comercialização dos produtos disponíveis, reafirmando a sugestão anterior de fortalecimento do comércio local.

Os três Microrroteiros sugeridos são apenas algumas das possibilidades existentes de desenvolvimento. É imperativo que seja realizado um planejamento com todos os associados para que exista uma equidade na formulação dos Microrroteiros de forma a beneficiar todos os agentes envolvidos comunitariamente, fortalecendo assim a participação e o comprometimento dos envolvidos.

Dentro desse contexto, sugere-se a criação de uma agenda espontânea para encontros de discussão de temas de interesses coletivos para a tomada de decisões e encaminhamentos. Esse pressuposto ancora-se na necessidade de diálogo entre os associados, oportunizando momentos de convivência para o relato de problemas enfrentados e proposições para a resolução destes, estruturando as pautas de interesse a todos os envolvidos com a associação, de forma a fortalecer os laços de territorialidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas detectados no Circuito Italiano de Colombo, no Brasil, motivaram a busca pela experiência exitosa internacional da Red Tusoco, na Bolívia, revelando resultados pertinentes que não se limitam ao caso de Colombo, mas, principalmente discussões que podem servir de referência para outras comunidades com perfil para o Turismo de Base Comunitária.

Com base nas abordagens elucidadas nesta pesquisa, pôde-se verificar que as instituições e associações comunitárias procuram formas de organização do trabalho, conjugando utilidade e solidariedade de forma a promover o desenvolvimento local, corrigindo desequilíbrios do mercado turístico.

Para além da dependência de fatores externos, outro contributo importante é o de revalorização da microespacialidade, como identidade incorporada ao contexto territorial e também o de fomento a ajuda social, o mutualismo e o fortalecimento de laços de relação.

Um projeto sistêmico de turismo em rede articula-se com a promoção de atividades econômicas coletivas na autogestão, valorização cultural (identidade), tolerância e respeito aos modos de vida tradicionais e diversos, preservação/conservação do ecossistema, desenvolvimento comunitário local para a ecossocioeconomia, interlocução entre pares, organização integrada e participativa com possibilidades de desenvolvimento, especialmente nos serviços de proximidade e à comunidade.

Caberia ressaltar que é importante o papel do desenvolvimento local, da cidadania, de novos paradigmas de intervenção social e territorial como meio alternativo de fortalecimento social.

Poderia ser referido o fato de as pequenas comunidades, além das rurais, (ribeirinhas, quilombolas, vila de pescadores e tantas outras possíveis) serem valorizadas pelas características histórico-culturais, componentes fundamentais das peculiaridades comunitárias.

Colocado um problema inicial para esta pesquisa, pôde ser referido o modelo da Red Tusoco como um exemplo às organizações associativistas comunitárias, uma vez que desenvolve mecanismos para fomentar o sentimento de pertencimento da comunidade boliviana, sendo os pequenos proprietários os tomadores de decisões acerca do TBC.

Os aspectos relevantes apontados nesta pesquisa caracterizam-se pelo aporte ao desenvolvimento ordenado das pequenas comunidades, valorizando-as cultural, social e ambientalmente, contribuindo tam-

bém para a compreensão da valorização das formas de organização integrada e das citadas microespacialidades, com vistas ao desenvolvimento endógeno.

Com a pesquisa realizada foi constatado ainda que os microrroteiros podem ser mecanismos de desenvolvimento possíveis de ser aplicados tanto em Colombo quanto em outros projetos, evidenciando a rotatividade e fomento à microeconomia e à valorização cultural, no aspecto peculiar de cada empreendimento e propriedade visitada.

REFERÊNCIAS

BAUDELLI, G. La sostenibilidad del Turismo Comunitario in Bolivia. Dissertação de Mestrado – Libera Università Internazionale Degli Studi Sociali. 2014.

BOURDIN, A. A questão local. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

CLAVAL, P. A geografia cultural. Florianópolis, 4. ed. Editora UFSC, 2001. Tradução: Luiz F. Pimenta e Margareth C. de Castro A. Pimenta.

CORIOLOANO, L. N.; LIMA, C. L. Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental. Fortaleza, Eduec, 2003.

CORIOLOANO, L. N.; SAMPAIO, C. A. C. Territórios solidários de America Latina y turismo comunitario en rebote a los mega empreendimentos transnacional. In: Revista Iberoamericana de Turismo, v. 3, n. 1, 2013. p. 4-15. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/issue/view/89>> Acesso em: 29 out. 2015.

FELSKI, H.; SAMPAIO, C. A. C.; DALLABRIDA, I. S. O processo de tomada de decisão sob o viés da ecossocioeconomia das organizações: o caso de uma cooperativa catarinense de artesãos. In: Organizações Rurais e Agroindustriais, v. 12, n. 1. 2010. p. 83-97 Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais, Brasil. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87815121007>> Acesso em: 15 jul. 2015.

LOBATO, A. S. Turismo de base comunitária e desenvolvimento socioespacial: um diálogo possível. In: Revista Brasileira de Ecoturismo. São Paulo, v. 6, n. 3, 2013. p. 648-661. agosto/outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/view/365>> Acesso em: 29 out. 2015.

LOMNITZ, L. A. Redes Sociais: cultura e poder. Rio de Janeiro: E-papers, 2009.

NITSCHÉ, L.; NERI, L. de F.; BAHL, M. Organización local de itinerarios turísticos en la Región Metropolitana de Curitiba, Paraná, Brasil. Gestión Turística, Valdivia (Chile), n. 13, p. 93-112, junho, 2010. Disponível em: <http://mingaonline.uach.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So718-64282010000100004&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 27 abr. 2015.

PALACIOS, C. E. G. Turismo, Derechos Humanos y Poblaciones Indígenas [El turismo en el ámbito de las comunidades indígenas de Latinoamérica ¿Una oportunidad o un nuevo acto de vasallaje?]. Tese de Doutorado, Universidad Rey Juan Carlos, Facultad de Ciencias Jurídicas y sociales, Departamento de Derecho Público II. Madrid, 2013.

RED TUSOCO. Disponível em: <<http://www.tusoco.com/>> Acesso em: 15 jul. 2015.

SAMPAIO, C. A. C.; CORIOLANO, L. N. Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e América Latina para compreensão do turismo comunitário e solidário. In: Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 4-24, abril 2009. Disponível em: <<http://www.rbtur.org.br/rbtur/article/view/125>> Acesso em: 25 out. 2015.

SAMPAIO, C. A. C.; HENRIQUEZ, C.; MANSUR, C.; (Org.) Turismo comunitário, solidário e sustentável: da crítica às ideias e das ideias à prática. Blumenau: Edifurb, 2011.

SAMPAIO, C. A. C. et al. Turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarrriquenha. In: Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, São Paulo, v. 8, n. 1, 2014. p. 42-58, janeiro/março, 2014. Disponível em: <<http://www.rbtur.org.br/rbtur/article/view/575/628>> Acesso em: 25 out. 2015.

SANTOS FILHO, J. Ontologia do turismo: estudos de suas causas primeiras. Caxias do Sul, RS: Educus, 2005.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo, Universidade de São Paulo, Coleção Milton Santos, 2006.

SARAVIA, S. Red Tusoco e modelo de gestão. Bolívia-Brasil. Entrevista concedida às autoras em 10 de junho de 2015 e 25 de setembro de 2015.

SILVA, R. E. O turismo comunitário como ferramenta de desenvolvimento local nos territórios quilombolas. In: Revista Brasileira de Ecoturismo. São Paulo. v. 7, n. 1, fev 2014/abr 2014. p. 178-197. Disponível em: <<http://www.sbecotur.org.br/rbecotur/seer/index.php/ecoturismo/article/viewFile/556/652>> Acesso em: 29 out. 2015.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de Base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. p. 55-75. Rio de Janeiro, Letra e Imagem, 2009.



Turismo de base comunitária: análise quanto às interferências do turismo de pesca no baixo Rio Branco, Roraima, Brasil

*Community Based Tourism: review as to fishing tourism interference in the
lower Rio Branco, Roraima, Brazil*

*Turismo de base comunitaria: análisis de la interferencia de turismo de
pesca en el bajo Rio Branco*

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1164>

Luciana de Souza Vitório < luciana.vitorio@ifrr.edu.br >

Instituto Federal de Roraima, IFRR, Brasil.

Sílvio Luiz Gonçalves Vianna < slgvianna@ucs.br >

Universidade de Caxias do Sul, UCS, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 03-nov-2015

Aceite: 14-ago-2016

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

VITÓRIO, L. S.; VIANNA, S. L. G. Turismo de base comunitária: análise quanto às interferências do turismo de pesca no baixo Rio Branco, Roraima, Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 126-149, ago. 2016.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



RESUMO

A região do Baixo Rio Branco está localizada ao sul do município de Caracaraí, no estado de Roraima, Brasil, onde há mais de uma década vem se desenvolvendo atividades de turismo de pesca, dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) Xeriuini. A Vila Terra Preta está inserida nessa APA e tem seus moradores contratados para trabalharem como guias de pesca na atividade turística. Este estudo tem como objetivo: analisar, sob a ótica da comunidade de Vila Terra Preta, as interferências da atividade de turismo de pesca na região do Baixo Rio Branco, município de Caracaraí. Fez-se uso de questionário como instrumento de pesquisa exploratória com abordagem quantitativa e qualitativa, chegando a resultados que mostram interferências positivas quanto à geração de empregos e complemento de renda, mesmo que esses postos de trabalhos sejam temporários. Mas, por outro lado interferências prejudiciais à população de peixes devido aos equipamentos usados por turistas/pescadores, percebidas por alguns moradores. Também o turismo não tem contribuído para melhorias na infraestrutura da comunidade e em relação à gestão os entrevistados consideram-se excluídos dos processos de decisão e participação na organização da atividade turística.

Palavras-chave: Turismo. Participação Comunitária. Pesca Esportiva. Roraima. Brasil.

ABSTRACT

The lower Rio Branco region is located south of the city of Caracaraí in the state of Roraima, Brazil, where for over a decade has been developing fishing tourism activities within the Environmental Protection Area (EPA) Xeriuini. The Vila Terra Preta is inserted in this EPA and its residents have hired to work as fishing guides in the tourism industry. This study aims: to analyze, from the perspective of Vila Terra Preta community, interference fishing tourism activity in the Lower Rio Branco region, municipality of Caracaraí. There was questionnaire use as exploratory research instrument with quantitative and qualitative approach, reaching results showing positive interference on the generation of jobs and income supplement, even if these jobs are temporary jobs. But on the other hand harmful interference to the fish population due to the equipment used by tourists / fishermen, perceived by some locals. Tourism does not have also contributed to improvements in community infrastructure and on the management respondents consider themselves excluded from decision-making and participation in the organization of tourism.

Keywords: Tourism. Community Participation. Sport Fishing. Roraima. Brazil.

RESUMEN

La región del bajo Río Branco se encuentra al sur de la ciudad de Caracaraí en el estado de Roraima, Brasil, donde desde hace más de una década se ha venido desarrollando actividades de turismo pesquero dentro del Área de Protección Ambiental (APA) Xeriuini. El Vila Terra Preta se inserta en este APA y sus residentes han contratado para trabajar como guías de pesca en la industria del turismo. Este estudio tiene como objetivo: analizar, desde la perspectiva de la comunidad de Vila Terra Preta, la actividad turística de la pesca injerencia en la región del Bajo Río Branco, municipio de Caracaraí. Hubo utilización cuestionario como instrumento de investigación exploratorio con enfoque cuantitativo y cualitativo, alcanzando resultados que muestran interferencia positiva en la generación de puestos de trabajo y suplemento de ingresos, incluso si estos puestos de trabajo son empleos temporales. Pero por otro lado interferencias perjudiciales para la población de peces debido a los equipos utilizados por los turistas / pescadores, percibido por algunos lugareños. Turismo no tiene también contribuyó a la mejora de la infraestructura comunitaria y de los encuestados de gestión se consideran excluidos de la toma de decisiones y la participación en la organización del turismo.

Palabras claves: Turismo. Participación Comunitaria. Pesca Deportiva. Roraima. Brasil.

INTRODUÇÃO

No Brasil, o estudo do turismo de base comunitária começou a ganhar evidência a partir de meados da década de 1990, no âmbito dos Encontros de Turismo de Base Local (ENTBL). As edições desse encontro viabilizaram a consolidação de redes não formais de pesquisadores engajados nessa reflexão (IRVING, 2009).

Com base na compreensão de que o turismo de base comunitária considera o desenvolvimento local, a comunidade, a gestão participativa, o protagonismo social e diante da situação favorável à pesquisa, percebida em visita realizada na região do Baixo Rio Branco no ano de 2012, mais precisamente na Vila Terra Preta, município de Caracaraí – Roraima, Brasil. Município que possui uma história singular e no qual a atividade turística vem sendo concebida de maneira exógena, surgiu o seguinte problema de pesquisa: Quais as interferências causadas pela atividade de turismo de pesca praticada na região do Baixo Rio Branco, sob a ótica da comunidade da Vila Terra Preta – Município de Caracaraí–RR?

No intuito de tentar encontrar respostas para esse problema de pesquisa e considerando que o turismo de base comunitária pode trazer a possibilidade de maior envolvimento desses moradores na atividade, se a comunidade assim o quiser. O presente estudo tem como principal objetivo analisar, sob a ótica da comunidade de Vila Terra Preta, as interferências da atividade de turismo de pesca na região do Baixo Rio Branco, município de Caracaraí, Roraima.

Para alcançar o objetivo proposto, buscou-se inicialmente identificar o perfil dos moradores da comunidade de Vila Terra Preta, com o intuito de conhecer melhor quem são os moradores da região. Em seguida foi avaliado qual o estágio de desenvolvimento da atividade de turismo de pesca praticada na região do Baixo Rio Branco, visando compreender qual a articulação existente entre o poder público e a comunidade.

Na sequência foram identificadas as interferências causadas pela atividade de turismo de pesca que afetam as condições de vida dos residentes da Vila Terra Preta, analisando tanto os aspectos positivos quanto negativos envolvidos. E, por fim, analisou-se a receptividade e o envolvimento dos autóctones em relação às atividades desenvolvidas pelos operadores de turismo na região.

Ressalta-se que este estudo utiliza o termo “interferência” em detrimento de impacto, acompanhando uma corrente de estudos oriundos do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade de Caxias do Sul – Camargo, Machiavelli e Ramos (2011), Ramos (2012), Marsilio (2014) – que destacam a conotação negativa que esse segundo termo carrega, enquanto que o termo “interferências” abarcaria as interações da atividade de turismo dentro do processo de trocas entre os envolvidos bem como no ambiente.

Com o intuito de trazer reflexões sobre o envolvimento e a participação comunitária na atividade turística da região, esta pesquisa se torna relevante ao abordar como a comunidade é afetada pela atividade, em três aspectos: a) econômico – a compreensão da situação econômica decorrente do contrato de serviços entre os operadores e os moradores requisitados para o trabalho; b) social – a compreensão da condição social da comunidade como um todo, uma vez que as interferências afetam não somente os moradores contratados, mas também suas famílias e o modo de vida destas; c) ambiental – a compreensão da interação resultante da atividade praticada no meio ambiente natural e das possíveis modificações que essa prática pode trazer para a comunidade local.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

O turismo de base comunitária ou turismo comunitário surgiu como uma alternativa ao turismo convencional, apesar de ser, em grande parte, dependente da mesma infraestrutura turística utilizada pelo turismo convencional, especialmente em termos de transporte (GOODWIN; SANTILLI, 2009). Esse tipo de turismo busca se contrapor ao turismo massificado, requer menor densidade de infraestrutura e serviços, e valoriza uma vinculação situada nos ambientes naturais e na cultura local (BURSTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009, p. 86).

No entendimento de Maldonado (2005), a dinâmica social que está impulsionando muitas comunidades por meio da atividade turística, representa uma oportunidade para fortalecer as estruturas democráticas e as práticas solidárias, tendo, por exemplo, os processos de consulta e participação dos seus membros na tomada de decisão.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, a WWF-Internacional (2001), em seus estudos de base para a certificação do turismo sustentável no Brasil, alerta para o fato de que, a atividade turística desordenada provoca desequilíbrios socioambientais e econômicos. Porém, afirma que o turismo comunitário é o único tipo de turismo cujo controle efetivo está nas mãos da comunidade e que isso ocorre em decorrência do envolvimento participativo desde a concepção inicial dos projetos, uma vez que “[...] projetos de turismo devem proporcionar a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais” (p. 2).

Percebe-se que a participação é o elemento-chave para que os objetivos do turismo comunitário sejam efetivados, e para que os benefícios cheguem realmente à comunidade. A participação local não deve ser confundida com modelos daquele tipo que “informa” a população sobre as ações políticas. Ao contrário, são as ações políticas que fundamentam o envolvimento real de todos os atores sociais no processo de gestão, pois, somente por meio do engajamento efetivo poderão participar do planejamento e das tomadas de decisão, referentes a seu patrimônio, sendo o grau de comprometimento desses atores o fator determinante para a inclusão pretendida (SILVEIRA, 1999).

Seja qual for a forma de organização das comunidades ou das parcerias firmadas, é preciso considerar, no planejamento, as vantagens e as desvantagens desse modelo de gestão. Irving (2009) considera um equívoco imaginar o TBC como uma alternativa em substituição ao turismo de massa, no que diz respeito à geração de receita, não sendo este o objetivo de iniciativas dessa natureza.

Os estudos de Burstyn, Bartholo e Delamaro (2009) destacam os benefícios do turismo comunitário: “[...] esse turismo respeita as heranças culturais e tradições locais, podendo servir de veículo para revigorá-las e mesmo resgatá-las. Tem centralidade em sua estruturação e o estabelecimento de uma relação dialogal e interativa entre visitantes e visitados” (p. 86).

Para Fortunato e Silva (2013) seria um equívoco continuar difundindo uma ideologia “romantizada” do ideal comunitário, tornando-se relevante pensar nos possíveis conflitos e nas ambivalências existentes para que ocorram avanços conceituais, sem desconsiderar o aspecto fundamental que proporciona às comunidades receptoras, a ampliação da sua participação democrática e das melhorias socioculturais por meio do desenvolvimento local.

Irving (2009) observa que, embora frequentemente atores externos à atividade funcionem como indutores, se a iniciativa não tiver motivação endógena e expressar o desejo dos grupos sociais locais, ela certamente não atenderá às demandas de desenvolvimento local e nem contribuirá para o protagonismo social. Pensando dessa maneira, optou-se neste estudo pela escolha do turismo de pesca como elemento impulsionador da atividade na região, que possui a expertise necessária para desenvolvê-lo.

TURISMO DE PESCA

Tradicionalmente, por definição, a pesca é o ato de extrair organismos aquáticos, tanto em águas continentais (rios, barragens, lagos, lagoas e açudes) quanto em águas marinhas (MTUR, 2010). Com o passar dos anos, o desenvolvimento da atividade de pesca permitiu classificá-la em categorias conforme suas características. Uma dessas categorias é a pesca amadora que é praticada por lazer ou esporte, ou seja, o praticante não depende dela para sobreviver. É uma atividade que se popularizou com o passar dos anos (MTUR, 2010).

Martos e Martos (2005) mencionam as diferenças entre a pesca amadora e a pesca esportiva em conformidade com a Associação Brasileira de Pesca Esportiva (ABPE), a primeira “[...] praticada pela grande maioria dos pescadores, diferencia-se da pesca profissional por seu caráter não comercial” (p.383). Tendo como objetivo proporcionar prazer em contato com a natureza e momentos de relaxamento e contemplação. A pesca esportiva “[...] é uma atividade competitiva entre pessoas ou grupos” (p.383).

A construção do conceito de Turismo de Pesca fundamenta-se em dois aspectos principais: os movimentos turísticos que ocorrem em territórios específicos, em razão da disponibilidade de espécies de peixes; e o perfil do turista de pesca. Esse perfil é definido pela motivação, que determina a evolução da atividade de pesca como opção de lazer, caracterizando-a pelo usufruto dos recursos naturais de forma sustentável, de acordo com as peculiaridades das duas atividades – pesca e turismo – e com as legislações que as regem (MTUR, 2010).

Assim, define-se: “[...] turismo de pesca compreende as atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora” (MTUR, 2010, p. 28). Para entendimento dessa definição, é necessário compreender o significado do termo “atividades turísticas”, por ser considerado fundamental nessa definição.

As “atividades turísticas” são entendidas como o conjunto de atividades e serviços gerados em função do turismo, no caso do turismo de pesca, sendo a viabilização da prática da pesca amadora aos indivíduos que se deslocam a partir de sua residência habitual. Esse conjunto envolve a oferta de equipamentos, produtos e serviços, tais como: operação e agenciamento turístico; serviços de transporte; meios de hospedagem; serviços de alimentação; recepção e condução; eventos; material para pesca; e outras atividades complementares que existam em função do turismo de pesca (MTUR, 2010).

Martos e Martos (2005) consideram que o turismo de pesca é uma atividade importante, porém, regulamentada, basicamente, na esfera ambiental. Em relação ao turismo, o aporte legal está na Lei n. 11.771 de 2008 – Política Nacional de Turismo – que define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, em que alguns de seus objetivos são: desenvolver, ordenar e promover os diversos segmentos turísticos; propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais; preservar a identidade cultural das comunidades e populações tradicionais eventualmente afetadas pela atividade turística; propiciar a competitividade do setor por meio da melhoria da qualidade, eficiência e segurança na prestação dos serviços; estabelecer padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança na prestação de serviços por parte dos operadores, empreendimentos e equipamentos turísticos (MPA, 2010).

Dessa maneira, para melhor compreender as consequências às quais a comunidade local está sujeita, em razão do desenvolvimento das atividades turísticas, é preciso investigar como a atividade interfere no ambiente e modo de vida das pessoas.

INTERFERÊNCIAS DA ATIVIDADE TURÍSTICA NAS COMUNIDADES RECEPTORAS

As interferências da atividade turística estão relacionadas a um conjunto de modificações ou consequência de eventos, provocados pelo desenvolvimento do turismo nas localidades receptoras (RUSCHMANN, 1999).

O termo “impacto” tem sido usado com bastante frequência nos meios de comunicação mais diversos, sem que se tenha uma definição precisa de seu significado. Erroneamente, a tendência no uso desse termo está associada apenas a uma reação negativa, o que tem sido muito recorrente, mas o impacto também pode ser considerado positivo (VASCONCELOS; CORIOLANO, 2008).

Santana (2009, p. 148) sustenta que o termo “impacto” carrega “[...] conotação de indesejável, de choque, de avanço de uns sobre os outros”, enquanto o termo “interferência” abarcaria “[...] os resultados de um encontro, nem sempre expressos como positivos ou negativos para o conjunto de atores”.

No caso deste estudo, adota-se o termo “interferência” por reconhecer a complexa relação dos envolvidos, mas assumindo que, mesmo desproporcionalmente, todos os envolvidos possuem responsabilidade e autonomia nesse processo de troca e por considerar um termo de uso mais pertinente em relação ao estudo do turismo, uma vez que se trata de uma atividade humana, o que predispõe em maior ou menor grau algum tipo de intervenção no ambiente onde será desenvolvida a atividade.

Do ponto de vista econômico, as interferências provenientes da atividade turística segundo a OMT (2003), podem ser vistas em termos de: 1 – empregos e renda oriundos do trabalho no setor turístico; 2 – estímulo ao empresariado local, por meio do estabelecimento de empreendimentos turísticos locais, e desenvolvimento de habilidades para o trabalho com o turismo, que podem ser transferidas a outras atividades; 3 – ganhos em câmbio estrangeiro, no âmbito nacional, regional e local; 4 – contribuições aos rendimentos do governo, inclusive em âmbito local, caso haja impostos relacionados à atividade; e 5 – incentivo para a expansão de outras atividades econômicas locais (agricultura, pesca e artesanato).

O estudo de Oliveira e Teixeira (2005) analisou a contribuição socioeconômica das empresas ligadas à atividade turística e verificou que a maior contribuição destas é a geração de empregos diretos, mesmo havendo os empregos temporários na alta estação.

Cooper et al. (2001) ressaltam que as análises econômicas tendem a avaliar o turismo por uma perspectiva unilateral, ressaltando o lado positivo dessa atividade, mesmo sabendo que há diversas consequências econômicas negativas, como: a sazonalidade; os trabalhos temporários; e a inflação. Mas, por outro lado, os estudos dos impactos ambientais, sociais e culturais tendem a enfocar mais as despesas inerentes ao desenvolvimento turístico, mesmo sabendo que tais situações podem ser positivas, como proteção de sítios naturais e recursos culturais, educação ambiental e elevação da autoestima local.

Vasconcelos e Coriolano (2008) afirmam que as consequências socioambientais são relativas às grandes mudanças que ocorrem na natureza e também na sociedade. É necessário o estabelecimento de critérios para definir se as ações humanas ou as atividades econômicas têm em seu conjunto resultados positivos ou negativos.

Sperb e Teixeira (2006), ao analisarem a perspectiva dos gestores públicos sobre a sustentabilidade ambiental, consideraram que é preciso o estabelecimento de uma política que oriente ações de saneamento básico, educação ambiental, legislação específica e capacidade de carga.

Ao analisarem os impactos do Programa Aventura Segura (PAS) nas atividades de turismo de aventura, Machado, Bazotti e Vianna (2014) verificaram que a parceria entre o poder público e a iniciativa privada pode contribuir para estimular a capacidade empresarial das famílias da comunidade e permitir maior envolvimento e um desenvolvimento endógeno que viabilize a recuperação e valorização da cultura local. Para isso, os autores consideram que o turismo precisa estar integrado às demais atividades da comunidade, valorizando seu meio de vida tradicional baseado na agricultura e na pesca, por exemplo.

Por outro lado, diversas consequências negativas podem ser geradas se a atividade do turismo não for bem planejada, desenvolvida e gerenciada: 1 – poluição da água (rios, lagos, igarapés, etc.); 2 – poluição sonora; 3 – paisagem suja, um problema resultante do descaso com o lixo; e 4 – desequilíbrio ecológico e perturbação da vida selvagem pelo contato excessivo, e às vezes, incorreto (OMT, 2003). Esses fatores destacam-se entre outros decorrentes da prática turística inadequada. Colocando a comunidade em foco, Silva e Maia (2008) analisaram a sua percepção quanto aos benefícios da atividade turística. Expuseram aspectos positivos e negativos: uma pequena parte dos moradores locais percebeu um impulso na economia local e a preservação ambiental, porém, outros não quiseram se posicionar sobre o assunto. Os autores consideram que esse fato está relacionado ao nível de informação ou ao grau de aproveitamento financeiro por parte dos moradores e sugerem a definição de diretrizes claras, em conjunto, pela população, setor privado e setor público.

Essas interferências somente serão amenizadas mediante a prática de um turismo sustentável que considere em seu planejamento ações minimizadoras. As comunidades receptoras da destinação turística precisam estar inseridas na discussão sobre esse tipo de turismo, para isso é de fundamental importância investigar sobre o que a comunidade pensa a respeito das atividades turísticas, que conhecimentos ela detém sobre essas atividades e se elas estão dispostas a trabalhar com essas atividades.

METODOLOGIA

Neste estudo foi realizada uma pesquisa exploratória de caráter descritivo que, segundo Koeche (2011, p. 126) é um tipo de pesquisa que tem como objetivo fundamental “[...] descrever ou caracterizar a natureza do fenômeno”. É um processo de investigação em que são identificadas e apontadas as características do fenômeno.

A pesquisa tem abordagem qualitativa e também quantitativa, visto que a análise e a interação de dados que foram coletados se deram sob essas perspectivas. Para Poupart et al. (2008, p. 129), dados quantitativos podem ser analisados qualitativamente, bem como os dados qualitativos “[...] podem ser analisados por meio de uma aparelhagem destinada a quantificação dos dados”, e também ampliam as possibilidades de entendimento quanto ao fenômeno que é foco do estudo.

Como recursos metodológicos utilizaram-se: pesquisa documental e aplicação de questionários. A pesquisa documental refere-se à necessidade de reunir informação sobre a região onde está situada a Vila Terra Preta, objeto deste estudo. A aplicação de questionários mostrou-se essencial para a coleta de dados primários que viabilizaram aos pesquisadores o alcance dos objetivos específicos definidos para esta pesquisa.

A pesquisa foi dirigida aos moradores da Vila Terra Preta que, de acordo com as informações obtidas na Secretaria Municipal de Saúde, possui população estimada em 149 habitantes sendo 55 com faixa etária de 0 a 14 anos e 94 com faixa etária a partir de 15 anos, residindo na comunidade um clã de 36 famílias.

O questionário teve como base o estudo de Dall'Agnol (2009) e foi elaborado para identificar dados como idade, gênero, escolaridade, estado civil, ocupação, renda familiar, naturalidade, visando traçar o perfil dos sujeitos (moradores), além de conter 48 afirmações a serem analisadas de acordo com a escala Likert, utilizada de maneira inversa à tradicional, considerando a seguinte variação: 1 – concordo plenamente; 2 – concordo; 3 – concordo parcialmente; 4 – discordo parcialmente; 5 – discordo; e 6 – discordo totalmente. Destaca-se que o período da visita coincidiu com a data de início da temporada de pesca.

Os dados da coleta foram tabulados com auxílio do software Microsoft Office Excel, usado para a elaboração das fórmulas estatísticas simples (média e desvio padrão) utilizadas para a análise estatística descritiva. Assim, na análise dos resultados a média apontará o grau de concordância dos sujeitos de pesquisa, quanto menor a média maior o grau de concordância e quanto maior a média menor o grau de concordância. O desvio padrão indica a homogeneidade e a heterogeneidade da amostra, quanto menor o desvio padrão mais homogênea é a amostra e quanto maior o desvio padrão, mais a amostra é heterogênea.

ANÁLISE DE DADOS

Dos moradores entrevistados, exatos 50% são do sexo masculino e 50% do sexo feminino. Quanto à faixa etária, 29% dos entrevistados têm de 18 a 27 anos, 18% de 28 a 37 anos, 22% de 38 a 47 anos, 7% de 48 a 57 anos e 11% de 58 a 65, apenas 9% têm mais de 65 anos de idade, isso indica uma população jovem em idade produtiva. Com relação ao estado civil, 54% dos entrevistados estão casados e têm filhos e 40% estão solteiros. Quanto à quantidade de filhos, 9% dos entrevistados tem mais de oito filhos.

Quanto ao nível de escolaridade, a maioria (56,58%) possui somente o Ensino Fundamental Incompleto, com apenas 5,26% tendo completado o Ensino Médio Completo. É interessante destacar que as séries mais mencionadas pelos entrevistados que declararam ter cursado o Ensino Fundamental Incompleto foram a 3ª, 5ª e 1ª séries. Também é interessante ressaltar que 15,79% dos respondentes não possuem Alfabetização, apesar de estar em idade adulta, isso indica a necessidade de atenção, por parte dos órgãos educacionais (municipais e estaduais), para ações que contemplem a alfabetização de jovens e adultos.

Com relação à ocupação e trabalho, 53% dos respondentes afirmaram que trabalham, realizam alguma atividade laboral, já 47% declararam não ter ocupação, porém, comentaram que trabalham em atividades como plantação e colheita (roça), coleta de sementes para artesanato, coleta de castanha e que declaram não ter ocupação por não possuírem nenhum vínculo empregatício. Curiosamente, alguns respondentes que declararam ter ocupação fizeram o mesmo comentário: “trabalho só na roça” ou “trabalho só no turismo”, mesmo não possuindo nenhum vínculo empregatício.

Quando questionados sobre a dependência econômica da atividade turística, 80% responderam que não dependem do turismo. Alguns desses entrevistados, mesmo exercendo alguma função no turismo, declararam não depender da atividade, complementaram a resposta afirmando que fora da temporada de pesca se ocupam em outra atividade. Apenas 20% consideram depender da atividade do turismo, apesar da sazonalidade.

No tocante à renda familiar dos entrevistados, observa-se que 63% declararam ter renda de até 2 (dois) salários mínimos, considerando a definição equivalente a R\$ 678,00 (seiscentos e setenta e oito reais, piso salarial vigente durante o período de coleta de dados), e 35% afirmaram não ter renda. Quanto a essas informações foi possível entender, no ato da entrevista, o seguinte quadro: dos entrevistados que declaram ter renda, alguns são funcionários públicos, prestam serviço na educação, saúde, fornecimento de energia e transporte; outros afirmaram que trabalham “só na roça” não possuindo nenhum vínculo empregatício.

Vale ressaltar que a maioria dos respondentes que afirmaram receber até dois salários mínimos enfatizaram, no ato da entrevista, que recebem apenas 01 salário mínimo, porém, no questionário não havia a opção de marcar essa informação.

Quanto à naturalidade dos respondentes verificou-se que 66% são nascidos no município de Caracaráí. Do total de respondentes, 8% afirmam terem nascido na própria Vila Terra Preta e 20% afirmam terem nascido nos vilarejos às margens dos rios da região. Conforme relatos dos moradores, algumas parturientes são assistidas com parto natural, na própria localidade. Ressalta-se que o hospital mais próximo da Vila, fica a 12 horas de barco. É interessante observar que 32% dos entrevistados afirmaram ter nascido no estado do Amazonas com a ressalva de que apenas nasceram, pois na região há falta de recursos médicos e, em alguns casos, são necessários deslocamentos aos centros urbanos mais próximos.

Estágio de Desenvolvimento da Atividade de Turismo de Pesca na Área de Proteção Ambiental Xeriuini – Região do Baixo Rio Branco

A visualização do cenário turístico de pesca na APA Xeriuini no Baixo Rio Branco pode ser feita sob dois aspectos, a gestão municipal do turismo e a atividade operacional da empresa de turismo atuante na região. O principal órgão público para assuntos de turismo em Caracaráí é a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo, que tem sob sua responsabilidade a fiscalização ambiental e a gestão do turismo de pesca esportiva.

O município possui um cadastro de empresas credenciadas que podem atuar na atividade turística, mediante a solicitação de licença para a operação. Para tecer um panorama do atual estágio de desenvolvimento do turismo de pesca no Baixo Rio Branco foi interessante observar a legislação pertinente à atividade. Com relação à legislação municipal existente no ano de 1999, o Decreto n. 25, de 08 de dezembro, instituiu a Área de Proteção Ambiental (APA) Xeriuini, “[...] com o objetivo de conservar as áreas representativas dos ecossistemas ali existentes e promover o desenvolvimento social e econômico das comunidades de povos tradicionais nela encontrados” (CARACARAÍ, 1999).

Esse decreto versa também sobre a celebração de convênios entre o Departamento Especial de Meio Ambiente (Dematur) e instituições públicas ou privadas legalmente constituídas, objetivando desenvolver atividades compatíveis com a finalidade da APA Xeriuini. Outro aporte legal sobre a atividade na região é a Lei municipal n. 378, de 18 de novembro de 2002, que dispõe sobre a licença de pesca esportiva na APA Xeriuini.

Após o levantamento dessas regulamentações, é importante identificar características da empresa que, atualmente, tem concessão para operar a atividade de turismo de pesca na área de estudo. A empresa que atua na região da Vila Terra Preta – APA Xeriuini é a River Plate Pesca. Essa operadora de turismo de pesca faz parte do grupo Liga de Ecopousadas da Amazônia, com sede na cidade de Manaus, estado do Amazonas, constituída desde o ano de 1992. A operadora River Plate é uma das empresas credenciadas no órgão ambiental municipal e tem zona de pesca demarcada no Baixo Rio Xeriuini, dentro da APA Xeriuini.

Conforme as informações obtidas com o secretário municipal, a Prefeitura de Caracaráí fez concessão de uso dos recursos dessa área que foram demarcadas para a pesca esportiva com a finalidade de receber em contrapartida ações para sua preservação.

O fato da empresa não possuir domicílio fiscal em Caracaráí, município-sede da Área estudada, o deixa em desvantagem quanto à arrecadação de impostos sobre os serviços, além de que toda operação do serviço comercializado que é organizado a partir de Manaus, deixa o estado de Roraima e o município de Caracaráí prejudicados como receptores da demanda de turistas, conforme sustenta Nogueira et al. (2006).

Interferências da Atividade de Turismo de Pesca

Ao analisar as informações a seguir, busca-se a compreensão, na visão dos moradores, de como a atividade turística vem interferindo na condição econômica e socioambiental da comunidade. Nessa direção, foram considerados os comentários e justificativas dos respondentes registrados no ato da entrevista.

O Quadro 1 dispõe as informações de ordem econômica entendidas na sua relação com a atividade do turismo vivenciada pela comunidade em estudo e que visam proporcionar a oportunidade de entender se a relação ocorre de maneira positiva ou negativa.

Quadro 1 – Informações sobre visão dos moradores em relação ao turismo e economia

Interferências na Economia	Média	Desvio Padrão
1 – As pessoas da região têm mais dinheiro para gastar graças ao turismo de pesca.	2,658	1,18
2 – O turismo de pesca gera empregos na minha localidade.	2,303	1,05
3 – O turismo de pesca gera empregos na minha região.	2,329	0,93
4 – O turismo de pesca gera impostos para o estado.	3,776	1,53
5 – O turismo de pesca gera impostos para o município.	2,658	1,23
6 – O turismo de pesca ajuda a aumentar a renda familiar dos moradores da região.	2,316	0,88
7 – O turismo na minha região faz com que existam postos de trabalho muito desejáveis.	3,289	1,65
8 – O turismo tem feito com que subam os preços na minha região.	4,145	1,24
9 – Os benefícios derivados do turismo são mais importantes para minha região do que os benefícios derivados da agricultura ou da pesca artesanal.	3,776	1,64
10 – O turismo de pesca é uma das principais fontes de renda da minha região.	3,211	1,45

Fonte: Pesquisa de Campo (2014).

Analisando o resultado de concordância parcial (2,658) com a afirmação de que as pessoas da região têm mais dinheiro para gastar graças ao turismo de pesca, entende-se que isso ocorra em função do fato da sazonalidade da atividade e também por valorizarem as outras atividades exercidas por elas. Um exemplo é o comentário do respondente que justificou sua resposta com o seguinte argumento: “[...] há circulação

de dinheiro também na temporada da castanha. Ganhamos dinheiro com a castanha também”. Outro exemplo que corrobora a constatação feita é o seguinte comentário feito por outro respondente: “[...] na temporada de pesca, os que trabalham têm uma renda extra”. Tal comentário deixa transparecer que nem todos se beneficiam das atividades turísticas.

Sobre a geração de empregos na localidade e região, houve predominância quanto a concordar (2,303) com a afirmação de que o turismo ajuda na oferta de empregos locais, na visão dos entrevistados. Quanto à geração de impostos, os respondentes discordam parcialmente (3,776) já que os impostos são gerados em âmbito estadual e concordam parcialmente (2,658) que o turismo gera impostos para o município, o que é justificado pelo fato de a maior empresa em atividade na região ter sua sede no estado do Amazonas.

Quanto ao assunto renda familiar, os entrevistados concordam (2,316) que o turismo de pesca ajuda a aumentar a renda dos moradores da região, concordam parcialmente que os postos de trabalho gerados pelo turismo são desejados pelos moradores.

Sobre a relação do turismo com o aumento de preços na região, os respondentes discordam parcialmente (4,145), ressaltam que pelo fato do isolamento é comum a chegada dos produtos com o preço mais elevado e isso não tem relação com o turismo, havendo a possibilidade, inclusive, de com o incremento da atividade turística, haver o aumento na quantidade de transportes regulares, o que poderia contribuir para reduzir o preço das mercadorias que são trazidas até a Vila Terra Preta.

No tocante aos benefícios do turismo serem mais importantes para a região do que os benefícios gerados pela agricultura e pesca artesanal, os moradores da Vila Terra Preta também discordam parcialmente (3,776). Concordam parcialmente (3,211) que o turismo de pesca é uma das principais fontes de renda da região, por se tratar de uma atividade temporária (apenas cinco meses).

É possível constatar que as interferências do turismo na economia da região, sob a ótica dos moradores, se baseiam na oferta de empregos temporários, não somente para os moradores da localidade, mas também para os moradores das vilas vizinhas; na circulação de moeda devido aos salários recebidos pelos moradores e somente a isso, pois para a execução do serviço a empresa tem seus fornecedores na cidade de Manaus, nada é adquirido na região, não gerando renda nesse aspecto.

Contudo, os entrevistados não consideram o turismo como a principal de fonte de renda da região, observando que apenas 20% deles afirmaram que dependem economicamente do turismo. Também não consideram os benefícios advindos do turismo como sendo mais importantes do que os benefícios gerados pela agricultura e pesca, embora avaliem que o turismo complementa a renda familiar e gera impostos para o município.

No tocante à renda, toma-se como exemplo o caso de uma entrevistada que trabalhou como auxiliar de cozinha e recebeu na última temporada em que trabalhou (começo do ano de 2013), para uma das empresas que atuam na região, R\$ 60,00 para cada dia trabalhado (6 dias), totalizando um valor de R\$ 360,00. Porém, como são contratados em regime de rodízio, pode ser que ela trabalhe apenas esses seis dias no mês, e por isso ela perceber que os benefícios econômicos do turismo sejam apenas um complemento na renda familiar. Segundo os relatos da entrevistada, os que trabalham como “piloteiros” ganham bem mais, inclusive nas gorjetas.

Oliveira e Teixeira (2005) concluíram em seu estudo sobre a contribuição socioeconômica do setor privado na atividade turística que os salários pagos pela atividade no município que pesquisaram encontram-se na faixa de 1,0 a 1,47 salário mínimo, e que isso possibilita somente a manutenção de condições

mínimas de sobrevivência e não uma interferência que modifique a qualidade de vida da população local. No presente estudo, observou-se que os salários pagos, por vezes, estão abaixo de um salário mínimo e todos os empregos oferecidos são meramente informais, fazendo com que a contribuição do turismo, no aspecto econômico, seja contrária ao objetivo de promover o desenvolvimento social e econômico das comunidades de povos tradicionais da região, como trata o art. 1º do Decreto n. 25/1999 que instituiu a Área de Proteção Ambiental (APA) Xeriuini.

Observa-se ainda que o fato da empresa de maior atuação na região estar constituída em outro estado faz com que impostos referentes aos serviços sejam gerados para o município/estado onde está sediada. Conforme relatos dos moradores, a empresa paga diretamente à comunidade um valor por temporada e de acordo com gestor municipal a empresa paga ao município as taxas de licenças de pesca.

A receita dessas licenças de pesca, segundo o art. 2º da Lei n. 378 de 18/11/2002 que institui a licença de pesca na APA Xeriuini, destinar-se-ia à organização e custeio das atividades de monitoramento e fiscalização ambiental, porém, de acordo com os relatos dos moradores isso não tem acontecido e os conflitos existentes há mais de 15 anos sequer foram amenizados, por falta de monitoramento e fiscalização.

Tendo em vista que a atividade vem sendo bem executada pela empresa operadora e que os turistas sentem-se satisfeitos após vivenciar a experiência da pesca em uma região preservada; considerando ainda que o pagamento pelos serviços é efetuado, geralmente antes da execução destes; e que o turismo na região é uma atividade que movimenta cifras bem elevadas, é notório que o poder público e a comunidade necessitam, primeiramente, de organização, pois sem a definição de um plano que pondere a sazonalidade da atividade, as necessidades e a opinião dos moradores locais, a gestão se tornará cada vez mais inadequada, prejudicando ainda mais a população que precisa, pelo menos, melhorar sua condição básica de vida.

Quanto a isso, passa-se agora a analisar conforme o Quadro 2, a visão dos moradores em relação às interferências do turismo no modo de vida da população, ou seja, o que a atividade de turismo de pesca tem trazido de contribuição, assim como o que essa prática tem desencadeado que seja prejudicial à maneira de viver dessas pessoas.

Quadro 2 – Visão dos moradores em relação ao turismo e o modo de vida local

Interferências no Modo de Vida Local (Social/Cultural)	Média	Desvio Padrão
1 – O turismo tem contribuído para uma melhor assistência sanitária na minha região.	4,618	1,18
2 – Os serviços públicos (saúde, educação, água, luz e telefone) na minha região têm melhorado em função das atividades de turismo.	4,671	1,18
3 – Devido ao turismo a infraestrutura da região tem melhorado.	3,895	1,10
4 – Devido ao turismo o acesso à região (disponibilidade de barcos) tem melhorado.	3,724	1,05
5 – As pessoas da localidade gostam de conhecer os turistas para ter contato com outras culturas.	2,329	1,14
6 – O turismo favorece a recuperação das nossas tradições culturais.	2,987	1,08

Interferências no Modo de Vida Local (Social/Cultural)	Média	Desvio Padrão
7 – O desenvolvimento do turismo na região tem feito com que se perca a tranquilidade que antes existia.	3,908	1,11
8 – O desenvolvimento do turismo tem aumentado o número de crimes na minha região.	4,632	0,96
9 – O encontro com turistas de outros locais do mundo constitui uma experiência positiva.	2,408	0,9
10 – Devido ao turismo os valores religiosos têm experimentado uma modificação.	4,513	0,92
11 – O desenvolvimento do turismo tem aumentado o consumo de drogas na região.	4,553	0,97
12 – Devido ao turismo houve aumento de pessoas circulando pela região.	2,776	0,93
13 – O turismo favorece a troca de experiências entre moradores e turistas.	2,461	1,09
14 – Quando há muitos turistas, as pessoas da localidade não se sentem confortáveis na sua própria localidade.	3,645	1,04
15 – O desenvolvimento do turismo na minha região tem provocado um aumento do trânsito de barcos pelos rios e igarapés da região.	3,895	0,94
16 – O turismo tem provocado modificações nos hábitos/costumes das pessoas.	4,158	0,99
17 – O turismo tem provocado episódios de vandalismo na região.	4,697	0,91
18 – O turismo tem provocado um maior desenvolvimento de atividades culturais (festejos).	4,697	1,02
19 – Devido ao turismo têm surgido episódios de prostituição na região.	4,829	0,81
20 – O turismo tem feito com que os episódios de agressão sexual na região aumentem.	4,921	0,83

Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Ressalta-se que esses questionamentos foram os que mais os entrevistados sentiram-se à vontade para responder, nos quais os pesquisadores despenderam mais tempo para ouvi-los e no qual fizeram questão que anotasse todos os seus comentários. Notou-se que a atenção dada pelos pesquisadores, despertou a disposição dos moradores para falar mais abertamente sobre o turismo, diferentemente dos primeiros questionamentos onde foram observados comportamentos mais comedidos por parte dos entrevistados.

Quando questionados sobre a contribuição do turismo para uma melhor assistência sanitária, a média (4,618) mostra que eles discordam. Também discordam (4,671) que os serviços públicos como saúde, educação, água, luz e telefone têm melhorado em função das atividades de turismo. Com relação a essas informações, todos os comentários dos moradores referentes a esses questionamentos evidenciaram que esse descontentamento dos moradores é recorrente, há anos eles buscam auxílio sem nenhuma resposta.

Nogueira (2006), no estudo sobre infraestrutura para o turismo no Baixo Rio Branco, aponta que 96% dos entrevistados em quatro comunidades da região, inclusive a Vila Terra Preta, responderam que não dispõe de energia, água potável, sistema de esgoto, indicando que esse é um fator complicador para o desenvolvimento do turismo, apesar de existir uma demanda latente. O estudo aponta ainda que 63% dos entrevistados disseram que os serviços de saúde e segurança pública não são adequados. Quase dez

anos depois do estudo (NOGUEIRA, 2006), os moradores da localidade ainda não concordam que a infraestrutura, inclusive a acessibilidade (disponibilidade de barcos) da região, tenha melhorado conforme os itens 3 e 4 do Quadro 2.

Quanto à satisfação dos entrevistados em conhecer os turistas, a média (2,329) aponta para um grau de concordância. Apesar do pouco contato entre turistas e moradores, os comentários dos entrevistados consideram positivo esse contato. Os moradores relatam que alguns turistas, antes de embarcar para os locais de pesca, conversam rapidamente com eles e interagem perguntando sobre como é viver em um lugar tão isolado e solicitam permissão para fotografar. Os residentes recordam que já receberam a visita de um grupo na comunidade e que apreciaram bastante esse contato. Concordam (2,408) que o encontro com turistas estrangeiros seja uma experiência positiva, mas comentam que há a barreira do idioma, porém, concordam (2,461) também que o turismo favorece a troca de experiências entre moradores e turistas, como exemplo o comentário de um senhor de 62 anos que declarou depender economicamente do turismo: “[...] o turista chega aqui para pescar trazendo suas ferramentas desenvolvidas, mas ele não sabe em qual parte do rio o peixe está [...], mas nós que trabalhamos com isso a vida toda, sabemos onde e qual peixe encontrar, somente pelo movimento da água ou pela planta que tem perto do local que serve como alimento para o peixe” (respondente do questionário n. 29).

O estudo de Silva e Maia (2008) sobre a avaliação dos benefícios da atividade turística percebidos pelos moradores no Parque Nacional do Catimbau, no município de Buíque-PE, destacou que o envolvimento com a atividade se limitava aos guias, e a maioria dos moradores se encontrava alheia à situação do parque, desse modo, poucos vinham se beneficiando mais diretamente com o turismo. De igual modo, fica evidente uma situação semelhante na região estudada, alguns moradores desconhecem o fato de que a comunidade está inserida em uma área de proteção e que o envolvimento com a atividade turística também se limita aos guias de pesca.

Sobre o turismo favorecer a recuperação das tradições culturais locais, os respondentes concordam parcialmente (2,987), comentam que a vida na comunidade sempre foi a pesca, a caça e essa intimidade com a natureza, conhecer o comportamento dos peixes, por exemplo. Para eles, não foi o turismo que os levou a valorizar isso, enfatizam que a vida, para eles, é isso, embora considerem que com o turismo há uma valorização sim da vida do ribeirinho pescador pelo conhecimento que possui das características da região.

Quanto à afirmação relativa à tranquilidade da região ter sido prejudicada com o advento do turismo, discordam parcialmente (3,908) que isso tenha acontecido, pois as ocorrências de conflitos existentes na região estão relacionadas à disputa pelo uso do recurso para pesca comercial/subsistência/esportiva. Discordam (4,632) que o número de crimes na região tenha aumentado devido ao desenvolvimento do turismo; que tenha aumentado (4,553) o consumo de drogas na região; e que episódios de vandalismo tenham sido provocados (4,697) após o início da atividade. Nesse aspecto os moradores sentem-se privilegiados pela tranquilidade existente no local, comentam que em toda história da comunidade nunca ouviram falar de um crime na Vila Terra Preta, nem antes e nem depois do início da atividade turística.

Quando questionados se os valores religiosos experimentaram alguma modificação devido ao turismo, o grau de concordância foi baixo (4,513), apontando para uma evidente discordância, uma vez que os moradores consideram que o turismo não interfere de maneira nenhuma em suas convicções religiosas. Concordam parcialmente (2,776) também que devido ao turismo houve aumento de pessoas circulando pela região, comentam que o turista vem para pescar e faz somente isso desde a chegada até a partida.

Em relação a não se sentir confortável com o grande número de turistas na localidade, os entrevistados discordam parcialmente (3,645) quando questionados sobre esse assunto. Comentam que quando há contato com os visitantes, é bastante agradável e que para eles o desconforto ocorre por não poderem receber o turista na comunidade em razão da falta de infraestrutura.

Quanto ao aumento de trânsito de barcos pelos rios e igarapés da região, os moradores discordam parcialmente (3,895) que isso tenha acontecido devido à atividade turística. Entende-se, pelo fato do isolamento geográfico, que as pessoas que mais transitam pela região são moradores de outras vilas ribeirinhas localizadas no interior e entorno da APA Xeriuini, porém, durante a temporada de pesca esportiva, conforme relatos de alguns moradores, mais barcos circulam pela região. Outros barcos procedem do estado vizinho Amazonas, por vezes, barcos geleiros, visto que a região é desprovida de fiscalização.

Sobre o assunto modificações nos hábitos e costumes locais, os moradores discordam parcialmente (4,158) que o turismo tenha provocado modificações nesse aspecto, porém, alguns moradores comentam que antes do turismo nenhuma pessoa da comunidade usava petrechos de pesca “sofisticados”, e depois do turismo pode-se observar o uso desses objetos por parte das pessoas que trabalham como guias de pesca, geralmente ofertados pelos turistas pelo sucesso na pescaria, ofertam também roupas e calçados apropriados para pesca esportiva. Para Rennó e Teixeira (2007, p. 222) a atividade turística pode interferir nos hábitos da comunidade em que se desenvolve, “[...] podendo alterar hábitos e costumes dos moradores e colocando o turista como um polo distribuidor de informações que são assimiladas pelos residentes, afetando suas vidas para melhor ou para pior”.

Quando questionados se em função do turismo houve maior desenvolvimento de atividades culturais (festejos) na localidade a média foi alta (4,697), indicando um grau de concordância baixo. Um entrevistado foi enfático: “[...] de todas as vilas do Baixo Rio Branco, a nossa é a mais tranquila, aqui só fazemos festa na igreja” (respondente do questionário n. 41).

O assunto prostituição e agressão sexual foi abordado com bastante prudência, visto que notou-se um comportamento reservado por parte dos entrevistados ao tratar desse tema. Quando questionados se devido ao turismo desenvolvido na região têm surgido episódios de prostituição, a média alta indica um grau de concordância baixo (4,829). Na mesma proporção discordam (4,921) que tenham aumentado os episódios de agressão sexual na localidade e região devido ao turismo.

Em suma, pode-se inferir que, sob a ótica dos moradores entrevistados, as interferências do turismo no modo de vida dos residentes ribeirinhos não têm trazido contribuições como melhorias na assistência sanitária e nos serviços públicos (saúde, educação, comunicação, acessibilidade) da localidade e região. Contudo, têm contribuído para que os moradores sintam-se valorizados em poder empregar seus conhecimentos nessa atividade e viver no local em que sempre viveram, o qual consideram tranquilo sem a agitação e criminalidade dos centros urbanos.

O Quadro 3 exhibe as informações sobre a visão dos moradores em relação ao turismo e o meio ambiente. Ao chamar atenção para o assunto meio ambiente, os entrevistados concordam parcialmente (2,789) que o turismo exerce uma forte interferência sobre o meio ambiente da região, sendo percebida de maneira peculiar a cada entrevistado. Foi enriquecedor ao trabalho o registro dos comentários e justificativas das respostas dos moradores na abordagem desse assunto, uns enfatizam o ponto de vista econômico e outros pendem mais para o lado ambiental conservacionista.

Quadro 3 – Informações sobre a visão dos moradores em relação ao turismo e meio ambiente

Interferências no meio ambiente	Média	Desvio Padrão
1 – O turismo exerce uma forte interferência sobre o meio ambiente da minha região.	2,789	1,57
2 – O turismo tem contribuído para que se cuide mais do meio ambiente na minha região.	2,263	1,24
3 – Eu participo de ações para preservar o meio ambiente.	2,263	0,91
4 – Os empresários do turismo de pesca desenvolvem ações com as pessoas da localidade para preservar o meio ambiente.	3,079	1,46
5 – O turismo provoca desordem e sujeira nos rios e igarapés da região.	3,750	1,28
6 – O turismo provoca níveis de ruído muito elevados.	3,434	1,16
7 – Devido ao turismo tem aumentado o volume de lixo nos espaços da comunidade.	3,829	0,90

Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Um desses comentários foi que a pesca para o turismo (pesca esportiva) ajuda a preservar os recursos: “[...] *hoje, nós pensamos duas vezes em matar o peixe, ele vale mais estando vivo do que morto, pensamos em cuidar mais do ambiente para garantir a satisfação do turista que vem para pescar*” (respondente do questionário n. 55). Após a criação da APA e do advento do turismo, a pesca profissional/comercial foi proibida, conforme o Decreto n. 25 de 08 de dezembro de 1999.

Nogueira e Ghedin (2010, p. 794) identificaram a opinião de moradores da região do Baixo Rio Branco que fazem a relação dos rendimentos conseguidos por meio da pesca esportiva, “[...] um quilo de peixe quando fígado por um pescador esportivo (que pesa, fotografa e devolve o indivíduo vivo para o ambiente natural), podendo ser pescado novamente pelo mesmo turista pescador ou por outro”. Já na pesca artesanal o peixe é retirado do ambiente natural e tem seu valor comercial menor do que na pesca esportiva, “[...] afirmam que 10 kg de peixe na pesca esportiva, poderá lhes render aproximadamente R\$ 200,00 por dia, enquanto que na pesca artesanal a mesma quantidade em kg lhes renderá apenas R\$ 70,00 por dia”. Em alguns dos comentários registrados, notaram-se posturas semelhantes aos identificados pelas autoras acima mencionadas.

Todavia, em uma postura mais conservacionista, alguns entrevistados mencionaram o risco de sobrevivência do peixe após a captura/soltura pelo turista pescador, na modalidade de pesca esportiva em que é obrigatória a devolução do peixe às águas do rio. Aguiar e Gomes (2013) mostram o relato de um morador da região do Baixo Rio Branco sobre os peixes doentes encontrados por pescadores quando estes saem para pesca de subsistência, o morador comenta que o anzol (isca artificial usada na pesca esportiva) maltrata o peixe, rasga parte de sua boca e este fica dias sem poder se alimentar, muitas vezes é encontrado com a cabeça grande e o corpo fino, devido à falta de alimento.

O estudo de Barton (2002) mostra que após estímulos estressantes, o organismo do peixe pode evocar respostas não específicas podendo chegar a um desequilíbrio homeostático; se a situação estressante for severa e de duração longa o peixe não será capaz de recuperar a sua homeostase.

Se por um lado o turismo de pesca na região tem ajudado na preservação dos rios, da fauna e flora, por outro há que se pensar em medidas que minimizem essas interferências da prática de pesca, quanto aos equipamentos permitidos nessa modalidade de pesca, causadas à ictiofauna, para que se possa pensar na preservação e conservação dos recursos em longo prazo.

Quando questionados se o turismo tem contribuído para que se cuide mais do meio ambiente, a média (2,263) aponta uma concordância, assim como para a participação em ações para preservar o meio ambiente. Concordam parcialmente (3,079) que os empresários do turismo de pesca desenvolvam ações para a preservação do meio ambiente com a comunidade.

Ao serem perguntados se a atividade turística provoca desordem e sujeira nos rios e igarapés da região, assim como se o turismo provoca níveis de ruídos muito elevados e ainda se houve aumento do volume de lixo nos espaços da comunidade, as médias calculadas (3,750; 3,434) revelam uma oscilação entre a concordância parcial e a discordância parcial, o que foi justificado pelos comentários registrados no ato da entrevista que indicam incerteza por parte dos moradores ao responder esses questionamentos.

Sobre desordem e sujeira, comentam que a empresa atuante é bastante cuidadosa nesse quesito, mas não sabem responder sobre o destino dos resíduos derivados do atendimento ao turista nos locais de pesca; alguns sugeriram que é enterrado em algum local. Com relação aos níveis de ruídos elevados, comentam que há mais barcos circulando pela região, pois para cada dois pescadores é disponibilizado um barco equipado com motor, porém, para que se realize a atividade de pesca o barco fica parado e o motor é silenciado. A respeito do aumento no volume de resíduos sólidos nos espaços da comunidade devido ao turismo, a média (3,829) aponta uma discordância parcial. Os entrevistados se reservam em conversar sobre o assunto, relatam que enterram ou queimam os resíduos.

Observou-se uma quantidade moderada de resíduos sólidos nos espaços da comunidade, aparentemente derivada de ações dos próprios moradores, não tendo relação com a atividade turística. Quanto a esse assunto, foram observadas pelos pesquisadores algumas atitudes inapropriadas por parte dos moradores, por exemplo, as duas registradas no diário de anotações: uma pessoa foi observada quando jogou uma sacola plástica no rio sem a menor preocupação, com o barco em movimento como se fosse algo muito natural e outro exemplo é o da pessoa que despejou no rio uma fralda descartável usada. Essas atitudes indicam a falta de sensibilidade no uso do recurso hídrico, que para essas pessoas é a única via de acesso para suas casas e a fonte do seu principal alimento, o peixe.

Ramos (2012, p. 110), que investigou a qualidade ambiental a partir da identificação de interferências ambientais decorrentes do turismo em três lagoas costeiras do Sul do Brasil, aponta que os resíduos sólidos dispostos em locais inadequados e a inexistência de coleta é algo que constantemente ocorre e se nota em áreas naturais que são visitadas por turistas, além de que essa condição pode prejudicar o meio ambiente (recurso hídrico, fauna e flora) e também torna-se um risco à saúde humana. Para o autor, “[...] os resíduos presentes em um local turístico podem prejudicar a experiência do turista, por meio da diminuição da qualidade estética da paisagem devido a sua presença”.

Apesar da não permanência do turista nos espaços da comunidade, esta é a porta de entrada para os locais de pesca, considerando que o primeiro contato do visitante com a região, após a vista aérea, acontece no momento do desembarque deste na comunidade.

Um aspecto ambiental que foi observado pelos pesquisadores com bastante relevância para futuras discussões, é o fato da inexistência de saneamento básico sujeitar os moradores a utilizarem fossas rudi-

mentares (próximo à margem do rio) para despejo de esgoto sanitário, o que pode acarretar contaminação das águas, além do lançamento de águas residuárias, sem tratamento, diretamente no rio.

Existem outros pontos a serem abrangidos em uma análise das interferências ambientais na região estudada, por exemplo, a estrutura instalada na região para o atendimento ao turista (hospedagem, alimentos e bebidas, lavanderia, barcos, etc.), a capacidade de carga das zonas de pesca e os equipamentos usados para a captura dos peixes, porém, não foram considerados neste estudo por exigir um embasamento teórico específico à temática assim como visita ao local. No caso deste estudo o enfoque se deu na comunidade.

Participação e envolvimento da comunidade em relação ao turismo de pesca

Apesar de constar no documento oficial Evolução do Processo de Criação da APA Xeriuini – Resumo analítico do diagnóstico socioeconômico ambiental que a criação da unidade de conservação Área de Proteção Ambiental Xeriuini, em 1999, foi precedida de consulta aos moradores das comunidades em seu interior, e que estes a referendaram na condição de beneficiários diretos (CARACARAÍ, 2000), foi constatado que alguns dos moradores da Vila Terra Preta entrevistados desconheciam a informação de que a comunidade está inserida na referida UC até recente data.

Para averiguar se a comunidade estudada está envolvida na atividade que vem acontecendo há mais de uma década, foi perguntado sobre a participação em associações ou cooperativas e o conhecimento da legislação específica para o turismo de pesca na APA, além da perspectiva dos moradores para a atividade. O Quadro 4 exhibe as informações levantadas.

Sobre a existência de órgãos públicos para tratar assuntos relacionados ao turismo os entrevistados concordam parcialmente (2,645) que existem órgãos específicos responsáveis pela atividade na região. Também concordam parcialmente (2,776) que existem leis específicas para o turismo de pesca na região. Em seus comentários, revelaram que já foram realizadas algumas palestras para falar sobre o turismo, porém, geralmente, o modo de se expressar das pessoas responsáveis é de difícil compreensão. Entende-se que, por se tratar de assuntos referentes à legislação, os termos empregados para essa comunicação sejam de abrangência técnica, dificultando o entendimento por parte dos ribeirinhos.

Quadro 4 – Informações sobre a participação e envolvimento na atividade turística

Participação e Envolvimento	Média	Desvio Padrão
Existem órgãos públicos responsáveis por assuntos de turismo na minha região.	2,645	1,48
Existem leis específicas para a atividade de turismo de pesca na região.	2,776	1,43
A prefeitura e os responsáveis políticos estão trabalhando para promover o turismo.	4,039	1,26
O turismo de pesca tem na atualidade uma grande importância para o meu estado.	3,368	1,56
Eu apoio o desenvolvimento do turismo de pesca na minha região.	1,974	1,06
Eu tenho trabalho garantido na temporada de pesca.	3,592	1,81

Participação e Envolvimento	Média	Desvio Padrão
Eu participo da Associação ou da Cooperativa de Pescadores.	4,447	2,05
Eu participo de Associação ou de Cooperativa de trabalhadores do turismo (piloteiro, camareira, cozinheira, garçom, etc.)	5,658	0,95
Eu conheço as leis que regulamentam a atividade de turismo de pesca na minha região.	4,158	1,25
Eu participo de atividades propostas pelo poder público para discutir sobre o turismo de pesca na minha região.	4,434	1,27
O turismo terá papel fundamental no desenvolvimento da minha região.	2,421	1,33

Fonte: Pesquisa de Campo (2014)

Ao serem perguntados se a prefeitura e os responsáveis políticos estão trabalhando para promover o turismo, a média (4,039) indica uma discordância parcial em relação a esse assunto. Os entrevistados desabafam em seus relatos que em épocas eleitorais um número elevado de políticos visita a comunidade, mas passado esse período não recebem nenhuma atenção. Sobre as ações da prefeitura, os comentários são bastante pessimistas, a maior crítica se refere à saúde, educação e à falta de fiscalização.

Foi identificada uma atitude bastante passiva em relação ao descaso do poder público na assistência da região e na ausência de ações em relação ao turismo, porém, os moradores se mostram inconformados com a oferta de apenas alguns empregos temporários gerados pelas empresas de turismo.

Vitório (2010) constatou, ao investigar a percepção dos moradores de Caracaraí-RR em relação ao desenvolvimento do turismo, que 85,37% dos entrevistados responderam que não conheciam o trabalho do governo local a favor do turismo na localidade e 91,46% disseram não participar de alguma ação proposta pelo governo a favor do turismo na localidade. A autora destacou que os sujeitos que declararam não conhecer o trabalho do governo local e não participar de alguma ação proposta pelo governo, bem como não participar de algum grupo organizado que considere propostas de desenvolvimento do turismo na localidade, possuíam o nível de escolaridade elevado e descartou a possibilidade desse não conhecimento e dessa não participação estarem relacionados à falta de instrução e informação, evidenciando certo desinteresse do poder público em levar suas ações ao conhecimento da população. No caso da Vila Terra Preta, pode-se deduzir que além do nível de escolaridade baixo dos moradores, essa interação com o poder público também é dificultada devido ao isolamento, porém, essa situação não minimiza a responsabilidade do órgão público em dar mais assistência ao povo ribeirinho.

Quando questionados se consideram que o turismo tem na atualidade uma grande importância para o estado, os respondentes concordam parcialmente (3,368). Defendem que se houvesse mais atenção por parte do governo, quanto à fiscalização na região, seria um auxílio bastante proveitoso. Comentam que pelo fato de não haver fiscalização eles são os maiores prejudicados quanto aos benefícios do turismo, entretanto, concordam (1,974) sobre o seu apoio ao desenvolvimento do turismo de pesca na região.

Aguiar e Gomes (2013) mostram o relato de uma pesquisadora da Universidade Estadual de Roraima (UERR) sobre a ineficiência da fiscalização em áreas amazônicas, como no caso da APA Xeriuini, onde é autorizada apenas pesca nas modalidades subsistência e esportiva (FEMACT, 2011). Segundo a pesquisadora da UERR, o morador pescador usa técnicas artesanais que causam menor interferência na população de peixes, pescando para sua sobrevivência. Entretanto os barcos pesqueiros vindos do estado

do Amazonas, que entram clandestinamente no interior da UC devido à ausência de fiscalização, utilizam tecnologias para capturas muito mais eficientes e com a finalidade de comercialização, ficando o ribeirinho residente no interior da APA, que tem todo o cuidado de selecionar o peixe para a atividade turística e o peixe para a sua alimentação, como maior prejudicado.

É fato constatado que o turismo gera empregos para as pessoas da localidade, mesmo que de modo sazonal. Porém ao serem perguntados se os moradores têm trabalho garantido na temporada de pesca, os entrevistados discordam parcialmente (3,592), e referem-se à quantidade de ofertas que não atende a todos que desejam trabalhar na atividade. Nogueira e Ghedin (2010) ressaltam que na região do Baixo Rio Branco a principal atividade exercida pelos moradores é a pesca artesanal, o que lhes confere um grande conhecimento sobre os rios da região e a sua ictiofauna, porém, não possuem os conhecimentos técnicos necessários para lidar com os turistas. Essa situação acarreta uma postura de ponderação por parte da empresa em considerar esse paradoxo na organização da atividade. No entanto, há obrigatoriedade em captar 80% da mão de obra nas comunidades inseridas na UC.

Perguntados se participam de Associação ou Cooperativa de pescadores, os respondentes discordam parcialmente (4,447), notou-se que alguns moradores confundiam-se ao responder esse questionamento, pois na localidade não existem associações/cooperativas de pescadores e nem de trabalhadores do turismo, e sim uma associação de produtores rurais, a qual o seu presidente responde também como líder da comunidade. Em conversa com o líder comunitário, verificou-se que, por meio dessa associação, resolvem algumas questões formais referentes a repasse de valores pela empresa atuante na APA e formalizam solicitações a órgãos públicos sobre agricultura, nenhum assunto sobre a organização do turismo na comunidade é tratada nas reuniões dessa associação. De posse dessa informação ficou evidente o porquê da discordância total (5,658) em relação à afirmação quanto a participação em associação ou cooperativa de trabalhadores do turismo (piloteiro, camareira, cozinheira, garçom, etc.).

No assunto sobre conhecer as leis e normas que regulamentam a atividade do turismo de pesca na região a discordância parcial (4,158) verificada deixa claro o afastamento da comunidade da possibilidade de estar mais envolvida e mais participativa nas decisões sobre a atividade na sua localidade.

Quando questionados se participam de atividades propostas pelo poder público para discutir o turismo de pesca na região, discordam parcialmente (4,434) e comentam que recentemente a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo enviou agentes à comunidade para falar sobre a unidade de conservação, mas que em todos esses anos desde que se iniciou a atividade turística, nada em relação ao uso dos recursos para o turismo foi consultado ou informado de maneira compartilhada com a comunidade, por vezes, apenas alguns moradores tomam conhecimento de informações isoladamente. Mesmo diante desse quadro que mostra a população sobremaneira alheia a acontecimentos e decisões tomadas para o lugar onde vivem, os moradores concordam (2,421) de maneira otimista que o turismo ainda terá papel fundamental no desenvolvimento da região.

Mota, Vianna e Anjos (2013, p. 163) em seus estudos de casos brasileiros constataram que “a visão e os interesses dos setores público, privado e comunidade local precisam encontrar seus pontos convergentes” para que seus esforços e interferências sejam em “prol de resultados satisfatórios para todos os atores que interagem com a destinação turística”.

Nota-se que a única relação dos moradores com a atividade se dá por meio dos serviços prestados como guias de pesca, cozinheira/camareira, “fiscal” e auxiliar de serviços gerais e ainda de modo informal,

ou seja, sem registro na Carteira de Trabalho, sem direito previdenciário e FGTS e com jornada de trabalho excessiva. O fato de não estarem organizados em associações ou cooperativas específicas, os torna sujeitos a condições de trabalhos extenuantes. Como foram considerados por Nogueira e Ghedin (2010), esses trabalhadores (guias de pesca) exercem suas atividades laborais em condições insalubres, sujeitos a acidentes de trabalho, pois realizam tarefas como: retirar e colocar iscas artificiais; desengatar iscas; auxiliar na retirada dos anzóis da boca dos peixes; cuidar da alimentação, bebidas e equipamentos dos turistas; organizar os barcos; e fazer o planejamento para o dia de pesca. Tudo isso faz com que a jornada de trabalho desses guias seja superior a 10 horas diárias.

Após essas análises é possível afirmar que a comunidade de Vila Terra Preta não participa e também não está sendo envolvida em discussões a respeito da atividade turística na região em que está inserida. É notório que a articulação da atividade está restrita aos gestores (poder público) e aos empresários, ficando a comunidade, além de excluída desse processo, vulnerável aos efeitos negativos das interferências e deixando de aproveitar os benefícios destas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o propósito principal de analisar as interferências da atividade turística de pesca no Baixo Rio Branco, sob a ótica da comunidade de Terra Preta, pode-se dizer que o objetivo geral foi alcançado, revelando a opinião dos moradores entrevistados bem como as suas perspectivas em relação ao turismo de pesca e as interferências no modo de vida desses moradores.

Os resultados revelaram a necessidade de organização da liderança política no âmbito da gestão municipal com ênfase no comprometimento e responsabilidade socioambiental, conforme os outorga a legislação. Também a necessidade da criação de ambientes de discussão e organização de iniciativa da população local, por exemplo, Associação ou Cooperativa para que possam requerer melhorias para as condições de trabalho de seus contratantes. Às empresas compete valorizar o trabalho dos guias de pesca contratados, pois muito mais do que a prestação do serviço, estes estão disponibilizando seus conhecimentos a respeito dos rios e dos peixes, sem os quais seria mais difícil a obtenção de sucesso nas pescarias, que é o produto maior das empresas turísticas.

Nessa direção, o turismo de base comunitária, como modelo de gestão, se mostra uma alternativa para a inclusão da comunidade no processo de planejamento, organização e gestão da atividade, pois por meio desse modelo é possível visualizar o envolvimento efetivo dos moradores, atribuindo respeito às manifestações culturais próprias da região do Baixo Rio Branco e valor adequado aos serviços prestados pela comunidade considerando o conhecimento que ela detém sobre o meio ambiente local. Com a criação de uma cooperativa comunitária, seria possível garantir postos de trabalho e renda, como comércio ou aluguel de equipamentos para pesca, produção de artesanato local, alimentos e até hospedagem para o turista que tivesse preferência por ficar na comunidade, proporcionando emprego para mais pessoas e em diferentes funções.

Este estudo traz contribuição para a discussão sobre as relações existentes entre a atividade turística, as comunidades e o meio ambiente, bem como as interferências resultantes dessa relação, colocando o turismo de base comunitária como alternativa de gestão para comunidades dispostas a trabalhar com essa alternativa. Também contribui para discussões sobre a importância de valorizar a visão da comunidade

sobre a atividade e suas interações socioambientais, e que esta pode auxiliar na mitigação das interferências negativas e na intensificação das interações positivas.

Foi possível observar, durante a realização deste trabalho, a carência de estudos sobre o turismo de pesca, constatando poucas publicações científicas sobre o assunto. Ressalta-se que a metodologia utilizada foi bastante eficiente desde a definição dos indicadores que auxiliaram na elaboração do instrumento de pesquisa às estratégias e ações para a coleta de dados, garantindo a confiabilidade da pesquisa.

Apesar dos avanços aqui obtidos em relação ao entendimento desse fenômeno, surgem questionamentos que podem ser desdobrados em futuras pesquisas: a) Como a comunidade pode se mobilizar para iniciar seu envolvimento nas discussões sobre o turismo na região? b) O empresariado tem interesse em ser parceiro nas ações de planejamento? c) Quais fatores interferem na organização do poder público local?

Enfim, acredita-se que com a disseminação dos resultados obtidos e sistematização das informações, outros pesquisadores venham a desenvolver o interesse em pesquisas na região e na produção de conhecimento científico sobre o tema.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, E.; GOMES, O. Xeriuini. Documentário, Caracaraí, RR, 2013.

BARTON, B. A. Stress in fishes: a diversity of responses with particular eference o changes in circulating corticosteroids. *Integrative and Comparative Biology*, v. 42, p. 517-525, 2002. Disponível em: <<http://icb.oxfordjournals.org/content/42/3/517.full.pdf+html>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

BRASIL. Lei n. 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm>. Acesso em: 07 mar. 2013.

_____. Lei n. 11.771, de 17 de setembro de 2008. Define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11771.htm>. Acesso em: 14 dez. 2013.

_____. Ministério do Turismo. Turismo de Pesca: orientações básicas. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_de_Pesca_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: mar. 2013.

_____. Ministério do Turismo. Marcos Conceituais. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: mar. 2013.

BURSTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem?: sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. 2009, p. 86. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CAMARGO, H. P. P. V.; MACHIAVELLI, M. S.; RAMOS, B. V. C. Interferências na localidade: considerações sobre turismo, cultura e descaracterização. Anais [...] VIII Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Univali – Balneário Camboriú/SC, 2011.

CARACARAÍ. Prefeitura Municipal. Decreto-Lei n. 25, de 08 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Xeriuini e dá outras providências.

_____. Prefeitura Municipal. Lei n. 378, de 18 de novembro de 2002. Institui a licença de pesca da Área de Proteção Ambiental Xeriuini e dá outras providências.

_____. Departamento de Meio Ambiente e Turismo. Evolução do Processo de Criação da APA Xeriuini – Resumo analítico do diagnóstico socioeconômico ambiental. Dematur, Caracarái, 2010.

_____. Secretaria Municipal de Planejamento. Informações Socioeconômicas do Município de Caracarái – RR, Caracarái, 2010.

_____. Secretaria Municipal de Saúde. Relatório Mensal do Sistema de Informação de Atenção Básica. PSF Ribeirinho, SIAB, outubro, 2013.

COOPER, C. et al. Turismo, princípios e prática. Trad. Roberto Cataldo Costa, 2. ed. – Porto Alegre: Bookman, 2001.

CORIOLO, L. N. M. T. O turismo comunitário do Nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSELO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

DALL'AGNOL, S. Laguna como destino turístico: o pensar dos residentes. Dissertação de Mestrado, Caxias do Sul: UCS, 2009.

FORTUNATO, R. A.; SILVA, L. S. Os conflitos em torno do turismo comunitário na Prainha do Canto Verde (CE). Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v. 6, n.1, jan/abr- 2013, p.123-138.

GOODWIN, H.; SANTILLI, R. Community-Based Tourism: a success? ICRT & GTZ., 2009. Disponível em: <<http://www.haroldgoodwin.info/uploads/CBTaSuccessPubpdf.pdf>> Acesso em: 22 mar. 2013.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSELO, D. (Org.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Diversidade socioambiental de Roraima: subsídios para debater o futuro sustentável da região / [organização Ciro Campos]. – 2. ed. revisada, São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

KÖECHE, J. C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 29. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MACHADO, A. L. M.; BAZOTTI, L. S.; VIANNA, S. L. G. A certificação no turismo de aventura: uma análise do impacto no destino Serra Gaúcha. Caderno Virtual do Turismo, v. 14, n. 2, p. 101-116, 2014.

MALDONADO, C. Pautas metodológicas para el análisis de experiencias de turismo comunitário. 2005. Disponível em: <http://www.ilo.org/empent/Publications/WCMS_117525/lang-es/index.htm>. Acesso em: mar. 2013.

MARTOS, H. L.; MARTOS, M. Y. H. G. Turismo de Pesca. In: TRIGO, L. G. G. Análises regionais e globais do turismo brasileiro. São Paulo: Rocca, 2005.

MOTA, K. C. N.; VIANNA, S. L. G.; ANJOS, F. A. Competitividade das destinações turísticas: estudo de casos brasileiros. São Paulo: Atlas, 2013.

NOGUEIRA, E. M. Turismo no Baixo Rio Branco: diagnóstico de capacitação e infraestrutura. Norte Científico – v. 1, n. 1 dezembro de 2006. Disponível em: <<http://reitoria.ifrr.edu.br/SISTEMAS/revista/index.php/revista/article/view/43>>. Acesso em: jul. 2014.

NOGUEIRA, E. M.; GHEDIN, L. M. A pesca esportiva como suporte para o turismo de base local no Baixo Rio Branco no Estado de Roraima. Anais [...] XI ENCONTRO NACIONAL DE TURISMO COM BASE LOCAL – Turismo e Transdisciplinaridade: novos desafios. Niterói – RJ, 2010.

OLIVEIRA, S. D. F. A.; TEIXEIRA, R. M. Contribuição socioeconômica do setor privado na atividade turística: o caso de Canindé de São Francisco – SE. Turismo – Visão e Ação, v. 7, n. 2 p. 291-310 maio/ago. 2005.

OMT – Organização Mundial do Turismo. Guia de Desenvolvimento do Turismo sustentável. Porto Alegre: Bookman, 2003.

POUPART, J. et al. A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

RAMOS, B. V. C. Interferências do uso turístico na qualidade ambiental de lagoas costeiras do litoral norte do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado, Caxias do Sul: UCS, 2012.

RENNÓ, L. C.; TEIXEIRA, D. J. O impacto do turismo nos hábitos de consumo de uma comunidade de pequeno porte. Turismo – Visão e Ação, v. 9, n. 2, p. 217-232 maio /ago. 2007

RUSCHMANN, D. V. M. Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente. 4. ed. Campinas: Papirus, 1999.

SANTANA, A. Antropologia do turismo. Analogias, encontros e relações. São Paulo: Aleph, 2009.

SILVA, J. H.; MAIA F. B. A. O turismo no parque nacional do catimbau: avaliação dos benefícios da atividade percebidos pelos moradores. Turismo – Visão e Ação – Eletrônica, v. 10, n. 2. p. 204-220, mai/ago. 2008

SILVEIRA, M. A. T. Planejamento Territorial e Dinâmica Local: bases para o turismo sustentável. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). Turismo e desenvolvimento local. São Paulo: Hucitec, 1999.

SPERB, M. P.; TEIXEIRA, R. M. A sustentabilidade ambiental do turismo na Ilha do Mel, PR: perspectiva dos gestores públicos. Turismo – Visão e Ação, v. 8, n. 3, p. 437-453, set. /dez. 2006

VASCONCELOS, F. P.; CORIOLANO, L. N. M. T. Impactos Socioambientais no Litoral: um foco no turismo e na gestão integrada da zona costeira no estado do Ceará/Brasil. Revista de Gestão Costeira Integrada 8(2):259-275, 2008.

VITÓRIO, L. S. Percepção da comunidade local em relação ao desenvolvimento da atividade turística no município de Caracaraí – Roraima. Monografia, Boa Vista: UERR, 2010.

WWF-BRASIL. Certificação em Turismo: lições mundiais e recomendações para o Brasil. SALAZAR, S. (Coord.). Brasília: WWF-Brasil, 2001.

Conflitos e possibilidades para um desenvolvimento do turismo de base comunitária na Vila de Barra do Una em Peruíbe (SP)

Conflicts and possibilities for development of community-based tourism in Vila da Barra do Una in Peruipe (SP)

Los conflictos y las posibilidades de desarrollo del turismo de base comunitaria en el pueblo Vila de Barra do Una en Peruipe (SP)

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1167>

Paulo Tácio Aires Ferreira < paulotacio@usp.br >

Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

Sidnei Raimundo < sraimundo@usp.br >

Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 12-nov-2015

Aceite: 17-jul-2016

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

FERREIRA, P. T. A; RAIMUNDO, S. Conflitos e possibilidades para um desenvolvimento do turismo de base comunitária na Vila de Barra do Una em Peruíbe (SP). **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 150-167, ago. 2016.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



RESUMO

As Unidades de Conservação foram criadas de uma maneira antidemocrática, incorporando em suas áreas o território de comunidades tradicionais. O cerceamento de atividades tradicionais, como agricultura e extrativismo, levou tais comunidades a desenvolver atividades e serviços voltados ao turismo. O objetivo deste artigo foi avaliar as possibilidades de desenvolvimento e gestão de um turismo de base comunitária na Vila de Barra do Una, inserida na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Barra do Una (RDSBU), analisando os conflitos e impactos socioculturais ocasionados pelas atividades de turismo. O método utilizado foi o etnográfico, baseado em uma descrição densa, na observação participante e em entrevistas com atores-chaves: líderes da comunidade, gestores da unidade de conservação e veranistas. Os resultados apresentam pontos positivos e negativos na comunidade para o desenvolvimento do turismo de base comunitária ante sua organização interna e na relação com os atores externos, notadamente a gestão da unidade de conservação.

Palavras-chave: Turismo de base Comunitária. Unidades de Conservação. Reserva de Desenvolvimento Sustentável. Vila Barra do Una – Peruíbe.

ABSTRACT

The protected areas were created in an undemocratic way, incorporating in their areas the territory of traditional communities. The restriction traditional activities such as agriculture and extraction, took such communities to develop activities and services geared to tourism. The aim of this paper was to evaluate the possibilities for development and management of a community-based tourism in Barra do Una village, part of the Sustainable Development Reserve Una Barra (RDSBU), analyzing conflicts and socio-cultural impacts caused by tourism activities. The method used was ethnographic, based on a dense description, the participant observation and interviews with key ers: community leaders, managers of conservation and vacationers. The results are positive and negative points in the community for the development of community-based tourism across its internal organization and the relationship with external actors, notably the management of the protected area.

Keywords: Community-based Tourism. Protected Areas. Sustainable Development Reserve. Vila Barra do Una – Peruíbe.

RESUMEN

Las áreas protegidas fueron creadas de manera antidemocrática, incorporando en sus áreas los territorios de comunidades tradicionales. La restricción de actividades tradicionales como la agricultura y la extracción, tomaron dichas comunidades para desarrollar actividades y servicios orientados al turismo. El objetivo de este trabajo fue evaluar las posibilidades de desarrollo y gestión de un turismo basado en la comunidad en Barra do aldea Una, parte del desarrollo de la Reserva Una barra Sostenible (RDSBU), el análisis de los conflictos e impactos socio-culturales causados por las actividades turísticas. El método utilizado fue etnográfico, basado en una descripción densa, la observación participante y las entrevistas con los principales interesados: los líderes comunitarios, gestores de unidad de conservación y vacacionistas. Los resultados son los puntos positivos y negativos en la comunidad para el desarrollo del turismo basado en la comunidad a través de su organización interna y la relación con los actores externos, en particular el manejo del área protegida.

Palavras clave: Turismo basado en la comunidad. Areas protegidas. Reserva de Desarrollo Sostenible. Vila Barra do Una – Peruíbe

INTRODUÇÃO

O tema apresentado neste artigo está relacionado ao desenvolvimento do turismo ligado à inclusão social e à participação política para fomento de práticas de atividades turísticas na Vila de Barra do Una, localizada no município de Peruíbe, no estado de São Paulo, onde ocorrem intensas lutas e mobilizações sociais, travadas principalmente com o Estado (QUEIROZ, 1992; NUNES, 2003; SANCHES, 2004). A comunidade tradicional caiçara da Vila Barra do Una mantém ainda atividades de subsistência, como a pesca, mas Nunes (2003) já constatava uma mudança, de que o turismo estava tendo forte relevância na economia dos moradores da região, pois o lugar “transformou-se num bairro de veranistas, onde os antigos pescadores são hoje caseiros, donos de pequenos comércios, barqueiros, etc. O número daqueles que exercem somente atividades de pesca e roça é muito diminuto” (NUNES, 2003, p. 75).

Diante disso, observa-se que a comunidade de Barra do Una é composta por um grupo social heterogêneo, não apenas caiçaras, mas, também, outros ocupantes, não tradicionais, como veranistas. Os moradores tradicionais e ocupantes ocasionais não tradicionais, em muitas ocasiões possuem interesses comuns, principalmente no sentido de pretendem que suas residências e a posse delas sejam mantidas na localidade. Isso porque há ainda a preocupação de eles, principalmente os veranistas, serem retirados. No passado, quando a área era uma Estação Ecológica (Esec)¹, – a Estação Ecológica Jureia-Itatins (EEJI), que vigorou entre os anos de 1986 a 2013 – não permitia moradores tradicionais caiçaras nem veranistas. Mesmo com mudanças recentes, com a transformação do local em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)², vide Figura 2, agora uma área protegida mais flexível, os veranistas não têm direito assegurado de permanência, não satisfazendo, assim, às aspirações de todos na vila. Em uma RDS os principais detentores de direitos são as populações tradicionais, que no caso da Vila de Barra do Una, são os caiçaras.

¹ Área protegida que tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. É de posse e domínio públicos, sendo que as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a Lei n. 9.985, portanto, com proibição de moradores em seu interior.

² Área protegida que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica. Lei n. 9.985.

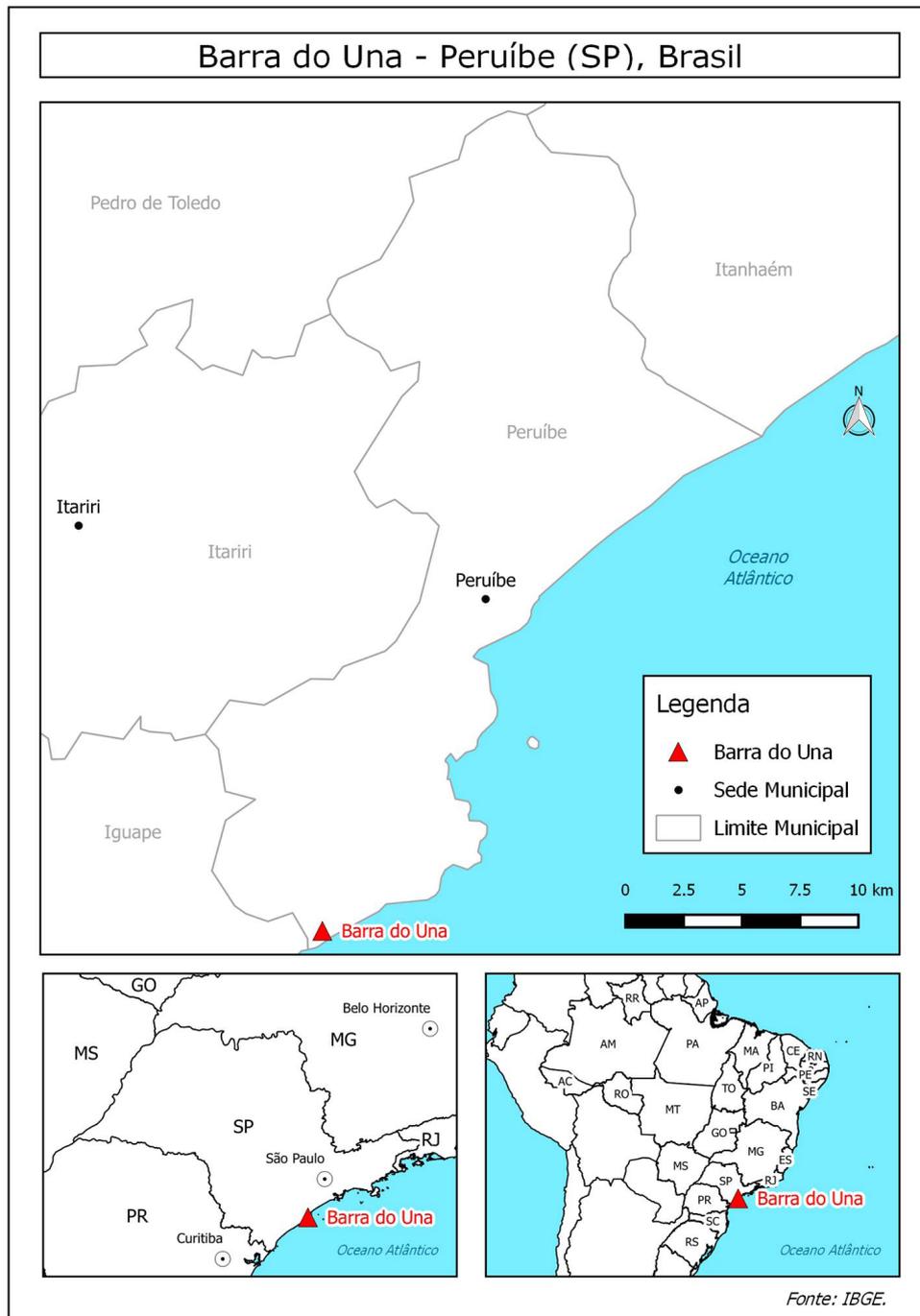


Figura 1 – Área de estudo – localização da Vila de Barra do Una

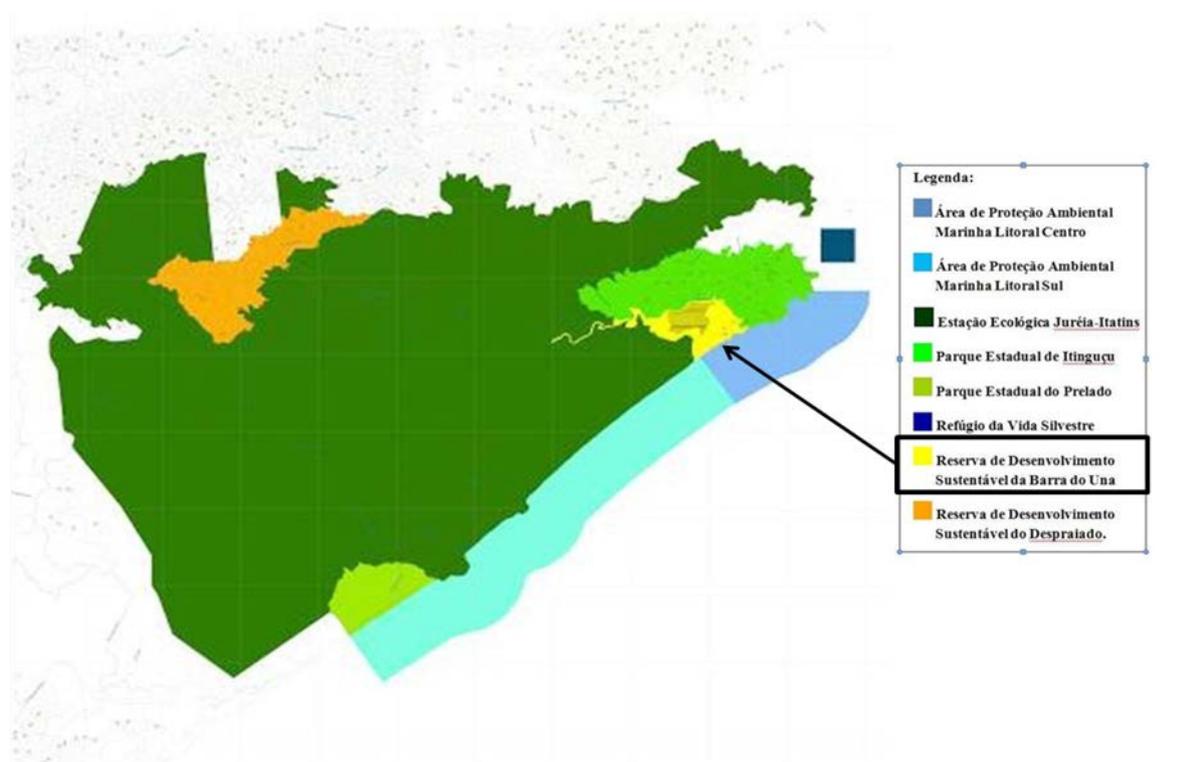


Figura 2 – Croqui do Mosaico e RDS Barra do Una³, com destaque para a área de estudo, indicado em amarelo no croqui.

A Vila de Barra do Una, com as comunidades incluídas na antiga EEJI, passou por um acentuado histórico de lutas políticas, que em alguns momentos, obtiveram algumas vitórias. Em 2006 a EEJI foi transformada no Mosaico de Unidades de Conservação Jureia-Itatins contendo seis categorias, entre tais está a Reserva de Desenvolvimento Sustentável da Barra do Una (RDSBU). Um dos principais motivos da criação desse mosaico foi atender às reivindicações das comunidades locais, procurando resolver, assim, problemas fundiários. Em 2009 uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) suspendeu as atividades do mosaico e retornou a condição dessa Unidade de Conservação à Estação Ecológica com a mesma extensão de área anterior (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010).

A grande disputa que girou em torno dessas mudanças de unidades está entre a influente ideologia preservacionista de muitos ambientalistas, que considera que as áreas protegidas não devem possuir populações humanas em seu interior, contra movimentos socioambientais da Jureia que se amparam na Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o Decreto 6.040 que rege sobre a proteção das comunidades tradicionais (NUNES, 2003; FERREIRA, 2012).

No dia 06 de março de 2013, após várias discussões, a Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou alterações nos limites da EEJI tornando-a novamente um Mosaico de Unidades de Conservação. Essa lei foi sancionada pelo governador de São Paulo no dia 08 de abril de 2013. Todavia, em desacordo com a constituição do Mosaico, um procurador-geral da Justiça do Estado de São Paulo expediu no dia 05 de de-

³ Fonte: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2013/lei-14982-08.04.2013.html>

zembro de 2013 uma “liminar para suspender a eficácia da lei impugnada”. Ou seja, novamente uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, de n. 0199748-62.2013.8.26.0000, alegando que a nova Lei do Mosaico era inconstitucional e violava o “princípio da proibição de retrocesso ambiental”, e que não é possível a “transformação de uma unidade de conservação de proteção integral” em uma de “uso sustentável”, entre outros diversos argumentos. No entanto, essa liminar foi entendida como improcedente no dia 04 de junho de 2014.

A respeito do desenvolvimento do turismo, a própria comunidade já pretendeu instituir o turismo de base comunitária com auxílio de instituições como o governo federal, participando, por exemplo, de editais de fomento ao turismo por ele promovido. Porém, essa tentativa não foi bem-sucedida por conta de embates envolvendo, principalmente, a questão da Vila de Barra do Una estar inserida à época na Estação Ecológica, que não permitia a presença de moradores e tampouco o desenvolvimento de atividades turísticas, do ponto de vista econômico (BARTHOLO; BURSZTYN; SAN SOLO, 2009, p. 474).

Baseado nessas informações levantou-se como hipóteses que as atividades turísticas já estabelecidas na Vila Barra do Una têm algumas características de turismo de base comunitária. Há claramente uma aproximação dos nativos com os turistas, seja em pousadas ou campings, ou mesmo no desenvolvimento de atividades como a pesca artesanal ou esportiva, em monitorias, nas recepções a grupos de escolares e de universidade. Aventou-se que esses contatos suplantam a simples prestação de serviço, e tornam-se experiências de sociabilidade muito interessantes, onde a vida comunitária e seus aspectos sociais, econômicos e culturais estão imbricados.

Além de uma evidente experiência com o turismo, existe na vila uma razoável organização socioprodutiva da atividade. Os moradores possuem uma associação, a Sociedade Amigos da Vila de Barra do Una (Sabu) que delibera sobre questões de turismo, organizam festas, mantêm parceiros, dividem atividades de recepção de turistas, embora isso aconteça de maneira incipiente. Existe, portanto, um espaço onde temas, como o turismo, podem ser discutidos de uma forma participativa.

Constatam-se muitas preocupações que dizem respeito às muitas restrições impostas aos moradores que trabalham com o turismo. São corriqueiras ações por parte da instituição gestora da área (Fundação Florestal), proibindo ou dificultando a manutenção de infraestrutura básica ou mesmo turística. Em muitas dessas ações há processos burocráticos que impedem, ou dificultam que moradores executem reformas de seus equipamentos, como quartos de pousadas, pequenas construções, ou reformas em campings.

Todos esses acontecimentos apontam para uma profunda relação conflituosa dos moradores e veranistas contra a Fundação Florestal, que instituiu regras e normas para a área em total desacordo aos estilos de vida e anseios dos moradores da vila. Mesmo em uma RDS, os ocupantes ainda são cerceados pelos órgãos de governo de desenvolver o turismo na região.

Nesse sentido, o objetivo geral deste artigo foi avaliar as possibilidades de desenvolvimento e gestão de um turismo de base comunitária na Vila de Barra do Una, inserida na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Barra do Una (RDSBU), analisando os conflitos e impactos socioculturais ocasionados pelas atividades de turismo.

MÉTODO

Esta pesquisa ancorou-se nas relações entre turismo e antropologia. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas e pesquisa de campo de tipo etnográfico, aos moldes da descrição densa, abordagem postulada por Geertz (2012). O intuito foi analisar o olhar, do ponto de vista interpretativo da comunidade local (moradores, associações, gestores, instituições governamentais, lideranças) da Vila de Barra do Una diante da atividade de turismo, as possibilidades de implantação de um turismo de base local, bem como buscar as relações dos moradores com os muitos turistas que frequentam a região, com seus distintos propósitos. Disso aflorou uma “teia de significados”, como propõe Geertz (2012), de onde se permitiu correlacionar aos objetivos da pesquisa.

Observou-se as experiências vividas pelos informantes, por meio de observação assistemática⁴ com intuito de construir uma profunda descrição dos fatos. Nessa abordagem, como aponta Geertz fazer etnografia:

[...] é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário, e assim por diante. Mas não são essas coisas, as técnicas e os processos determinados, que definem o empreendimento. O que o define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma “descrição densa”. (GEERTZ, 2012, p. 4)

E para ele, os objetivos da descrição densa e teoria interpretativa da cultura são: “tirar grandes conclusões a partir de fatos pequenos, mas densamente entrelaçados; apoiar amplas afirmativas sobre o papel da cultura na construção da vida coletiva empenhando-as exatamente em especificações complexas” (GEERTZ, 2012, p. 19-20).

O uso da antropologia e etnografia interpretativa no sentido de se avaliar o turismo de base comunitária compõe elementos interessantes para fornecer subsídios com vistas a um entendimento mais integral da área de estudo, a saber, seus conflitos sociais, políticos e territoriais.

Complementarmente, a prática de campo para realização desta pesquisa se deu com a observação participante⁵. As atividades conduzidas por tal técnica ocorreram por meio de visitas ao local de estudo, instalando-se em meios de hospedagens como pousadas e *campings*, o que possibilitou conversas com proprietários de equipamentos turísticos e turistas; participação em reuniões com gestores, líderes comunitários em assuntos que tratam de discussões sobre o turismo na localidade; participação em demais festas e eventos tradicionais na região; participação em atividades promovidas por órgãos públicos; passeios como caminhadas ecológicas, visitas a atrativos, entre outras ações que trouxeram contato com os informantes. Além disso, procurou-se visitar o local em diversas épocas, em feriados e festividades locais.

As visitas proporcionaram a coleta de dados próxima à realidade local, as situações de seus cotidianos, com a observação do desenvolvimento das atividades de turismo, e também outras relativas a seus coti-

4 Para Lakatos, consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais, ou precise fazer perguntas diretas (LAKATOS, 2010, p. 175).

5 Segundo Minayo (2007): “a técnica da observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seu próprio contexto. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais ponderável e evasivo na vida real.” (MINAYO, 2007, p. 59-60)

dianos. Era nas situações de informalidade que as falas sobre conflitos apareciam com mais frequência, muito mais que nas entrevistas, pois se sentiam à vontade para se posicionarem sem se preocupar em ser censurados.

Foram realizadas nove entrevistas “não estruturadas”, como forma de explorar melhor um assunto, no caso os conflitos que derivam da atividade turística, por meio de perguntas abertas em conversa informal (LAKATOS, 2009, p. 180). Utilizaram-se roteiros de entrevista diversificados que se baseiam em histórico da localidade, adequando-se às características, principalmente de faixa etária, do entrevistado. As entrevistas complementaram a observação participante, colhendo dados específicos sobre algumas experiências que, embora sejam particulares, refletem um sentimento coletivo dos moradores do bairro. Em todas as entrevistas foram solicitadas autorizações aos moradores para o uso de suas falas.

Os registros foram feitos com diversos materiais: cadernos de campo, máquina fotográfica e gravador digital. Foram instrumentos que ajudaram a registrar muitos fatos, ou como Laplantine (2004) se refere, a “escrever contra o esquecimento”, e também Geertz (2012, p. 15) que menciona três características da etnografia

[...] ela é interpretativa; o que ela interpreta é o fluxo do discurso social e a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o “dito” num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis.

Por fim, ainda compondo a base de análise etnográfica, também foi utilizada uma gama de documentos diversificados. Alguns merecem destaque: estudos técnicos da Fundação Florestal, pré-Plano de manejo elaborado pela União dos Moradores da Jureia (UMJ); fascículo elaborado pela mesma UMJ em parceria com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); projetos da Associação de Moradores e Ocupantes da Vila de Barra do Una (AMO); atas de reuniões da formação do primeiro conselho da RDS (2006-2009).

Importante entender que o recorte tentou basear-se nos discursos e na narrativa dos moradores da vila no tocante às suas percepções sobre o turismo. Com os assuntos demandados, houve um esforço para tratá-los, das particularidades às totalidades.

RESULTADOS

A comunidade: tradicionais e ocupantes não tradicionais

Em geral, os povos chamados de caiçaras ocupam as regiões litorâneas do Brasil, especificamente, do estado do Rio de Janeiro até o Paraná “onde se desenvolveu um modo de vida baseado na pequena produção de mercadorias, que associa à agricultura e à pesca, além de elementos culturais comuns, como o linguajar característico, festas e uma forma de ver o mundo” (DIEGUES, 2004, p. 276). Para esse autor, essas regiões, devido às baixas densidades demográficas e de alteração da paisagem, transformaram-se, assim, em áreas protegidas. Com a criação dessas Unidades de Conservação, os caiçaras foram submetidos a uma série de impeditivos para a realização de suas práticas tradicionais.

A formação das comunidades caiçaras se deu por conta da influência dos ciclos econômicos fazendo surgir pequenas vilas em regiões como Paraty, Iguape e Cananeia. Não fugindo à regra da composição do povo brasileiro, os povos caiçaras são fruto de intensa miscigenação entre europeu, índio e negro, ao longo desses cinco séculos de história (SANCHES, 2004).

O povo caiçara possui um imenso patrimônio cultural, de ordem material, como suas construções, um exemplo é a canoa caiçara e a casa de pau a pique. Mas há também o patrimônio imaterial que se caracteriza por conter diversas manifestações artísticas as quais incluem festas, gastronomia e produções de artesanato. Em eventos que ocorrem anualmente em muitas cidades brasileiras, como as festas da tainha e festa caiçara, acontecem tradicionalmente um famoso baile de fandango que se tornou um importante registro cultural nos territórios caiçaras.

Em 1986 foi criada a Estação Ecológica Jureia-Itatins que gerou fortes conflitos na região. Comunidades vizinhas à Barra do Una, mas não da linha de costa, como Cachoeira do Guilherme que fica distante aproximadamente 15 km da Vila Barra do Una, sofreram fortes impactos a partir de então. Nessa comunidade, segundo moradores, havia atividades festivas e religiosas como o fandango, o reisado e folia de reis. Também eram celebradas, segundo tradição local, as cerimônias do Dia de Anunciação de Nossa Senhora (25 de março) e Dia de São Miguel (29 de setembro), eventualmente na Cachoeira do Guilherme (MELO, 2004, p. 325).

Na área de estudo, até os anos 1990 e embora estivessem em uma Estação Ecológica, ocorreu o estabelecimento de pessoas e novas famílias na vila com a aquisição de terrenos, casas ou posses. Essas pessoas possuíam origens diversas, algumas com práticas sociais e culturais rurais, outras vindas de grandes cidades, como São Paulo; mas todas contribuiriam para transformar a tessitura social.

Vianna (2008) agrupou os ocupantes em áreas protegidas conforme a situação fundiária, cultural, econômica e localização geográfica. Além dos caiçaras e veranistas, as unidades de conservação podem abrigar também: caipiras, índios, fazendeiros, pecuaristas, pequenos sítiantes, madeireiros, mineradores, grileiros, empresários, assalariados, caseiros, trabalhadores de serviço terciário, funcionários públicos, pesquisadores, turistas, estudantes, posseiros e proprietários (VIANNA, 2008, p. 190).

Para Vianna, o termo veranista refere-se ao “indivíduo que possui uma segunda residência, distante de sua residência fixa, a qual visita temporariamente” (VIANNA, 2008, p. 191) e Tulik (2001) acrescenta “que são propriedades particulares utilizadas temporariamente, nos períodos de tempo livre, por pessoas que têm sua residência permanente em outro lugar” (TULIK, 2002, p. IX).

Atualmente os moradores tradicionais caiçaras realizam múltiplas atividades. Muitas práticas tradicionais como a caça e o roçado foram abandonadas amiúde. Na Vila ainda existem acentuadas características das comunidades tradicionais, como a pesca e coleta de marisco, mesmo que sejam voltadas ao veraneio. Com a chegada de uma quantidade considerável de pessoas de outras regiões, seria certo que a vila iria adotar ares bem particulares. Além dos caiçaras, há também a categoria “adventício”, uma denominação criada no Cadastro Geral de Ocupantes no ano de 1990, realizado pela Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Essa categoria diz respeito aos moradores e ocupantes não tradicionais vindos de diversas regiões do País, principalmente Minas Gerais e Nordeste. Dividem-se em adventício antigo, que chegaram antes da EEJI; e recentes, que chegaram após a instalação da EEJI.

Alguns ocupantes residem, mas não são tradicionais; outros ocupantes não residem, mas são tradicionais (pois embora tenham nascido na vila, migraram para outros locais, mas mantêm laços, visitando a área esporadicamente, ou mantendo alguma infraestrutura, como ranchos de pesca). Finalmente, há os que não residem e nem são tradicionais. A atribuição de “veranista”, “proprietários de segunda residência” cabe mais a estes últimos, embora essa denominação não seja de seus agrados.

A aproximação “afetiva” dos proprietários de segunda residência com as localidades também é um fator importante a se levar em conta e importante a ser apontado nesta pesquisa. Muitos autores concordam que há diferenças claras entre “turistas” e “usuários de segunda residência”. Turista, geralmente, não costuma retornar ao local visitado, e nem cria vínculo com a localidade, já:

[...] Os usuários de segundas residências diferem dos turistas propriamente ditos, na medida em que o retorno frequente a uma dada localidade possibilita a criação de um vínculo territorial que se expressa de distintas formas: 1- vínculo afetivo e psicológico com o lugar, sendo esta uma das distinções mais importantes entre o usuário da segunda residência e o turista; 2- vínculos de vizinhanças e sociabilidade com outros usuários de segundas residências e moradores locais (FONSECA, 2012, p. 13).

Em estudo técnico realizado pela Fundação Florestal em 2009 apontou a existência de 49 famílias de residentes, aproximadamente, 143 indivíduos, e mais 87 famílias de não residentes.

A questão da permanência de ocupantes não tradicionais, ou “os de fora”, como foi explicitado por um membro do grupo, é recorrente. A Fundação Florestal, como forma de avaliar a condição dos tradicionais e adventícios antigos, realizou um laudo antropológico no ano de 2010. Esse laudo tem sido fortemente questionado pelos ocupantes. Intrigados com a presença das antropólogas na vila, a AMO enviou uma notificação perguntando o porquê de não serem indagados sobre seu histórico com a vila. Integrantes da AMO contra-argumentam que quem deve se autodeterminar, como exposto no decreto, são as próprias pessoas da vila, ou quem tem ligação com ela, questionam, além do mais, o termo “natividade” no decreto. Uma liderança, que já foi presidente da Sabu, relatou contrariado e contrariando o fato de ter sido caracterizado como “tradicional”. Ele é casado com uma moradora tradicional, incluída no Laudo. Desse modo ele é diretamente apontado como tradicional, mas, descarta ser morador tradicional, e contesta também o laudo: “me classificaram como tradicional, mas não sou”.

O turismo para muitas comunidades onde residem caiçaras, do litoral sul do Rio de Janeiro até o Paraná, tem se tornado a principal fonte de renda. Esses grupos praticamente foram impelidos a essa atividade econômica. Também é importante notar que parte dos territórios que restaram tem sofrido a carência de serviços básicos, como educação, saúde, transporte, saneamento, comunicações, fato este que obsta às comunidades caiçaras o desenvolvimento de autonomia para gestão de seus meios de produção.

DISCUSSÃO: O TURISMO NA VILA DE BARRA DO UNA

No decorrer do ano, fora da temporada de veraneio, as práticas de turismo estão ligadas à pesca, coleta de mariscos, cabendo principalmente aos homens, embora também haja mulheres que ajudem nesses tipos de trabalho. Estas se dedicam aos afazeres ligados aos meios de hospedagem, restaurantes e demais serviços domiciliares. Nesse período, diversos moradores realizam trabalhos: atuando como caseiros, executando pequenas reformas, ou trabalhando na limpeza das casas de proprietários de segunda residência.

Nesse período recebem pouquíssimos turistas, frequentemente grupos escolares que se revezam pelos campings. Essa é uma forma que os moradores encontraram para manter a renda e distribuí-la de maneira mais coletiva. Todavia, tal divisão está em debate, e há polêmicas que divide opiniões e algumas críticas quanto ao real funcionamento. Alguns moradores e proprietários de campings dizem não serem contemplados por esse rodízio, afirmando que em parte fica muito centralizado na mão das mesmas famílias ou estabelecimentos. Ainda é uma incipiente experiência, entretanto, é uma importante ação coletiva, apesar de suas supostas contradições.

Na época em que se aproxima a temporada de verão, os trabalhos se intensificam, mesmo as atividades que não sejam diretamente ligadas ao turismo. Percebi claramente isso em meados de novembro, quando me instalei por semanas na vila.

Como já mencionado, como forma de defenderem seus direitos coletivamente, além da Sabu, que é uma associação liderada pelos moradores que detêm estatuto de tradicionais, e discute sobre assuntos políticos e econômicos, como a pesca e o turismo, há também a Associação de Moradores e Ocupantes de Vila de Barra do Una (AMO), que atua politicamente na defesa dos direitos dos “não tradicionais”. Além dessas, outras associações da Jureia como a União dos Moradores da Jureia e mesmo ONGs da região se fazem presentes e já tiveram muitos momentos de parceria com a vila.

O cooperativismo também é presente na vila. Está em andamento um processo de abertura de uma nova cooperativa pelos moradores, que envolve os pescadores e proprietários de restaurantes. Isso é fruto de uma situação controversa: os pescadores costumam vender seus peixes para Peruíbe, ou quando vendem no local, são apenas para os veranistas. Raramente vendem para os proprietários de lanchonetes e restaurantes do bairro, gerando algum conflito interno, ou, pelo menos, uma desunião na comunidade. No entanto, esse dilema está em vias de ser sanado com um acordo entre essas partes, pois os restaurantes terão seus freezers de forma organizada, e serão alocados em um espaço no centro comunitário.

Turismo é fato

A Vila de Barra do Una, assim como a Jureia, vivenciaram diversos ciclos econômicos (SANCHES, 2004). Nota-se em muitos diálogos com moradores o quão é perceptível que o turismo é um fato já de longa data. Segundo uma moradora, o local era frequentado por muitas pessoas, até mesmo estrangeiros, mas aos poucos isso teve uma diminuição por conta da infraestrutura precária, e também a Estação Ecológica, que possivelmente freou a vinda de turistas, tornando a vila, segundo palavras da própria moradora, “esquecida”.

Cumpramos retomar Nunes (2003) que não apenas constatou a crescente do turismo na vila, mas também notou mudanças socioestruturais. A vila, à época, já estava amalgamada por moradores que naquele período alternavam suas atividades econômicas. Ramires e Mirella (2003), que estudaram a pesca na região, corroboram a análise dessa transição:

[...] a principal fonte de renda das famílias é proveniente do turismo. Os moradores também trabalham como caseiros na casa dos turistas, comerciantes nos bares, donos de campings, pilotos de barcos para passeios, guias para pesca esportiva e também vendem iscas vivas para os pescadores esportivos (RAMIRES; MIRELLA, 2003).

Em um estudo técnico feito pela Fundação Florestal, até mesmo a instituição se tributou também a referendar as mudanças na atividade produtiva. Desse modo, reitera e reconhece:

Quase **todas** as famílias entrevistadas na Barra do Una **têm entre suas fontes de renda** os ganhos **do turismo e da pesca, complementadas** por outras atividades. A partir dos ganhos por tipo de atividade e período do ano, estimamos a média de ganho por família. No entanto, apenas a renda mensal **ligada ao turismo é possível ser estimada**, pois os ganhos vêm tanto da baixa como da alta temporada do turismo. Para as demais fontes de renda como a pesca e o extrativismo, os ganhos são somente em período de temporada; para outras fontes, apenas os quem têm serviços fixos, como caseiro, bolsas auxílio e aposentadoria, são mensais. Sendo assim, a renda familiar é constituída por no mínimo duas fontes de renda diferentes e varia ao longo ano. (GRIFO NOSSO) (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2009, p. 85)

Neste estudo fica claro que a instituição entende que houve e continua ocorrendo processos de mudança, uma vez que o turismo não é uma atividade tradicional, ainda que ele se vincule à vila e às demais atividades tradicionais.

O ex-gestor da EEJI aponta que além do turismo sempre ter existido, há o desdobramento de três segmentos importantes:

Primeiro que o turismo sempre aconteceu ali. Antes da Estação, durante a Estação, sempre aconteceu. Na Barra, comprovadamente, você tem três atividades, digamos. Uma delas é a pesca, que hoje é um grupo menor que depende forte pra geração de renda, mas ainda tem; o turismo, que é a grande fonte de renda da comunidade; e a relação veranista-tradicional, que também gera recursos pra eles, na medida em que eles cuidam das coisas... Então, têm estas três atividades. Elas, dentro do que tá previsto na lei, dão condição pra você fazer os acordos... Até que se resolva a questão fundiária.

Igualmente, nessa informação, em que pese a visão de legalidade do gestor que contrasta em alguns casos nos discursos dos moradores e ocupantes não tradicionais, percebe-se sua abertura ao diálogo, e que foi confirmada por diversos moradores e ocupantes não tradicionais, participantes assíduos de reuniões ou discussões sobre a vila.

Mas há moradores que salientaram a importância da pesca, alguns contrapontos que a sazonalidade do turismo lhes impinge, principalmente no inverno. Desse modo, diz uma moradora, que: "... vive do turismo praticamente três meses, que são a temporada. No inverno, a gente passa até dificuldade. Nessa época a gente vive da pesca..."

É perceptível que além das atividades nos equipamentos de infraestrutura turística (bares, restaurantes, pousadas e *campings*), outros trabalhos são realizados nas casas de muitos veranistas e também de moradores tradicionais, que recrutam ajudantes para executar diversas tarefas de limpeza, ajustes e concertos de equipamentos em residências, entre outros. Geralmente, esses trabalhos ocorrem com mais frequência quando se aproxima a temporada de verão.

O perfil do turista que frequenta a vila é evidentemente ligado à busca de sol e praia. Uma pesquisa realizada pela equipe técnica da Fundação Florestal, no ano de 2012, aponta que os motivos principais dos turistas que procuram a região se dão pelo lazer, ligados a banho de mar e rio. A maioria desses turistas é oriunda da capital paulista, os quais, em parte, possuem segunda residência nas praias próximas a Barra do Una (CORDEIRO *et al.*, 2012).

A vila possui como principal atrativo a Praia da Barra do Una. Outras praias são acessadas por meio de trilhas, como as Praias do Caramborê, onde há camping e moradores, e também a Desertinha que, como fica claro em seu nome, é um local onde não há meios de hospedagem, tampouco moradores, e não é permitido acampar. Todas fazem parte da vila e RDS. A travessia é feita por meio de um costão rochoso, outro atrativo natural, onde há mirantes para as praias do Una e Caramborê.

O fluxo anual turístico, assim como em boa parte do litoral paulista, é bastante sazonal. Na perspectiva dos moradores é afirmado que a temporada de veraneio começa especificamente após o feriado de Natal, dia 26 de dezembro, seguindo até o feriado de carnaval. Outros dizem que a temporada se estende até o feriado da Páscoa. Mas é no final de ano que se vê *campings* e praia bastante cheios, sendo o feriado de réveillon o que registra os maiores números de visitação. Circular pela vila durante esse período é fácil de ver os meios de hospedagem completamente lotados.

A pesca é também muito procurada pelos turistas, entre elas a artesanal e a esportiva. Notam-se opiniões distintas entre estes pescadores: os mais antigos trabalham a pesca artesanal; outros mais jovens praticam a pesca esportiva – principalmente os que se localizam em uma região da vila que se chama Tocaia –, na qual se fiska o peixe, mas em seguida o solta. É no Rio Una que a pesca é feita regularmente, onde se encontram também os manguezais e restingas, e a ilha fluvial do Ameixal, possível de visitar por meio de passeios de barcos. Os pescadores também, de certa forma, se tornaram guias (informais), contam a história do local, demonstram também conhecimento dos aspectos biogeográficos. Assim, o turismo associado à pesca artesanal é uma atividade que remonta há mais de vinte anos.

Outras atividades em franca ascensão na região que se utilizam do turismo são a educação ambiental e estudo do meio ambiente. Diversas escolas de ensino fundamental e médio procuram a localidade, além de muitas universidades paulistas. Os moradores, em parcerias com a Fundação Florestal, e também com universidades, já realizaram alguns encontros. Mostram-se organizados para receber grupos, com atendimentos nos meios de hospedagem, restaurantes e também com os monitores da vila, que são em parte os jovens e, além disso, contando com a experiência dos antigos pescadores.

A vila tem forte potencial para desenvolver variados tipos de turismo, como o ecoturismo tanto nas praias, ou no rio, trilhas, entre outros lugares. Há diversas trilhas e caminhos, recentemente algumas destas foram mapeadas. O caiaquismo é um esporte procurado e praticado tanto por moradores como por turistas no rio, que é bem tranquilo de se navegar, como conta um jovem morador, já que o rio é “morto”, ou seja, “parado”, pois trata-se de um típico rio de planície, sem energia. Muitos desses turistas trazem seus equipamentos. Alguns moradores que habitam casas ao lado do rio também alugam caiaques para turistas.

A organização do turismo tende a ocorrer por meio da Sabu, tendo em vista que todos os seus integrantes trabalham de certa forma com turismo (e também a pesca). Como a associação é dividida em diretorias, algumas delas se dedicam às atividades de turismo. Observando algumas atas da experiência da primeira RDS (2007-2009), o turismo estava presente em quase todas as reuniões. Naquela ocasião organizavam-se em comissões que tratavam especificamente de turismo, e o assunto foi debatido à exaustão nas reuniões, conjuntamente a outros, como: infraestrutura, sistema de comunicação e sinalização; instalação de trilhas interpretativas, atracadouro; ordenação de áreas de *camping*, pousadas; atendimentos a turistas e visitantes (turista de um dia, como assim está na ata), instituição de códigos para visitante, cadastramento e normas para monitores ambientais e agências operadoras; pretenderam captar fontes de financiamento, fundos para o turismo; propuseram organizar eventos esportivos (surf, canoagem), e até a elaboração de um calendário de eventos anual, passeios de barco, a instalação de centro de visitantes, e até mesmo resgate cultural do fandango, roça e da casa de farinha.

Alguns desses encaminhamentos gerados nessas reuniões foram concretizados, principalmente no tocante à infraestrutura e reforma de casas e estabelecimentos. A pauta infraestrutura estava sempre relacionada à pauta turismo. Também estabeleceram diversas parcerias com grupos próximos, com outras associações, ONGs, prefeitura, a própria FF, entre outros.

Em alguns eventos como nas festas percebe-se visivelmente a coletividade entre a comunidade. A festa da Tainha é um exemplo de parceria, entre Sabu e AMO, e até outros atores. O atual presidente fez uma autocrítica contando que havia centralizado demais a última festa em suas mãos. Todavia, o turismo no local é, em sua maioria, organizado individualmente, e pautado pelo imediatismo de se discutir ações apenas às vésperas da temporada. Esse problema tem sido colocado por moradores e, também foi apontado por um ex-gestor, que assume responsabilidades da não continuidade de reuniões durante o ano.

As reuniões comunitárias, embora tenham sofrido também altos e baixos, continuaram, e o turismo permanece com a mesma expressividade em suas pautas. Nas reuniões no último semestre de 2014, por conta da volta da RDS muitos moradores e inclusive lideranças voltaram a frequentar. No mês de novembro, em 2014, houve eleição para membros para compor o conselho.

O ex-gestor aqui entrevistado pretendeu formatar algumas ações, como elaborar roteiros a atrativos para o local, ou até mapear a gastronomia para que os proprietários de restaurantes pudessem divulgar de maneira mais eficiente seus pratos. Também observava a questão da sazonalidade, almejou trabalhar mais assiduamente no tocante ao uso público da Estação Ecológica que era principalmente a educação ambiental. Foram até realizadas parcerias com moradores, inclusive monitores e pescadores.

São ações que apontam que na vila a experiência do diálogo decorrente da existência do turismo, antes mesmo da EEJI, somado às experiências de participação na luta contra as restrições da UC, gerou um conhecimento adquirido na prática muito interessante para os moradores. Como registrado positivamente pelo ex-gestor da FF, foram realizados alguns intercâmbios que colocaram pessoas da comunidade em confronto com outras realidades.

Notam-se muitas ideias, por parte dos moradores, quando se conversa sobre o turismo. Alguns pretendem implementar escolas de surfe; outros querem equipar seus campings, instalar chalés. Fala-se muito na questão financeira. E nesse ponto, é visível que moradores que não possuem empreendimentos turísticos mostram-se ávidos por inserirem-se nessa atividade. Em feriados prolongados, montam suas barracas e vendem pastéis, cocos, água, cerveja, batidas, bolos, mariscos, ostras, e também alugam equipamentos para que os turistas possam tomar duchas e banhos rápidos nas praias.

Para além de muitas atitudes coletivas, o turismo de base comunitária é constantemente mencionado pelos moradores. Irving (2009) reflete que a atitude para formalizar o turismo de base comunitária deve partir de dentro da comunidade e entende que o “turismo de base comunitária resulta de uma demanda direta dos grupos sociais que residem no lugar turístico, e que mantêm com este território uma relação cotidiana de dependência e sobrevivência material e simbólica” (IRVING, 2009, p. 112.). Para Coriolano (2009, p. 66), a propriedade da terra é um elemento importante, pois o turismo comunitário é “Aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo”.

Em entrevistas e conversas com moradores apareceram opiniões sobre o significado de turismo de base comunitária, como esta:

Que eu no início, quando eu ouvi falar no turismo de base comunitária, me apavorou, me assustou. Eu falei: você é louco, deixar uma pessoa na minha casa. Ficar dentro da minha casa, não, nunca. Não vou querer.

Essa mesma moradora disse que sua cabeça ficou muito fechada. Na verdade ela faz uma crítica aos moradores ressaltando um hermetismo excessivo na comunidade e que se leva a indagar qual a possibilidade do turismo de base comunitária ser viável por lá.

Em outra perspectiva, um dos ocupantes não tradicionais observa que os moradores estão preparados para desenvolver o turismo, pois nota que são organizados. Ficou sabendo de uma recepção coletiva e organizada a um grupo que a comunidade se prestou a fazer. E disso refletiu:

O turismo de base comunitária poderia resolver todos os problemas desta sociedade. Porque, por exemplo, se você organizasse a pesca tanto numa cooperativa, nem todos os pescadores precisam pescar todos os dias. Se você tivesse um barco grande, que pudesse ir pro mar, e fizesse equipes que revezasse, com mais gente para puxar a rede. O

pescador não precisa pescar todos os dias, ele pode fazer o revezamento, porque é assim que funciona no resto do mundo. Cooperativa de pesca, não tão longe daqui, Santa Catarina, funciona assim, no Chile funciona assim, outros países andinos funciona assim. Por que que na Barra do Una, no Brasil, não pode?

O convívio é nitidamente harmônico entre morador tradicional e veranista. E, além disso, o contato existente entre os turistas e moradores é interessado nos campings, pousadas, bares, restaurantes, passeios de barcos, barracas. Ainda que se obstem muitos impeditivos a um atendimento turístico, os moradores que trabalham com o turismo estão se organizando para receber bem os turistas. As experiências destes são relatadas pelos moradores. Muitos fazem amizades e retornam. Alguns turistas costumam acampar no local desde meados dos anos 1980, quando do início da EEJI. A relação de prestação de serviço é superada pela amizade. Muitos retornam constantemente à vila, porém, mais na época de temporada. Isso é um dos fatores mais importantes para um funcionamento mais efetivo do turismo de base comunitária.

Uma questão preocupante que transpõe vários fatores é o caso do uso excessivo de bebidas e drogas por parte dos turistas. Na comunidade, esse assunto aparece timidamente nas discussões sobre turismo. Alguns moradores se mostraram preocupados, e alguns entenderam que isso existe e “não se pode negar”, mas que o turista fazer uso no próprio *camping* do morador “é muita falta de respeito”. Uma ex-gestora também mencionou que muitos turistas bebem excessivamente e usam drogas nos quintais dos moradores (proprietários de *campings*), desrespeitando o espaço dos moradores. Decerto é assunto que gera preocupações pelo fato de poder atingir os jovens da própria comunidade, como mencionam os moradores.

Da parte dos turistas, estes geralmente reclamam a respeito da falta de infraestrutura turística, principalmente relacionada aos banheiros nos campings, ou sobre o aspecto rudimentar dos meios de hospedagem. Alguns moradores relatavam aos turistas sobre sua situação de impasse em não poder, geralmente, reformar suas casas, explicando aos turistas os problemas burocráticos, e mesmo os políticos e sociais que têm de enfrentar por estarem dentro de uma Unidade de Conservação.

Percebe-se que atualmente há poucas parcerias, ou quase inexistem parcerias com empresas de turismo de outras regiões. Algumas operadoras de turismo, sediadas em Peruíbe, têm gerado alguns questionamentos por parte de moradores da vila. Alguns afirmam haver pouco contato destas com a comunidade.

Neste momento, com a consolidação da RDS, faz-se necessária a criação do Conselho Deliberativo e, posteriormente, a construção do Plano de Manejo que irá orientar diversas atividades, como o turismo, e até mesmo o destino de todos os atores implicados na unidade de conservação. Neste momento de elaboração deste artigo, essa ação ainda não foi realizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos fatos mencionados acima percebe-se que, de certo modo, a luta comunitária nunca cessou, e que muitos acontecimentos configuram-se sucessivamente como ganhos e perdas. A luta pela permanência de todos (moradores e veranistas) é assunto e demanda de todos. A instabilidade das políticas na instituição de unidades de conservação, e suas características estritamente “preservacionistas” tem sido o principal impeditivo para se consolidar uma participação mais efetiva dos moradores. Há uma clara evidência de que o Estado tem tido pouca habilidade para resolução de conflitos de grande escala, pois criou ao longo dos anos um ambiente antidemocrático e pouco estimulador da participação social. Incipientes políticas públicas de turismo que favoreçam as comunidades também se mostram como fator negativo.

Desse histórico, foi gerada uma esperança desconfiada nos moradores, uma vez que insiste em persistir um passado malfadado. Agora esses moradores vivem à espreita de um futuro menos incerto. Mas o processo não está dado por encerrado: ocupantes não tradicionais, enredados na teia de conflitos, seguem com a preocupação de perderem suas residências. Moradores preocupam-se com essa potencial mudança estrutural na vila, que os atingirá financeiramente e, além disso, não devemos nos esquecer do laço afetivo claramente existente entre os grupos.

Em aspectos positivos, diante do exposto, aventam-se alguns aspectos relevantes: expressivo enraizamento dos atores com a área; experiência adquirida com a luta política e com atividade de turismo; unidade coletiva e, também, potenciais parceiros adquiridos ao longo do tempo.

Nesse sentido, é interessante colocar em pauta a discussão sobre turismo de base comunitária. De todo modo, é a comunidade, em decisão coletiva, que apontará o futuro de todos, e deve decisivamente participar desta e de todas as decisões que influenciem seus futuros.

REFERÊNCIAS

ALIER, J. M. O ecologismo dos pobres. São Paulo: Contexto, 2014.

ALMEIDA, A. W. B.; MARIN, R. E. A. (Coord.). Nova Cartografia Social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil: comunidades tradicionais caiçaras da Jureia, Iguape-Peruíbe. Manaus: UEA Edições, 2013.

ALMEIDA, W. B. Parecer Antropológico sobre as Comunidades Tradicionais da Jureia. Fevereiro de 2012. Disponível em: <<https://mwba.files.wordpress.com/2010/06/almeida-et-al-2012-parecer-atropologico-sobre-comunidades-tradicionais-da-jureia.pdf>>. Acesso em: 04 mar. 2015.

ARNSTEIN, S. A Ladder of Citizen Participation. *Journal of the American Planning Association*, Chicago, v. 35, n. 4, p. 216-224, July. 2002, 1st ed., 1969.

BARTHOLO, R; BURSZTYN, I.; SAN SOLO, D. G. (Org.). Turismo de Base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BRASIL. Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 27 out. 2015.

CORDEIRO, V. et al. Características dos visitantes da Estação Ecológica Jureia-Itatins, São Paulo, Brasil: monitoramento e subsídios para a gestão In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – VII CBUC, 2012, Natal - RN. Anais... Natal: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2012. (Cd-ROM).

CORIOLO, L. N. M. T. Arranjos produtivos locais do turismo comunitário: atores e cenários em mudança. Fortaleza: Ed. UECE, 2009.

DIEGUES, A. C. S. A mudança cultural como modelo cultural: o caso da cultura caiçara e a urbanização. In: Enciclopédia Caiçara – Volume I – O olhar do pesquisador. São Paulo: Editora Hucitec/Nupaub/CEC/USP, 2004, p. 31-48.

FERREIRA, L. E. de C. Que os parques possam ser a nossa casa – a luta pela recategorização da Estação Ecológica da Jureia-Itatins. 2011. 201f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – Esalq/USP.

FONSECA, M. A. (Org.). Segunda residência, lazer e turismo. Natal, RN: Ed. UFRN, 2012.

FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2009. Estudo técnico para recategorização de Unidades de Conservação e criação do mosaico de UCs Jureia-Itatins. Disponível em: <www.fflorestal.sp.gov.br/.../Estudo%20Tecnico_Mosaico_Jureia.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2014.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GRAHAM, J.; AMOS, B.; PLUMPTRE, T. Governance Principles for Protected Areas in the 21st Century. Durban. UICN. 2003.

HERCULANO, S. Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental. UFF/ICHF-LACTA. 2006.

IRVING, M. de A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. Inovar é possível. In: BARTHOLO, R; SANSOLO, D; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Brasília: Letra e Imagem, 2009. p. 108-121.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2010.

LAPLANTINE, F. A descrição etnográfica. Tradução de João Manuel Ribeiro Coelho e Sergio Coelho. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

MELO, T. Espaço comunicação e cultura: breve relato de observações sobre a comunidade da Cachoeira do Guilherme. In: Enciclopédia Caiçara – Volume I – O olhar do pesquisador. São Paulo: Editora Hucitec/Nupaub/CEC/USP, 2004, p. 321-339.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

NUNES, M. Do passado ao futuro dos moradores tradicionais da Estação Ecológica Jureia-Itatins/SP. 2003. 153f. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

QUEIROZ, R. C. Atores e retores da Jureia: ideias e práticas do ecologismo. 1992. 229p. Dissertação (Mestrado). Departamento de Antropologia. Unicamp, Campinas, 1992.

RAMIRES, M.; BARRELLA, W. Ecologia da Pesca Artesanal em Populações Caiçaras da Estação Ecológica de Jureia-Itatins, São Paulo, Brasil. Interciencia (Caracas), Venezuela, v. 28, n. 4, p. 208-213, 2003.

SÃO PAULO. Decreto n. 24.646, de 20 de janeiro de 1986. Cria a Estação Ecológica de Jureia-Itatins e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/193585/decreto-24646-86>>. Acesso em: 02 ago. 2012. _____ Lei n. 5.649, de 28 de abril de 1987. Cria a Estação Ecológica de Jureia-Itatins e dá outras providências. Disponível em: <<http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/190534/lei-5649-87>>. Acesso em: 02 ago. 2012.

_____. Lei n. 12.406, de 12 de dezembro de 2006. Altera a Lei n. 5.649 de 28 de abril de 1987, que criou a Estação Ecológica de Jureia-Itatins, exclui, reclassifica e incorpora áreas que especifica, institui o Mosaico de Unidades de Conservação da Jureia-Itatins, regulamenta ocupações e dá outras providências. Disponível em: <<http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/131089/lei-12406-06>>. Acesso em: 04 mar. 2015.

_____. Lei n. 14.982, de 08 de abril de 2013. Altera os limites da Estação Ecológica de Jureia-Itatins na forma que especifica, e dá outras providências. Disponível em: <<http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/1034611/lei-14982-13>>. Acesso em: 02 mar. 2015.

SANCHES, R. A. Caiçaras e a Estação Ecológica de Jureia-Itatins: uma abordagem etnográfica e ecológica para o estudo da relação homem – meio ambiente. São Paulo, Fapesp, 2004.

TULIK, O. Turismo e meios de hospedagem: casas de temporada. São Paulo: Roca, 113 p., 2001.

VIANNA, L. P. De invisíveis a Protagonistas. Populações tradicionais e Unidades de Conservação. São Paulo; AnnaBlume: Fapesp, 2008.



Tecnologias da informação e comunicação na promoção de empreendimentos locais nas comunidades tradicionais caiçaras de Ilhabela (SP)

Information and Communication Technologies for the promotion of local enterprises from the traditional caiçaras communities of Ilhabela (SP)

Tecnologías de la Información y la Comunicación en la promoción de emprendimientos locales en las comunidades tradicionales caiçaras de Ilhabela (SP)

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1169>

Daniella Marcondes < d.marcdes@gmail.com >

Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

Cynthia H. W. Corrêa < cynthia.correa@outlook.com >

Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 11-nov-2015

Aceite: 21-jul-2016

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

MARCONDES, D.; CORRÊA, C. H. W. Tecnologias da Informação e Comunicação na promoção de empreendimentos locais nas comunidades tradicionais caiçaras de Ilhabela. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 168-182, ago. 2016.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



RESUMO

A presença dos destinos turísticos na Internet torna-se imperativo para a obtenção de visibilidade em um cenário de comunicação global. No Brasil, em decorrência das dificuldades de infraestrutura em áreas remotas, a falta de acesso à rede pode significar um novo limitador ao avanço e desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC). Nesse contexto, apresenta-se uma pesquisa com o objetivo geral de analisar como os canais de comunicação tradicionais e as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) podem contribuir para a promoção de iniciativas de TBC nas comunidades tradicionais caiçaras das praias do Bonete e dos Castelhanos, no município de Ilhabela, São Paulo. Trata-se de um estudo de caráter exploratório, baseado em revisão de literatura e pesquisa documental, com aplicação de questionários a proprietários dos empreendimentos de turismo locais. Entre os resultados, ressalta-se a propagação de empreendimentos turísticos de caiçaras em ambas comunidades, porém, quanto ao uso de TICs para o *marketing* e promoção, a comunidade do Bonete se destaca ao dispor de acesso à Internet, fundamental para contatar turistas via *Facebook*, *WhatsApp* e *e-mail*, empoderando a comunidade.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária. *Marketing* e promoção. Comunidades caiçaras de Ilhabela (SP).

ABSTRACT

The presence of tourism destinations on the Internet becomes an imperative to get visibility on the global communication scenario. In Brazil, as a result of a lack of technical infrastructure on the remote areas as well as the issue of Internet availability can be seen as an obstacle to the development of the community-based tourism. Within this context this paper aims to analyse how the traditional communication channels and the Information and Communication Technologies (ICTs) can contribute for the promotion of the community-based tourism in the traditional caiçaras communities from Bonete and Castelhanos beaches, both located at municipality of Ilhabela, São Paulo. This paper presents an exploratory study focused on review of the literature and documentary research using a questionnaire to interview the tourism locally based entrepreneurs. The results highlight the increasing of tourism caiçaras enterprises in both communities however, regarding to the use of the ICTs for the marketing and promotion, Bonete Community stands out by the fact it has access to the Internet and it shows that this is fundamental for contacting tourists and to use Facebook, WhatsApp and e-mail, empowering the community.

Keywords: Community-based tourism. *Marketing* and promotion. Traditional caiçaras communities of Ilhabela (SP).

RESUMEN

La presencia de los destinos turísticos en Internet es imprescindible para lograr la visibilidad en un escenario de comunicación global. En Brasil, debido a problemas de infraestructura en las zonas remotas, la falta de acceso a la red puede significar un nuevo obstáculo para el progreso y desarrollo del Turismo Basado en la Comunidad (TBC). En este contexto, el trabajo analiza cómo los canales tradicionales de comunicación y las Tecnologías de la Información y la Comunicación (TICs) pueden contribuir a la promoción del turismo comunitario en las comunidades tradicionales caiçaras del Bonete y de los Castelhanos, ubicadas en el municipio de Ilhabela, São Paulo. Tratase de un estudio exploratorio centrado en la revisión de la literatura y la investigación documental, con una fase de entrevistas con los emprendedores del TBC. Entre los resultados, destacase la difusión de empresas de los caiçaras en ambas comunidades. Con respecto al uso de las TICs para la comercialización y promoción, la comunidad del Bonete se acentúa por tener acceso a Internet, fundamental para contactar a los turistas a través de Facebook, WhatsApp y el correo electrónico, generando el empoderamiento de la comunidad.

Palabras clave: Turismo Basado en la Comunidad. *Marketing* y promoción. Comunidades caiçaras de Ilhabela (SP).

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, uma variedade de estudos sobre o turismo comunitário em diferentes países das Américas tem abordado a importância de utilizar a Internet como uma ferramenta de *marketing* (CABANILLA; GENTILI, 2015), respeitando as particularidades do segmento. O Turismo de Base Comunitária (TBC), como modelo de turismo, diferencia seus produtos, transformando-os em experiências, reforçando as características de participação, conservação, resgate social e cultural, em oposição ao turismo de massa, produtor de trocas mercadológicas e espaços fabricados (BARRETTO, 2007; BARTHOLO, 2009).

Diante do avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), marcadas pela capacidade de processar dados de forma rápida, ampliando a visibilidade dos destinos turísticos em âmbito mundial, o TBC precisa adotar tais instrumentos para enfrentar a barreira comunicacional (BURSZTYN; BARTHOLO, 2012). A inovação tecnológica envolve, entre outras características, as transformações socioeconômicas que impactam os processos produtivos e a prestação de serviços em diferentes segmentos.

Contudo, o acesso à informação e tecnologia não ocorre de maneira igualitária em todos os locais. Quando se observa uma discrepância entre os países desenvolvidos e outros menos desenvolvidos, assim, muitas vezes o acesso à rede Internet é limitado e as pessoas não estão qualificadas para usar as TICs. Posto isso, com o intuito de analisar como a tecnologia pode contribuir para o desenvolvimento da sociedade, formou-se uma área de estudos denominada TICs para o Desenvolvimento (*Information and Communication Technologies for Development – ICT4D*) pelas Nações Unidas (2004), visando à diminuição das barreiras digitais entre os países e incentivando a utilização das TICs para estimular o progresso social e econômico das regiões em desenvolvimento, sendo obrigatória a criação de condições favoráveis para a mobilização de recursos financeiros nacionais e internacionais para o investimento em infraestrutura de TICs.

Ao considerar a presença na Internet imprescindível para toda oferta turística devido à necessidade de contatar o cliente potencial (CABANILLA; GENTILI, 2015), em associação aos preceitos do ICT4D, propõe-se uma pesquisa com o objetivo geral de analisar como os canais de comunicação tradicionais e as TICs podem contribuir para a promoção de iniciativas das comunidades tradicionais caiçaras das praias do Bonete e dos Castelhanos, no município de Ilhabela, São Paulo, visando ao fortalecimento e desenvolvimento do TBC. Atualmente, o arquipélago apresenta uma diversificação da oferta turística, que abrange o turismo de sol e praia, ecoturismo, turismo náutico, turismo de contemplação, turismo de aventura e o TBC.

Como objetivos específicos, destacam-se: identificar os empreendimentos locais; mapear os canais de comunicação utilizados pelos empreendimentos como estratégias de *marketing* e promoção; e verificar os fatores limitantes para a promoção e comercialização das iniciativas de TBC nas comunidades investigadas. Para a execução deste estudo de caráter exploratório (GIL, 2008), além de revisão de literatura e pesquisa documental, foram aplicados questionários aos proprietários dos empreendimentos locais nas praias do Bonete e dos Castelhanos, visando obter subsídios para responder aos objetivos propostos. As análises e interpretações serão aprofundadas no item de métodos e técnicas.

Turismo de base comunitária

As premissas do TBC, abalizadas nos conceitos da sustentabilidade prezando pelo equilíbrio social, ambiental e econômico da atividade, aproximam-se da concepção de turismo sustentável legitimada pela OMT (1999), o qual relaciona as necessidades dos turistas e das regiões receptoras, protegendo e fortalecendo as oportunidades, contemplando a gestão dos recursos econômicos e sociais, como as necessidades estéticas, conservando a integridade cultural, os processos ecológicos, a diversidade biológica e os sistemas de suporte à vida.

No que diz respeito ao TBC, a *Worldwide Fund For Nature* (WWF, 2003) determina que se trata de uma atividade turística com gestão coletiva, que zela pela transparência no uso e na destinação dos recursos, cuja atração turística central é o modo de vida local. Além disso, a comunidade é proprietária dos empreendimentos turísticos, predominando um cuidado em minimizar o impacto ambiental e fortalecer ações de conservação da natureza.

Na percepção de Coriolano (2006, p. 374), o turismo comunitário é “[...] uma estratégia de sobrevivência, e de entrada daqueles de menores condições econômicas na cadeia produtiva do turismo. Uma forma de turismo que pensa o lugar, a conservação ambiental e a resignificância cultural”. No caso do turismo praticado nas comunidades tradicionais do Bonete e dos Castelhanos, em Ilhabela (SP), observa-se a ausência de planejamento integrado para a exploração comercial dos atrativos locais. Portanto, são inúmeros os desafios da atividade turística nas comunidades tradicionais, principalmente no que tange à promoção e comercialização. E devido à ausência de instrumentos reguladores do poder público, o turismo configura-se, por um lado, em uma oportunidade de renda para essas populações e, por outro lado, apresenta-se como uma ameaça ao seu modo de vida (OLIVEIRA, 2009).

Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009) comentam sobre a necessidade de atuação das instituições públicas diante dos anseios da sociedade e acrescentam que é papel fundamental destas apoiar e monitorar as iniciativas locais. Entretanto, apesar do trabalho desenvolvido pelos setores públicos, tais ações parecem não corresponder às demandas da comunidade, por exemplo em Ilhabela, assim, os benefícios locais são menores do que os rendimentos econômicos obtidos pelo mercado. Logo, nota-se a necessidade da formatação de políticas públicas regulamentadoras e de um planejamento integrado com a comunidade para o fortalecimento do turismo enquanto atividade social, com função minimizadora de diferenças e impactos negativos.

Segundo Coriolano (2009, p. 58):

[...] a qualidade de um sítio turístico recai sobre suas dotações naturais e culturais. Uma exploração sem limite e sem respeito destas últimas impulsiona irremediavelmente um esgotamento e, conseqüentemente, uma repulsa da demanda, logo, de investimentos. A procura da rentabilidade máxima destrói, a longo prazo, as bases dessa mesma rentabilidade.

Com referência ao planejamento e gestão do turismo, entende-se com a expressão “indústria do turismo” uma sinalização ao turismo que preconiza a produção em massa de bens e serviços padronizados, em desacordo com os valores atribuídos aos serviços e produtos do TBC, os quais valorizam a personalização e a vivência das experiências.

De acordo com Sansolo e Bursztyn (2009, p. 153), a essência do TBC se expressa no território. “Enquanto o turismo convencional produz espaços segregados para o turista e para os moradores, o turismo

de base comunitária disponibiliza seu lugar, espaços vividos, como espaços de encontro, de convivencialidade”. A perda de referências do mundo atual desperta nos turistas a necessidade de pertencimento, passando a procurar sentidos nas relações. Os turistas estão mudando seus hábitos, buscando serem protagonistas, responsáveis e solidários em processos de intercâmbios (ZAOUAL, 2009).

Nesse sentido, Urry (1996) afirma que o olhar do turista sofre modificações com o tempo e conforme a sociedade e o grupo social que está inserido. Para o autor, não há um único olhar, todavia, acredita que olhares sejam construídos com base na diferença. Por essa razão, Irving (2009, p. 116) ressalta que:

A valorização da cultura local constitui parâmetro essencial em turismo de base comunitária, não no sentido de sua importância na configuração de um ‘produto’ de mercado, mas com o objetivo de afirmação de identidades e pertencimento.

Destaca-se o compromisso de valorização da cultura local formada pelo conhecimento empírico tradicional aplicado no saber-fazer, na culinária, na arquitetura, na agricultura familiar, no artesanato, na pesca e na navegação que devem ser priorizados previamente na formulação do produto turístico.

Como característica do TBC, as comunidades devem estar organizadas de forma associativa, com controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas ao turismo. Já o turista deve interagir com o lugar e com as famílias residentes (CORIOLANO, 2009). O desenvolvimento do TBC como promotor da experiência autêntica trabalha na perspectiva de transformação dos espaços por meio da economia situada, atrelando o turismo ao *continuum* das atividades tradicionais, à inclusão social e à proteção do território.

No TBC, em contraste com o turismo de massa, o serviço comercializado pelos atores locais é o saber-fazer, aspecto que proporciona a vivência de experiências autênticas e o desenvolvimento pessoal do turista. Contudo, as contribuições mais expressivas podem ser demonstradas por meio do fortalecimento e organização social, na participação dos processos decisórios, da inclusão nos benefícios do turismo e, por fim, na fixação no território.

Ao mapear as principais deficiências que o TBC precisa enfrentar, Maldonado (2009) elencou os mecanismos de comunicação, informação, organização, posicionamento incerto e imagem pouco divulgada em mercados e segmentos dinâmicos, além de constatar que a promoção e comercialização dos produtos realizam-se por meios rudimentares e individuais (MALDONADO, 2009). O tópico a seguir discute os impactos das TICs nos canais de distribuição convencionais do turismo, propiciando uma competição mais acirrada no mercado, uma vez que a Internet conecta os produtos e serviços diretamente ao consumidor, permitindo que novos segmentos tenham a mesma oportunidade de inserção no mercado que os clusters de turismo. No caso do TBC, a utilização de meios tecnológicos pode diminuir a distância entre as iniciativas e os consumidores potenciais, de forma a estimular o desenvolvimento local e o fortalecimento da comunidade receptora.

Marketing e promoção do TBC

No conjunto de ações envolvendo o uso de canais de comunicação tradicionais e TICs para impulsionar o desenvolvimento da economia local, ressalta-se o suporte dessas ferramentas para o fortalecimento do *marketing* e promoção de empreendimentos liderados por grupos associados ao TBC, uma vez que este apresenta-se como uma alternativa para a gestão participativa baseada no empoderamento da comunidade. Ademais, na proposição dos adeptos do ICT4D, predomina um consenso quanto ao potencial das

tecnologias para o progresso social e econômico dos países em desenvolvimento (UNITED NATIONS, 2004).

Segundo Burgos (2014), no turismo comunitário busca-se a integração de todos os envolvidos na atividade, de modo a estabelecer uma gestão compartilhada. A gestão participativa é vista como processo e instrumento dinamizador resultante do engajamento de indivíduos em ações coletivas, quando diferentes atores viabilizam um único projeto, porém, mantendo seus interesses pessoais. Os atores transformam-se em protagonistas das decisões visando um objetivo comum, podendo atuar em processos de formulação de políticas públicas, sempre com a proposta de promover, entre outras ações, o intercâmbio cultural. Vale citar que a troca de referências e experiências culturais entre turistas e comunidade local é um indicador de desempenho para iniciativas de TBC com foco na sustentabilidade (FABRINO; COSTA; NASCIMENTO, 2012).

Na visão de Schärer (ca. 2008), um dos maiores desafios do TBC é o *marketing* que se distingue significativamente da promoção realizada por destinos turísticos convencionais. Ao longo dos anos, algumas ações de *marketing* digital para a disseminação de projetos de TBC começaram a ser promovidas no Brasil. É o caso do website multilíngue da Prainha do Canto Verde (CE), lançado em 2011, a partir de uma iniciativa da Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde para divulgar as atividades de TBC em âmbito global.

Dessa forma, em uma conjuntura de conexão generalizada mediada por tecnologias e dispositivos fixos e móveis, a exposição, sobretudo via Internet, torna-se essencial para atrair o chamado turista de base comunitária. Trata-se de um público, em geral, composto por jovens, com bom nível de instrução e usuários da Internet para obter informações turísticas, conforme pesquisa de Sampaio, Coutinho e Rodrigues (2012).

Entretanto, ao se referir às práticas de TBC efetuadas normalmente em regiões remotas, deve-se analisar a existência de barreiras comunicacionais que englobam serviços tradicionais como telefonia até a conexão à Internet. Por exemplo, em um estudo sobre o Quilombo do Campinho da Independência em Paraty (RJ), Pinheiro (2014) identificou que, embora a atividade turística na comunidade tenha se consolidado, sendo mencionada no calendário de eventos da cidade no Dia da Consciência Negra, a comunicação com a demanda turística nacional e internacional permanece deficiente, com acessos à Internet e ao telefone bastante limitados.

Sobre a dificuldade de comunicação entre visitantes e iniciativas locais, Bursztyn e Bartholo (2012, p. 111) comentam que “[...] as iniciativas de TBC devem se estruturar para responder às demandas de forma eficiente e no menor tempo possível, pois uma solicitação de informação não respondida é um cliente em potencial que deixa de visitar a comunidade”. Uma atenção especial deve ser dedicada a comunidades localizadas em regiões remotas, com serviços públicos de comunicação instáveis ou inexistentes. A saída seria buscar soluções para facilitar o contato, por exemplo, a oferta de serviços de receptivo fora do território pode ser uma alternativa para estabelecer um canal de comercialização.

O fato é que com a crescente inserção das TICs, a promoção *on-line* de destinos passou a integrar em definitivo as estratégias de *marketing* de fornecedores de produtos e serviços turísticos de variados portes. Recentemente, Coutinho, Thomaz e Sampaio (2015) analisaram 23 websites de destinos brasileiros que oferecem experiências de turismo comunitário, de modo a avaliar as respectivas presenças no espaço virtual considerando quatro aspectos: informações gerais; informações turísticas; informações de turismo comunitário; e informações sobre o roteiro/destino. Como resultados, assinalaram como imperativo

aprimorar o planejamento de divulgação *on-line* dos destinos comunitários, principalmente no que se refere à estruturação do produto e às estratégias de promoção e venda, além de atentar para a quantidade e qualidade de informações disponibilizadas.

De acordo com Bursztyn e Bartholo (2012), apesar do TBC ter se consolidado na última década no Brasil, ainda há muito trabalho para atingir todo o potencial em prol do desenvolvimento social das comunidades locais, especialmente quanto à entrada no mercado, vital para a sustentabilidade econômica dos empreendimentos comunitários. Os autores, por meio da análise de documentos e pesquisas, nacionais e internacionais, delinearão diretrizes estratégicas para o processo de comercialização de iniciativas e roteiros de TBC. Entre as quais, indicaram que a transparência das ações é fundamental para garantir a credibilidade e agregar valor aos serviços, sendo necessário informar o visitante como contatar as iniciativas para viabilizar as visitas. Nesse caso, recomendam, além de telefones fixos e celulares, o uso de ferramentas de comunicação disponíveis via Internet, desde emails e mensagens instantâneas de voz e texto, de modo a atender às demandas em tempo real.

Com a adoção de estratégias de promoção *on-line*, membros das comunidades envolvidos com a organização do turismo local devem ter autonomia para manusear ferramentas digitais. Ademais, a produção de conteúdo de qualidade foi facilitada com a popularização de câmeras e *smartphones*. Outra diretriz sinaliza que, diante da criação de portais multilíngues na Web, existe uma tendência de atrair mais estrangeiros. Logo, as comunidades precisam se preparar para lidar com turistas internacionais, tornando urgente a formação de recursos humanos para interagir com esse público *on* e *off-line* (BURSZTYN; BARTHULO, 2012).

Em esfera internacional, Cabanilla e Gentili (2015) examinaram páginas da Internet relacionadas à prestação de serviços de turismo comunitário nos países americanos. Os resultados demonstraram um avanço de cobertura territorial das experiências de TBC em websites, contudo, há problemas no que diz respeito à velocidade de resposta e à qualidade do conteúdo informativo. Equador e Peru, na América do Sul, bem como Guatemala e Costa Rica, na América Central, distinguiram-se pelo número expressivo de sites. Já Brasil, Canadá, Estados Unidos, Nicarágua e Panamá se sobressaíram ao oferecer páginas com informações completas de contato, com *hiperlinks* funcionando e dados atualizados.

Em síntese, esses estudos reforçam que, entre os desafios para os praticantes do TBC, a problemática em torno do *marketing* e promoção permanece uma realidade. Entretanto, as comunidades começam a desenvolver estratégias apoiadas em TICs para tentar superar tal obstáculo, como investigado nesta pesquisa com ênfase nas comunidades tradicionais caiçaras das praias do Bonete e dos Castelhanos, em Ilhabela (SP). Os procedimentos metodológicos serão explicados na sequência.

MÉTODOS E TÉCNICAS

Para a realização desta pesquisa de viés exploratório (GIL, 2008), ao buscar se familiarizar com a realidade do TBC em Ilhabela/SP, de modo a analisar como os canais de comunicação tradicionais e as TICs contribuem para a promoção de iniciativas das comunidades tradicionais caiçaras das praias do Bonete e dos Castelhanos, foram efetuadas pesquisas bibliográficas e documental com ênfase em TBC, *marketing* e na história das comunidades caiçaras em Ilhabela.

Posteriormente, o trabalho de campo consistiu na aplicação de questionários com perguntas abertas e fechadas aos proprietários dos empreendimentos de turismo locais, visando responder aos objetivos do estudo. No período de 15 a 30 de outubro de 2015, foram aplicados o total de 22 questionários, sendo nove nos empreendimentos da Praia dos Castelhanos e 13 com empreendedores da Praia do Bonete. Observa-se que alguns dos empreendimentos oferecem mais de um tipo de serviço (Tabelas 1 e 2). Com relação aos canais de comunicação e TICs, foi perguntado sobre o uso de telefones (fixos e móveis), tipos de conexão à Internet (via rádio, wi-fi, etc.), utilização de aplicativos como *WhatsApp*, sites de compartilhamento de fotos (Flickr) e de vídeos (YouTube), e mídias sociais como Facebook, Instagram, Twitter, *websites* de recomendação sobre viagens (TripAdvisor), ferramentas de comunicação como *Skype* e *e-mail*, além de *website* próprio.

O arquipélago de Ilhabela está situado no litoral norte do estado de São Paulo, com 347,5 km² de extensão territorial, sendo que 85% da área pertence ao Parque Estadual de Ilhabela (PEIb). Das 12 ilhas que compõem Ilhabela, apenas as ilhas de São Sebastião, dos Búzios e da Vitória são habitadas; e as duas últimas fazem parte das comunidades tradicionais caiçaras. Em Ilhabela, há 17 comunidades tradicionais caiçaras e cinco localizadas no interior do PEIb. A maioria tem como fontes de renda a pesca e a agricultura familiar, mas, recentemente, o turismo começou a ocupar um lugar de destaque na economia local de algumas comunidades. Após a descrição da metodologia e breve contextualização sobre Ilhabela, a seguir, será apresentado o tópico referente à análise da pesquisa.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Antes de iniciar a análise propriamente dita, torna-se relevante comentar sobre a história das comunidades tradicionais do Bonete e dos Castelhanos, que são as mais populosas do arquipélago, e nas quais o turismo vem se desenvolvendo de forma acelerada nos últimos 15 anos. Localizadas no entorno do PEIb, ambas preservam muito da cultura e do modo de vida caiçara, vivendo essencialmente da pesca artesanal, agricultura familiar, artesanato e turismo. A canoa de voga, fundamental no transporte e escoamento do pescado, e a arquitetura de taipa de mão, parte da cultura construtiva do caiçara seguindo a tradição secular de construir com barro, constituem, ao lado de outros elementos típicos, a paisagem cultural das comunidades tradicionais caiçaras de Ilhabela (SP).

A comunidade do Bonete, fixada ao sul da Ilha de São Sebastião, na Praia do Bonete, é habitada por cerca de 280 moradores. Lugar paradisíaco de praia extensa e mar agitado, possui um rio que desemboca na praia, constituindo local de encontro dos moradores e chegada e saída das embarcações. O acesso é feito por trilha (12 km e nível de dificuldade alto) ou por mar, pelas voadeiras ou, tradicionalmente, nas canoas a motor de um só tronco, construída pelos mestres canoeiros.

Os turistas, originários de diversos destinos nacionais e internacionais, visitam a comunidade durante todo o ano, porém, é na alta temporada que o turismo impacta a economia, gerando empregos nos meios de hospedagem, quiosques de praia e restaurantes, no transporte marítimo dos turistas e de mercadorias para abastecer os comércios, além de aquecer o mercado pesqueiro e o artesanato local.

Situada a leste da Ilha de São Sebastião, a Baía dos Castelhanos abriga as comunidades tradicionais nas praias dos Castelhanos, Mansa, Vermelha, Figueira e Saco do Sombrio. A Praia dos Castelhanos é a maior de todas na baía, e a única com acesso pela Estrada-Parque dos Castelhanos (15 km), consistindo no mais

visitado atrativo turístico de Ilhabela. As outras praias e comunidades podem ser acessadas por trilha ou por barco, a partir da Praia dos Castelhanos ou da área urbana da ilha. O Saco do Sombrio e a Praia da Figueira estão inseridos no território protegido pelo PEIb.

São aproximadamente 75 famílias na Baía dos Castelhanos, estando 40 dessas famílias divididas em duas vilas caiçaras (comunidade do Ribeirão e comunidade da Lagoa), situadas, respectivamente, nas extremidades norte e sul da Praia dos Castelhanos. Atualmente, há 72 jipes autorizados a operar na Estrada-Parque dos Castelhanos. Segundo dados do PEIb, a Praia dos Castelhanos recebe em média 80 mil turistas/ano¹, que visitam os atrativos naturais do local e desfrutam nos quiosques da praia. Ainda, informações da Câmara Técnica de Ecoturismo do Conselho Consultivo do Parque Estadual de Ilhabela revelam que o turismo praticado é espontâneo e, até o presente, ocorre com um baixo nível de organização. Portanto, com baixa participação dos atores locais, o que enfraquece sobremaneira os princípios do TBC, anunciados por Coriolano (2006, 2009), Bursztyn e Bartholo (2012) e Burgos (2014).

A partir do trabalho de campo na Praia do Bonete, foi identificada a existência de seis empreendimentos de hospedagem, sete restaurantes, dois quiosques, um empreendimento voltado ao transporte de turistas para a cidade, um voltado à produção e venda do artesanato e um empreendimento que realiza passeios turísticos no local (Tabela 1).

Tabela 1 – Empreendimentos da Praia do Bonete e tipo de serviço oferecido

Nome do empreendimento	Tipo de Serviço	Data de Fundação
Canto Bravo	Hospedagem/Alimentação	2000
Canto do Nema	Hospedagem/Alimentação	2013
Pousada Nordeste	Hospedagem	2013
Restaurante D. Izabel	Alimentação	2013
Táxi Bonete	Transporte	2012
Pousada da Rosa	Hospedagem	2006
Porto Bonete	Hospedagem/Alimentação\ Passeios Locais	2005
Osmar Artesanato	Artesanato	1980
Pousada da Margarida	Hospedagem/Alimentação	1995
Restaurante da Roseli	Alimentação	1995
Quiosque Swell	Alimentação	1995
Quisque do Totó	Alimentação	2000
Max Bone	Alimentação	1996

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que a maioria dos empreendimentos iniciou suas atividades a partir dos anos 2000, com exceção do empreendimento voltado ao artesanato, cujas atividades iniciaram na década de 1980, e das duas mais antigas pousadas, que começaram as atividades na década de 1990, com o primeiro bar e restaurante da Praia do Bonete.

¹ Levantamento realizado entre janeiro e novembro de 2014 pela Empresa 3A, na Estrada-Parque dos Castelhanos, contemplando os acessos a pé, em veículos 4x4 das agências de receptivo local e veículos de particulares, não sendo contabilizados os acessos por mar.

O quadro de funcionários varia entre duas e seis pessoas por empreendimento, sendo predominantemente formado por membros da comunidade e, na maioria dos empreendimentos, membros da família, como os filhos. Foram constatadas apenas duas exceções: o empreendimento de produção e venda de artesanato gerido pelo artesão que trabalha sozinho na elaboração das peças, e a maior pousada da Praia do Bonete, que conta com um quadro de 10 funcionários, empregando caiçaras e membros de fora da comunidade.

No que diz respeito aos canais de comunicação, considerando que a Escola Municipal do Bonete é atendida por uma conexão de Internet via rádio, a comunidade acaba se beneficiando com esse sinal. Dos proprietários dos empreendimentos entrevistados, com exceção da maior pousada que tem conexão própria à Internet, os demais utilizam o *wi-fi* levando os celulares e *laptops* para a frente da escola que, apesar de oferecer um sinal de conexão fraco, transforma-se em uma rede para o gerenciamento de negócios comunitários.

Para a promoção dos estabelecimentos, são empregadas tecnologias como mídias sociais para a manutenção de contato com turistas e clientes, conforme recomendado por Bursztyn e Bartholo (2012). Nota-se que as mídias sociais como Facebook, Instagram, Twitter e YouTube são exploradas em proporções diferentes. O Facebook é a ferramenta de comunicação eletrônica mais utilizada, seguida pelo aplicativo para dispositivos móveis *WhatsApp* e *e-mail* (Figura 1).

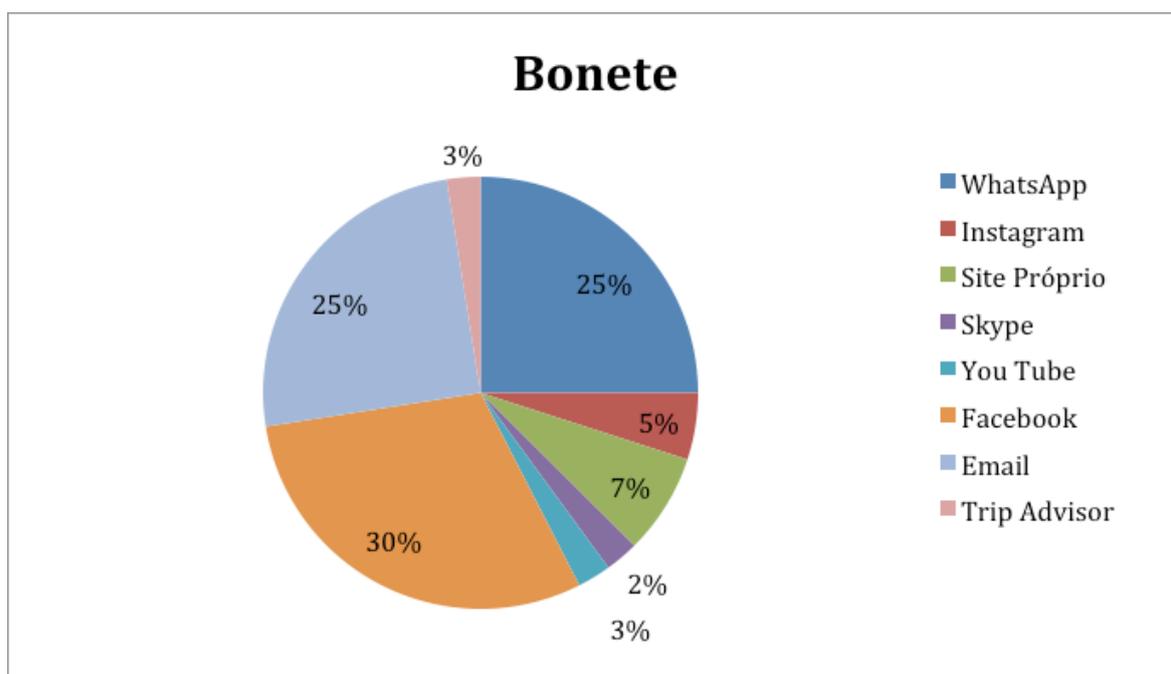


Figura 1 – TICs utilizadas pelos empreendimentos na Praia do Bonete

Fonte: Elaboração própria.

O Facebook funciona tanto como canal para divulgação quanto para comunicação, nesse caso, muitos dos entrevistados apontam que ele cumpre uma funcionalidade semelhante à do email. Por sua vez, o WhatsApp proporcionou com as mensagens instantâneas de texto e voz a rapidez necessária para a comunicação com fornecedores e turistas.

Todos os entrevistados avaliam o uso da Internet fundamental para a promoção dos empreendimentos, bem como para a comunicação com turistas e familiares, tendo em vista a localização geográfica de difícil acesso. Além de ressaltarem que, em um passado recente, podiam somente se comunicar por meio de dois telefones públicos comunitários, cujo sistema de uso baseia-se em recados, ora em conversas breves e sem privacidade.

Destaca-se que apenas a maior pousada, Canto Bravo, utiliza, além das ferramentas citadas, serviços como Skype, YouTube, Instagram e TripAdvisor para a promoção da comunicação com fornecedores e turistas (Figura 2). Vale enfatizar que dos 13 empreendimentos analisados, só três têm websites próprios.



Figura 2 – Website da Pousada Canto Bravo

Fonte: <http://www.pousadacantobravo.com.br>.

Para os entrevistados, a Internet possibilita uma comunicação mais personalizada, dinâmica e barata, capaz de ser acessada de todos os lugares do globo a qualquer momento. Outro aspecto de suma importância diz respeito à facilidade de pagamento com cartão de crédito intermediado pelo comércio eletrônico.

Durante o trabalho de campo, foram identificados na Praia dos Castelhanos três empreendimentos de hospedagem, cinco restaurantes, um quiosque (pastelaria), três empreendimentos de produtos da pesca e um de artesanato (Tabela 2).

Tabela 2 – Empreendimentos da Praia dos Castelhanos e tipo de serviço oferecido

Nome do empreendimento	Tipo de Serviço	Data de Fundação
Canto do Gato	Alimentação	2002
Restaurante do Alemão	Alimentação	2003
Restaurante do Zé	Hospedagem/Alimentação	2001
MareBar	Alimentação	2000

Nome do empreendimento	Tipo de Serviço	Data de Fundação
Restaurante da Vivian	Hospedagem/Alimentação Produtos da Pesca	1999
Laurinda	Artesanato Produtos da Pesca	1999
Arlindo	Produtos da Pesca	2001
Quiosque da Cirlene	Alimentação	2003
Camping do Leo	Hospedagem	1990

Fonte: Elaboração própria.

Nessa área, a abertura dos empreendimentos concentrou-se entre os anos de 1999 e 2003. Constatou-se que o quadro de funcionários varia entre duas e oito pessoas por empreendimento, podendo aumentar na alta estação, e é composto majoritariamente por membros da comunidade. Em apenas dois dos empreendimentos foi registrada a participação de pessoas de fora da comunidade como empregados.

Por não receber cobertura de Internet, a Praia dos Castelhanos apresenta um uso mais restrito das tecnologias da informação e comunicação. Observa-se que o uso do *WhatsApp* é relevante, o *Facebook* é utilizado em menor escala para comunicação quando comparado ao *e-mail*, porém, é mais adotado como uma ferramenta de comunicação do que de promoção dos estabelecimentos (Figura 3).

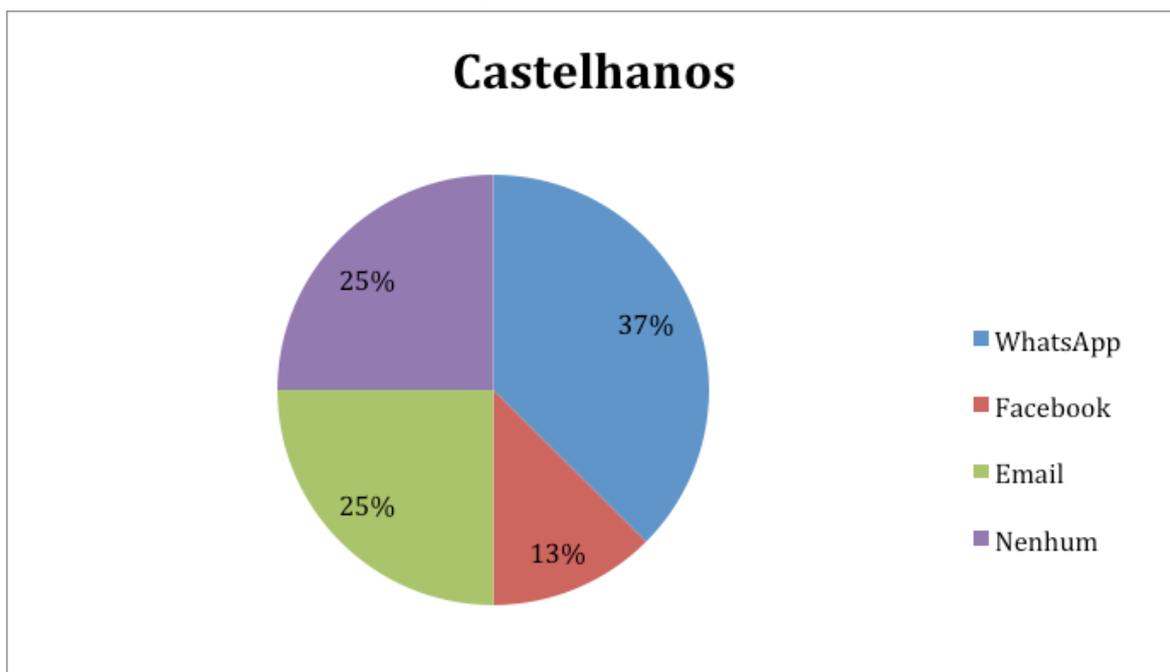


Figura 3 – TICs utilizadas pelos empreendimentos na Praia dos Castelhanos

Fonte: Elaboração própria.

A comunicação básica, portanto, ocorre via rádio VHF e telefone público comunitário para recados, assim, ligações são muito utilizadas, ocupando posição de destaque nas formas de comunicação tanto dos moradores como dos empreendimentos.

Dada a inexistência de conexão com a rede Internet, nenhuma das ferramentas de comunicação eletrônica foi identificada como estratégica para a comunicação e divulgação dos empreendimentos na Praia

dos Castelhanos na atualidade. A maioria dos empreendimentos que declarou utilizar ferramentas de comunicação eletrônica só tem acesso à rede na parte urbanizada de Ilhabela, por meio do serviço de dados oferecido pelas operadoras de telefonia móvel, como o sinal 3G. Dessa forma, ainda que se empreguem redes sociais, é preciso se deslocar da comunidade, tornando-se um fator limitador para explorar os benefícios e potencialidades das TICs, visando contribuir para o desenvolvimento local na perspectiva do ICT4D (UNITED NATIONS, 2004).

É unânime a opinião dos entrevistados sobre a importância da Internet e dos demais meios de comunicação, pois compreendem que promover a divulgação e a comunicação dos empreendimentos *on-line* facilita o agendamento, aumentando a qualidade do atendimento oferecido atualmente graças à velocidade de resposta proporcionada pela Internet.

Em ambas as comunidades tradicionais, houve uma proliferação de estabelecimentos voltados ao turismo a partir dos anos 2000, por exemplo, meios de hospedagem e alimentação, registrando um índice de crescimento nos últimos anos. Nota-se que na comunidade da Praia do Bonete, o TBC desenvolveu-se mais rapidamente e a promoção e a comercialização concentram-se nas mãos dos empreendedores locais, fortalecendo os processos de decisão e os arranjos produtivos locais, empoderando a comunidade e gerando o desenvolvimento equilibrado.

Todavia, na Praia dos Castelhanos, observa-se que os empreendimentos, na maioria com mais de 15 anos de funcionamento, não são os detentores da comercialização e promoção do destino, uma vez que dependem das agências de turismo para receber e enviar os visitantes. Dessa forma, o turismo não vem fortalecendo a comunidade e beneficiando os atores locais, já que as agências de turismo contribuem no direcionamento do fluxo de turistas, desarticulando e enfraquecendo os arranjos produtivos locais. Considerando as premissas do TBC, o turismo praticado na comunidade dos Castelhanos aproxima-se mais do turismo de massa, apresentando um baixo grau de qualidade dos serviços quando comparado aos empreendimentos da Praia do Bonete.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Indo ao encontro das preocupações atuais de sustentabilidade e aos princípios do TBC, que considera o lugar, a conservação ambiental e a resignificância cultural (CORIOLANO, 2006), neste artigo, foi enfatizado o uso de canais de comunicação e TICs para a promoção dos empreendimentos caiçaras das praias do Bonete e dos Castelhanos, em Ilhabela/SP. As comunidades investigadas apresentam estágios organizacional e de desenvolvimento do turismo diferentes. A comunidade dos Castelhanos, que usa canais de comunicação tradicionais como telefone público e rádio VHF, tem uma oferta composta por empreendimentos menos qualificados em comparação à comunidade do Bonete. Identifica-se a dificuldade de emprego das TICs para a divulgação dos empreendimentos e comunicação com turistas. Tal fator se dá pelo acesso restrito disponível apenas durante os deslocamentos para a cidade, não agregando nenhuma facilidade concreta ao dia a dia.

Observa-se que desde a implantação da conexão via wi-fi na comunidade do Bonete, em 2006, houve um incremento nas iniciativas de TBC devido ao uso das tecnologias. Assim, a distância deixou de significar isolamento e por intermédio da Internet os turistas passaram a encontrar o destino. De modo similar, os atores locais identificaram as demandas emergentes com o turismo, desenhando o contexto atual de

desenvolvimento econômico, caracterizado pela melhoria da qualidade de vida dos membros da comunidade que, além das práticas tradicionais, encontram no turismo uma fonte de renda.

Ademais, o fortalecimento do grupo constitui uma alternativa para a gestão participativa, que pode ser ampliada mediante o uso de TICs, visto os avanços sociais e econômicos experimentados nos últimos anos pela comunidade do Bonete, que exerce um papel de protagonista no processo de promoção e comercialização dos arranjos produtivos locais. Nesse sentido, é urgente a necessidade de ações por parte das distintas esferas de governo, do empresariado e da sociedade civil para prover infraestrutura e redes de serviços essenciais para comunidades menos favorecidas, notadamente em matéria de comércio e desenvolvimento (UNITED NATIONS, 2004).

Como assinalado por Cabanilla e Gentili (2015), diante do potencial das tecnologias, o turismo comunitário não deve continuar imutável, mas passar a explorá-las para atingir os seus objetivos. Assim, sugere-se que novas pesquisas sejam realizadas com enfoque na incorporação de estratégias de *marketing* e promoção via Internet ao TBC, além de investimentos em infraestrutura de rede e na capacitação de empreendedores locais nas diferentes regiões do País.

REFERÊNCIAS

- BARRETTO, M. Cultura e turismo: discussões contemporâneas. Campinas: Papirus, 2007. (Coleção Turismo).
- BARTHOLO, R. Sobre o sentido da proximidade: implicações sobre um turismo situado de base comunitária. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 45-54.
- BURGOS, A. Tecendo a sustentabilidade: redes sociais e gestão participativa no turismo de base comunitária. 2014.181 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) –Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.
- BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R. O processo de comercialização do turismo de base comunitária no Brasil: desafios, potencialidades e perspectivas. Sustentabilidade em Debate, v. 3, n. 1, p. 97-116, 2012.
- BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o Brasil. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 76-91.
- CABANILLA, E. A.; GENTILI, J. O. Características de las páginas de la Internet de turismo comunitario en países de América. PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, v. 13, n. 1, p. 157-174, 2015.
- CORIOLO, L. N. M. T. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 277-288.
- _____. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. In: LEMOS, A. I. G. de; ARROYO, M.; SILVEIRA, M. L. América Latina: cidade, campo e turismo. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Clacso. São Paulo, 2006.

- COUTINHO, G. C. T. P.; THOMAZ, G. M.; SAMPAIO, C. A. C. Turismo comunitário e internet: análise dos sites das experiências no Brasil. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 35-51, 2015.
- FABRINO, N. H.; COSTA, H. A.; NASCIMENTO, E. P. Turismo de Base Comunitária (TBC): elementos-chaves para aferir seu desempenho na perspectiva da sustentabilidade. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 546-559, 2012.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- IRVING, M. de A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 106-120.
- MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44.
- OLIVEIRA, A. C. Turismo e população dos destinos turísticos: um estudo de caso do planejamento turístico da Vila de Trindade – Paraty/RJ. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 319-333.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Código Mundial de Ética do Turismo. Santiago: OMT, 1999.
- PINHEIRO, T. R. Indicadores para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Base Comunitária: um estudo de caso da Comunidade do Quilombo do Campinho da Independência, Paraty, Rio de Janeiro. *Abet*, v. 4, n. 1, p. 61-71, 2014.
- SAMPAIO, C. A. C.; COUTINHO, G. C. T. P.; RODRIGUES, L. P. Fatores Motivacionais do Turista Comunitário: o caso do Projeto Bagagem. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 9., 2012, São Paulo. Anais... São Paulo: UAM, 2012. p. 1-13.
- SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 142-161.
- SCHÄRER, R. Economia Solidária e Turismo de Base Comunitária – Uma Experiência Brasileira. Soltec: UFRJ, [ca. 2008].
- UNITED NATIONS. Partnership for Development: Information and Knowledge for Development in United Nations Conference on Trade and Development, São Paulo, 13-18 June, 2004.
- URRY, J. O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. 3. ed. São Paulo: Studio Nobel SESC, 2011.
- WWF-Brasil. Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília, 2003.
- ZAQUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 55-75.



As representações sociais sobre turismo em comunidades do Rio Negro (Iranduba-AM)

The social representations about tourism in communities of the Rio Negro (Iranduba-AM)

Las representaciones sociales sobre turismo de comunidades del Rio Negro (Iranduba-AM)

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1171>

Susy Rodrigues Simonetti < ssimonetti@uea.edu.br >

Professora e Coordenadora Pedagógica do Curso de Turismo da Universidade do Estado do Amazonas, UEA, Brasil.

Elimar Pinheiro do Nascimento < elimarcds@gmail.com >

Professor associado na Universidade de Brasília, UNB, Brasil.

Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves < socorro.chaves@pq.cnpq.br >

Pró-Reitora de Inovação Tecnológica da Universidade Federal do Amazonas, Ufam, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 15-nov-2015

Aceite: 21-jul-2016

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

SIMONETTI, S. R.; NASCIMENTO, E. P.; CHAVES, M. P. S. R. As representações sociais sobre turismo em comunidades do Rio Negro (Iranduba-AM). **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 183-199, ago. 2016.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



RESUMO

O objetivo deste estudo é identificar e analisar as representações sociais dos moradores das comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, São Thomé e Vila de Paricatuba diante das atividades de turismo. As comunidades estão localizadas no Iranduba, município do interior do Amazonas, nos limites de Unidades de Conservação inseridas no Mosaico de Áreas Protegidas do Baixo Rio Negro. Recorreu-se à Teoria das Representações Sociais proposta por Moscovici e seus seguidores, em uma pesquisa de caráter qualitativo com abordagem multimétodos, integrando a observação, a entrevista, o grupo focal e as oficinas participativas para o planejamento do turismo e de mapas cognitivos. Os conflitos internos, o contexto sócio-histórico e as visões de mundo diferenciam-se em cada uma das comunidades e as representações se formam e se transformam a partir da realidade. Constatou-se que em cada comunidade há diferentes representações sociais do turismo, embora essas visões por vezes se aproximem. O estudo indica que o turismo de base comunitária é percebido de forma incipiente, falta protagonismo, maior envolvimento da coletividade e fortalecimento dos laços comunitários.

Palavras-chave: Turismo. Turismo de base comunitária. Representações Sociais.

ABSTRACT

The objective of this study is to identify and analyze the social representations of community residents Nossa Senhora do Perpétuo, Sao Thome and Paricatuba Village facing the tourism activities. The communities are located in Iranduba, the interior of Amazonas, on the outskirts of Protected Areas Mosaic of Protected Areas of the Lower Rio Negro. It used the Theory of Social Representations proposed by Moscovici and followers, in a qualitative research approach with multi methods, integrating observation, interviews, focus groups and participatory workshops for tourism planning and cognitive maps. Internal conflicts, the socio-historical context, worldviews, differentiate into each of the communities and representations are formed and transformed from each reality. It was found that in every community there are different social representations of tourism, at certain times, these views in line. The study of social representations of the social actors indicates that the community-based tourism is perceived incipient, lacking leadership, it is necessary greater involvement of the community and strengthening community ties.

Keywords: Tourism. Community-based tourism. Social representations.

RESUMEN

El objetivo de este estudio es identificar y analizar las representaciones sociales de los residentes de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, São Thomé y Vila Paricatuba frente a las actividades de turismo. Las comunidades están ubicadas en Iranduba, interior de Amazonas, en los límites de Unidades de Conservación de Mosaico de Áreas Protegidas del Baixo Rio Negro. Se recorrió a la Teoría de las Representaciones Sociales propuesta por Moscovici, en una investigación de carácter cualitativo con abordaje multimétodos, integrando la observación, la entrevista, el grupo focal y los talleres participativos para el planteamiento del turismo y de mapas cognitivos. Los conflictos internos, el contexto sócio-histórico, las visiones de mundo, se diferencian en cada una de las comunidades y las representaciones se forman y se transforman a partir de la realidad. Se constató que en cada comunidad hay distintas representaciones sociales del turismo, en determinados momentos, esas visiones no se aplican. El estudio indica que el turismo de base comunitaria es percibido de forma incipiente, faltan protagonismo, mayor participación de la colectividad y el fortalecimiento de los lazos comunitarios.

Palabras clave: Turismo. Turismo de base comunitaria. Representaciones Sociales.

INTRODUÇÃO

O conhecimento é produzido por meio da interação e da comunicação, emerge de um mundo rural, no caso deste trabalho, onde homens e mulheres se encontram e interagem no espaço comunitário. Este estudo é um convite para uma reflexão e o entendimento sobre a realidade do “outro” no cotidiano.

A escolha deste campo de estudos – o das representações sociais – possibilita que se observe e compreenda para além do que está ao nosso redor. Pode-se perceber o mundo do “outro” por meio de suas concepções e dos pontos de tensão de sua cultura. Todo o conhecimento produzido é o produto de um grupo específico de indivíduos, cujas subjetividades distintas convivem entre si e produzem representações sociais, muitas vezes sob o manto do consenso (JUNQUEIRA, 2005).

As representações são vistas como uma dinâmica que têm o poder de embasar decisões, conhecimentos, sentimentos, valores e esperanças acerca do turismo que devem ser conhecidas com vistas a subsidiar uma atividade sustentável. Essas representações são dinâmicas e se transformam dando origem a outras, elas emergem da ação comunicativa dos moradores de cada uma das comunidades do estudo.

O turismo e sua teia de relações é o foco deste artigo que, por ser uma área interdisciplinar, utiliza com facilidade a Teoria das Representações Sociais – TRS, filiada a uma corrente de pensamento sociopsicológica (MOSCOVICI, 2011). Mesmo diante da expressiva produção bibliográfica nacional e internacional nos últimos anos acerca do turismo, a carência de estudos sobre representação social, como instrumento para o entendimento do turismo de forma geral, e do turismo de base comunitária, especificamente, é perceptível na Amazônia, principalmente em pequenas localidades no interior do Amazonas, onde a dinâmica e os efeitos da gestão do turismo são pouco compreendidos ou mesmo ignorados.

Entende-se que o estudo sobre o turismo, a partir das representações sociais é mais uma contribuição aos vários estudos produzidos nessa região, especificamente sobre a margem direita do Rio Negro. As comunidades rurais, locus deste estudo, pertencem ao Iranduba, município que vem sofrendo profundas transformações socioespaciais nos últimos anos, sobretudo em decorrência da construção da ponte Rio Negro, sobre o rio de mesmo nome, ligando Iranduba a Manaus. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é identificar e analisar as várias representações que emergem do espaço das comunidades, que além de ser um espaço de moradia e de lazer é também um espaço de trabalho, onde se desenvolvem atividades de turismo.

Os sujeitos da pesquisa são moradores das comunidades, situadas nos limites de Unidades de Conservação: Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e São Thomé, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Rio Negro e a Vila de Paricatuba, na Área de Proteção Ambiental (APA) da Margem Direita do Rio Negro (estadual) e APA Encontro das Águas (municipal) (Figura 1), o que impõe entendimentos diferentes, haja vista que a relação que estabelecem com o ambiente, com o contexto em que estão inseridas, também é diferenciada.

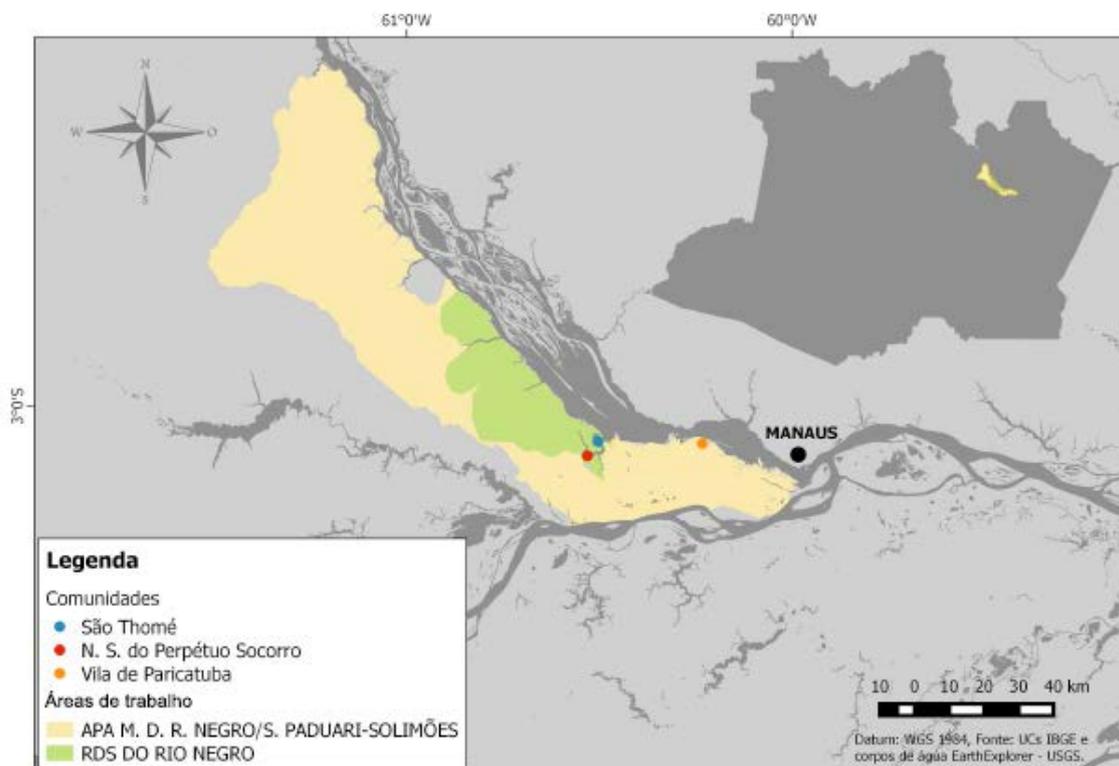


Figura 1 – Locus do estudo

Fonte: Angélica Resende, 2015.

Com base nesse contexto, questiona-se: quais são as representações sociais de turismo assumidas pelos diferentes grupos sociais nas comunidades locus do estudo? O turismo de base comunitária é percebido como uma alternativa nas comunidades?

As comunidades objeto do estudo e o Turismo de Base Comunitária - TBC

A comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, localizada em uma região banhada pelo Rio Negro, no Lago do Acajatuba, como muitas comunidades da região amazônica, teve sua fundação influenciada pela Igreja Católica, especificamente pelo Movimento de Educação de Base (MEB). Santos Filho (2006) garante que, no Brasil, a ação católica propiciou a origem de vários movimentos sociais associados à esfera sindical e comunitária, entre eles o Movimento de Educação de Base.

Nossa Senhora do Perpétuo Socorro foi fundada oficialmente em 1976. Atualmente, há 66 grupos doméstico-familiares na comunidade totalizando 239 moradores. As terras ocupadas pelos comunitários não têm título definitivo, apenas uma concessão de uso outorgada pelo Estado, por se tratar de área protegida. É possível chegar à comunidade perfazendo um trecho de estrada e o restante de voadeira¹, ou todo o trecho por via fluvial.

¹ Trata-se de uma lancha rápida com um motor de 15 a 40 hps. Para fazer o trecho de voadeira deve-se acertar previamente por telefone com o proprietário de um desses barcos rápidos.

Quanto à infraestrutura da comunidade, há um posto de saúde (Unidade Básica de Saúde – UBS do Acajatuba), uma escola municipal (Sagrado Coração de Jesus), um centro comunitário, um campo de futebol, quatro igrejas, sendo uma católica e três protestantes, poço artesiano, luz elétrica desde 2007, um campo de futebol, duas lanchonetes, um bar e o restaurante Vista do Lago. Com relação à comunicação, ela é feita por meio de voz comunitária² e de duas operadoras de celular e, por conta disso, há telefones móveis e rurais em funcionamento, este último oferece a tecnologia e a aplicação de um celular em um modelo fixo. A internet também ficou mais acessível aos moradores, e com ela o acesso às redes sociais é comum.

Há ainda uma loja de artesanato, um terminal fluvial turístico e uma pousada comunitária em construção, com recursos do Ministério do Turismo e do órgão oficial de turismo do estado do Amazonas (Amazonastur), que vem causando muita polêmica dentro e fora da comunidade: o longo tempo de construção, o que envolve muita burocracia, e a grande quantidade de recursos públicos investida sem retorno para a comunidade, criaram um certo desgaste entre o órgão estadual de turismo e os comunitários. Os moradores não se apropriaram da estrutura que vem sendo construída há quase uma década na comunidade. Há, ainda, uma associação de moradores e a Associação de Artesanato Sustentável Grupo Japiim, que mantém a visitação na comunidade por três décadas.

A comunidade São Thomé, distante cerca de 20 minutos de voadeira da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, foi fundada oficialmente em 1982. Com a construção da escola e da pequena igreja de madeira, as casas foram surgindo e, em seguida, surgiu o campo de futebol. Wiggers (2012) garante que nas áreas rurais da Amazônia, na sua maioria, a escola, a igreja, o posto de saúde são os principais aglutinadores das famílias.

Pode-se chegar à comunidade após uma viagem de uma (01) hora de carro pela AM-070, até o lago do Ubim e mais vinte minutos de lancha rápida (voadeira). O acerto do transporte fluvial deve ser feito previamente com um dos moradores, pois não há normalmente lanchas à disposição para se fazer esse trajeto.

Quanto à organização espacial, à margem esquerda do Lago do Acajatuba está a sede da comunidade, os demais moradores vivem em flutuantes nos arredores. No total são 54 grupos doméstico-familiares e 226 pessoas. O foco central do estudo é a Vila, como os próprios moradores denominam, onde há circulação de visitantes. Na Vila moram 13 grupos doméstico-familiares, cerca de 26 pessoas, em casas predominantemente de madeira.

Com relação aos bens e serviços sociais, não há um posto de saúde em São Thomé. Há poço artesiano, energia elétrica desde 2010, um centro comunitário e uma escola municipal. O espaço comunitário abriga ainda uma lanchonete, uma loja de artesanato e duas mercearias que oferecem bebidas e alimentos enlatados. Há dois restaurantes e duas pousadas, sendo uma delas mais antiga e conhecida. Esta última iniciou as atividades em 2005 com quatro quartos. Atualmente há 40 leitos em 18 quartos, sendo oito com banheiros privativos. Um equipamento existente e subutilizado de frente para a comunidade é um terminal turístico fluvial, auspiciado com recursos da Amazonastur e do governo federal.

A história mais recente dessa comunidade tem uma curiosidade: um programa da Rede Globo de Televisão contribuiu para mudar os rumos do turismo naquele espaço comunitário. No ano de 2010, um guia de turismo local enviou uma carta para o programa Caldeirão do Huck, para o quadro *Lar Doce Lar*,

² Trata-se de um serviço de alto-falante feito para e pela comunidade, divulgando informações do seu cotidiano, recados, músicas, informes diversos e outros.

de audiência nacional, solicitando infraestrutura para a comunidade em benefício de todos os moradores. Após a passagem do programa pela comunidade, houve muitas mudanças na infraestrutura desta, assim como nas relações entre os comunitários.

A terceira comunidade é a Vila de Paricatuba, distrito do Iranduba, localizada a pouco mais de vinte quilômetros da cidade de Manaus e banhada pelo Rio Negro. Atualmente, o acesso pode ser feito por via fluvial ou por via terrestre, este último por meio do ramal do Paricatuba com 10 km de extensão, aberto no ano de 1992. A referência de entrada é o Km 21, margem direita da estrada Manoel Urbano (AM-070) que liga o distrito de Cacau Pirêra³ ao município de Manacapuru. O *locus* da pesquisa é a Vila, muito maior que as duas outras comunidades estudadas; a população local é de aproximadamente 675 habitantes e 171 grupos doméstico-familiares (SECRETARIA DE SAÚDE, 2014).

A história de Paricatuba inicia com a construção do prédio Belisário Penna, que deveria ser uma hospedaria para receber imigrantes no final do século XIX, em 1898, auspiciada pelo governo, onde muito dinheiro dos cofres públicos foi empregado. O prédio não serviu para esse fim, abrigou presidiários, estudantes e transformou-se em um asilo-colônia para hansenianos. Hoje o prédio encontra-se em ruínas. Paricatuba tornou-se para muitos sujeitos da pesquisa um lugar de afetividade, construído sob a égide de uma história de vida marcada por estigmas.

A água abastece todas as casas da Vila por meio do reservatório, não há um sistema público responsável por esse serviço. A comunicação pode ser realizada por meio da telefonia fixa e móvel. Há ainda uma voz comunitária possibilitando que os moradores recebam notícias e informes diversos de contextos externos.

Há um posto da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, e quanto ao fornecimento de energia, a distribuição é feita pela Companhia Energética do Amazonas – Ceam, desde 1997. A Vila possui a Unidade Básica de Saúde com ambulatório e farmácia, centralizando o atendimento de saúde de todo o distrito, e um centro comunitário. A Escola Municipal Cícero Monteiro oferece do ensino fundamental ao ensino de jovens e adultos. O nível médio é oferecido por meio do ensino tecnológico, ou seja, as aulas são transmitidas a distância, pela televisão, aos alunos, com a presença de um professor-tutor, agregando discentes das comunidades do entorno. As igrejas também estão presentes em grande número na comunidade, sendo seis protestantes e uma católica.

Com relação à economia local, diversos comércios de pequeno e médio portes, como mercearias, lanchonetes, bares, restaurantes e pizzaria movimentam a comunidade. Os comércios oferecem gêneros alimentícios, bebidas, material para higiene, limpeza e outros. Há ainda uma pousada comunitária em construção, nos mesmos moldes da que está sendo construída no Acajatuba, e um terminal turístico fluvial, desativado, com recursos da iniciativa pública. Ainda que seja bastante afetada pelas ações antrópicas, a Vila de Paricatuba abriga sítios arqueológicos com características importantes para a arqueologia da região do Baixo Rio Negro, sugerindo uma longa cronologia de ocupação da área, e as ruínas do prédio Belisário Penna são um dos principais atrativos locais.

É nesses espaços comunitários que o turismo acontece de forma diferenciada e que o Turismo de Base Comunitária (TBC) aparece no discurso dos sujeitos da pesquisa. Nos últimos anos as comunidades locais têm percebido o turismo como uma promessa de desenvolvimento, influenciadas pelas políticas governamentais. Houve também um aumento no número de pesquisas sobre o turismo e sua contribuição para o desenvolvimento da comunidade (AREF *et al.*, 2010).

³ Cacau Pirêra é um dos quatro distritos do município de Iranduba, os outros são: Ariáú, Lago do Limão e Paricatuba.

Nas últimas duas décadas, o TBC foi reconhecido no contexto da discussão (científica, de políticas públicas) de turismo sustentável (SALAZAR, 2012). O TBC pretende, pelo menos em termos de discurso, conforme sustenta Salazar (2012), desenvolver um turismo sustentável, com enfoque nas comunidades que planejam a atividade. Para o mesmo autor, essa discussão iniciou-se na década de 1992 com Pearce, que sugeriu que o TBC representaria uma forma de beneficiar todos os envolvidos mediante um consenso baseado em tomada de decisão e controle local do desenvolvimento, pelo fato da própria comunidade fazer a sua gestão.

Este estudo corrobora com as considerações de Coelho (2013), quando afirma que na Amazônia são as populações tradicionais, ribeirinhas, seringueiros, entre outros, que se agrupam em comunidades no interior de áreas protegidas e buscam se organizar para desenvolver o TBC. Sansolo e Bursztyn (2009) entendem que é uma opção de desenvolvimento para comunidades de pescadores, agricultores familiares e extrativistas, ampliando as práticas cotidianas dessas populações, especialmente no espaço rural.

Três benefícios são esperados pelo TBC (ROZEMEIJER, 2001): gerar emprego e renda, e contribuir para o desenvolvimento rural beneficiando especialmente áreas remotas; os benefícios derivados do uso dos recursos naturais pelo turismo podem sensibilizar a comunidade para que utilize tais recursos de uma forma sustentável; e agregar valor ao produto turístico nacional por meio da diversificação do turismo, fomentando a economia.

A bibliografia sobre esse assunto é vasta, mas o que deve ser compreendido é que o TBC se configura como um modelo de desenvolvimento turístico endógeno, e não um segmento, cujo protagonismo das comunidades é notório, visando a proteção dos seus patrimônios cultural e natural.

É a partir desse contexto que emergem as representações sociais cuja metodologia será apresentada a seguir.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Durkheim (1858-1917) usou o conceito de representação nas ciências sociais para diferenciar representações individuais e coletivas. Tomando essa oposição de forma quase que radical, buscou construir um objeto sociológico, separando-o da psicologia e da biologia. Farr (2004) garante que dessa forma Durkheim construiu uma sociologia do conhecimento, colocando o foco sobre o coletivo e ignorando o individual; deixando o estudo das representações coletivas para os sociólogos e o das representações individuais para os psicólogos.

Ao seguir uma tradição durkheimiana, Moscovici introduziu o conceito de representações sociais em 1961, filiando-se à corrente sociopsicológica em um estudo intitulado *La Psicanalyse: son image et son public*. O conceito tem suas origens na Sociologia, na Psicologia e na Antropologia ao tentar compreender como o social e o individual se entrelaçam, se atravessam, mas não se separam.

Assim, o conceito de representações coletivas de Durkheim transforma-se em representações sociais com Moscovici (2011). Segundo o próprio Moscovici, “[...] nós temos uma visão diferente dele” (p. 45) [...], “Durkheim, fiel à tradição aristotélica e kantiana, possui uma concepção bastante estática dessas representações” (p. 47). É nessa perspectiva que se integra o pensamento moscoviciano, ao considerar

as representações como um fenômeno que precisa ser explicado, descrito, pois são estruturas dinâmicas. “São fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum” (p. 49). Para Arruda (2009, p. 741), a proposta moscoviciana implica por “[...] entender o social e o individual como fios entrelaçados num mesmo tecido”. No entanto, deve-se “considerar esse tecido de forma aberta e múltipla, sem barreiras disciplinares”.

Os fenômenos de representação podem ser encontrados na cultura, nas práticas sociais, nas instituições, nas comunicações das mais diversas formas, mas estão em constante movimento e somente é possível transformá-los em objetos de pesquisa por meio de uma teoria que possa organizá-los e torná-los mais claros e objetivos: a Teoria das Representações Sociais – TRS.

A Teoria das Representações Sociais, também chamada de teoria do senso comum, é utilizada neste trabalho em que o pesquisador selecionou e delimitou o turismo como objeto da representação. As representações sociais dos comunitários configuram-se como “teorias” sobre os saberes populares e do senso comum, elaboradas e partilhadas coletivamente. Assim, simplificou-se o fenômeno turístico, organizando-o e tornando-o inteligível para a finalidade da pesquisa, de acordo com o entendimento dos atores sociais sujeitos da pesquisa.

A perspectiva teórica das representações sociais foi aplicada em estudos relacionados ao turismo, mais notavelmente no ano de 1996. Os autores discutiram como esse quadro teórico vinha se desenvolvendo, utilizando-o para entender a relação entre comunidade e turismo. Desde então, no turismo, a TRS foi utilizada para analisar as atitudes da comunidade e oferecer respostas em relação ao desenvolvimento do turismo (RYAN *et al.*, 1998; CAVE *et al.*, 2003).

É necessário compreender que os indivíduos utilizam elementos simbólicos e culturais para tornar a realidade cotidiana compreensível para si e para os outros com quem dividem seu espaço. Ao identificar e analisar as representações sociais dos sujeitos das comunidades Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, São Thomé e Paricatuba, exige-se que se esteja atento a todos os processos interacionais, relacionais e culturais desses grupos, marcados pelo contexto social no qual estão inseridos. Assim, uma série de métodos e técnicas de pesquisa foram empregados com vistas a alcançar o objetivo do estudo.

Durante a pesquisa de campo⁴ na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, utilizaram-se os seguintes procedimentos e técnicas: 10 visitas de campo, sendo 05 pernoites; 06 entrevistas com os atores locais; um grupo focal com a participação de 08 moradores; e a elaboração de mapas cognitivos com 09 participantes. Em São Thomé ocorreram: 09 visitas de campo, sendo 04 pernoites; 06 entrevistas com os atores locais; 02 grupos focais com a participação de 03 e 05 moradores, respectivamente; e a elaboração de mapas cognitivos com 08 participantes. Na Vila de Paricatuca o trabalho de campo aconteceu: com 12 visitas de campo; 06 entrevistas com os atores locais; um grupo focal com 08 participantes; e uma Oficina de Planejamento para o Turismo de Base Comunitária com a participação de 23 moradores.

A estratégia para selecionar os moradores foi semelhante nas três comunidades, realizada conforme a indicação dos próprios participantes, um indicava o outro, utilizando-se um método não probabilístico, semelhante ao *snowball* (APOLINÁRIO, 2006). O objetivo nessa parte da pesquisa era fazer com que as indicações dos primeiros participantes no estudo resultassem em outros membros da população com interesse em participar da pesquisa.

4 A pesquisa de campo foi realizada entre 2012 e 2014, como parte da tese de doutorado defendida em 2015.

O diário de campo foi utilizado para se registrar o máximo de ocorrências de interesse do trabalho, tais como: atividades político-organizativas (reuniões da associação de moradores), conversas informais, cerimônias, falas, hábitos, costumes, práticas e visitação turística. Após a reunião de todos esses dados, organizou-se o material mediante a transcrição das entrevistas e conversas. Em seguida, efetuou-se a escuta e leitura do material gravado, além de assistir a tudo que foi gravado em vídeo, visando classificar os dados. Após essas etapas, efetuou-se uma análise final, articulando os dados e os referenciais teóricos da pesquisa. É importante esclarecer, ainda, que o desenho metodológico da pesquisa baseou-se também em fontes secundárias, além da pesquisa de campo. Utilizaram-se fontes de referência consagradas, consultando periódicos e publicações científicas diversas, bem como documentos e relatórios visando dimensionar as questões em estudo.

Durante todas as etapas da pesquisa foram consideradas as características do discurso quando da análise e interpretação dos dados, pois versões contraditórias, detalhes sutis como hesitações, retórica, lapsos e organização dos discursos foram registrados e avaliados. Destaca-se, em suma, que a interpretação dos resultados passou pela contextualização como fio condutor do processo, implicando em uma reflexão contínua do pesquisador, bem como em uma interação dinâmica entre este e o objeto de estudo (GÜNTHER, 2006).

Representações sociais dos comunitários

Inicialmente é importante observar que nas falas dos participantes do grupo focal da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, a palavra hospitalidade está subjacente. Há dois paradigmas para se estudar o turismo, segundo Camargo (2007) e, da mesma forma, há duas posições diferentes para se estudar a hospitalidade: a perspectiva assentada no sistema do negócio e aquela estruturada no entendimento da hospitalidade como dádiva (MARTINS, 2002; CAILLÉ, 2003). Um dos entrevistados cita o “lugar”, a importância dos visitantes de “dentro” e de “fora” e como gosta de “receber” qualquer um, sem distinção, seja um “pescador”, um “doutor” ou um “turista”. O importante nessa relação é receber quem está chegando e atender da melhor forma possível, ou seja, as representações apontam para a importância da interação humana.

Nota-se que a relação entre visitantes e visitados, especialmente na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, é efêmera e superficial: “sempre que eles vêm para cá eles fazem uma festinha, duas horas de festa, mas é bom”. Outra comunitária afirma: “o pessoal visita, mas não todo tempo”. “Compre cerveja, compre uma lembrança e vai incentivando”. A entrevistada se refere aos visitantes que circulam pela comunidade e quando afirma que é “bom”, percebe-se que, embora a permanência seja curta, o contato é visto de forma positiva.

Além do contato efêmero da visita refletido na fala dos comunitários, percebe-se que, ainda que os comunitários tenham consciência dos benefícios econômicos e sociais advindos da presença do visitante na comunidade, o mais importante é que ao final da visita eles não pernoitam na comunidade: “o bom é isso, chegar aqui [na comunidade], me visitam, compram alguma coisa e vão embora. Eu gosto desse tipo de turismo”. De acordo com o pesquisado, não há interesse que o visitante permaneça na comunidade, as visitas por lazer devem acontecer, mas o espaço é da comunidade e ela busca apropriar-se dele, estabelecendo uma fronteira bem delimitada: chegam, passeiam, compram e seguem caminho.

Percebe-se nas representações que o turismo não é apenas uma simples visitação na comunidade, mas uma atividade econômica que ao longo de três décadas vem contribuindo para complementar a renda das famílias envolvidas, especialmente com o artesanato: “hoje o turismo traz, assim, completa tudo que nós temos, nossa alimentação, nosso meio de vida. Tudo que nós temos o turismo completa, para mim, para meus filhos e para muita gente que trabalha conosco aqui”, afirma uma das lideranças locais.

Em se tratando da comunidade São Thomé, em 2005, a Pousada Jacaré foi construída na esperança de que os visitantes pudessem hospedar-se na comunidade, permanecer por mais tempo e deixar algum recurso. O surgimento da pousada é iniciativa de um ex-funcionário de empreendimentos hoteleiros. Ainda que lhe faltasse escolaridade, escolheu empreender no turismo na intenção de que a atividade pudesse contribuir para melhorar sua condição de vida. Mas até 2010, nada havia mudado, os visitantes apenas caminhavam pela comunidade, passeavam, compravam artesanato e seguiam viagem. Chegavam por meio dos pacotes dos hotéis, das agências e “não deixavam um tostão na comunidade”. Assim, o grupo que trabalhava com o turismo de São Thomé percebeu que fazia parte de um “turismo de ver” (BARRETO, 2004) e incorporou novos elementos, novas explicações relacionadas a ele e, em consonância com a nova realidade, mudou sua representação social.

Em dezembro do mesmo ano (2010), de acordo com os comunitários, o fluxo turístico melhorou bastante depois do programa da TV Globo: “[...] antes de terminar o ano, deu muita gente. Era muita gente de manhã e de tarde para visitar aqui”. Com o programa veiculado em rede nacional, muitas pessoas quiseram conhecer a comunidade e as transformações pelas quais passou. As agências de receptivo e os hotéis e pousadas dos arredores também incluíram a comunidade como uma visita obrigatória.

No entanto, com base na pesquisa de campo, notou-se que os “conflitos” na comunidade, palavra recorrente nos discursos, começaram a partir do investimento do programa na pousada, que é um investimento particular no espaço comunitário. No entender dos comunitários, a melhoria das condições de vida deveria ser para “todos” e não apenas para uma família, aquela que foi “beneficiada” pela reforma da pousada por meio do programa de televisão.

De acordo com a pesquisa de campo, muitos moradores acreditavam que seriam protagonistas de seu espaço, o que caracteriza o turismo de base comunitária, e não foi exatamente o que aconteceu. Ainda que muitos problemas tenham ocorrido, os atores sociais percebem o turismo de forma positiva, mas estão preocupados com o quase nenhum benefício deixado e com os resíduos sólidos produzidos na visita. Além disso, o turismo que chega à comunidade é altamente influenciado por um agente externo. “[...] se nós tivéssemos contato diretamente com as operadoras, isso aqui ia lotar. Aí, nós esperamos por uma agência aqui, se ela lembrar ela manda se não lembrar manda para outro”, afirma um dos empreendedores locais.

Na Vila de Paricatuba, o turismo acontece desde o final dos anos de 1990. Já houve mais de uma tentativa para tentar organizar minimamente a atividade na comunidade, mas ela permanece sem qualquer controle ou interferência por parte dos moradores locais.

Na visão dos sujeitos da pesquisa, os principais atrativos da Vila são: “a praia”, “a história”, “o lugar”, “o que tem na comunidade”. Um dos pesquisados afirmou que “o principal é o prédio”, “quando não tem praia eles [os visitantes] se encaminham direto para o prédio”. As representações desses sujeitos sugerem um retorno ao passado. Os atrativos citados na Vila estão fortemente ligados às vivências anteriores, apontando para um “lugar” de pertencimento, dotado de uma história de vida que se forjou com base em uma teia

de relações e identidades. O “prédio” e a “história” são citados frequentemente, eles fazem referência ao passado da comunidade, e os moradores entendem que é necessário que todos conheçam.

Há uma certa nostalgia ao se falar de como o turismo era há alguns anos na comunidade: havia “qualidade”, “respeito”, “contribuição”, os visitantes “procuravam a comunidade” e ao que parece davam satisfação sobre os seus objetivos na Vila. Percebe-se que havia uma maior proximidade com o visitante e um controle sobre a visitação, o que hoje é inexistente. Os pesquisados se mostram invadidos pelas mudanças que a comunidade vem sofrendo com a presença do turismo – “mais pessoas, menos qualidade” – e pela perda do poder que existia em seu espaço. O poder é percebido aqui como uma forma de controlar a visitação, saber o roteiro e o objetivo de cada visitante.

A incorporação de Paricatuba pelo turismo criou um estranhamento entre os anfitriões e os visitantes no presente. “[...] Eu estava roçando aqui, para ajeitar a comunidade, chegou um micro-ônibus, o cara veio de lá mandar eu parar a máquina porque ia atrapalhar a gravação deles e não deixa nada para a comunidade”. Esse relato de uma das lideranças é bem elucidativo quanto ao estranhamento entre ambos. Os visitantes chegam e interferem na rotina da comunidade, nesse caso a limpeza das áreas comuns. As representações são bastante negativas e o relato foi complementado com o seguinte: “só lixo”. Isto é, além de não haver contribuição financeira como os informantes esperam ou gostariam, eles ainda são obrigados a recolher os resíduos deixados pelos visitantes.

De forma geral, é importante salientar que as representações sociais de turismo e lazer na Vila estão apoiadas em sistemas de referência que o classificam como atividade econômica de importância para alguns na comunidade. Da mesma forma, os visitantes são percebidos como fonte de recursos. A lógica do dar-receber-retribuir, da hospitalidade como dádiva, é substituída pelo comércio (CAMARGO, 2007). O pior é que nesse comércio quem menos ganha (ou não ganha nada) é a comunidade. Na fala que segue, ao se discutir sobre o turismo e o visitante, o pesquisado evidencia essa visão: “[...] direta e indiretamente ele deixa recursos aqui, para mim não, mas para meus vizinhos é importante sim”. Esse sujeito não está envolvido diretamente nas atividades de turismo que ocorrem na Vila, mas seu posicionamento vai ao encontro dos interesses dos demais comunitários.

Para os sujeitos da pesquisa, visitantes dos carros e motos que circulam na comunidade, e dos barcos que param de frente para a Vila, não têm qualquer contato com a comunidade. Os que chegam se apropriam do espaço, utilizam o casarão, sem qualquer interferência ou permissão. Não há planejamento na visita, e esta não deixa “nada” (nenhuma contribuição) para a comunidade. Os informantes entendem que quem ganha são os visitantes, usufruindo dos atrativos da Vila.

Durante o grupo focal, na oficina de planejamento do turismo ou nas conversas informais, não se percebeu uma distinção entre as palavras turismo e lazer nas três comunidades, elas são acionadas constantemente e usadas como sinônimos pelos sujeitos da pesquisa.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nas representações sociais de turismo, os pesquisados da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro percebem a hospitalidade como uma dádiva. “[...] Estamos nos reportando a uma noção de hos-

pitalidade lastreada no sistema da dádiva, baseada no dar-receber-retribuir (Marcel Mauss⁵), que gera uma sucessão de dádivas e contra dádivas [...] (CAMARGO, 2007, p. 5)”. Os comunitários mostram muito interesse em receber os visitantes na comunidade e afirmam gostar de fazê-lo. Essa perspectiva maussiana possibilita que os anfitriões sejam considerados como protagonistas ao encontrar com o visitante, que é um outro protagonista nesse processo. Mas não há como discordar de Barreto (2004, p. 147) quando afirma que, “[...] o turismo, em sentido amplo, é um fenômeno social. Mas em sentido restrito, na perspectiva dos núcleos receptores, é um negócio. Um negócio que vende algo diferente, sim: prazer e lazer [...]”. Dialeticamente, turismo também é comércio e a atividade econômica deve gerar renda para os envolvidos.

A maioria dos pesquisados é defensora do turismo, eles são verdadeiros entusiastas e conseguem mobilizar o grupo para desenvolver seus trabalhos. Há preparação para receber os visitantes sem encenação, com a percepção dos efeitos positivos e negativos do turismo. Há quem garanta que o contato face a face nas comunidades anfitriãs⁶ pode introduzir novas ideias, valores, estilos de vida e novos estímulos para o desenvolvimento econômico e social (TODARO, 1997). Porém, em que pese os efeitos positivos do turismo, o efeito demonstração⁷ não pode ser esquecido. Os impactos negativos do turismo não podem ser desprezados.

A produção de artesanato é o que motiva os comunitários a continuarem trabalhando e atraindo visitantes, pois para eles turismo “é tudo”. Sendo assim, percebe-se que quando os sujeitos sociais empenham-se em entender e dar sentido ao mundo, eles também o fazem com emoção, com sentimento e com paixão (GUARESCHI; JOVCHELOVITCH, 2011, p. 19).

Em São Thomé nota-se mais pessimismo quanto ao turismo e não se percebe o mesmo entusiasmo que na outra comunidade do Acajatuba. Os informantes mostram-se preocupados com o futuro do turismo e afetados pela falta de integração dos membros da comunidade. Como a representação social é um *corpus* organizado de conhecimento (MOSCOVICI, 2012), as reações diante do turismo podem ser as mais diversas e uma espécie de indicadores para as ações sociais dos grupos. Os anfitriões de hoje eram o atrativo, pouco tempo atrás. Um turismo excludente era a marca dessa comunidade, que diante de muitas dificuldades tenta superar seus problemas, melhorar o atendimento e aumentar o fluxo de visitantes.

Na comunidade São Thomé não existe a *mesmidade*, no dizer de Bauman (2003), especialmente quando há comunicação com o mundo exterior. Quando isso acontece, a ideia de unidade é desconstruída. O contato com o mundo exterior, aguçado pela participação no programa de televisão, fez com que muitos comunitários percebessem algo que não os estava agradando: um turismo que não beneficiava a comunidade.

Os informantes da Vila de Paricatuba valorizam o turismo que acontecia no passado, eles se sentiam mais envolvidos e com maior poder para controlar as visitas no espaço comunitário, pois “as condições sociais em que um grupo vive delimitam o espaço de experiência de seus membros” (WAGNER, 2011, p. 138). No entanto, as memórias estigmatizadas e, até certo ponto, desvalorizadas do Paricatuba de anti-

5 A dádiva ocupa um lugar de destaque na literatura antropológica referenciada na coletânea dos trabalhos de Marcel Mauss intitulada *Sociologia e Antropologia* (1950), na qual está publicado o *Ensaio sobre a dádiva*.

6 O conceito de comunidade anfitriã, em inglês *host communitys*, tem sido utilizado na literatura científica para designar os locais, tanto do interior quanto do litoral de um país, que recebem turistas.

7 O efeito demonstração ocorre quando os turistas tornam-se exemplos para os moradores locais que são estimulados a adotar hábitos desconhecidos ou, antes, inacessíveis.

gamente ainda persistem, pois “[...] quer estejamos em interação com pessoas íntimas ou com estranhos, acabaremos por descobrir que as marcas da sociedade ficam claramente impressas nesses contatos [...]” (GOFFMAN, 2012, p. 63).

No presente, os comunitários percebem que há dificuldade de se trabalhar coletivamente, permanecem céticos. No grupo focal e na oficina de planejamento para o turismo, notou-se que os sujeitos entendem que o turismo não beneficia a comunidade e está desorganizado. Um grupo formado por donos de restaurantes e por comunitários que não têm envolvimento direto com o turismo percebe a atividade como geradora de renda, ainda que não saiba como lidar com essa atividade em seu espaço. Moscovici (2012) destaca que, de forma simplificada, as proposições, reações e avaliações que formam as representações são organizadas de forma diferente em cada classe social, cultura ou grupo, constituindo universos diferentes de opinião.

Mas de forma geral, as palavras mais usuais relacionadas às visitas na Vila são: desrespeito, invasão e estranhamento. Ao se estudar as representações sociais não se pode prescindir de considerar a cultura e a história de sociedades, grupos e indivíduos; a sua base é constitutiva e constituída por esses elementos (ARRUDA, 2002).

As percepções dos atores sociais das três comunidades se aproximam no momento em que os pesquisados consideram o TBC como uma atividade geradora de renda, que tem a possibilidade de contribuir para a melhoria das condições de vida de cada um deles. Mas é notório que das três comunidades do estudo, duas mostram-se muito pouco articuladas para possibilitar uma experiência de turismo de base comunitária, mediante as inúmeras dificuldades que se deparam em seus espaços. Ainda há forte dependência em relação aos hotéis dos arredores e às agências de viagens. O turismo de base comunitária deveria ser um protagonista nesse processo, pois é “[...] nesta lógica de encontros, vivências, hospitalidade e trocas entre visitante e anfitriões que se dá a essência do TBC” (COELHO, 2013, p. 316).

Constatou-se que há pouco entendimento sobre o sentido real do TBC por parte dos comunitários. Pelo fato da atividade acontecer no espaço comunitário e envolver alguns moradores, os sujeitos da pesquisa consideram que existe TBC, ainda que o protagonismo seja incipiente. No entanto, a comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro mostra-se melhor preparada para essa forma de gestão: o artesanato é o grande gerador de renda, agregando principalmente os membros de uma das famílias da comunidade que articulam as visitas e recebem os visitantes em sua loja de artesanato; mostram-se preocupados com os recursos ambientais da área protegida onde vivem e contribuem para que a região do Acajatuba continue atraindo visitantes. Em São Thomé, devido à desarticulação dos próprios comunitários, o protagonismo ainda é algo a ser conquistado e o TBC ainda não se consolidou, prevalece um envolvimento maior de duas famílias com o turismo, os demais membros são chamados para colaborar esporadicamente em atividades pontuais de turismo. Na Vila de Paricatuba, o TBC poderia ser uma alternativa para os comunitários, mas a falta de articulação entre estes dificulta a organização para o turismo.

De forma geral, alguns entraves nas políticas públicas de turismo podem ser notados na Amazônia e se aplicam perfeitamente à realidade de Iranduba e das comunidades do estudo: a demanda turística ainda orienta as ações de investimento governamental; o enfoque econômico é o parâmetro de desenvolvimento escolhido para o turismo; os programas propostos desconsideram empreendimentos privados de pequeno porte (SANSOLO, 2013). Este último é o exemplo mais claro do que acontece, principalmente em Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e em São Thomé.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando os indivíduos das três comunidades estudadas apresentaram, descreveram ou caracterizaram um lugar ou o objeto de estudo, fizeram recortes e classificações. Em seus discursos, por meio da linguagem e da comunicação, emergiram as representações que foram reveladas, e formularam-se realidades e universos simbólicos que têm significado para esses sujeitos.

Os sujeitos da pesquisa na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro são considerados, neste trabalho, defensores e entusiastas do turismo. O espaço comunitário é ao mesmo tempo moradia e espaço de trabalho. Os visitantes circulam pelas casas, igreja, campo de futebol, escola e loja de artesanato, sob a observação atenta de um grupo de artesãos que há trinta anos recebe visitantes em seu espaço.

Os membros da associação de artesanato são bastante articulados e protagonistas quando o assunto é turismo. Não se percebe o envolvimento ativo de todos os membros da comunidade no planejamento, desenvolvimento e gestão da iniciativa e, sim, apenas de um núcleo familiar. A loja de artesanato, por exemplo, é um empreendimento particular no espaço comunitário e referência no Lago do Acajatuba. O saber-fazer desses artesãos, retratados em colares, pulseiras, bolsas, entalhes em madeira, é uma expressão de “amor” pelo trabalho e o artesanato produzido é o que tem atraído visitantes à comunidade. Considera-se que o TBC existe na comunidade; ainda que não envolva todos os moradores, o núcleo familiar faz a autogestão do negócio turístico (MALDONADO, 2009). A hospitalidade é vista tanto como comércio quanto como uma relação humana necessária e integradora. Ambas se encaixam nas representações sociais dos sujeitos, de forma dialética.

Em se tratando da comunidade São Thomé, as representações sociais que emergem dão conta de constructos que indicam preocupação e pessimismo com relação ao turismo. A atividade que vem se desenvolvendo, influenciada pelo programa de televisão que promoveu a comunidade, causou um certo desgaste nas relações entre os grupos sociais. Houve insatisfação e percepção de que apenas alguns haviam se beneficiado com a presença do programa. Como os membros da comunidade possuem, em sua maioria, laços consanguíneos, os conflitos foram acentuados ao ponto de serem criadas duas estruturas de turismo (uma pousada e um restaurante) que concorrem, no mesmo espaço comunitário, com outras duas estruturas mais antigas. É possível inferir que faltam visitantes para utilizarem as estruturas, o que agudiza o conflito.

Os investimentos em pousadas e restaurantes demonstram esforço dos atores sociais locais em busca de sucesso por meio do turismo. O investimento em TBC necessita de um maior envolvimento da coletividade e o fortalecimento dos laços comunitários, mas os membros da comunidade São Thomé não se mostram proativos para estabelecer estratégias que venham beneficiá-los e o protagonismo fica por conta de cada indivíduo, e não da coletividade. A comunidade se envolveu em cursos e oficinas sobre TBC, atualmente tenta se articular com operadoras e agências, por outro lado, segue lentamente na autogestão dos seus empreendimentos.

A história da Vila de Paricatuba foi marcada pela construção de um prédio, hoje em ruínas, que abrigou estudantes, presidiários, doentes e não serviu aos seus fins primeiros, que era uma hospedaria para abrigar imigrantes. Os sujeitos da pesquisa, principalmente os não envolvidos diretamente com os empreendimentos locais como os restaurantes, são céticos quanto ao turismo, percebendo-o mais como um elemento negativo, principalmente por não oferecer retorno financeiro para a comunidade. Ainda que os estigmas existam, as ruínas do prédio são motivo de orgulho e sua história confere identidade aos atores sociais da comunidade. Os informantes desejam ver a transformação do espaço com aproveitamento

para o turismo cultural: pensam em utilizar o prédio como um museu, escola, centro cultural ou algo semelhante. Alguns membros da comunidade participaram de oficinas de sensibilização sobre TBC, mas essa forma de gestão parece estar longe do que esperam alguns comunitários, que é o protagonismo e um envolvimento maior dos moradores locais.

Por fim, é possível inferir que as representações sociais identificadas são extremamente úteis por possibilitarem compreender quem são os atores sociais, o que eles sabem do turismo, como eles sabem e como usam seus saberes na cotidianidade. Por meio da pesquisa, pode-se refletir e superar situações-problema que se revelam em cada espaço comunitário, ainda que existam muitas lacunas a serem exploradas na investigação dos fenômenos. A natureza das representações dos atores locais expressa a natureza do universo consensual de cada espaço comunitário.

Este estudo corrobora com as ideias de Sansolo e Bursztyn (2009), os quais entendem que o TBC é uma opção de desenvolvimento para as comunidades de áreas rurais, ampliando suas práticas cotidianas. Esse é o caso específico das três comunidades do estudo, essa forma de fazer a gestão do turismo surge nessa região com o intuito de oferecer melhores produtos e serviços turísticos, e contribuir para melhorar as condições de vida daqueles que estão envolvidos com a atividade nas comunidades locais. O turismo de base comunitária é um caminho que ainda está sendo trilhado, especialmente no Lago do Acajatuba.

REFERÊNCIAS

- APOLINÁRIO, F. Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Thomson Pioneira, 2006.
- AREF, F.; GILL, S. S.; AREF, F. Tourism development in local communities: as a community development approach. *Journal of American Science*, 6(2), 155-161, 2010.
- ARRUDA, A. Teoria das representações sociais e ciências sociais: trânsitos e atravessamentos. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 24, n. 3, p. 739-766, set./dez. 2009.
- _____. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15555.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2012. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p. 117-147, novembro, 2002.
- BARRETTO, M. Relações entre Visitantes e Visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. *Turismo em análise*, v. 15, n. 2, p. 133-149, novembro 2004.
- BAUMAN, Z. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CAILLÉ, A. Critique de la raison utilitaire. *Manifeste du Mauss*. Paris, La Découverte, 2003.
- CAMARGO, L. O. de L. A pesquisa em hospitalidade. *Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM*. Santos, 29 de agosto a 2 de setembro, 2007.
- CAVE, J.; RYAN, C.; PANAKERA, C. Residents' perceptions, migrant groups and culture as an attraction – the case of a proposed Pacific Island cultural centre in New Zealand. *Tourism Management*, 24, p. 371-385, 2003.

COELHO, E. A. Refletindo sobre turismo de base comunitária em Unidades de Conservação através de uma perspectiva amazônica. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 313-326, jan/abr, 2013.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). *Introdução. Textos em representações sociais*. 12. ed. Editora Vozes, 2011.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 22, n. 2, p. 201-210, mai/ago, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n2/a10v22n2.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2012.

JUNQUEIRA, L. A noção de representação social na sociologia contemporânea. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, 18/19, 145-161, 2005.

MALDONADO, C. Turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MARTINS, P. H. (Org.) *A dívida entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

_____. *A Psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ROZEMEIJER, N. *Community-based tourism in Botswana: The SNV experience in three community-tourism projects*. Gaborone: SNV Botswana, 2001.

RYAN, C.; SCOTLAND, A.; MONTGOMERY, D. Resident attitudes to tourism development – a comparative study between the Rangitikei, New Zealand and Bakewell, United Kingdom. *Progress in Tourism and Hospitality Research*, v. 4, p. 115-130, 1998.

SALAZAR, N. B. Community-based cultural tourism: issues, threats and opportunities. *Journal of Sustainable Tourism*, 20:1, 9-22, 2012.

SANZOLO, D. G. Políticas e planejamento do turismo na Amazônia. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 105-119, abr. 2013.

SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

SANTOS FILHO, O. G. dos. Comunidades eclesiais de base: análise a partir da psicologia cultural. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 16, n.7/8, p. 529-537, jul./ago, 2006.

SECRETARIA DE SAÚDE. *Relatórios da Vila de Paricatuba*, 2014.

TODARO, M. P. *Economic Development* (6th ed.). London: Longman, 1997.

WAGNER, W. Descrição, explicação e método na pesquisa das Representações Sociais. In: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). *Textos em representações sociais*. 12. ed. Editora Vozes, 2011.

WIGGERS, R. Programa Bolsa Floresta: comunidades rurais em Unidades de Conservação Ambiental do Amazonas. In: WIGGERS, R.; RATIER, H. E.; RODRIGUES, C. M. C. (Org.). Comunidades rurais: organização, associações e lideranças. Manaus: EDUA, 2012.

RESUMO

Diversas iniciativas de turismo de base comunitária vêm buscando, como estratégia para o seu fortalecimento, a articulação por meio da formação de redes. O presente trabalho examina essas redes a partir de uma abordagem teórica, realizada por meio de pesquisa bibliográfica apoiado em autores como Capra (1996, 2002), Castells (1999, 2013), Scherer-Warren (2006, 2007) e Rovere (1999); e pesquisa documental em materiais produzidos pela Rede Turisol e Rede Tucum. O estudo apresentou que as Redes de Turismo de Base Comunitária constituem redes sociais de contrapoder constituídas por diferentes níveis de colaboração. Nelas, as conexões ocorrem por meio de um processo de comunicação que cria um contexto de significados e valores comuns que permite que os diversos nós envolvidos construam um sentimento de identidade e pertencimento enquanto membro da rede, fortalecendo a luta por um outro modelo de organização do turismo.

Palavras-chave: Redes Sociais. Redes de Contrapoder. Redes de Turismo de Base Comunitária.

ABSTRACT

Several community-based tourism initiatives have sought, as a strategy for their strengthening, the articulation through the formation of networks. This paper examines these networks from a theoretical approach, carried out through bibliographical research supported by authors such as Capra (1996, 2002), Castells (1999, 2013), Scherer-Warren (2006, 2007) and Rovere (1999); and documentary research in materials produced by Turisol Network and Tucum Network. The study showed that networks of community-based tourism are social networks of counter power consisting of different levels of collaboration. In them, the connections occur through a process of communication that creates a context of meanings and common values which allows the various nodes involved to build a sense of identity and belonging as a member of the network, strengthening the fight for another organization model of tourism.

Keywords: Social Networks. Networks of counter power. Based-Community tourism networks.

RESUMEN

Varias iniciativas del turismo de base comunitaria están buscando, como estrategia para su fortalecimiento, articulación por medio de la creación de redes. El presente trabajo examina estas redes desde un enfoque teórico, realizado a través de la investigación bibliográfica apoyada en autores como Capra (1996, 2002), Castells (1999, 2013), Scherer-Warren (2006, 2007) y Rovere (1999), así como de la investigación documental en materiales producidos por la Red Turisol y la Red Tucum. Este estudio presentó que las redes de turismo de base comunitaria se constituyen en redes sociales de contrapoder, compuestas de diferentes niveles de colaboración. En ellas, las conexiones se producen debido a un proceso de comunicación que crea un contexto de significados y valores comunes, los cuales permiten a los múltiples nodos implicados construir un sentido de identidad y pertenencia como miembro de la rede, fortaleciendo la lucha por otro modelo de organización del turismo.

Palabras clave: Redes sociales. Redes de contrapoder. Redes de turismo de base comunitaria.

INTRODUÇÃO

O turismo de base comunitária surge a partir da necessidade de construção de um modelo de turismo alternativo ao turismo convencional. Propõe-se a ser um modelo de organização da atividade turística que coloca a comunidade como centro do processo de planejamento e organização do turismo. Nele, a população local é detentora e gestora dos equipamentos turísticos, participando efetivamente das decisões sobre o desenvolvimento da atividade na comunidade (BURSZTYN *et al.*, 2009; CORIOLANO, 2009; IRVING, 2009). Constitui um mecanismo de resistência de comunidades tradicionais ante um processo de desenvolvimento que prioriza o mercado globalizado (BURSZTYN *et al.*, 2009; BURGOS; MERTENS, 2015), contribuindo na luta pelo território e na afirmação da identidade das comunidades receptoras (SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

A partir do final do século XX, despontam inúmeras iniciativas de turismo de base comunitária, que buscam como estratégia para o seu fortalecimento a articulação por meio da construção de redes (BURGOS; MERTENS, 2015; BURSZTYN *et al.*, 2009). Durante o Fórum Social Mundial de 2004, em Mumbai, o documento intitulado *De Mumbai a Porto Alegre: Quem realmente se beneficia com o turismo?* (2004, p.1), construído a partir do Grupo de Intervenções em Turismo, aponta que “o trabalho em rede está no centro das estratégias futuras para identificar áreas de preocupação comum, construir alianças com indivíduos, organizações e movimentos que dividem este pensamento, e influenciar agendas de política de turismo”.

As redes de turismo de base comunitária criadas vêm promovendo discussões acerca dessa nova proposta de organização da atividade turística, além de estabelecer intercâmbios de vivências, lutas e desafios experimentados pelas comunidades. Como exemplo, pode-se citar a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Rede Turisol) e a Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum).

O surgimento dessas redes e o trabalho que elas vêm desenvolvendo na articulação e fortalecimento do turismo de base comunitária requer tanto uma maior compreensão do sentido e relevância destas dentro do fenômeno turístico, quanto no processo de fortalecimento das comunidades. Do mesmo modo, requer um maior entendimento sobre a forma, o significado e os processos que dão vida às mesmas. A proposta deste artigo é, portanto, trazer uma discussão preliminar sobre redes de turismo comunitário, a fim de levantar pontos que possam servir para futuras análises do processo de formação e construção das redes de turismo comunitário. O presente estudo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica sobre textos, livros e artigos científicos que abordam o conceito de redes, além de dissertações que trabalham com o tema “rede de turismo comunitário”; e pesquisa documental, realizada em documentos publicados por essas redes, como relatório de encontros, cadernos de normas e material institucional.

REDES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE UM CONTRAPODER

A noção de rede vem sendo ressignificada ao longo dos anos e utilizada em várias áreas do conhecimento para explicar e compreender estruturas, sejam estas biológicas, territoriais ou sociais. Na compreensão de Capra (1996, 2002), uma rede é uma teia de relações que conectam processos vitais, os quais serão distintos em diferentes níveis e dimensões.

Dentro do campo das ciências sociais, a noção de redes compreende um conjunto finito de nós, sejam estes indivíduos, instituições ou comunidades, que estabelecem vínculos sociais ou conexões específicas (BURGOS; MERTENS, 2015; TOLKACH *et al.*, 2013). Essas conexões ocorrem por meio da comunicação que envolverão múltiplos aspectos inerentes à condição humana (CAPRA, 2002; CASTELS, 2013). A rede social se regenera a cada comunicação realizada, pois à medida que a comunicação é estabelecida são produzidos pensamentos e significados na mente das pessoas. Quando a comunicação é recorrente, é construído um processo de realimentação que cria um sistema comum de valores, crenças e visão de mundo, ou seja, “um contexto comum de significado” (CAPRA, 2002, p. 86). Esse “contexto comum de significado” faz com que cada indivíduo adquira sua identidade enquanto membro ou nó da rede, estabelecendo um limite para a mesma, baseado no sentimento de pertencimento e lealdade do indivíduo, e que será sempre renovado a partir de novas comunicações (CAPRA, 2002). Dessa forma, são as conexões que dão significado à rede social, e essas conexões nada mais são do que vias de comunicação estabelecidas entre os nós. É a comunicação entre eles que permitirá a consolidação dos valores e significados que nortearão e coordenarão a construção dos vínculos de interdependência entre as partes em sinergia e equilíbrio.

As relações estabelecidas por meio da comunicação ocorrem em um padrão de organização não linear (CAPRA, 2002), ou seja, um nó da rede se conecta a mais de um nó, quando não, a todos os nós da rede, criando um complexo sistema de nós e conexões que dão forma à estrutura reticular. Os nós podem, também, se conectar a um ponto de fora que passará, então, a fazer parte da rede, criando um sistema aberto com grande poder de expansão. Quanto maior o número de nós conectados, maior será seu poder de multiplicação e seu campo relacional (MARTINHO, 2003).

Tendo em vista essa estrutura não linear complexa de relações entre os diversos nós, a rede social cria uma organização horizontal e descentralizada, ou seja, os nós estão interligados sem que haja uma hierarquia, permitindo um processo de comunicação capaz de se propagar por toda a rede e de retornar por meio da realimentação. Nesse sentido, ocorre um processo de autorregulação e auto-organização, que emerge a partir das relações construídas no processo de conexão realizada por meio da comunicação (CAPRA, 1996).

Apesar dessa organização horizontal e descentralizada e da capacidade de auto-organização, as redes sociais não estão desprendidas de relações de poder, as quais estão na essência da sociedade. Diante da capacidade do ser humano de afirmar suas preferências e com base nelas fazer suas escolhas, surgem os conflitos de interesses entre os indivíduos. O poder é o meio pelo qual esses conflitos de interesse são resolvidos, o que pode acontecer tanto de forma coercitiva, quanto compensatória ou, então, condicionada quando o conflito é resolvido por meio da persuasão ou educação (CAPRA, 2002). As relações estabelecidas entre os nós da rede estarão dessa forma permeadas por conflitos de interesse no qual o poder se materializa por meio da construção do contexto de significado comum e de sentimento de pertencimento estabelecido por meio da comunicação.

Com a revolução recente da informática e o processo de globalização, a sociedade mergulha em uma nova dinâmica baseada na estrutura em rede que serve como instrumento de um capitalismo ultra-avançado, baseado nos fluxos financeiros, de informação e poder (CASTELLS, 1999). Essas redes são formadas por nós, que são locais de conexão dos fluxos de bens, pessoas ou informações. No entanto, da mesma forma que conecta os elementos, ela exclui comunidades e territórios. Regiões se tornam insignificantes para o capital financeiro e são privadas de diversos fluxos e de infraestrutura tecnológica (DIAS, 1995; CASTELLS, 1999). A rede é, portanto, seletiva e ocorre de acordo com os interesses dos detentores do

poder; são eles quem comandam e quem produzem uma racionalidade às redes que compõem a sociedade contemporânea, como as redes viárias, de comunicação, e financeiras (SANTOS, 2006; 2005).

No entanto, apesar do avanço das tecnologias terem possibilitado o avanço do capitalismo e processos de exclusão e desvalorização de grupos sociais e territórios, permitiu, também, uma maior comunicação e articulação da sociedade civil, o que levou ao estabelecimento de redes de intercâmbio e de empoderamento de diversas organizações e movimentos políticos populares (MARTINHO, 2003; SCHERER-WARREN, 2006; CAPRA, 2002). Essas são redes de contrapoder¹ (CASTELLS, 2013) intencionalmente constituídas, que visam à construção e o fortalecimento de ações coletivas que confrontarão os interesses embutidos nas instituições sociais.

Scherer-Warren (2007) distingue dois conceitos que se referem a essa nova forma de articulação da sociedade civil, os coletivos em rede e as redes de movimentos sociais. Para a autora, coletivos em rede referem-se “a conexões em uma primeira instância comunicacional, instrumentalizada através de redes técnicas, de vários atores ou organizações, que visam difundir informações, buscar apoios solidários, ou mesmo estabelecer estratégias de ação conjunta” (SCHERER-WARREN, 2007, p. 35). Já as redes de movimentos sociais são

redes sociais complexas, que transcendem organizações empiricamente delimitadas, e que conectam, simbólica e solidaristicamente, sujeitos individuais e atores coletivos, cujas identidades vão se construindo num processo dialógico (SCHERER-WARREN, 2007, p. 36).

Nas redes de movimentos sociais predominam as ações coletivas estabelecidas a partir de vontades políticas bem definidas e comuns a todos os envolvidos. Elas são utilizadas, frequentemente, como mecanismos de estratégia dos movimentos sociais para a sua organização e ações por meio de relações mais horizontalizadas e democráticas (SCHERER-WARREN, 2007, p. 42). Em organizações em rede, pressupõe-se que o poder é diluído e distribuído entre os diferentes nós, os quais são investidos de confiança e poder para cumprir determinada função em prol da rede (MARTINHO, 2003). Entretanto, como visto anteriormente, a rede não é isenta de conflitos de interesses, mas trabalha com mecanismos democráticos de resolução de conflitos, de construção coletiva de consensos e de decisão compartilhada que possam permitir um autocontrole das decisões e ações da rede (MARTINHO, 2003).

Dentro de redes de contrapoder haverá pontos mais fortes que possuem uma maior influência na articulação e na proposição de ações e estratégia e que atuam como mediadores do processo organizativo. Esse processo de mediação, muitas vezes, se configura como sendo bastante relevante para o empoderamento das redes de movimento social (SCHERER-WARREN, 2006). É essencial, no entanto, que a rede trabalhe no sentido de construir um equilíbrio que possibilite a autonomia dos sujeitos envolvidos apesar da existência de pontos mediadores.

Teixeira (2002), em estudo sobre redes de política, ressalta que o trabalho em estruturas de rede impõe diversos desafios e destaca que algumas características das redes tanto podem ser vistas como vantajosas para o processo de gestão como também limitadoras da sua eficácia gerando dificuldades na gestão e no alcance de seus objetivos. No caso das redes sociais, podem-se destacar alguns pontos apresentados pela autora, como o processo de negociação ser bastante lento, a dificuldade no cumprimento dos objetivos,

¹ Para Castells, as relações de poder estão na essência da sociedade, a qual é constituída pelos detentores do poder, que dominam as instituições sociais de acordo com seus valores e interesses, e por um contrapoder, que questiona as instituições sociais e luta para que seus valores e interesses possam ser representados.

pois as responsabilidades são diluídas; a dinâmica flexível que pode levar ao afastamento ou saída de alguns nós; e a falta de critérios de participação da rede bem definidos pode levar à marginalização de alguns nós (TEIXEIRA, 2002, p. 12).

Para Rovere (1999), a constituição de redes permite uma organização mais flexível capaz de assumir as heterogeneidades dos diversos sujeitos constituintes destas. O autor aponta a existência de cinco níveis na construção de redes que permitem o acompanhamento do seu grau de profundidade. No primeiro nível, reconhecer, ocorre à percepção da existência do outro e a aceitação das diferenças e heterogeneidades. No segundo nível, conhecer, começa a necessidade de conhecer o outro e o interesse em entender sua percepção de mundo. No terceiro nível, colaboração, verificam-se vínculos de reciprocidade e mecanismos de colaboração e ajuda espontânea. No nível seguinte, pode-se observar um processo mais complexo e sistemático de ações de cooperação visando um objetivo comum. E no último nível, há um estreitamento nos acordos que permitem a partilha de recursos.

Assim, as redes de contrapoder são espaços de construção coletiva que precisam de um forte trabalho de articulação e comunicação para que haja a sinergia necessária e que criem vínculos de reciprocidade e mecanismo de colaboração que venham a garantir a construção de significados e valores comuns, assim como um sentimento de pertencimento de cada nó, permitindo o fortalecimento da luta, ideologias e objetivos.

AS REDES NO CONTEXTO DO FENÔMENO DO TURISMO

O fenômeno do turismo tem como base o deslocamento de indivíduos de forma temporária que possibilita a conexão de pontos distantes do espaço global, caracterizados por polos emissores e receptores de turismo e as zonas de transição, na qual há um fluxo contínuo de pessoas, capital, cultura, costumes e ideologias. Essas conexões são sustentadas pela colaboração de diversos atores sociais de interesses e papéis distintos e que constituem uma rede de relacionamentos, que contribui para o desenvolvimento da atividade turística.

Esses atores são ao mesmo tempo “ativos e passivos” (FRATUCCI, 2008) e influenciarão diretamente na territorialização dos espaços para o turismo, a qual ocorrerá de formas distintas, dependendo da forma como as relações de poder entre esses agentes se configuram dentro da rede formada pelo turismo. O turista, o mercado, o poder público e a comunidade local se destacam como principais atores sociais envolvidos nesse fenômeno. A forma como esses diferentes atores exercem seus papéis dentro dessa rede de relações e os vínculos estabelecidos entre eles são decisivos para determinar como o processo de desenvolvimento do turismo ocorrerá.

A rede criada com o desenvolvimento do turismo convencional segue os interesses dos grupos detentores do poder e acaba por excluir parte da população local, priorizando a iniciativa privada que comanda e controla, com a força do capital, a apropriação dos espaços pelo turismo. O turismo convencional é, nesse sentido, seletivo no que se refere aos espaços a serem conectados dentro da rede. Ele exclui localidades que não possuem vantagens comparativas e competitivas necessárias, ou seja, não possuem um valor para o capital financeiro, ou que resistem ao processo de apropriação dos seus territórios. No caso, quando são inseridas na rede do turismo, grande parte das comunidades se submete às relações de poder ditadas por aqueles que têm o controle da atividade, ou seja, o mercado e o Estado (muitas vezes guiados por políti-

cas neoliberais). Os vínculos construídos entre os diversos atores são puramente comerciais e as relações baseadas no mercado.

A rede construída a partir do turismo de base comunitária compreende, por sua vez, uma nova configuração de interações dos seus nós. Possuem relações de poder distintas, os atores sociais exercem seus papéis de forma diferente e os vínculos devem ser construídos baseados em outros valores como cooperação, solidariedade, equidade e justiça. Na rede do turismo comunitário a comunidade passa a ter um papel mais incisivo no planejamento e desenvolvimento da atividade. A população local será a detentora e gestora dos equipamentos turísticos e definirá os rumos para o desenvolvimento da atividade no local. O mercado, quando participa, exerce um papel de parceiro da comunidade tendo como função a comercialização dos serviços oferecidos pela população local a partir de valores baseados na economia solidária, cooperação e sustentabilidade. O Poder Público é, em alguns casos, principalmente no Brasil, omissivo no seu papel de estimular e gerenciar a sustentabilidade das redes de relacionamento que estruturam o turismo comunitário. O turista se relaciona de forma diferente com a comunidade participando do dia a dia local a partir de vivências que valorizam o intercâmbio de experiências e culturas.

O trabalho de Organizações Não Governamentais (ONGs) nas comunidades no desenvolvimento de um turismo alternativo, revela um outro ator social na configuração da rede do turismo comunitário: o terceiro setor. A atuação desse setor como ator social do turismo vem crescendo nos últimos anos, acompanhando o processo de discussões acerca dos impactos causados pelo turismo convencional e a necessidade de novas formas de organização do turismo. Tem como principal papel a sensibilização, organização e articulação das comunidades na elaboração de novas práticas de turismo, além de ter um papel bastante representativo na captação de recursos.

REDES DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Ao mesmo tempo em que esse novo modelo de organização do turismo imprime uma nova forma à rede do turismo, busca, também, como estratégia, criar redes que procuram conectar as várias iniciativas que vêm surgindo no mundo todo a partir do século XX. As redes de turismo de base comunitária são redes sociais de contrapoder que, mais do que estratégias de inserção das comunidades no mercado turístico, são estratégias de resistência ao modelo de turismo convencional (BARBOSA, 2011) e de fortalecimento do turismo de base comunitária na luta pelo território e afirmação de suas identidades.

Como exemplo dessas redes pode-se citar a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Rede Turisol), e a Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum). Essas redes articulam um conjunto de comunidades fortalecendo a prática turística comunitária e buscando superar as deficiências por meio do intercâmbio de experiências e de trabalhos coletivos.

A Turisol surgiu, em 2003, a partir da articulação de sete iniciativas de turismo de base comunitária. A rede constitui-se de “diversas organizações no Brasil que desenvolvem projetos de turismo solidário e que buscam, através da união e troca de experiências, fortalecer as iniciativas existentes e despertar outras comunidades para a construção de um turismo diferente” (TURISOL, 2010, p. 9). A rede se consolida em 2007, com sete iniciativas pioneiras. Em 2008, com aprovação de projeto no Edital do Ministério do Turismo de apoio a iniciativas de turismo de base comunitária, o Projeto Bagagem, organização não governamental que trabalha no apoio às iniciativas de turismo de base comunitária, começa a exercer o papel

de Secretaria-Executiva na gestão e articulação da rede. Com o término do projeto, a rede fica adormecida entre os anos de 2011 e 2014, quando são retomados novos diálogos e articulações que culminaram com o II Encontro da Rede Turisol, em Brasília, em agosto de 2015, no qual participaram comunidades espalhadas por todo o País, ONGs, Academia, agências, operadoras, entre outros atores (TURISOL, 2015), dando nova vida à rede.

A Rede Tucum é “uma articulação de comunidades que se propõe a realizar o turismo comunitário no Ceará, integrado ao fortalecimento da relação entre sociedade, cultura e natureza” (REDE TUCUM, 2013, p. 7). Integra, atualmente, 15 iniciativas que desenvolvem uma proposta de turismo de base comunitária. Essas iniciativas localizam-se ao longo do litoral cearense e compreendem comunidades litorâneas, ribeirinhas, assentamentos rurais, tribos indígenas e Reservas Extrativistas, cada qual com a sua especificidade e autenticidade, mas que são marcadas por um elo em comum: luta pela terra, a afirmação de suas identidades e a resistência à apropriação de seus territórios seja por grupos hoteleiros, equipamentos turísticos ou viveiros de camarão. A rede conta, ainda, com a assessoria institucional de três ONGs (Associação Caiçara de Promoção Humana, Instituto Terramar de Pesquisa e Assessoria à Pesca Artesanal e Associação para o Desenvolvimento Local Coproduzido (Adelco)).

A Rede Tucum trabalha promovendo ações que englobam desde a consolidação da infraestrutura, por meio da melhoria e/ou construção de equipamentos turísticos, sinalização turística, organização de trilhas; mobilização social em torno dos direitos das comunidades tradicionais; e formação dos sujeitos coletivos (PEREIRA; SOUSA, 2010).

Assim, se constituem essas Redes de Turismo de Base Comunitária, de nós heterôgeneos, de multiplicidades de culturas, costumes, saberes, vivências e lutas, mas conectados por elos em comum, por vínculos de reciprocidade que permitem a construção de mecanismo de colaboração entre os nós. Elas têm como núcleo central as comunidades que desenvolvem iniciativas de turismo de base comunitária, e como parceiros ONGs, academia, agências, operadoras, entre outros atores que se identificam com o trabalho e os valores propagados dentro da rede. Compreende, portanto, redes sociais de contrapoder que prioriza as ações coletivas, por meio de uma organização mais horizontal e descentralizada.

Essa diversidade de experiências permite um processo de comunicação por meio do intercâmbio de conhecimentos, vivências e lutas, que dá vida à rede, fortalecendo a organização comunitária e o desenvolvimento de um novo modelo de turismo dentro de cada comunidade. A partir do fortalecimento de cada comunidade cria-se o processo contínuo de realimentação que fortalece a rede e as comunidades em um movimento cíclico. Da mesma forma, caso haja o enfraquecimento de algum nó ou da rede, ocorre um processo de propagação negativa que pode levar ao enfraquecimento da estrutura reticular e das comunidades.

As redes de turismo de base comunitária podem envolver três níveis de colaboração (TOLKACH *et al.*, 2013). O primeiro nível ocorre dentro da comunidade. Os vários grupos que compõem uma determinada comunidade podem experimentar complexas relações de poder, o que variará de acordo com as particularidades de cada comunidade no que se referem ao nível e à forma de organização e as relações sociais nela empreendidas.

O segundo nível ocorre entre a comunidade e outro ator associado, que pode ser tanto público, privado, quanto voluntário (ONGs). Ressalta-se que o turismo de base comunitária vive um conflito enquanto

modelo de gestão e planejamento da atividade, pois deve combinar tanto operações comerciais, quanto o desenvolvimento comunitário o que gera uma tensão e conflitos de interesse entre os objetivos da comunidade e dos outros atores (TOLKACH *et al.*, 2013).

O terceiro e último nível é a relação entre as várias iniciativas que compõem a rede. As várias comunidades que compõem essas redes, apesar de possuírem elos em comum, que levam ao diálogo e construção de vínculos, são em sua essência heterogêneas e, dessa forma, podem estar baseadas em diferentes modelos de organização e diferentes pontos de vista sobre o turismo de base comunitária (TOLKACH *et al.*, 2013).

Todos esses níveis de colaboração devem ser pensados, analisados e trabalhados na formação e organização das redes de turismo comunitário, no sentido de que em cada nível a rede possa estabelecer um processo de comunicação e relações que permita a criação dentro da rede de um “contexto de significados comum”, baseado em valores da organização comunitária, economia solidária, cooperação, equidade e justiça. Ainda, que permita que os diversos nós envolvidos construam um sentimento de identidade e pertencimento enquanto membro da rede para que possa propagar esse significado comum e fortalecer a rede.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno do turismo pode ser entendido como uma complexa rede de relações na qual fazem parte diversos atores sociais que têm como elemento de conectividade o deslocamento de pessoas em seu momento de lazer. A maneira pela qual esses atores interagem vai influenciar diretamente na forma como essa atividade se desenvolverá nas comunidades receptoras. Nesse sentido, o turismo convencional e o turismo de base comunitária se diferenciarão pelo modo como esses atores se relacionam entre si, as relações de poder existentes, o papel que cada um exerce no planejamento e desenvolvimento da atividade turística e os valores e significados que são propagados no interior da rede construída a partir do turismo.

Dentro dessa complexa rede de relações que envolve o turismo de base comunitária, as iniciativas que vêm emergindo nas últimas duas décadas buscam como mecanismo de fortalecimento das experiências a construção de redes. Estas constituem redes sociais de contrapoder que se assemelham às redes de movimentos sociais por formarem uma organização coletiva para o fortalecimento de comunidades na busca por um outro modelo de atividade turística. Elas se caracterizam pela horizontalidade, descentralização e a não linearidade de suas estruturas. Trabalha com a valorização das heterogeneidades e autonomia dos pontos, e se conectam por elos em comum como a luta pela terra, a afirmação de suas identidades, valorização da cultura e das atividades tradicionais.

Caracterizam-se, também, pela ação de ONGs como atores sociais essenciais no processo de fortalecimento e articulação da construção do turismo de base comunitária, exercendo, muitas vezes, o papel de mediadores do processo organizativo. Nessas redes, as conexões estabelecidas se dão por meio da comunicação que cria um processo de construção de significado e valores que se propagarão dentro da rede, permitindo o fortalecimento desta e de seus nós, que possibilita a luta por um outro modelo de organização do turismo.

Vale ressaltar, contudo, que não se esgotam neste trabalho as discussões acerca das redes de turismo de base comunitária, tendo em vista o papel de cada nó que compõe a rede, os processos que os conectam e o significado construído dentro delas, considerando os diferentes níveis de colaboração, é um tema que necessita ser aprofundado e analisado empiricamente. Além de que, novas reflexões e questionamentos podem surgir a partir das ponderações aqui apresentadas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, L. M. Redes de territórios solidários do turismo comunitário: políticas para o desenvolvimento local no Ceará. 160f. (Dissertação de Mestrado) – Mestrado Acadêmico em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Centro de Ciências e Tecnologia. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2011.

BURGOS, A.; MERTENS, F. A perspectiva relacional na gestão do turismo de base comunitária: o caso da Prainha do Canto Verde. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v. 15, n.1, p. 81-98, abr. 2015.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o Brasil. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. *Turismo de Base Comunitária: diversidades de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 76-91.

CAPRA, F. *A teia da vida*. São Paulo: Cultrix, 1996.

_____. *As conexões ocultas*. São Paulo: Cultrix, 2002.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Zahar, 2013.

CORIOLANO, L. M. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Brasília: Letra e Imagem, 2009. p. 277-288.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: I. CASTRO, E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

FRATUCCI, A. C. A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo. 308f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

IRVING, M. D. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Brasília: Letra e Imagem, 2009. p. 108-121.

MARTINHO, C. *Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização*. Brasília: WWF-Brasil, 2003.

PEREIRA, R. M.; SOUSA, V. F. *Rede Cearense de Turismo Comunitário: turismo e resistência na zona costeira cearense*. São Paulo: Série Turisol de metodologias de turismo comunitário, 2010.

ROVERE, M. R. *Redes en Salud; un nuevo paradigma para el abordaje de las organizaciones y la comunidad*. Rosario: Ed. Secretaría de Salud Pública/AMR, Instituto Lazarte, 1999.

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências de turismo Brasília: Letra & Imagem, 2009. p. 142-161.

SANTOS, M. O Retorno do Território. Clacso. Buenos Aires, Ano VI, n. 16, jun. 2005.

_____. A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHERER-WARREN, I. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Sociedade e Estado, v. 21, n. 1, p.109-130, 2006.

_____. Redes Sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. Redes, sociedades e territórios. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007. p. 29-50.

TEIXEIRA, S. M. O desafio da gestão das redes de políticas. In: VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administracion Publica. Lisboa, Portugal: CLAD, 2002.

TOLKACH, D.; KING, B.; PEARLMAN, M. An Attribute-Based Approach to Classifying Community-Based Tourism Networks. Tourism Planning & Development, v. 10, n. 3, p. 319-337, 2013.

TUCUM. Caderno de Normas da Rede Tucum – Rede Cearense de Turismo Comunitário. Rosa Martins (Org.). Fortaleza: Instituto Terramar, 2013.

TURISMO, C. de. De Mumbai a Porto Alegre – Quem realmente se beneficia com o turismo. Mumbai: 4º Fórum Social Mundial, 2004.

TURISOL. I Encontro da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário. Turisol, 2010.

_____. II Encontro da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário. Brasília: Turisol, 2015.



Estado e terceiro setor na produção do espaço para o turismo de base comunitária na Amazônia paraense: o caso da comunidade ribeirinha Anã no município de Santarém-PA

State and Third Sector in the production of space for community-based tourism in Pará Amazon: The Case of the riverfront Anã in the municipality of Santarém-PA

Estado y tercer sector en la producción del espacio para el turismo basado en la comunidad en Pará Amazon: el caso de la orilla del río Ana, en el municipio de Santarém-PA

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1182>

Elcivania de Oliveira Barreto <vaniabarreto21@gmail.com >

Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento e Turismo de Santarém, Brasil.

Maria Goretti da Costa Tavares <goretti@ufpa.br >

Professora Associada da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará, UFPA, Brasil.

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 17-nov-2015

Aceite: 14-ago-2016

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

BARRETO, E. O.; TAVARES, M. G. C. Estado e Terceiro Setor na produção do espaço para o turismo de base comunitária na Amazônia paraense: o caso da Comunidade Ribeirinha Anã no município de Santarém-PA. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 211-231, ago. 2016.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



RESUMO

O presente artigo apresenta parte dos resultados de nossa dissertação de mestrado, busca assim, analisar o papel do Estado e do Terceiro Setor na produção do espaço para o Turismo de Base Comunitária – TBC, na Amazônia paraense, particularmente na comunidade ribeirinha de Anã, localizada no município de Santarém, no oeste do estado do Pará. Considerando o TBC como um contraponto às formas convencionais de turismo, ele foi introduzido no território da comunidade ribeirinha de Anã no ano de 2008 por intermédio da ONG Projeto Saúde e Alegria – PSA. Além das pesquisas bibliográficas, realizou-se pesquisa documental e de campo. Para a realização da pesquisa de campo, elaboramos e utilizamos roteiros de entrevistas específicos para cada sujeito da pesquisa, sendo estes agrupados da seguinte forma: representante da ONG PSA, ex-secretários de Turismo do município de Santarém e comunitários de Anã. O estudo apontou que o Estado, níveis municipal e estadual, em relação ao TBC, mostra-se praticamente ausente, não sendo possível identificar nenhuma ação voltada para o desenvolvimento do TBC. O Terceiro Setor, identificado pela presença da ONG PSA, teve e tem papel fundamental, atuando hegemonicamente no desenvolvimento do TBC no território da comunidade.

Palavras-chave: Estado. Terceiro Setor. Turismo de Base Comunitária. Comunidade Ribeirinha de Anã.

ABSTRACT

This article presents part of the results of our dissertation, seeking thereby to analyze the role of the state and the third sector in the production of space for community-based tourism – CBT, in Pará Amazon, particularly in the riverside community of Anã located in the municipality of Santarém in western of Pará state. Considering the CBT as a counterpoint to conventional forms of tourism, it has been introduced within the Anã riverside community in 2008 through the NGO Projeto Saúde e Alegria – PSA. In addition to literature searches, perform desk and field research. To carry out field research, we develop and use specific interviews scripts for each research subject, which are grouped as follows, representative of the NGO PSA, former Secretary of Municipality of Santarem Tourism and Community Anã. The study found that state, municipal and state levels, compared to the CBT shows practically absent, it is not possible to identify any action geared to the development of CBT. The third sector, identified by the presence of NGO PSA, and has had key role, acting hegemonic in the development of CBT within the community.

Keywords: State. Third Sector. Community Based Tourism. Riverside community of Anã.

RESUMEN

Este artículo presenta parte de los resultados de nuestra disertación, buscando con ello analizar el papel del Estado y el tercero sector en la producción del espacio para el turismo basado en la comunidad – por confirmar, en Pará Amazonia, especialmente en la comunidad ribereña de Anã ubicada, en el municipio de Santarém, en el estado de Pará. Considerando la TBC como contrapunto a las formas convencionales de turismo, se ha introducido dentro de la comunidad ribereña de Anã en 2008 a través de la ONG Projeto Saúde e Alegria – PSA. Además de búsquedas bibliográficas, realice escritorio y campo de investigación. Para llevar a cabo la investigación de campo, desarrollamos y utilizamos scripts de entrevistas específicas para cada sujeto de investigación, que se agrupan de la siguiente manera, representante de la ONG de PSA, los ex secretarios de Turismo de Santarem y Comunidad de Anã. El estudio encontró que los niveles estatal, municipal y estatal, frente a la TBC muestra prácticamente ausente, no es posible identificar cualquier acción orientada al desarrollo de TBC. El tercero sector, identificado por la presencia de ONG de PSA, y ha tenido papel fundamental, actuando hegemónico en el desarrollo del TBC en la comunidad.

Palabras clave: Estado. Tercero Setor. Turismo basado em la comunidade. Comunidade ribereña de Anã.

INTRODUÇÃO

Levando em consideração que o turismo consome elementarmente o espaço, tendo este como seu principal objeto de consumo (CRUZ, 2002), este artigo desenvolveu-se com base na ciência geográfica, que nos deu um suporte teórico-metodológico para analisarmos a experiência de Turismo de Base Comunitária – TBC desenvolvida na comunidade ribeirinha de Anã, a qual está dentro dos limites da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, localizada no município de Santarém, estado do Pará.

O TBC tem sido apontado como um contraponto às formas convencionais de turismo, uma vez que se privilegia a participação da comunidade local no processo de planejamento, execução e monitoramento da atividade, além do que implica os momentos de vivência, experiências de vida compartilhadas entre visitantes e visitados.

O TBC tem sido desenvolvido na comunidade de Anã desde o ano de 2008, por intermédio da ONG Projeto Saúde e Alegria – PSA, que atua no município de Santarém desde a década de 1980 (século XX) com projetos voltados para a área da saúde.

Partindo do pressuposto que o TBC trata-se de contrarracionalidade hegemônica ante as formas convencionais de turismo, mas que também se apropria e produz espaço, implicando assim em um processo contraditório e conflituoso devido aos agentes produtores deste, questionou-se: Qual o papel do Estado e da ONG PSA na produção do espaço para o turismo de base comunitária em Anã?

Diante disso, neste artigo, buscou-se analisar o papel do Estado e do Terceiro Setor na produção do espaço para o TBC na comunidade ribeirinha de Anã. Para tanto, buscamos inicialmente caracterizar a experiência de TBC desenvolvida em Anã, para em seguida identificarmos o papel do Estado e da ONG PSA para o desenvolvimento dessa prática na comunidade. Para embasar nossas análises, utilizou-se o conceito uso do território de Santos e Silveira (2008), além disso, Santos (2009; 2012a; 2012b; 2012c); Harvey (2013; 2005) e Mariano (2007) nos auxiliam em nossa reflexão sobre o Estado. Para auxiliar em nossa reflexão sobre Terceiro Setor, utilizamos Coutinho (2004); Monte (2002) e Landim (2002).

Assim, este artigo apresenta inicialmente uma breve reflexão sobre os conceitos de Turismo de Base Comunitária, Estado e Terceiro Setor, para em seguida discorrermos sobre a experiência de TBC desenvolvida em Anã, apresentando os resultados obtidos durante a pesquisa.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: UMA BREVE ABORDAGEM

No que se refere ao turismo de base comunitária – TBC, constatamos que ainda existe pouca produção teórica, no entanto, tal prática tem despertado o interesse de vários estudiosos, principalmente ligados à área da geografia, incitando a produção de pesquisas em lugares que vêm desenvolvendo essa modalidade de turismo.

Diante das várias experiências de TBC no País e no mundo, diversificam-se também as terminologias e conceitos sobre tal modalidade, o que não quer dizer que seja um problema, mas sim um desafio para extrair de tais experiências suas especificidades e suas contribuições para a formulação de um aporte teórico sobre o TBC, bem como a formulação de políticas públicas de turismo que vislumbrem justamente

o olhar, a inserção da população local. Para tanto não se pode falar em modelos ou quaisquer outras formas simplificadoras. A diversidade de contextos, histórias, lugares e personagens fazem de cada uma das iniciativas autoproclamadas “comunitárias” únicas. Tentar compreender essa diversidade e extrair ensinamentos que possam subsidiar a formulação de políticas públicas é sem dúvida um grande desafio (BARTHOLO; SAN SOLO; BURSZTYN, 2009, p. 16).

Levando em consideração a diversidade de experiências, identificamos algumas denominações que essa modalidade assume tanto na práxis como na literatura, as quais sejam: turismo comunitário, ecoturismo de base comunitária, turismo responsável, turismo rural comunitário, turismo justo, turismo solidário, entre outras. Sendo assim apresentaremos a seguir reflexões de alguns autores que têm contribuído para a construção e o fortalecimento de um aporte teórico em torno da temática.

Cito inicialmente o conceito de ecoturismo de base comunitária apresentado por Mitraud (2003), o qual parte de uma perspectiva de turismo responsável. Sendo assim, esse seria o tipo de “turismo realizado em áreas naturais, sendo determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para essas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade” (MITRAUD, 2003, p. 23). Vale ressaltar que esse conceito se encontra no Manual de Ecoturismo de Base Comunitária elaborado pela WWF no ano de 2003. Esse manual apresenta algumas possíveis metodologias de desenvolvimento do ecoturismo no Brasil, uma vez que se vivenciava um período de desalento com a atividade turística tendo em vista os seus impactos negativos acarretados principalmente às áreas naturais e às populações residentes.

Utilizando a mesma terminologia, “ecoturismo de base comunitária”, a ONG Ceaps/ Projeto Saúde e Alegria refere-se à prática como uma nova forma de gerir o turismo com ênfase no ser humano e nas relações com o outro. Visando a geração de renda em comunidades ribeirinhas da região, a ONG propôs o projeto Ecoturismo de Base Comunitária, que parte de uma perspectiva de turismo que

[...] propõe um modelo de desenvolvimento que privilegie o ser humano, que garanta condições de vida digna a todos os cidadãos, centrado em uma cultura de cooperação, parceria e solidariedade. [...] pretendendo ser antes de tudo um momento de encontro entre pessoas e culturas diferentes e este elemento precisa ser resgatado com muita ênfase, com todas suas implicações, para sair da lógica restrita e mercantilista do turismo de massa (ONG PROJETO SAÚDE E ALEGRIA, 2011).

Observa-se, nesse sentido, que o conceito apresentado pela ONG enfatiza uma contraposição ao turismo de massa, uma vez que privilegia as experiências vivenciadas tanto pelo residente quanto pelo visitante, uma experiência no e com o lugar, portanto, busca-se não a fragmentação dos lugares, tampouco a exclusão do feio, muito menos afastar o turista do pobre, do usual, conforme ressalta Carlos ao tratar do turismo contemporâneo, mas propor uma nova forma de turismo que valorize o lugar, as relações existentes, as experiências vividas nesse lugar.

[...] nós vendemos o mundo como ele é, então não queremos mostrar um lado fantástico, do lugar que não é fantástico, nós mostramos o lado bom e o lado ruim, a gente tem que conhecer os problemas na Amazônia, temos que conhecer as dificuldades de uma comunidade isolada de tudo ribeirinha, como ver os lados positivos, alegres e culturalmente humanos dessas pessoas [...] (Entrevista concedida pelo coordenador do projeto de ecoturismo de base comunitária da ONG Saúde e Alegria, junho de 2011).

No âmbito do Estado, mais precisamente do Ministério do Turismo, órgão oficial do Turismo no Brasil, o turismo de base comunitária, denominado ainda de solidário, de conservação, entre outras denominações, se configura como:

modelo alternativo de desenvolvimento turístico, baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo, na valorização da cultura local e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação por parte destas dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística (BRASIL, MTUR, 2008).

Convém destacar o conceito apresentado pela Rede Cearense de Turismo Comunitário – Rede Tucum, a qual utiliza a terminologia turismo comunitário, e diz que este nasce da percepção das próprias comunidades em relação ao turismo que, insatisfeitas com um modelo de desenvolvimento turístico pautado na concentração de renda e na geração de problemas socioambientais, passaram a requerer para si uma autonomia ante a atividade turística em seus territórios, redesenhando assim um turismo que vai “na contramão do convencional, pois a população local passa a ter o controle efetivo do planejamento das atividades e pela gestão das infraestruturas e serviços turísticos” (REDE TUCUM, 2013).

No site da Rede Tucum são apresentados ainda princípios e diretrizes que regem o turismo comunitário no Ceará, quais sejam:

1. As atividades de turismo são desenvolvidas por grupos organizados e os projetos são coletivos, de base familiar;
2. O turismo se integra à dinâmica produtiva local, sem substituir as atividades econômicas tradicionais;
3. O planejamento e a gestão das atividades são de responsabilidade da organização comunitária local;
4. O turismo comunitário baseia-se na ética e na solidariedade para estabelecer as relações comerciais e de intercâmbio entre a comunidade e os visitantes;
5. O turismo comunitário promove a geração e a distribuição equitativa da renda na comunidade;
6. O turismo comunitário fundamenta-se na diversidade de culturas e tradições, promovendo a valorização da produção, da cultura e das identidades locais;
7. O turismo comunitário promove o relacionamento direto e constante entre grupos que também desenvolvem a experiência de um turismo diferente, estabelecendo relações de cooperação e parceria entre si;
8. O turismo comunitário fundamenta-se na construção de uma relação entre sociedade, cultura e natureza que busque a sustentabilidade socioambiental (REDE TUCUM, 2013).

Tais princípios e diretrizes nos remetem ao conceito de turismo comunitário elaborado por Coriolano, que tem desenvolvido de forma exponencial estudos sobre a temática em comunidades litorâneas no estado do Ceará.

O turismo comunitário é aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Nele o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias residentes, seja de pescadores, ribeirinhos, pantaneiros ou de índios (CORIOLANO, 2009, p. 282).

Para Maldonado (2009), o Turismo Rural Comunitário, terminologia utilizada pelo referido autor, surge principalmente como uma forma de resistência das populações locais em seus territórios, uma forma de resistir às intensas transformações impostas pelo processo de globalização ao seu lugar.

O turismo de base comunitária, nesse sentido, “deve favorecer a coesão e o laço social e o sentido coletivo de vida em sociedade, e que por esta via, promoverá a qualidade de vida, o sentido de inclusão, a valorização da cultura local e o sentimento de pertencimento” (IRVING, 2009, p. 112).

O turismo de base comunitária nos permite desta forma repensar o sentido do lugar, partindo de uma reflexão ‘da maneira como as pessoas vivem nos lugares onde residem ou os que visitam, deles extraindo uma experiência’ (CLAVAL, 2001, p. 46 *apud*, MARANDOLA, p. 78).

O turismo de base comunitária, segundo Bartholo (2009), invoca um sentido de proximidade, o qual dialoga com o sentido do lugar heideggeriano, uma vez que “[...] o lugar heideggeriano encaminha ao-

contro face a face no vigor da proximidade. Nele a centralidade do encontro face a face não é meramente topológica” (BARTHOLLO, 2009 p. 45). Diante disso, Bartholo (2009) discorre sobre o sentido de proximidade relacionando-o com as ideias da relação Eu-tu de Martin Buber, levando em conta que “a pessoa da relação Eu-Tu é o suporte relacional que permite fazer da alteridade uma presença, em uma possibilidade relacional que se estende para além do campo do inter-humano”. O resgate do sentido de proximidade se dá em decorrência da própria negação do sentido de proximidade que se tem observado nos dias atuais, no contexto de uma sociedade que vive em “tempos líquidos”, no qual a valorização da relação Eu-Isso, se dá em detrimento da Eu-tu. Vale frisar que na relação Eu-Isso “não há lugar para proximidades vinculares, que lhe permanecem uma exterioridade. Ela não conhece encontros face a face [...]” (BARTHOLLO, 2009, p. 51).

Portanto, o turismo de base comunitária permite um sentido de proximidade, que se concretiza nas experiências vividas e compartilhadas entre nativos e viajantes, ambos se permitem “uma atitude dialógica, o que significa a abertura para primordialmente falar com alguém, não de alguém ou alguma coisa” (BARTHOLLO, 2009 p. 52).

Isso demonstra o diferencial do turismo de base comunitária das demais modalidades de turismo que existem, em que se tem como foco não a dimensão econômica, mas a dimensão social, circunscrita em uma perspectiva de maior autonomia das populações envolvidas no processo, propiciando assim o aumento da justiça social e da qualidade de vida, consolidando de fato um desenvolvimento territorial pleno.

Para tanto, vale destacar Irving (2009) ao elencar as premissas para o turismo de base comunitária, como forma de propor uma reflexão em torno deste, que possa vir a ultrapassar o sentido de “comunitário” e principalmente “comunidade”, que na maioria das vezes são remetidos, ou tidos como sinônimos de pessoas carentes, de baixa renda, e por assim também excluídos das políticas de Estado, e/ou relegados a segundo plano em tais políticas:

- Base endógena da iniciativa e desenvolvimento local;
- Participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos;
- Escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados;
- Geração de benefícios diretos à população local;
- Afirmação cultural e interculturalidade;
- O “encontro” como condição essencial.

Tais premissas revelam a importância da população local nesse processo, em que não será o mercado a ditar as regras de o quê, como implementar o turismo em seu local. Trata-se de fato da presença dos atores locais durante todo o processo do planejamento da atividade até mesmo na execução desta, promovendo o desenvolvimento local a partir da iniciativa própria do local, firmando-os em seu território, em sua identidade, e fazendo do “encontro” com o turista o seu principal “objetivo”, que deve corresponder:

no compromisso ético, de respeito, e engajamento de quem está de quem vem e o intercâmbio real entre os sujeitos que recebem e os que são recebidos e destes, com o ambiente no qual interagem (...) nesse sentido, atores locais e turistas são, simultaneamente, agentes, sujeitos e objetos no processo (IRVING, 2009, p. 116-117).

Nessa nova perspectiva de turismo, também é revelado um novo perfil do turista, pois nesse caso não é o turista convencional que procura por experiências como essas, mas são turistas que, tomados de uma percepção de mundo diferenciada, em que se volta a conhecer e se mergulhar no outro, em um modo diferente, que lhes permita vivenciar costumes, modos de vida totalmente diferentes do seu, mas que também se permita transmitir suas experiências enquanto não pertencente ao local visitado. Esse novo perfil de turista revela a importância dessas populações excluídas pelo turismo convencional, mas que possibilitam a inserção delas em um segmento em que não é a lógica nem o “tempo” do mercado que prevalece, mas a lógica, o “tempo” de comunidades seja tradicional ou não, que estabelecem e se firmam com uma nova proposta de turismo, que faz do encontro entre turistas e visitados, um processo, uma descoberta, crítica e reinvenção de uma nova realidade (IRVING, 2009).

Conforme podemos observar, há uma gama de denominações e características que em um esforço em conjunto buscam designar o turismo de base comunitária. Contudo, fez-se necessário optarmos por uma terminologia, a qual conduziu-nos na análise do nosso objeto de estudo.

Assim, utilizamo-nos, neste trabalho, da terminologia turismo de base comunitária, assim como nos assentamos nas premissas do TBC propostas por Irving (2009), as quais nos permitiram refletir o TBC enquanto possibilidade de uma comunidade, seja esta tradicional, ou não, firmar-se em seu território; direcionar o uso do seu território seja este para o turismo ou não; ter autonomia no processo de planejamento, execução e monitoramento da atividade; e de proporcionar um desenvolvimento, que corresponda de fato a uma mudança social positiva; tornando-os de fato verdadeiros cidadãos.

Mas, ainda trataremos o TBC como um contraponto ao turismo convencional, utilizando Santos (2012b), buscou-se analisá-lo como uma contrarracionalidade hegemônica, na qual se busca a essência nas relações entre os sujeitos, essa busca, que se configura como “um movimento sem fim que inclui o sujeito em um processo dialético e o restitui a si mesmo”, e que faz restaurar a individualidade adormecida em um período histórico em que o “êxito” é norma essencial da vida.

REFLETINDO SOBRE O PAPEL DO ESTADO NO PERÍODO HISTÓRICO ATUAL

Refletir sobre o papel do Estado no período histórico atual é reconhecer que estamos diante de um novo comportamento do Estado, movido, sobretudo pela necessidade de expansão do modo de produção capitalista, que necessita sempre de novos espaços para consolidar-se. Mediante o exposto, convém ressaltar Harvey (2013, p. 79), o qual nos lembra que (...) “a formação do Estado em associação com o surgimento da constitucionalidade burguesa tem sido, por conseguinte, características cruciais da longa geografia histórica do capitalismo”.

Portanto, o período histórico atual, movido pela égide da globalização, que submete os Estados a desafios de inserção e superação das vicissitudes do mercado mundial, sendo o ditador das regras o sistema financeiro internacional, modifica consideravelmente o papel do Estado, o qual passa a funcionar em consonância com as políticas empresariais (SANTOS, 1998). Seguindo o mesmo pensamento, Herz (1999, *apud*, MARIANO, 2007, p. 127), diz que:

O Estado tradicional estaria dando lugar a uma nova forma ou lógica de Estado na qual as decisões políticas são permeadas e influenciadas por redes transnacionais intergovernamentais. Em consequência, o papel do Estado transforma-se: é crescentemente um instrumento de adaptação das políticas domésticas à realidade internacional e, portanto, de decisões tomadas em outras esferas de poder, sejam elas regionais, transnacionais ou internacionais.

Conquanto, aponta Harvey (2013, p. 79), “os capitalistas não requererem absolutamente esse arcabouço para funcionar, mas na ausência dele encontram maiores riscos”. Até porque, é por meio das ações estatais que a atividade capitalista poderá encontrar as melhores condições para poder se instalar e se desenvolver em determinada porção do território.

É possível perceber esse cenário principalmente a partir de 1980, com a instauração de uma intensa política de desestatização, dando início à “era das privatizações”, na qual as empresas públicas passaram a pertencer às iniciativas privadas, e até mesmo corporações internacionais; nutre-se o mercado internacional por meio de prerrogativas que lhes possibilitam cada vez mais a sua expansão, por meio de políticas estatais. Paralelo a isso, assiste-se, cada vez menos o Estado preocupado com a elaboração e implementação de políticas sociais, pois o recurso público passa a ser utilizado intensivamente para melhorias e ampliação de infraestruturas que possam servir ao capital, dotando o território (porções do território) de sistemas de engenharia, tornando-o assim mais fluido, contudo cada vez mais corporativo e fragmentado, estabelecendo, doravante, um uso diferencial do território.

Esse uso diferencial do território se realiza, conforme Santos e Silveira (2008), na disputa pelos lugares luminosos e lugares opacos entre empresas com diferentes graus de modernidade capitalista ou organizacional. Nessa disputa, as empresas mais hegemônicas reivindicam os lugares mais luminosos, em virtude principalmente de sua densidade técnica que dará melhores condições às atividades econômicas que serão desenvolvidas, além, é claro, do lugar, onde encontrarão a mais-valia desejada, para que se obtenha mais lucro.

Apesar do papel de grande intermediário, entre o modo de produção em escala internacional e a sociedade nacional, não se pode considerar o Estado como um intermediário passivo (SANTOS, 2012c), pois,

[...] ao acolher os feixes de influências, ele os deforma, modificando sua importância, sua direção e, mesmo sua natureza. Isso significa que a reorganização de um subespaço sob a influência de forças externas depende sempre do papel que o Estado exerce (SANTOS, 2012c, p. 226).

Presencia-se a cada dia deste período hodierno, que as ações do Estado voltam-se fundamentalmente para a produção do espaço para atender, conforme já enfatizamos, aos interesses de uma lógica global, portanto, se por um lado as ações do Estado se dão de forma efetiva, por outro lado, no que tange principalmente às suas funções sociais e políticas, observa-se um encolhimento de suas ações (SANTOS, 2009c).

Sendo assim, podemos considerar Todesco (2010) ao tratar sobre o papel do Estado na organização do espaço para o turismo no Vale do Ribeira, classificando sua atuação da seguinte forma: “Presença ausente do Estado” e “Ausência presente do Estado”, classificação esta que sinaliza bem a atuação do Estado no período histórico atual. O primeiro corresponde à presença do Estado em dada fração do território, por meio de planos, programas e projetos, entre outras ações, contudo, ineficientes para proporcionar um resultado efetivo diante da demanda almejada.

O segundo refere-se à modificação da atuação do Estado em dada fração do território, no qual passa a não mais implementar ações diretas sobre tal, porém, passa a delegá-las a outros sujeitos, como no caso o

Terceiro Setor, este que em diversos momentos será financiado pelo próprio Estado. É assim que o Estado vai se configurando como mínimo em território nacional, em um primeiro momento mostrando sua ineficiência quanto à execução de suas ações, tornando-se presente, mas ausente e, por outro, delegando e financiando ações de outras instituições não públicas, como no caso instituições pertencentes ao Terceiro Setor, para realizar suas funções, mostrando-se ausente mas presente. É assim que vai se configurando as (in) ações do Estado no território nacional, principalmente o que se refere às questões sociais.

Restringindo suas funções políticas e sociais, o Estado amplia consideravelmente suas funções para o mercado, mostrando políticas cada vez mais eficientes ao benefício deste, principalmente no que se refere à instalação ou requalificação de fixos e fluxos que darão suporte a sua ampliação e fortalecimento. Contudo, nem todo território interessa ao capital, em se tratando do Brasil, observa-se como o território é descontínuo em termos de densidade de objetos e ações.

E isso é algo histórico, que configura continuamente um agravamento das diferenças territoriais, onde tais diferenças são assinaladas principalmente pelo uso do território pelo mercado e pelo Estado, os quais, em um jogo dialético, serão determinantes para o uso de uma dada porção do território em determinado período, dotando-a de valor ou não, de acordo com interesses externos ao território.

É dessa forma que o turismo, enquanto atividade econômica, foi sendo incorporado ao território brasileiro; se levarmos em conta a sua ocorrência de forma efetiva, podemos considerar apenas frações do território, já que tanto o Estado quanto o mercado selecionam apenas frações do território brasileiro para o investimento em tal setor.

Diante disso, criou-se uma racionalidade para o desenvolvimento do turismo no Brasil, em que prevalece o imperativo do mercado, principalmente quando se estimula a construção de destinos turísticos como simulacros, visando simplesmente atender a um mercado consumidor, desvirtuando o cotidiano e transformando a imagem do lugar.

REFLEXÕES SOBRE O TERCEIRO SETOR NO PERÍODO HISTÓRICO ATUAL

Como vimos anteriormente, a racionalidade hegemônica que passa a predominar em frações do território faz emergir as contrarrazões hegemônicas, que em uma tentativa de sobrevivência, mediante a racionalidade hegemônica produzida no espaço, passa a desenvolver possibilidades de se ajustar enquanto sujeito do processo de organização do território. Veremos a seguir como o Terceiro Setor surge no Brasil, e como ao longo de dois períodos históricos tem reformulado seu perfil, seja pela necessidade ou seja impulsionado a fazê-lo.

Antes, contudo, é necessário saber que o termo “Terceiro Setor” é proveniente dos Estados Unidos, traduzido da expressão em inglês *Third Sector* e que no Brasil ganhou novos contornos, principalmente a partir da democratização do Estado brasileiro no final da década de 80 do século XX, e que faz emergir um novo ator no cenário nacional, e que se consolida na década de 90 do mesmo século como principal mecanismo de alcance de políticas públicas sociais pela população pobre brasileira.

Dessa forma já se pode identificar que o Terceiro Setor, apesar de incorporar algumas características do Primeiro Setor (Estado) e do Segundo Setor (Mercado), não corresponde a nenhum dos dois setores, por mais que as atividades desenvolvidas por ele caracterizem-se como privadas, os seus objetivos são públicos. De acordo com Monte (2002, p. 70), “tal hibridização permite a defesa da existência de uma esfera pública não estatal, cuja importância está na capacidade de gerar dividendos sociais”.

O Terceiro Setor no Brasil surgiu, segundo Monte (2002), por volta da década de 70 e 80 do século XX, motivado pela necessidade de defesa dos direitos sociais no período da ditadura militar, e sua expansão e consolidação no território brasileiro ocorreram em decorrência de vários fatores, entre os quais destaca:

a inoperância da máquina estatal em promover condições mínimas de sustentabilidade social a uma classe de indivíduos excluída; o processo de globalização, que por meio do modelo capitalista de extinguir postos de trabalho e fechou empresas e o fim do regime militar no país (MONTE, 2002, p.).

É possível ainda identificar outras nomenclaturas relacionadas ao Terceiro Setor, entre as quais destaca-se Organizações Não Governamentais – ONG, a qual popularizou-se no cenário nacional. Assim, enquanto nomenclatura para instituições que se encontram com esse formato, adotaremos a terminologia ONG neste trabalho.

Segundo Landim (2002), a nomenclatura ONG foi utilizada pela primeira vez em 1940, pelas Nações Unidas – ONU. Era um termo que com frequência aparecia em seus documentos para designar “um universo bastante amplo e vago de organizações com as quais a ONU poderia estabelecer consultorias”.

Inicialmente, ONGs correspondiam, no Brasil, principalmente às organizações de cooperação internacional (COUTINHO, 2004), formadas geralmente pelas Igrejas católicas e protestantes, organizações de solidariedade, ou governo de vários países, as quais direcionavam suas ações a organizações e movimentos sociais, visando a democratização do País.

As ONGs de defesa de direitos, criadas nas décadas de 1970 e 1980, em geral, desenvolviam um trabalho na base da sociedade, que visava a democratização e a ampliação de direitos no país, em oposição a um Estado militar autoritário e violador de direitos. O formato associativo foi a expressão institucional encontrada para contribuir para a construção de um Estado democrático de direitos e de uma sociedade multicultural, livre de seculares estruturas de poder, dominação e desigualdade. (ABONG, p. 13).

Com a democratização do País no final da década de 1980, e com a instalação de uma economia neoliberal no Brasil a partir de 1990, há uma consolidação desse setor no País. No entanto, passam a atuar com uma lógica, com ações políticas diferentes das dos anos de 1970 e 1980. Se naquele período suas ações estavam relacionadas essencialmente aos movimentos sociais, em uma luta contra o Estado, doravante, as ONGs passam a buscar parcerias com o próprio Estado, uma vez que como ressaltado em nossa discussão anterior sobre este, a partir da década de 90 do século XX, torna-se ineficiente na elaboração e na execução das políticas sociais do País. Além do Estado, tais organizações passam também a estreitar relações com as empresas privadas. É dessa forma que vão se estruturando no cenário nacional e firmam-se como instituições cidadãs e sem fins lucrativos.

De acordo com Coutinho (2001, p. 58), as ONGs iniciam a partir da década de 1990 uma nova trajetória, com um novo perfil, o qual se configura como um “perfil de filantropia empresarial”, passando a manter relações estreitas com o Banco Mundial e com as agências financiadoras ligadas ao grande capital, como o caso das fundações Ford, Rockefeller, Kellogg, Mac Arthur, entre outras.

Se na década de 1970 os objetivos dessas ONGs baseavam-se na politização dos movimentos sociais, em 1990 os objetivos passam a incorporar lemas como desenvolvimento autossustentável (COUTINHO, 2001).

A década de 1990 foi, de acordo com Coutinho (2001), fundamental para a popularização do termo ONG, bem como para sua consolidação no cenário nacional. Contudo, a autora diz que houve uma divisão de tais instituições, as quais se identificam, ou melhor, se imaginam em um campo progressista, e há aquelas ONGs que colaboram com a política neoliberal, dessa forma pode-se dizer que, acompanhado da reestruturação do Estado, veio também uma ruptura dos objetivos unos das ONGs no Brasil: algumas ainda permaneceram com o ideário de desenvolver ações que incitem a busca pelos direitos sociais e políticos, e outras não, que seguiram as regras impostas pela economia neoliberal.

O impacto substantivo de suas ações converge para desviar 'o povo da luta de classes para formas inofensivas e ineficientes de colaboração com os seus opressores' (1999:41). Elas despolitizam e desmobilizam os pobres com suas ações focadas na 'autoajuda'. Debruçam sobre temas como 'excluídos', 'discriminação racial', 'relações de gênero' sem ir além do sintoma superficial, para engajar o sistema social que produz essas condições. Incorporando os pobres à economia neoliberal através da simples 'ação voluntária privada', as ONGs geram um mundo político onde a aparência da solidariedade e da ação social disfarça a conformidade conservadora com a estrutura de poder internacional e nacional (PETRAS, 1999).

Diante disso, é preciso traçar uma reflexão do real papel desse setor, uma vez que este, como menciona Neder (1998), não é governo, nem mercado, mas sim uma esfera pública não estatal e não mercantil, ocupada com a superação da exclusão social. Porém, é uma reflexão que exige um grande esforço de análise, principalmente quando nos deparamos com a diversidade de ONGs, com os mais distintos objetivos, que revelam por si só, "um universo bastante complexo, diverso, dinâmico e desigual, e instituir-se como não governamental não garante uma concepção pronta nem encerrada" (ABONG, 2010).

CARACTERIZAÇÃO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM ANÃ: ANÁLISE DO PAPEL DA ONG PROJETO SAÚDE E ALEGRIA E DO ESTADO

A comunidade Anã está situada à margem direita do Rio Arapiuns, na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, a cerca de quatro horas de navegação de Santarém, sendo que o acesso à comunidade se dá exclusivamente por via fluvial.

Ocupando uma área de 1.937 hectares, o território de Anã é recortado por diversos igarapés (ONG PROJETO SAÚDE E ALEGRIA, 2012); e assim como nas demais comunidades pertencentes à Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns, o clima predominante em Anã é o equatorial continental megatérmico úmido da Amazônia Central, que tem como uma de suas características a associação do calor elevado (temperaturas médias anuais entre 26°C e 28°C) com umidade alta (valores médios anuais entre 80% a 85%) (ICMBIO, 2014). Anã apresenta ainda um solo bastante arenoso, de origem fluvial e uma vegetação composta de capoeiras e matas secundárias, resultado da exploração madeireira e da agricultura de corte e queima (ONG PROJETO SAÚDE E ALEGRIA, 2013).

No ano de 2014 havia na comunidade 94 famílias, com uma população aproximada de 480 pessoas, as quais mantêm suas residências concentradas às margens do Rio Arapiuns.

A relação da comunidade com o turismo de base comunitária se deu mediante a firmação da atuação da própria ONG Projeto Saúde e Alegria – PSA na comunidade, sendo este parte do programa “empreendimentos sustentáveis”, projeto que se concretizou a partir do ano de 2008. Contudo, anteriormente, a ONG já havia organizado viagens a algumas comunidades ribeirinhas da região com o objetivo inicial de facilitar e mediar a interação entre visitantes e comunidades ribeirinhas mediante a prática constante de receber parceiros e financiadores para viagens de trabalho, esta que teve início ainda no ano de 1987. No ano de 2001, a ONG PSA organizou em parceria com o Projeto Bagagem uma expedição pelas comunidades ribeirinhas de Santarém, o qual se denominou Roteiro Amazônia Ribeirinha, que também deu origem à ONG Projeto Bagagem.

Essa experiência com o Projeto Bagagem foi o marco inicial para o desenvolvimento de outros roteiros pela ONG PSA, não somente com o Projeto Bagagem, mas com outros parceiros, outras instituições, como *World Learning Brazil*, *Ambiental Expedições*, *I-To-I/IkoPoram*. Além dessas viagens, a ONG PSA ainda tem organizado viagens demandadas pelos seus parceiros financiadores, com a finalidade de levá-los a conhecer os projetos desenvolvidos pela ONG nas comunidades.

Diante disso, e com a finalidade de fomentar e consolidar o turismo como uma alternativa de geração de renda para as comunidades ribeirinhas do município de Santarém, a ONG PSA elaborou no ano de 2008, um projeto intitulado “Ecoturismo de Base Comunitária no Polo Tapajós”, o qual fora submetido ao Ministério do Turismo para concorrer à obtenção de financiamento disposto através do Edital n. 001/2008 do MTur.

É nesse contexto que a comunidade ribeirinha de Anã envolveu-se com o projeto de turismo de base comunitária desenvolvido pela ONG PSA. Esse projeto inicial contemplou quatro comunidades ribeirinhas do município de Santarém, entre as quais Anã. A seleção das comunidades para participação no projeto foi feita pela ONG PSA. Contudo, era uma escolha que dependia principalmente do próprio interesse das comunidades em participar, e este foi um dos pontos avaliados pela ONG no momento em que esta levava a proposta às comunidades.

Vale mencionar que não foi por esse projeto de turismo de base comunitária coordenada pela ONG PSA que a comunidade de Anã “conheceu” o turismo. Anteriormente ao projeto desenvolvido pela ONG, Anã já havia recebido visitas de pessoas de outros estados e países, mas Anã servira apenas de passagem para outras comunidades. E mesmo quando as pessoas se locomoviam até Anã para conhecer os projetos que desenvolvia, como o projeto de criação de peixes, o projeto de manejo de abelhas, entre outros, os comunitários sempre eram surpreendidos, já que em momento algum recebiam comunicados antecipados sobre as visitas previstas à comunidade; assim não fora gerada nenhuma renda pelos visitantes à comunidade, nem pelas agências de turismo que intermediavam a ida dos visitantes, a renda gerada era apenas aos comunitários que comercializavam seus produtos aos visitantes.

Foi justamente esse fato, essa insatisfação por parte dos comunitários de Anã, que os motivou a buscar mais esclarecimentos sobre o turismo, assim como a buscar capacitação, como o curso de guia de turismo comentado anteriormente, para justamente começarem a implementar o “turismo”, inseri-lo como uma atividade que deveria ser desenvolvida pela comunidade, e que os benefícios gerados por ela fossem direcionados principalmente à comunidade.

Após a formalização de Anã no projeto de turismo da ONG PSA e com a seleção do projeto pelo Ministério do Turismo, por meio do Edital n. 001/2008 para financiamento, iniciaram-se as oficinas de qua-

lificações das comunidades que, como já citamos, além de Anã, havia mais três comunidades envolvidas no projeto.

Antes mesmo do encerramento das capacitações e oficinas realizadas em Anã, a ONG PSA ofereceu à comunidade a possibilidade de receberem um grupo de visitantes, os quais deveriam hospedá-los em suas residências. Seria, segundo o coordenador do projeto, a oportunidade de colocar a teoria em prática, e testá-los de fato como anfitriões. Então, em novembro de 2008, receberam um grupo de 10 a 15 estudantes americanos, que ficaram hospedados durante uma semana nas casas das famílias, convivendo e compartilhando o cotidiano delas. A vinda desse grupo foi feita por meio de uma Organização Internacional, que possibilitava aos jovens um período de experiência na Amazônia. Parceria esta que se mantém até os dias atuais com a ONG PSA (POMPERMAIER, 2014).

Observa-se, a partir disso, que a ONG atua também como um intermediador entre os visitantes e a comunidade. No início do projeto essa intermediação era bem forte; atualmente, a própria comunidade dá início a um processo de intermediadora, contudo, ainda, a ONG apresenta-se como principal interlocutora nesse processo. Aliás, em vários processos que envolvem o projeto de turismo de base comunitária, como veremos mais adiante.

Após a primeira fase de qualificações e ao passar pelo primeiro teste ao receber o grupo de estudantes norte-americanos, percebeu-se que Anã encontrava-se preparada para a recepção de outros visitantes. Assim iniciou-se uma nova fase em que Anã, assim como em outras comunidades envolvidas no projeto, que também começaram a receber visitantes. A ONG PSA passou a executar o roteiro proposto apresentado em seu projeto, o qual correspondia à visitação nas 4 (quatro) comunidades participantes deste, as quais foram: Anã, Atodí, Arimum e Vila Amazonas. O roteiro tinha a duração de 5 (cinco) dias, geralmente o tempo em cada comunidade correspondia a um (1) dia, no qual percorriam os projetos, realizavam refeições, compartilhavam experiências com os visitantes por meio das rodas de conversas, momento este em que os visitantes e os comunitários trocavam conhecimentos.

No caso mais específico de Anã, os visitantes poderiam ir ao projeto de criação de peixes, projeto Melipomel (Manejo de Abelhas sem ferrão), além de terem uma refeição, esta concretizada através de uma Piracaia.

Após um período realizando esse tipo de roteiro, em suas avaliações, a ONG com as comunidades, começaram a perceber a necessidade de encontrar outra forma de levar visitantes às comunidades, que possibilitasse a ampliação de benefícios a estas, uma vez que o tipo de pacote oferecido às pessoas, ao utilizar o barco para percorrer as 4 (quatro) comunidades durante 5 (cinco) dias, encarecia o custo da viagem, deixando uma renda baixa para a comunidade, tendo em vista o custo alto com a locação da embarcação, compra de diesel, tripulação do barco (comandante, marinheiro, cozinheiro), além de mediadores culturais da ONG PSA, impedindo dessa forma, conforme assinalou o coordenador do projeto, uma transferência maior de renda à comunidade.

Diante disso, a ONG PSA, com as comunidades, mais especificamente Anã, começou a pensar na possibilidade de criar uma pequena infraestrutura que viesse atender a essas pequenas necessidades. No ano de 2009, deu-se início ao processo de discussão sobre a construção de uma pousada comunitária que, além de possuir uma área que serviria como dormitório, teria uma área para cozinha e banheiros. Apresentou-se assim um projeto de uma hospedaria, tanto para Anã quanto para a outra comunidade, Atodí, comunidades que atualmente apresentam estruturas de hospedagem em seu território. Em Anã, a pousada recebeu o nome de “Hospedaria Comunitária de Anã”, portanto, adotaremos o termo hospedaria.

A construção da hospedaria começou de fato no ano 2013, sendo construído, primeiramente, o redário e, posteriormente, uma parte dos banheiros, concluindo-os ainda no mesmo ano, sendo já possível receber pessoas para pernoitar na comunidade. O local onde os visitantes faziam refeições ainda permanecera na praia da comunidade, pois a construção do refeitório da hospedaria ainda não havia iniciado, a bem como faria parte da próxima etapa de construção da hospedaria.

Logo após a finalização da construção do redário e dos banheiros, iniciou a outra fase do projeto, a construção da cozinha e do refeitório, pois no final do ano de 2013 conseguiram recursos de outro órgão financiador. Até setembro de 2014, foi arrecadado e empregado na construção da hospedaria um valor de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

Em setembro de 2014 o projeto da hospedaria comunitária de Anã estava praticamente todo concretizado, toda a estrutura finalizada, redário, banheiros, cozinha e refeitório, estes dois últimos também foram mobiliados.

É necessário ressaltar que quando se fala em comunidade de Anã, partimos da referência do território de Anã, porém, nem toda a comunidade é envolvida ativamente no projeto. Até setembro de 2014, das 96 famílias existentes em Anã, participavam de forma direta e indireta aproximadamente 30 famílias, entre as quais aquelas participando de forma direta na recepção dos visitantes, realização das refeições, e aqueles que participam vendendo seus produtos para atender à demanda de visitantes, principalmente no que se refere aos produtos utilizados no preparo das refeições, como a galinha caipira, o peixe, hortaliças e frutas para o preparo do suco.

Diante do exposto, podemos perceber que a atuação da ONG PSA em Anã se consolidou com o projeto de Ecoturismo de Base Comunitária (EBC) que esta desenvolve na comunidade desde o ano de 2008. Apesar de sua atuação anterior, com projetos ligados ao seu programa de Saúde, a implementação do projeto de EBC em Anã configurou uma nova relação entre a ONG e a comunidade. Atualmente, a atuação da ONG na comunidade não se restringe apenas ao projeto de EBC; paralelo a esse projeto, há outros projetos em desenvolvimento, como o caso do projeto do viveiro.

Além de atuar como principal intermediadora para a vinda dos visitantes à comunidade de Anã, a ONG PSA estabelece ainda algumas funções aos comunitários envolvidos com o projeto, entre as quais cita-se a escolha da “gerente” da hospedaria, que fica responsável pela gerência desta e também por indicar a “chefe” da cozinha no dia em que há grupo de visitantes. A ONG assume de certa forma um papel de agenciadora, conforme menciona a presidente da associação de Anã, ao relatar sua preocupação na urgência em regulamentar a hospedaria, para que possam efetuar pagamentos às pessoas que prestam serviço para a pousada e emissões de notas fiscais aos visitantes.

Em relação ao Estado, identificamos que este pouco ou quase nada despense ações para o desenvolvimento do turismo de base comunitária em Anã. Como ressaltado anteriormente, Anã está localizada em uma unidade de conservação, denominada Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns. Assim como as demais comunidades localizadas na Resex, Anã recebe poucas ações do Estado, seja este em nível municipal, estadual e federal.

Contudo, não podemos considerar o Estado ausente em Anã, uma vez que foram identificadas ações concretas do poder municipal e federal na comunidade, no entanto, em áreas como educação, saúde e habitação, em relação ao turismo, podemos considerar o Estado em todas as esferas praticamente ausente, tendo em vista que foram desenvolvidas ações pontuais em Anã, e com mais destaque a atuação do Go-

verno Federal, conforme já mencionado, por meio do recurso advindo do Ministério do Turismo em 2008 em decorrência do Edital de Chamada Pública de Projetos MTur/N. 001/2008.

Para identificarmos como ocorreu e se ocorre essa atuação do Estado em Anã, além de realizarmos entrevistas com os comunitários desta e o coordenador do projeto de TBC da ONG PSA, fizeram parte como sujeitos desta parte da pesquisa duas pessoas que foram secretários de Turismo do município de Santarém, respectivamente entre os anos 2009-2011 e 2011-2012, além de entrevistarmos também a pessoa que até então correspondia à secretária de Turismo do município, porém, esta permaneceu como secretária até março de 2015. Realizamos ainda a análise de documentos, como Plano de *Marketing* Destino Referência em Ecoturismo Santarém/PA (2012); Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará (2001); Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará (2012-2020); e o Plano de Manejo da Resex Tapajós-Arapiuns (2014).

Buscamos a partir das análises de tais documentos, identificar em que medida se deu e tem se dado as ações do Estado para o desenvolvimento do TBC em Anã e nossas análises nos levaram à conclusão de que tais documentos não contemplam tal experiência. Porém, dois documentos fazem referência ao projeto de ecoturismo de base comunitária desenvolvido pela ONG PSA, sendo predominante a atuação dessa entidade, como enfatizado a seguir.

O Plano de *Marketing* – Destino Referência em Ecoturismo – Santarém/PA foi elaborado a partir de uma exigência apresentada no diagnóstico do planejamento estratégico já desenvolvido no município, e fundamental para o desenvolvimento do “Projeto Fortalecimento do Destino Referência em Ecoturismo – Santarém/PA”. Nesse Plano de *Marketing*, identificamos que é apontado o Projeto de “Turismo de Base Comunitária” da ONG PSA que dá foco nas comunidades. Nesse sentido, a atuação da ONG PSA é apontada como um ponto forte para estruturação da oferta e divulgação do destino turístico.

Quanto ao Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará (2001) e ao Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará (2012-2020), ambos não fazem referência ao projeto desenvolvido pela ONG. Contudo, o Plano Estratégico de Turismo do Estado do Pará apresenta algumas ações a serem realizadas em comunidades tradicionais, porém, nada relacionado à comunidade de Anã, nem ao projeto de turismo de base comunitária desenvolvido pela ONG PSA nas comunidades ribeirinhas da Resex Tapajós-Arapiuns.

Em nossas pesquisas analisamos ainda o Plano de Manejo da Resex Tapajós (2014), o qual tivera o ICMBio como responsável pela sua elaboração, em parceria com outras instituições. No Plano é citado o projeto de turismo desenvolvido em Anã como parte da caracterização econômica da Resex, apontando-o como “uma prática mais próxima do Turismo de Base Comunitária – TBC” (ICMBIO, 2014). Contudo, não identificamos nenhuma ação voltada para o projeto desenvolvido em Anã, embora este apresente o turismo como uma alternativa de renda para outras comunidades da Resex. No que se refere ao âmbito municipal, não encontramos documentos que pudessem nos auxiliar em nossas análises, pois a Secretaria de Turismo ainda está trabalhando na elaboração do Plano Municipal de Turismo. Identificamos, todavia, que não há ações para o projeto que tem sido desenvolvido em Anã. Se levarmos em consideração o ano de implementação do projeto pela ONG PSA na comunidade, ano de 2008, até o ano de 2014 não houve qualquer tipo de ação voltada para essa prática em Anã.

A ONG PSA, com alguns comunitários de Anã, participaram de algumas reuniões realizadas pela Secretaria de Turismo no período de discussão da construção do Plano de *Marketing* – Destino referência

em ecoturismo Santarém/PA (2012), porém, foram participações pontuais e voltadas de forma específica à construção do Plano de *Marketing*, e essa participação também se deu pelo fato da ONG PSA ser membro do Grupo Gestor do Turismo de Santarém.

Conforme ressaltamos anteriormente, de 2008 até 2014, não houve qualquer forma de ação por parte do Estado no que se refere às esferas municipal e estadual. No que tange à atuação do Estado em nível federal, identificamos apenas o Edital n. 001/2008 do Ministério do Turismo, que direcionou uma verba de 147.766,50 (cento e quarenta e sete mil e setecentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos) ao projeto de ecoturismo de base comunitária que fora submetido pela ONG PSA contemplando, além de Anã, três comunidades envolvidas no projeto.

De acordo com o coordenador do projeto de turismo de base comunitária desenvolvido em Anã, além do recurso advindo do Ministério do Turismo, não houve qualquer outra forma de manifestação do Estado para com o projeto de turismo de base comunitária, seja em Anã ou em outras comunidades. A ONG procurou algumas vezes articular e solicitar algumas ações por parte dessa entidade, porém, não foram exitosas, até pelo fato da falta de objetividade do Estado em suas ações, bem como da urgência em realizar e consolidar o projeto de TBC nas comunidades, mais especificamente em Anã, principalmente no período de construção da hospedaria, que houve uma maior necessidade de captação de recursos. Porém não descarta a possibilidade de parcerias com este.

Assim como o coordenador do projeto, os comunitários entrevistados em Anã desconhecem qualquer forma de atuação por parte do Estado em relação ao turismo na comunidade. Dos 19 (dezenove) entrevistados, somente três afirmaram que não há atuação efetiva do poder público seja local e/ou estadual, ante o turismo, os demais não sabem informar se há ou não qualquer forma de atuação. Contudo, identificamos que um dos órgãos que têm auxiliado a comunidade em alguns momentos é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), conforme podemos observar abaixo:

[...] este poder público nosso aqui que está zerado... O municipal não forneceu nenhum prego sequer... não, não ainda não veio. [...] Do estadual até agora também só tem promessas... Onde a gente tem um apoio, e colaboração, ainda não veio em dinheiro, mas vem através de não medir esforços pra documentos, pra licenciar, pra divulgar, pra emitir documentos. O ICMBio é um órgão que a gente, que tá junto com a gente, a gente pode contar com ele... [...] Então o poder público, onde e quando a gente encontra o apoio, e precisa de verdade, é no federal, é no gestor da unidade de conservação... (GODINHO, 2014).

Diante disso, identificamos a pouca ou quase nula atuação do poder público local e estadual; o federal se faz presente por meio do ICMbio, este que é o gestor da Resex e, mediante algumas ações, tem auxiliado o desenvolvimento do projeto de TBC como apontado por Godinho (2014).

Como ressaltamos, o projeto de TBC existe em Anã desde o ano de 2008 e, ao longo desse período, assim como apontado pelo coordenador do projeto, e um dos comunitários de Anã, não houve qualquer forma de atuação efetiva do poder público estadual em relação ao turismo. Na esfera municipal, podemos constatar esse fato também nas entrevistas realizadas com os ex-secretários de Turismo e com a pessoa que estava à frente da Secretaria no período de realização desta pesquisa (2013-2015); apesar de estes terem conhecimento do projeto de TBC desenvolvido pela ONG PSA nas comunidades ribeirinhas de Santarém, durante o período de gestão dos mesmos não foi programada qualquer tipo de ação para a comunidade, como poderemos ver a seguir.

O órgão responsável pelo turismo no município de Santarém durante o período que realizamos o trabalho foi a Secretaria Municipal de Turismo. Em março de 2015 o órgão foi reestruturado e o turismo passou a ser vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Turismo.

As entrevistas realizadas apontaram que a atuação do Estado, no que refere ao poder público municipal de Santarém, desde o período em que se iniciou o projeto em 2008, até o ano de 2014, não houve ações efetivas e direcionadas à comunidade ribeirinha de Anã, no que tange ao TBC desenvolvido sob a coordenação da ONG PSA. Identificamos que tanto os ex-secretários como a secretária que estava à frente da Secretaria de Turismo durante o ano de 2014 reconhecem a importância do projeto que a ONG tem desenvolvido, assim como apontam a relevância da ONG nessas comunidades, principalmente quando observam a efetivação dos projetos nas comunidades ribeirinhas.

Como não foram solicitadas ações por parte da ONG, assim como pela comunidade Anã à Secretaria de Turismo, esta também não manifestou interesse em colaborar com ações efetivas ao projeto implementado em Anã. A ONG apresenta um grau de independência, principalmente no que se refere aos projetos e sua atuação nas comunidades ribeirinhas, que leva de certa forma à atenuação da atuação do poder público em tais comunidades, principalmente no que se refere à comunidade de Anã, nosso local de estudo.

Claro que não podemos falar do desenvolvimento do TBC sem ressaltar as ações que este realiza nas áreas citadas acima, pois o sucesso no caso do projeto de TBC depende também da implementação de boas políticas em tais áreas, contudo, a comunidade tem a necessidade de ter alternativas de geração de renda compatíveis com o permitido para uma unidade de conservação e, principalmente, compatível com o seu cotidiano.

O Estado, nos níveis municipal, estadual e federal, mostra-se em certa medida ausente presente, pois atribuiu de forma indireta a responsabilidade do desenvolvimento do turismo de base comunitária em Anã para a ONG PSA, sendo esta financiada em certa medida por recursos do Estado, como o caso do recurso advindo do Ministério do Turismo no ano de 2008 para o financiamento do projeto de turismo de base comunitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, Anã tem se destacado como uma das comunidades da Resex que mais têm empreendido projetos, ressaltando a eficácia destes para a comunidade. Entre tais projetos, destacamos neste trabalho o projeto de TBC, o qual tem sido desenvolvido em parceria com a ONG PSA desde o ano de 2008, período este que marca o início da forte atuação da ONG PSA na comunidade de Anã.

Contudo, vale ressaltar que anteriormente ao envolvimento de Anã com o projeto de TBC coordenado pela ONG PSA, Anã, mesmo sem saber e, conseqüentemente, sem dar autorização, fazia parte de roteiros de agências de turismo de Santarém, as quais levavam visitantes para conhecer os projetos existentes, e não contribuía com a comunidade, pelo contrário, deixavam apenas lixo. Diante disso, as lideranças da comunidade começaram a mobilizar-se e a buscar informações de como poderiam desenvolver o “turismo” na comunidade. Foi este o ponto de partida para alguns comunitários iniciarem a saga por esclarecimentos acerca do turismo. Nesse contexto, iniciaram seus primeiros contatos em relação ao turismo com a ONG PSA, pois conforme apontamos, a ONG já desenvolvia ações do seu programa “Saúde Comunitária”.

Em nossa pesquisa, partimos do entendimento do turismo de base comunitária enquanto um contra-movimento, uma racionalidade contra-hegemônica, que diante dos ditames da lógica racional do turismo convencional, busca reavivar valores, encontros entre o Eu e tu (Martin Buber), e proclamar a desalienação, adormecidos no atual período técnico-científico e informacional.

Pelo que analisamos, as decisões tomadas em relação ao TBC na comunidade centralizam-se no grupo de turismo, assim como na ONG PSA, sendo que esta última configura-se como principal agente hegemônico do turismo na comunidade, intermediando a ida dos grupos a esta, selecionando os visitantes, uma vez que aplica um questionário para identificar se a pessoa que se predispõe a conhecer não somente Anã, mas outras comunidades que desenvolvem o projeto de TBC tem o perfil adequado, já que, como revelado, é uma viagem diferenciada. A ONG, identificada como agente hegemônico no processo, é um dos agentes responsáveis pela divisão das funções entre as pessoas que compõem o grupo de turismo.

Com base em nossas análises, identificamos que a ONG PSA foi e é determinante para a implantação e continuidade do projeto em Anã. Apesar da invocação contínua do termo comunidade ao referir-se à experiência de TBC em Anã, das 96 famílias existentes, 30 famílias participam do projeto, porém, uma parcela da renda gerada por este é destinada à Associação da Comunidade, sendo assim, o projeto tem alcançado direta e indiretamente as famílias. Contudo, há comunitários que não têm conhecimento dessa renda que é direcionada à associação, assim como aqueles que revelam que nunca viram o emprego do dinheiro do TBC em melhorias para a comunidade. A participação dos comunitários no projeto de TBC se dá principalmente na cozinha da hospedaria, pois é onde se concentra uma maior demanda de tarefas a serem executadas durante a presença dos visitantes. Há dois comunitários que lideram o grupo de turismo, organizando-o para os dias em que haverá visitantes na comunidade. Tais comunitários são geralmente os que discutem com a ONG PSA o desenvolvimento e organização do projeto de TBC, contudo, mais uma vez, foi possível identificar que a ONG ainda detém maior hegemonia nas discussões em relação ao projeto de TBC.

Apesar da consolidação e evidência do projeto de TBC coordenado pela ONG PSA no município de Santarém, identificamos que houve poucas manifestações do Estado em prol deste, reveladas principalmente e unicamente por ações no âmbito nacional, como a contemplação do projeto de TBC no ano de 2008 pelo Edital n. 001/MTur, além da atuação do ICMBio, que viabilizou autorizações à comunidade para a construção da hospedaria comunitária.

No que se refere às ações no âmbito estadual, constamos a inexistência de tal, assim como em seus planos, não foram identificadas ações nesse sentido que pudessem contemplar o TBC em Anã, ou no próprio município de Santarém. Contudo, identificamos que o Governo estadual se faz presente na comunidade por meio do Sistema Modular de Ensino Médio. Constatamos ainda, no que se refere a outros programas da ONG, que esse nível de Estado foi parceiro da ONG PSA entre os anos 2012 e 2013, porém, nada relacionado ao projeto de TBC.

Na esfera municipal, identificamos que esta atua nas áreas de educação e saúde, porém, o órgão responsável pelo turismo no município não havia, até setembro de 2014, realizado, nem planejado ações para o projeto de TBC em Anã, considerando a ONG avançada e organizada nessa questão e, portanto, sendo desnecessária uma ação efetiva da Secretaria, até pelo fato de serem escassos os recursos financeiros desta, inviabilizando assim uma maior atuação no município. Consideram ainda a autossuficiência da ONG na execução desse projeto, bem como a proteção desta em relação aos projetos que desenvolve, assim como em relação às comunidades em que é atuante, como no caso de Anã.

Diante disso, consideramos que a ONG PSA assume papel hegemônico na implementação de ações que conduzem ao desenvolvimento territorial das comunidades ribeirinhas contempladas com seus projetos. Constitui-se como um ator crucial para tais comunidades, realizando ações muito mais efetivas do que o próprio Estado. O Estado por outro lado, considerando a presença da ONG, mais especificamente

em relação ao turismo de base comunitária, e tratando-se do Estado em âmbito municipal, considera desnecessário o direcionamento de ações para Anã, uma vez que a ONG vem desempenhando com êxito seu trabalho.

Levando em consideração a presença hegemônica da ONG PSA na produção do espaço para o turismo de base comunitária em Anã, não é possível neste momento apontá-la como uma contrarrazionalidade hegemônica, assim como as lacunas existentes entre o grupo de comunitários que são envolvidos com o TBC e os comunitários que não são envolvidos. Ainda que, é possível identificarmos o elemento econômico sobrepondo-se à comunidade, tendo em vista a desconfiança que é gerada em decorrência do valor que é repassado do projeto de TBC à associação dos comunitários que, assim como a forma de gestão da hospedaria comunitária, tem sido a causa de descontentamentos de certos comunitários.

Apesar da atuação da ONG como agente hegemônico no processo, não podemos deixar de considerar a atuação do Estado em Anã. Como apontamos, em relação ao TBC, tanto em nível estadual como em nível municipal poucas ações ou nenhuma ação foram direcionadas ao projeto. No que se refere ao Estado, em nível federal, as ações mostraram-se pontuais, contudo, se configuram como uma ausência presente do Estado, pois por meio do Edital do Mtur n. 001/2008, financiou o projeto de TBC desenvolvido pela ONG PSA.

Contudo, constatamos que, para além de uma ausência presente do Estado, se faz necessária uma maior atuação desse agente em relação ao TBC em Anã, principalmente em nível municipal, levando em consideração a localização da comunidade, pois, conforme apontamos, durante os 7 (sete) anos de existência do projeto, em nenhum momento ocorreu uma visitação à comunidade de Anã para conhecimento do projeto, bem como um planejamento de ações em parcerias com a ONG PSA ou com a própria comunidade.

Por mais que a ONG apresente uma autonomia quanto as suas ações na comunidade, não podemos deixar de prescindir o papel e a importância do Estado no TBC desenvolvido em Anã. Além do que, é a partir do reconhecimento de experiências como essa, que será possível a elaboração de políticas públicas específicas a essa modalidade de turismo, bem como pautadas nas especificidades das populações tradicionais ou não, que buscam, por meio do TBC, alternativas de geração de renda, permanência e o desenvolvimento de seus territórios.

REFERÊNCIAS

BARTHOLO, R. Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SAN SOLO, D. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Ed. Letra e Imagem, 2009.

BURSZTYN, I. Desatando um nó na rede: sobre um projeto de facilitação do comércio direto do turismo de base comunitária na Amazônia. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2012. VIII, 243 p.: il.; 29,7 cm. Orientador: Roberto dos Santos Bartholo Júnior. Tese (Doutorado) – UFRJ/COPPE/Programa de Engenharia de Produção, 2012.

CORIOLO, L. N. O turismo comunitário no nordeste brasileiro. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Ed. Letra e Imagem, 2009, p. 277-288.

COUTINHO, J. A. ONGs: caminhos e (des)caminhos. *Lutas Sociais (PUC-SP)*, São Paulo, v. 13/14, p. 57-65, 2005.

CRUZ, R. de C. A. *Introdução à Geografia do turismo*. 2. ed. São Paulo. Roca, 2003.

_____. Políticas públicas de turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. In: *Geosul*, Florianópolis, v. 20, n. 40, p. 27-43, jul./dez. 2005.

_____. Planejamento governamental do turismo: convergência e contradições na produção do espaço. In: LEMOS, A. I. G. de; ARROYO, M. *América Latina: cidade, campo e turismo*. San Pablo: Clacso, 2006, p. 337-350.

_____. Turismo, produção do espaço e desenvolvimento desigual: para pensar a realidade brasileira. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Ed. Letra e Imagem, 2009, p. 92-107.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

_____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. *Plano de Manejo da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns*. ICMBio, Santarém, 2014.

IRVING, I. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Ed. Letra e Imagem, 2009, p. 108-121.

LANDIM, L. *A invenção das ONGs: do serviço invisível à profissão impossível*. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional e da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1993. Disponível em: <<http://empreende.org.br/pdf/ONG%27s,%20OSCIP%27S%20e%20Terceiro%20Setor/A%20i%20nven%27E30%20das%20ONGs.pdf>>. Acesso em: Ago. 2014.

MALDONADO, C. Fortaleciendo redes de turismo comunitário. In: @local.glob – n. 4, 2007, p. 8-14.

_____. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Ed. Letra e Imagem, 2009, p. 25-44.

MARIANO, K. P. Globalização, integração e o Estado. In: *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. Online version ISSN 1807-0175. Lua Nova n. 71, São Paulo, 2007.

MITRAUD, S. (Org.). *Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramenta para um planejamento responsável*. Brasília, DF: WWF Brasil, c 2003.

PARÁ. Governo do Estado. *Ações para o incremento do turismo no Estado do Pará*. Belém: PARATUR; THR, 1998.

_____. Governo do Estado. *Plano de desenvolvimento do turismo do estado do Pará (PDT-PA)*. Belém: PARATUR; THR, 2001.

_____. Governo do Estado. *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo do estado do Pará*. Belém: PARATUR, 2011.

SANCHO, A; IRVING, M. A. Tendências de inclusão social no Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma interpretação preliminar. *Geografias Artigos Científicos*. Belo Horizonte, 07(1) janeiro-junho de 2011, p. 44-57.

SANSOLO, D. Centralismo e participação na proteção da natureza e desenvolvimento do turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Ed. Letra e Imagem, 2009, p. 122-141.

SANSOLO, D; BRUSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Ed. Letra e Imagem, 2009, p. 142-161.

SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 5 reimp. São Paulo: Edusp, 2009a.

_____. Pensando o Espaço do Homem. 5. ed., 2 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009b.

_____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 18. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009c.

_____. O Espaço do cidadão. 7. ed., 1 reimpr. – São Paulo, 2012a.

_____. Da Totalidade ao Lugar. 1. ed., 2 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012b.

_____. Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia política. 6 ed., 2. reimp. São Paulo: Editora da Universidade Federal de São Paulo, 2012c.

_____. Da Política dos Estados à Política das Empresas. Disponível em: <<http://ricardoantasjr.org/wp-content/uploads/2013/05/%E2%80%9CDa-Pol%C3%ADticos-Estados-%C3%A0-Pol%C3%ADtica-das-Empresas%E2%80%9D.-Milton-Santos.pdf>>.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2008.

TODESCO, C. Estado e produção terceirizada da política pública de turismo para a Amazônia Legal. Tese (Doutorado em Geografia - Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Rita de Cássia Ariza da Cruz. São Paulo, 2013.

_____. Estado e terceiro setor na organização do espaço para o turismo no Vale do Ribeira. São Paulo: Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2007 (Dissertação de Mestrado).

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLO, R; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Ed. Letra e Imagem, 2009, p. 55-75.



Turismo de base comunitária na região da Costa Verde (Rio de Janeiro):

refletindo sobre um turismo que se tem e um turismo que se quer

*Community-based tourism in the Costa Verde Region (Rio de Janeiro):
Insights on the tourism we have and the tourism we would like to have*

Turismo de base comunitaria en la región de la Costa Verde (Rio de Janeiro): reflexiones sobre el turismo que se tiene y el turismo que se desea

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1185>

Teresa Cristina de Miranda Mendonça <tecaturismo@yahoo.com.br >

Professora do Departamento de Administração e Turismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Brasil

Edilaine Albertino de Moraes <edilaineturmoraes@hotmail.com >

Professora do Departamento de Turismo do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF, Brasil

Fernanda Lima da Costa Catarcione <fernandacatarcioni@gmail.com >

Bacharelada em Turismo pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Brasil

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 17-nov-2015

Aceite: 01-ago-2016

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

MENDONÇA, T. C. M.; MORAES, E. A. de.; CATARCIONE, F. L. C. Turismo de base comunitária na Região da Costa Verde (Rio de Janeiro): refletindo sobre um turismo que se tem e um turismo que se quer. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 232-248, ago. 2016.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



RESUMO

O movimento crescente e diverso por uma reflexão crítica sobre turismo de base comunitária no Brasil inspira o esforço da presente pesquisa, que se propõe a investigar como se desenvolve o turismo de base comunitária na Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro, tendo como foco os discursos e os diálogos resultantes do I Encontro de Turismo de Base Comunitária da Costa Verde (2015) sobre um turismo que se tem e um turismo que se deseja para essa região. Nessa direção, a metodologia de pesquisa se baseia em análise bibliográfica e documental acerca do tema e em dados de observação sistemática de campo, no período de 2014 a 2015, com ênfase na interpretação qualitativa do fenômeno em investigação. Como resultado principal da pesquisa, sinaliza-se a importância do papel e da ação integrada entre sociedade civil e Estado para o planejamento e desenvolvimento da região por meio da proposta de turismo de base comunitária, de forma a equacionar as demandas locais e a fortalecer a luta pelo território tradicional e pela conservação do patrimônio natural e cultural.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária. Povos e Comunidades Tradicionais. Território. Costa Verde. Políticas Públicas.

ABSTRACT

In line with the growing and diverse critical debate on community-based tourism in Brazil, this paper aims to investigate the development of community-based tourism in the Costa Verde Region in the State of Rio de Janeiro. It focuses on the discourses and interactions resulting from the First Meeting on Based-Community Tourism in Costa Verde in 2015 about the tourism we have and the tourism we would like to have in this region. The methodology is based on bibliographical and documental research on the theme and data on systematic field observations (2014-2015) towards a qualitative interpretation of the phenomenon under analysis. The main findings point to the relevance of the role and the integrated action between civil society and the State for the planning and development of the region through the proposal of community-based tourism so as to meet the local demands and to strengthen the struggle for the traditional territory and the conservation of its natural and cultural heritage.

Keywords: Community-based tourism. Traditional peoples and communities. Territory. Costa Verde. Public policy.

RESUMEN

El creciente y diverso movimiento por una reflexión crítica sobre turismo de base comunitaria (TBC) en Brasil inspira el esfuerzo del presente estudio, que se propone investigar de que manera el turismo de base comunitaria se desarrolla en el Estado de Rio de Janeiro, teniendo como foco las hablas y los diálogos resultantes del I Encuentro de Turismo de Base Comunitaria de Costa Verde (2015). El reflejo propuesto será ilustrado por las voces de los actores sociales que participan de este fórum, identificándose las miradas locales sobre el turismo que se tiene y el turismo que se desea para la región de Costa Verde. En esta dirección, el método de pesquisa se basa en el análisis bibliográfico y documental sobre el tema y en datos de observación sistemática de campo, entre 2014 y 2015, con énfasis en la interpretación cualitativa del fenómeno en investigación. Como resultado mayor de la pesquisa, se señala la importancia del papel y acción integrada entre sociedad civil y Estado para el planeamiento y desarrollo de la región, de forma que se solucionen las demandas locales y se fortalezca la lucha por el territorio tradicional, político, cultural y ambiental, teniendo como herramienta la propuesta del TBC.

Palabras clave: Turismo de Base Comunitaria. Pueblos y Comunidades Tradicionales. Territorio. Costa Verde. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo se insere no contexto de reflexões sobre o turismo de base comunitária (TBC) no Brasil, que tem sido representado por variadas iniciativas e experiências originadas na década de 1990 e marcadas pelo enfoque em processos sociais participativos e de conservação e valorização do patrimônio natural e cultural, visando beneficiar os agentes envolvidos em escala local e comunitária (MENDONÇA; MORAES, 2012). O TBC tem sido considerado assim, como uma estratégia de resistência para que populações, muitas delas classificadas como tradicionais (que vivem essencialmente de atividades produtivas em pequena escala), sejam protagonistas de seus modos de trabalho e de vida, independente do grau de influência gerado pelos padrões das sociedades urbanas industriais, na construção de um turismo com “selo próprio” (MALDONADO, 2009), ou na busca por “um outro turismo possível” (NEUHAUS; SILVA, 2006).

Observando o processo histórico das iniciativas de TBC no Brasil, pode-se entender que seu desenvolvimento partiu da necessidade de adaptação e sobrevivência de povos e comunidades tradicionais ao modo de vida da sociedade contemporânea e das relações sociais estabelecidas entre seus protagonistas (CORIOLANO, 2006, 2012). Assim, o Ministério do Turismo, ao apoiar 50 iniciativas de projetos de TBC, em 2008, apresentou como uma das justificativas a busca pelo “combate aos males” advindos da prática turística como especulação imobiliária e pressão sobre o espaço das populações tradicionais¹, degradação ambiental, alteração de valores e costumes tradicionais, e vazamento de renda. Essa ação de política pública se deu por meio do edital da chamada pública Mtur 001/2008 (BRASIL, 2008), o qual permitiu o apoio e o fomento de iniciativas existentes que visavam o desenvolvimento de atividades associadas ao TBC.

Segundo Mendonça e Moraes (2012), essas propostas são criadas também como modo de resistência ao modelo neoliberal e de megaprojetos turísticos que negligenciam as demandas reais de diversos grupos sociais vulneráveis. Essas experiências se tornaram um modelo alternativo de desenvolvimento turístico, onde se destaca o protagonismo das comunidades locais, inserido na busca pelo turismo como estratégia de resistência e de luta pelo território e conservação do patrimônio natural e cultural. Por essa razão, essas autoras entendem que iniciativas diversas de TBC no Brasil podem representar um movimento político-social, que tem sua concepção e implementação, principalmente, em lugares com grande riqueza ecossistêmica, mas em situação de maior desigualdade socioeconômica.

No contexto da região turística denominada Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro, essas reflexões têm se configurado ora de maneira convergente ao desenvolvimento da proposta de TBC, ora controversa a ela. Esse movimento tem se fortalecido, principalmente, por meio da realização de debates em fóruns abertos criados para promover a discussão entre o Estado e a sociedade civil sobre a prática do turismo nessa região. Nesse caso, destaca-se a realização do “I Encontro de Turismo de Base Comunitária da Costa Verde”, ocorrido entre os dias 23 e 25 de julho de 2015, no distrito de Tarituba da cidade de Paraty. Este foi organizado pela parceria entre as Prefeituras Municipais de Paraty, Angra dos Reis e sociedade civil, com o objetivo principal de refletir coletivamente sobre o atual modelo de turismo existente e as formas possíveis de articulação de uma nova proposta de saber e fazer turismo, que valorize o protagonismo comunitário nesse processo.

¹ Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Pela busca crescente e diversa de uma reflexão sobre o tema, do ponto de vista teórico e prático, este artigo objetiva, assim, investigar como o turismo de base comunitária vem se inserindo na Região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro, a partir dos discursos e dos olhares de populações, lideranças locais e gestores públicos sobre um turismo que se tem e um turismo que se deseja para essa região. Isso porque, historicamente, o segmento turismo de “sol e praia”, a prática do turismo de massa, a especulação imobiliária e a expulsão de grupos sociais de seu território de origem demarcam ainda o contexto econômico, social, ambiental e político dessa região.

A metodologia que orienta a presente reflexão no campo das Ciências Sociais se fundamentou em pesquisa bibliográfica e documental acerca do tema, além de pesquisa de campo que envolveu o ato de observar, fazer diário de campo, entrevistar e interpretar (BEAUD; WEBER, 2007) durante a realização das reuniões preparatórias do evento, iniciadas em dezembro de 2014, e do I Encontro de Turismo Comunitário na Costa Verde, ocorrido em julho de 2015. Nesse período de pesquisa de campo, as reuniões e o evento em si foram interpretados como um ritual, uma dramatização do cotidiano, no qual se “dizem coisas” e “revelam coisas” do mundo social local (DAMATTA, 1990; PEIRANO, 2003; COMERFORD, 2001). Dessa forma, nesses encontros ocorreram interações entre os vários atores sociais reunidos para pensar o turismo na Costa Verde, quando foram colocadas em evidência (*close up* como indica DAMATTA, 1990) questões diversas sobre a região permeadas pelo turismo. Esse foi um caminho adotado para detecção e registro dos discursos em gravações de áudio e imagem e em diário de campo, e em que foram selecionados como principais sujeitos da pesquisa as lideranças quilombolas, indígenas, caiçaras e pequenos produtores agroecológicos moradores da região e os interlocutores da gestão pública nas esferas municipal, estadual e federal.

Dessa forma, do conceito à prática do turismo de base comunitária, os discursos colocados em *close up* se materializaram em diversas visões sobre um “turismo que se tem e um turismo que se quer” para a região, que foram analisados a partir da adaptação da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1994), envolvendo a categorização dos trechos dos “diálogos temáticos” ocorridos durante o evento, com relação ao contexto do TBC em sua perspectiva presente (articulando o turismo de base comunitária com as questões de território, de práticas sustentáveis e de valorização dos modos de ser e fazer) e à projeção futura desejada (construindo caminhos possíveis para o fortalecimento do turismo de base comunitária na região, a partir da atuação em rede e de apoio em políticas públicas). Ressalta-se que a configuração dos diversos “diálogos temáticos” foi definida durante as reuniões preparatórias realizadas para compor a programação do evento, envolvendo representantes de comunidades de Angra dos Reis e Paraty e interlocutores das Prefeituras, Universidades e sociedade civil. Mas, a seleção das categorias de análise para atender aos interesses da questão da presente pesquisa surgiu durante o evento, a partir da interpretação dos depoimentos dos interlocutores participantes nos referidos diálogos.

Com base nesse recorte de pesquisa, o presente artigo está estruturado em três seções. O primeiro tópico buscou refletir sobre o contexto histórico de chegada do turismo na Região da Costa Verde e o processo de construção da proposta de turismo de base comunitária, considerando os seus aspectos teóricos e conceituais. O segundo tópico procurou descrever os diferentes discursos e visões dos sujeitos da pesquisa sobre um “turismo que se tem e um turismo que se quer” para a região. A conclusão dos argumentos trouxe questões-chave para se pensar, criticamente, na projeção de cenários para o desenvolvimento do turismo de base comunitária na Costa Verde.

Turismo de base comunitária no estado do Rio de Janeiro, com enfoque na Costa Verde

A Costa Verde constitui uma região turística localizada ao litoral sul do estado do Rio de Janeiro (que abrange os municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis, Paraty, Itaguaí e Rio Claro) marcada por uma paisagem de mata verde, remanescente de Mata Atlântica e, de mar azul, representado pelo litoral de recortes sinuosos, mar calmo e abrigado, e ilhas. Conforme ressaltado por Luchiari (1997, 2001), tendo como referência o litoral norte paulista (contíguo ao litoral sul Fluminense), a região se caracteriza por um litoral de inúmeras praias, uma infinidade de baías, angras, sacos, enseadas, restingas, mangues, entre muitas ilhas. Essas características físico-geográficas, além das históricas, políticas e sociais, se estendem do litoral sul do estado do Rio de Janeiro ao litoral paulista.

Para além do cenário paisagístico de natureza preservada da Costa Verde, comunidades quilombolas, etnias indígenas e populações caiçaras fazem parte da história e produzem vida a essa região. Esses grupos sociais são organizados coletivamente por meio do Fórum de Comunidades Tradicionais (FCT), criado em julho de 2007, com o tema orientador “Preservar é resistir, resistir é conservar, conservar é saber usar, saber usar é a arte das comunidades tradicionais”. Este se constitui em um espaço para o fortalecimento, a articulação e o encontro dos povos e comunidades tradicionais de Angra dos Reis (RJ), Paraty (RJ) e Ubaituba (SP), para a discussão sobre questões relacionadas ao território, turismo, educação, cultura, pesca, agroecologia, mercado solidário, entre outros (FCT, 2015), que influenciam o seu modo de vida e trabalho.

No que se refere ao turismo, o FCT o entende como uma estratégia de luta política e social em defesa do local herdado, conforme a afirmação que “Sem território não existe turismo de base comunitária. Pelo protagonismo e permanência das comunidades tradicionais em seu território”². A tônica da discussão sobre turismo no âmbito do FCT é articulada com a questão de território, pois desde os anos 1970 (principalmente com a construção da BR-101, trecho Rio-Santos), a chegada do turismo vem influenciando as transformações na região. Com isso, esses grupos passaram a sofrer com dois fenômenos latentes: a especulação imobiliária, combinando mercado imobiliário e turismo, e as políticas preservacionistas de criação de unidades de conservação, em sua essência da tipologia de proteção integral³, que passaram também a ser responsáveis pelo processo de marginalização ou mesmo de expulsão das populações caiçaras (LUCHIARI, 1997).

Mendonça (2010) considera que, na época, a transformação do litoral sul do estado do Rio de Janeiro em região turística foi incentivada por diversas iniciativas de políticas públicas, nas três esferas do poder público, e influenciou também a produção da região como destino turístico. A opção pelo turismo se justifica pelos ambientes litorâneos brasileiros serem alvos preferenciais de estratégias de comercialização de destinos turísticos. Nesse caso, as populações das zonas costeiras, muitas pesqueiras artesanais, são impactadas pelos efeitos gerados pelo turismo sobre o uso e a apropriação do espaço terrestre e aquático, como ressaltado por Mendonça, Moraes e Costa (2013).

Nessa direção, Diegues (2001) salienta que a grande potencialidade apresentada pelas regiões favoráveis ao desenvolvimento de diversas atividades econômicas, inclusive o turismo, resultam em relações

² Esta é a frase estampada nas camisetas dos representantes do FCT durante os eventos ligados ao tema.

³ A proteção da natureza é o principal objetivo dessas unidades, por isso as regras e normas são mais restritivas, permitindo apenas o uso indireto dos recursos naturais, como recreação em contato com a natureza, turismo ecológico, pesquisa científica, educação e interpretação ambiental, entre outras (BRASIL, 2000).

conflituosas causadas pela ocupação e uso do espaço e, principalmente, pelo modelo de desenvolvimento da atividade turística que, em geral, negligencia a participação das comunidades locais no processo de tomada de decisão. No entanto, é importante ressaltar que muitos desses espaços se constituem em locais herdados, nos quais as populações, muitas delas tradicionais, concretizam a sua produção econômica, os seus bens culturais, a formação familiar; e a construção de momentos de organização cultural, político-social, que são elementos específicos da identidade desse povo (MENDONÇA, 2004).

Alinhados a esses argumentos, os diversos contrastes sociais, culturais, econômicos e o modo de vida dos diferentes grupos sociais que repercutiram com a chegada do turismo na Costa Verde apresentam um contexto que demanda outro modelo de turismo para a região, construído a partir do incentivo ao desenvolvimento de iniciativas de turismo de base comunitária (TBC).

Sobre a base conceitual de TBC, é importante ressaltar os principais resultados alcançados pelo projeto de Iniciação Científica, intitulado “O estado da arte do turismo de base comunitária no litoral do estado do Rio de Janeiro: abordagem teórico-conceitual, político-organizacional e iniciativas”, que foi desenvolvido no período de agosto de 2012 a julho de 2014 pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Com base no relatório técnico dessa pesquisa, identificou-se a origem das primeiras iniciativas de TBC no Brasil na década de 1990, as quais foram desenvolvidas na Reserva Extrativista de Currealinho (RO) em 1997; na Pousada Aldeia dos Lagos (Silves, AM) em 1997; na Pousada Pedras Negras (RO) em 1997; na Pousada Uacari (RDS Mamirauá, AM) em 1998; na Prainha do Canto Verde (CE) em 1998 e na Acolhida da Colônia (SC) em 1999. Mas, a referida pesquisa revelou que, atualmente, já é possível identificar 206 iniciativas de TBC no Brasil, baseadas em pesquisa bibliográfica (MENDONÇA *et al.*, 2014).

Com relação às iniciativas de TBC no estado do Rio de Janeiro, estas foram identificadas, inicialmente, no âmbito da lista de projetos contemplados pela Chamada Pública MTur 001/2008 (BRASIL, 2008). Nesse contexto, foram contempladas oito iniciativas de projetos de TBC, localizadas, em sua maioria, na região da Costa Verde, a seguir: *Caiçaras, indígenas e quilombolas: construindo juntos o turismo cultural na região da Costa Verde* (Associação dos Moradores do Campinho); *Ecoturismo de Base Comunitária da Região da Trilha do Ouro* (Sociedade Angrense de Proteção Ecológica – Sape); *O povo aventureiro: fortalecimento do turismo de base comunitária* (Comitê de Defesa da Ilha Grande – CODIG e UFRRJ); *Projeto Vila Solidária* (Ação Comunitária do Brasil); *Promoção do turismo de base comunitária em Paraty/RJ: capacitação em gestão sustentável e qualificação profissional em meios de hospedagem* (Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica); *Reviver Paquetá* (Casa de Artes Paquetá); *Tecendo redes de turismo solidário* (Associação das Costureiras Autônomas do Morro do Cantagalo); *Turismo no Morrinho* (Morrinho) (BARTHOLO; SANSOLO; BURSZTYN, 2009). Das 50 iniciativas contempladas pelo referido Edital MTur, o estado do Rio de Janeiro foi a unidade federativa que mais se destacou em termos de números de propostas deferidas, abrangendo diferentes áreas espaciais: urbana, rural e litorânea, algumas delas habitadas por povos e comunidades tradicionais.

A pesquisa de Moraes (2014), realizada no âmbito do projeto de Iniciação Científica mencionado anteriormente, identificou mais seis iniciativas de projetos que se autodenominam TBC nessa perspectiva, localizadas na região metropolitana do Rio de Janeiro: Favela Receptiva, a sede do projeto centrada nas comunidades de Vila Canoas e Vila da Pedra Bonita; *Grupo de Turismo Comunitário dos Tabajaras*, localizado no meio de Copacabana, a Ladeira dos Tabajaras e o Morro dos Cabritos; *Vale Encantado – Turismo Sustentável*, localizado no Alto da Boa Vista, em parceria com a organização francesa Abaquar/Paris; *É Comunitário*, que abrange o Sertão Metropolitano Carioca, na zona oeste do Rio de Janeiro, resultado

de uma parceria entre o Observatório de Favelas e a Rede de Empreendedores da Economia Criativa da região; *Cooperativa Manguezal*, que está localizada em Magé e trabalha por meio de uma organização comunitária composta por caranguejeiros e pescadores; *Brazilidade*, uma empresa de turismo de base comunitária na favela Santa Marta, em Botafogo.

Este levantamento de iniciativas de TBC no estado do Rio de Janeiro assinalou que esse fenômeno se originou em regiões de campo, nas quais vivem populações agrícolas, pesqueiras e extrativistas, muitas delas marcadas pela prática de atividades econômicas tradicionais e em pequena escala, como acontece na realidade da Costa Verde, mas que este se expandiu também para as cidades, por meio da organização de projetos comunitários de TBC em algumas favelas cariocas⁴.

Nesse contexto, a busca por uma perspectiva teórico-conceitual sobre TBC foi objeto de investigação de Vianna (2013), Lima (2014) e Santiago (2015), sendo conduzida com a técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1994) de teses, dissertações, artigos e livros, publicados no período de 2002 a 2014. Comparando as análises elaboradas pelas referidas autoras, foi possível balizar cinco eixos interpretativos sobre o tema: 1) Protagonismo político e participação comunitária no planejamento, organização e gestão do turismo; 2) Relação dialógica entre turistas e anfitriões e promoção de encontros e intercâmbios culturais; 3) Geração de benefícios econômicos, culturais e sociais diretos do turismo para a população local; 4) Valorização da cultura local e respeito às tradições e modos de vida; 5) Sustentabilidade social, cultural e ambiental.

Outros dois eixos temáticos significativos para norteamento do debate sobre TBC foram identificados por Santiago (2015). Um deles se refere à resistência e à luta pelo direito à posse da terra, aos recursos e ao direito ao local herdado, o que exprime uma realidade comum aos territórios periféricos, onde as populações tradicionais se veem ameaçadas pelos processos de apropriação de território pelo capital hegemônico, inclusive pelo turismo. O outro eixo norteador se associa à ideia de “turismo situado” como condição *sine qua non* para sua existência. Essa perspectiva se baseia na noção de sítio como “um patrimônio coletivo vivo que tira sua consistência do espaço vivido pelos atores” (ZAOUAL, 2009, p. 63). Portanto, é possível entender que só se concebe uma experiência TBC se essa estiver vinculada aos “sítios simbólicos de pertencimento”, entidades imateriais e invisíveis, onde estão impregnados os comportamentos individuais e coletivos, e todas as manifestações materiais de uma região (ZAOUAL, 2009).

Assim, a partir dessa noção orientadora de TBC adotada neste artigo, é possível considerar que o seu entendimento implica na identificação e na análise de discursos e de ações sociais coletivas que buscam traduzir o protagonismo e a resistência dos atores sociais locais envolvidos, o intercâmbio cultural entre turistas e anfitriões, as relações econômicas produzidas localmente, e o encontro entre natureza e cultura de modo vinculado ao sentimento de pertencimento ao lugar vivido e visitado.

Contexto da prática do TBC: refletindo sobre discursos e olhares locais da Costa Verde

A compreensão da perspectiva local sobre o desenvolvimento de turismo de base comunitária, considerando os discursos e os olhares dos próprios moradores, lideranças locais e dos interlocutores estratégicos da gestão pública envolvidos foi a inspiração da pesquisa descrita no presente artigo, que teve como campo a organização e a realização do “I Encontro de Turismo de base comunitária da Costa Verde”.

⁴ Para se aprofundar na discussão, é importante pesquisar os resultados alcançados e desdobramentos do “I Congresso de Turismo Comunitário na Rocinha: desafios e oportunidades do turismo em favelas”, ocorrido entre 13 e 15 de abril de 2015, na Biblioteca Parque da Rocinha.

incentivado pela sociedade civil e liderado em parceria pela Secretaria Municipal de Turismo de Paraty e pela Fundação de Turismo de Angra dos Reis – TurisAngra, entre os dias 23 e 25 de julho, em Tarituba, Paraty. Considerou-se importante esse evento como arena de debate, pois, de acordo com a documentação técnica, o Encontro:

(...) se constituiu em uma ação de amadurecimento da sociedade diante do desafio que está colocado entre nosso padrão de desenvolvimento econômico hegemônico, a proteção da natureza e as relações socioculturais. Buscou-se assim, mobilizar, viabilizar e trazer para o evento o maior número possível de representações de diversos grupos sociais dos municípios de Angra dos Reis e Paraty, impactados de forma direta ou indireta pelo turismo (MENDONÇA *et al.*, 2015, p. 13).

Portanto, o evento representou um espaço estratégico para o intercâmbio e o compartilhamento de saberes e experiências entre os grupos sociais envolvidos e, sobretudo, por se fazer ouvir a voz dos sujeitos locais pelo poder público e promover um diálogo com seus interlocutores, representados, nesse caso, pelas Prefeituras Municipais de Angra dos Reis e de Paraty. Esse Encontro contou com cerca de 160 participantes entre pesquisadores; estudantes; moradores locais; representantes de associação de moradores, de barqueiros, de pescadores, de pequenos produtores agrícolas, e de secretarias municipais e do governo estadual, interlocutores de organizações não governamentais, de fundações, do movimento da economia solidária; empresários do *trade* turístico; e lideranças de grupos comunitários quilombolas, indígenas e caiçaras.

O conjunto de iniciativas de TBC participantes desse Encontro ilustrou o que Mendonça e Moraes (2012) salientam sobre o surgimento de grande parte dos projetos de turismo de base comunitária no Brasil ocorrer em lugares com grande riqueza ecossistêmica, onde grupos sociais possuem perfil de baixo capital econômico e cultural⁵, além de viverem economicamente, essencialmente, de atividades produtivas tradicionais. Nesse caso, são grupos que perceberam o potencial do lugar em que moram como destino turístico e decidiram participar de forma mais efetiva no planejamento, da implementação e da gestão do turismo.

Sendo assim, a partir da pesquisa de campo no referido evento será refletido, a seguir, os resultados alcançados e a análise do conteúdo dos “diálogos temáticos”, que permitiram articular o turismo de base comunitária com as questões de território, de práticas sustentáveis e de valorização dos modos de ser e fazer, além de construir caminhos possíveis para o fortalecimento do turismo de base comunitária na região, a partir da atuação em rede e do apoio em políticas públicas.

A dinâmica de discussão desenvolvida no âmbito dos “diálogos temáticos” consistiu em rodas de conversa e debates sobre TBC, por meio da fala da experiência comunitária, da prática da gestão pública, da sociedade civil e de pesquisas acadêmicas, que buscou a integração entre os participantes e a facilitação da participação de todos para se alcançar como resultado final um produto construído coletivamente. Por essa via de análise e interpretação, no “Diálogo 1 – O território” algumas comunidades locais envolvidas, e diretamente impactadas pelo turismo testemunharam as transformações locais, por meio de relatos de experiências sobre os processos de ocupação do território, no tempo passado e presente. Sendo assim, os discursos pautados no Diálogo 1 problematizaram o tema em foco, argumentando que a categoria território representa um elemento-chave para tratar sobre TBC na Costa Verde. A importância desse debate para as comunidades tradicionais que vivem na região, segundo o interlocutor do Fórum de Comuni-

⁵ Baixo capital cultural, aqui, significa do ponto de vista dos conhecimentos exigidos pelo mercado, referentes às qualificações técnicas e operacionais para atuar no setor.

dades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT), se relacionou, principalmente, ao movimento de resistência e fortalecimento da cultura local, entendendo que “*falar de território é também falar de luta e cultura*”. Isso porque, com a abertura da BR-101, Rodovia Rio-Santos, a terra passou a ser vista como mercadoria pela crescente especulação imobiliária, conseqüentemente, gerando ameaça e risco de expulsão dos moradores de seu lugar de origem. Esse processo se intensificou, na década de 1980, devido à criação de unidades de conservação e à instalação de empreendimentos turísticos e de lazer por toda a Costa Verde.

Dessa forma, o diálogo sobre território implicou na contextualização dos conflitos e tensões vividos pelas comunidades tradicionais em decorrência da valorização do “paraíso” e da criação de unidades de conservação, que instituiu regras e limitações de uso e acesso aos recursos naturais e de ocupação do espaço.

Mas o diálogo sobre território evocou também o problema da política governamental de incentivo à criação de parcerias público-privadas (PPP), que vem tentando se instalar na gestão das unidades de conservação da região, a exemplo do Parque Estadual da Ilha Grande (Angra dos Reis). Nesse sentido, sob a visão do interlocutor do FCT, a criação de PPP significa privatização de floresta, o que ilustra o projeto que está “privatizando” a Ilha Grande. Essa tem sido uma situação preocupante, conforme colocou que “*o movimento precisa lutar contra esses projetos, pois se estes se concretizarem será difícil a implantação de um turismo de base comunitária na Costa Verde*”. Ele afirmou também que o TBC precisa ser privilegiado e apoiado pelo Estado nos territórios de comunidades tradicionais, “*assegurando a estes o protagonismo na organização e prestação de serviços turísticos*”.

Nessa perspectiva, o representante de São Gonçalo (Paraty) expôs a situação de sua comunidade, em que continuam resistindo três famílias das 167 famílias existentes no passado. Foi presenciada a dizimação de uma cultura pelo conflito instaurado pela empresa S/A White Martins⁶. Ele citou também as restrições de uso do território e seus recursos pelos locais, impostas pelos órgãos gestores de unidades de conservação. Esse caso ilustrou a força da especulação imobiliária na região e do modelo preservacionista de política ambiental instalada. Mas, mesmo assim, o “*TBC pode ser compreendido como uma estratégia de resistência, fortalecimento e reconhecimento dos direitos das comunidades ao seu território de origem*”, segundo um morador local.

Nesse sentido, o interlocutor do Museu do Território de Paraty enfatizou que

pensar em território com interface no TBC implica em questões de disputa por espaço físico e simbólico, de processo de luta por poder, de conflitos e tensões decorrentes de expulsão de moradores e grilagem de terras, e das contradições da política pública de proteção da natureza (como a criação de unidades de conservação de proteção integral).

Por sua vez, foi sinalizado que os conflitos e tensões por terra na região têm gerado um processo de desterritorialização, que se caracteriza pela quebra ou mudança de vínculos e laços da comunidade local com o espaço. Por essa razão, reconheceu-se a importância de se discutir sobre a reafirmação das identidades e do sentimento de pertencimento ao território dos povos e comunidades tradicionais.

⁶ Em São Gonçalo, a comunidade caiçara e agricultores tiveram suas terras griladas pela empresa S/A White Martins. A população foi ameaçada de despejo pela empresa, que contou com a colaboração do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) (SILVA, 2014, apud MONTEIRO, 2015).

A partir da contextualização da situação atual do território da Costa Verde, o “Diálogo 2 – O Turismo” procurou introduzir e problematizar conceitos e práticas identificados no setor turístico, destacando a atuação do TBC nesse universo. Isso porque o turismo tem sido, historicamente, considerado uma atividade econômica associada ao lazer e consumo, permeado por práticas de mercado como: padronização de produtos e exploração de recursos naturais e culturais. Inserida nessa lógica, a região da Costa Verde, vem sendo apresentada ao Brasil e ao mundo como um destino de “sol e praia”, apesar de se ter a cidade de Paraty, que é reconhecida nacional e internacionalmente pela importância do seu patrimônio histórico e cultural, sendo também de elevada atratividade turística.

Refletindo criticamente sobre o contexto turístico da Costa Verde, a interlocutora do Quilombo Santa Rita do Bracuí (Angra dos Reis) salientou que o “turismo de massa” é praticado em sua comunidade, beneficiando somente uma família que possui um empreendimento que oferta serviços de alimentação aos visitantes. Em seu discurso, destacaram-se alguns efeitos negativos do turismo no lugar: a quantidade de lixo deixada pelos visitantes na cachoeira Santa Rita, a especulação imobiliária e exemplifica: “*O turista chega à comunidade, encantado pela natureza, seja ela caiçara, indígena ou quilombola e acaba por seduzir alguns moradores a vender suas propriedades*”. Na contramão do turismo de massa, segundo a interlocutora, no Quilombo Santa Rita do Bracuí, se propõe também “*um tipo de turismo baseado na gestão comunitária e na valorização dos saberes locais*”, que tem sido desenvolvido da seguinte forma:

No início da visita, é feita a recepção aos visitantes e um grão da comunidade conta a história do Quilombo. É servido um café da manhã com ingredientes produzidos no próprio quilombo. Há oficinas de jongo e o almoço é feito no fogão a lenha. É oferecida também uma trilha aos turistas, e no caminho é mostrada a história e o uso de algumas plantas da região. Esse turismo que é desenvolvido na comunidade é diferente do turismo de molde capitalista. Esse turismo capitalista não é o que as comunidades querem e também não é o turismo que os turistas querem ver. Não há turismo de base comunitária se não houver o fortalecimento da identidade cultural da comunidade.

Sobre a questão de valorização da cultura tradicional de modo associado ao turismo, o interlocutor do Sítio Agroflorestal São José (Paraty) ressaltou também que as comunidades da região que viviam essencialmente da atividade agrícola e pesqueira estão tendo dificuldades para manter as suas atividades tradicionais, pois com a criação de unidades de conservação da categoria de manejo parque nacional, como acontece no caso do Parque Nacional da Bocaina, a população local foi impedida legalmente de fazer uso direto dos recursos naturais. Segundo um morador local, essa situação tem impulsionado a saída dos jovens de seu lugar de origem para os centros urbanos, o que fragiliza e desvaloriza a cultura local. Sendo assim, o turismo passou a ser visto como uma forma alternativa para a geração de trabalho e renda para as comunidades locais. Para ilustrar, em 1997, houve a iniciativa de desenvolvimento do “turismo rural” pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), apoiado pelo governo, para a formação dos filhos dos agricultores em monitores de turismo, em vez de se investir na criação de roteiros em suas propriedades rurais. Mas, ainda assim, o interlocutor local questionou para quem são os reais benefícios gerados pelo turismo:

Quando se fala de turismo, uma pergunta norteadora é: como proceder com as comunidades que ainda não sabem o que é turismo, que já foram invadidas por pessoas que se dizem turistas, levados por pessoas que se dizem guias de turismo e que estão como intermediários entre o receptivo e os turistas? Os turistas estrangeiros que visitam a região de Paraty retornam para seus lares frustrados. Segundo eles, os mesmos não viram o que eles acreditam existir na região. Nem todos os estrangeiros que visitam a localidade querem se hospedar em hotéis de luxo ou passear em iates confortáveis. Não há interesse dos órgãos que fomentam o turismo da região em divulgar as comunidades tradicionais. Existem sim, predadores que querem depredar a região usando as pessoas, sem deixar nenhum resultado econômico para estas comunidades que vivem no entorno onde estão as cachoeiras e praias.

Sendo assim, observou-se que, na Costa Verde, muitas atividades produtivas tradicionais são desvalorizadas e desarticuladas, como a agricultura de subsistência e a pesca artesanal, assim como as ligadas à extração dos recursos florestais, impulsionando a substituição dessas atividades pelas ligadas ao turismo. Isso reforçou o que Mendonça, Moraes e Costa (2013) concluíram sobre a força de um discurso e de uma prática hegemônica e civilizatória, que tendem a impulsionar o turismo como uma possibilidade de substituição de atividades tradicionais. Sendo esse um discurso civilizatório que leva ao que Mendonça (2010) denomina de “turismização” dos lugares, um processo de interiorização das diferentes facetas do turismo pelos grupos e pessoas, que influencia fortemente as relações e o modo de vida de um determinado lugar.

Desse modo, as lideranças comunitárias locais ainda consideram o turismo como uma ameaça. Em um movimento de resistência aos efeitos negativos do desenvolvimento do turismo, o “Diálogo 3 – Práticas sustentáveis e valorização dos modos de ser e fazer” provocou algumas reflexões: Como organizar a atividade turística de forma que seja sustentável e efetivamente contribua para a melhoria e qualidade de vida dos moradores dos destinos receptivos? Como a base comunitária pode se relacionar com o turismo de massa? De que forma se fortalece a comunidade local para que ela possa ser a empreendedora das atividades econômicas em seu território?

Em busca de caminhos possíveis no sentido do protagonismo comunitário no turismo, a interlocutora da Comunidade Caiçara da Praia do Aventureiro (Ilha Grande, Angra dos Reis) rememorou a história de luta pelo território do Povo do Aventureiro, que vivia no interior da Reserva Biológica Praia do Sul, que foi instituída em 1981 sem levar em conta a existência de uma população tradicional naquela área. Segundo a legislação ambiental aplicada, na Reserva Biológica os moradores não poderiam continuar realizando suas práticas tradicionais de plantio, pesca, artesanato, trilhas e outras atividades de seus costumes, etc. O Povo do Aventureiro passou a viver uma situação de ilegalidade em seu próprio território, inclusive proibidos de trabalhar com turismo, a única alternativa econômica que lhe restou.

A iniciativa do projeto de Extensão “Povo do Aventureiro: fortalecimento do turismo de base comunitária (2008-2010)”, coordenado pela UFRRJ foi direcionado para a capacitação em diversas áreas relacionadas ao TBC, contribuindo para a organização e o fortalecimento comunitário da Associação de Moradores do Aventureiro (Amav) na luta pelo direito do seu território e pela valorização de sua cultura. Durante os dois anos de desenvolvimento do projeto (2008-2010), a comunidade se articulou, se fortaleceu e conseguiu fazer valer seu direito de permanência no território por meio da recategorização da área. Como resultado, em 2014, foi criada a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro, permitindo aos moradores a liberdade para as suas práticas culturais e produtivas. Dessa maneira, a história de resistência e luta por gerações de núcleos familiares pelo território e cultura tradicional pode ser um dos elementos valorizados para a atratividade do local.

Por sua vez, a interlocutora da Comunidade Caiçara da Praia do Sono (Paraty) refletiu que o TBC representa um desafio para a sua comunidade, pois, devido à elevada demanda turística, os moradores não têm mais tempo de exercer práticas que eram comuns desde sua origem. Para que as práticas culturais sejam fortalecidas seriam necessárias políticas públicas voltadas para as comunidades tradicionais, a exemplo de uma educação diferenciada, uma vez que *“se a comunidade for considerada apenas mão de obra e não protagonista da atividade, não está acontecendo o turismo de base comunitária”*. Essa iniciativa de educação diferenciada foi demandada recorrentemente nos discursos de diversas lideranças e representantes da população local participantes no evento. Sendo assim, o fortalecimento e a valorização dos modos culturais de ser e fazer para as ações dirigidas ao turismo foram também associados à atual ten-

dência de criação de escolas com formação de uma educação diferenciada dentro do território, conforme a experiência em curso no Quilombo do Bracuí.

Outro elemento identificado na pesquisa se relacionou ao que o interlocutor da Aldeia Guarani Sapukai (Angra dos Reis) destacou sobre a sua comunidade que sofre com a dependência do turismo, do ponto de vista da complementariedade econômica, e que o artesanato representa a principal forma de trabalho e geração de renda, além dos benefícios sociais como o Bolsa Família. No entanto, destacou que essa situação gera vulnerabilidade à sobrevivência da sua etnia indígena. Dessa forma, a carência de apoio do poder público foi vista como o maior obstáculo para o fortalecimento das iniciativas de TBC. O que implica, nesse caso, a necessidade de regulamentação do turismo em terras indígenas, de fomento à comercialização do artesanato e de apoio à defesa dos direitos dos povos indígenas assegurados na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), aprovada em 1989.

Mas apesar dos elementos relatados, o diálogo sobre “práticas sustentáveis e modos de ser e fazer” teve interface com TBC, uma vez que, em tese, debater sobre uma prática sustentável pressupõe-se pensar o uso de recursos naturais renováveis e de tecnologias de baixo impacto. Nesse sentido, considerou-se, de modo geral, que as bases do tripé da sustentabilidade são fundamentadas na economia (lucro), nas pessoas (capital humano) e no ambiente (capital natural). Com base nesse pressuposto, foi possível entender o TBC como uma prática sustentável por se caracterizar como uma atividade de baixo impacto e de produção em pequena escala, com base nos recursos endógenos e nos saberes tradicionais.

Assim, o contexto de desenvolvimento do TBC na Costa Verde pelos discursos analisados (colocados em *close up*) indicaram algumas visões convergentes com relação, sobretudo, à pressão do mercado turístico convencional e às estratégias políticas dos movimentos da comunidade quilombola, dos povos indígenas, da população caiçara e dos agricultores familiares para a defesa e a garantia de preservação de seus territórios ancestrais. Contudo, quando considerada a complexidade envolvida no processo de construção coletiva e as particularidades de cada iniciativa, observou-se que simplesmente investimentos em formação e capacitação profissional e aporte financeiro seriam insuficientes para o desenvolvimento do TBC na região.

Posto isso, alguns dos principais desafios a serem superados nesse sentido foram interpretados no “Diálogo 4 – Redes e formas de gestão”, que promoveu o compartilhamento de experiências de grupos de atuação colaborativa no modo de organização coletiva do turismo na Costa Verde e em outras realidades brasileiras, envolvendo representantes de organizações da sociedade civil e da gestão pública. Segundo a interlocutora do Projeto Bagagem⁷, o processo de articulação em rede no turismo comunitário tem se constituído em um mecanismo que tem possibilitado conquistar avanços no sentido de se estabelecer um marco legal para o TBC no Brasil, bem como em outros países pioneiros da América Latina. Essa estratégia tem permitido uma pressão maior sobre o poder público para o desenho de políticas públicas adequadas, para o exercício dos direitos dos povos e comunidades tradicionais e para aumentar o poder de negociação no mercado turístico.

O movimento em rede se constitui uma estratégia política comunitária que possibilita situar o TBC em um contexto social e político mais amplo, como exemplificado pela Rede de Turismo Comunitário da

⁷ Organização sem fins lucrativos cuja missão é contribuir para o desenvolvimento de comunidades no Brasil por meio do turismo e a visão é tornar o Brasil um país referência em turismo de base comunitária. Promove a experimentação de tecnologias sociais para o desenvolvimento sustentável de comunidades.

América Latina (Redturs), Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Turisol) e Rede Cearense de Turismo Comunitário (Tucum). No que concerne aos princípios de gestão dessas redes, as iniciativas de TBC têm sido influenciadas por premissas associadas à gestão e inovação social, ao cooperativismo, ao associativismo e à economia solidária.

Com relação à experiência do Roteiro Étnico Cultural de Base Comunitária do Quilombo do Campinho (Paraty), a interlocutora da Associação de Moradores do Campinho (Amoc) mencionou que a comunidade tem sido alvo de estudos por parte de diversas universidades, visitas turísticas e pedagógicas, pelo seu diferencial no reconhecimento e valorização da identidade cultural. A visita envolve o Espaço de Artesanato e o Restaurante Comunitário, onde são servidos pratos da culinária típica do Quilombo. Na visão da moradora local sobre o turismo no Quilombo, “a administração das atividades é feita a partir de uma gestão coletiva, dentro dos princípios da economia solidária, na qual o lucro total é repartido de forma igualitária entre todos os membros da equipe”. Contudo, ressaltou-se que o Quilombo do Campinho ainda não foi incluído na listagem oficial de pontos turísticos da cidade de Paraty.

No plano nacional, a interlocutora da Rede Cearense de Turismo Comunitário (Tucum)⁸ contribuiu com o compartilhamento da experiência dos processos organizativos de articulação de projetos de TBC que atuam na zona costeira cearense, enfatizando que:

o processo de desenvolvimento do turismo comunitário deve buscar a estruturação de um modo de organização democrática, o fortalecimento dos atores envolvidos na atividade, a qualificação profissional, a discussão teórica sobre o assunto, o trabalho em rede, a construção e visibilidade do destino, a participação direta dos sujeitos do TBC, a divulgação do diálogo entre os agentes envolvidos (Poder Público x Comunidade) e a integração em equipe.

Por essa razão, ao assumir o protagonismo da atividade, os membros da Rede Tucum escolheram um modelo de turismo que se baseava nas práticas sustentáveis cotidianas e na troca de experiências. Porém, para apoiar esse processo de construção e de fortalecimento do TBC, as ações governamentais são ainda incipientes, até mesmo com relação à criação de políticas públicas de TBC. No Brasil, foi somente em 2008 que o Ministério do Turismo passou a promover iniciativas ligadas ao tema, lançando o Edital 01/2008 supracitado. Apesar de ter sido uma ação pontual, o Governo Federal contribuiu para o reconhecimento e fortalecimento do TBC. Nas esferas estadual e municipal, ainda não foram criadas políticas direcionadas ao TBC.

Com esse intento e articulando o que teve relevo no debate anterior sobre o papel do poder público, o “Diálogo 5 – Políticas Públicas” permitiu conhecer as iniciativas e os programas de instituições públicas que desenvolvem ações e intervenções em interface com o TBC na região, delineando caminhos possíveis para o enfrentamento das dificuldades pelas comunidades locais no acesso às políticas públicas.

O interlocutor do Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (Fiocruz)⁹ mencionou que é preciso zelar pela saúde do território, onde os grupos sociais devem ser questionados sobre qual tipo de turismo desejam. Pois, “sem saúde não há turismo de base comunitária”. Além disso, argumentou que as políticas públicas devem ser instauradas de forma concreta. Nesse sentido, a criação de uma Se-

8 Constituiu-se em uma rede informal que não tem o papel de comercialização do turismo comunitário. Sua agenda inclui ações para o fortalecimento dos grupos fragilizados; a busca pelo acesso às políticas públicas; a promoção de cursos de formação; a valorização dos eventos culturais locais; a ação de mobilização ambiental; e intercâmbio de experiência com outras redes.

9 Fruto da parceria entre Fiocruz, Funasa e Fórum das Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba (FCT), o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina (OTSS) é um espaço tecnopolítico para o desenvolvimento de soluções alternativas e estratégias regionais relacionadas ao território, à cultura, às atividades tradicionais, à saúde e à qualidade de vida das comunidades tradicionais que vivem na região abrangente da Serra da Bocaina.

cretaria de TBC foi recomendada pelo interlocutor do Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec/Nides/UFRJ)¹⁰, atentando à tomada de consciência sobre a especificidade de cada grupo cultural e à importância de apropriação dos seus direitos. O significado de TBC foi também visto como uma prática de sustentabilidade, conforme o interlocutor do Mosaico Bocaina de Áreas Protegidas (ICMbio)¹¹. Para isso, esse interlocutor institucional ressaltou que o Mosaico oferece espaços de participação, por meio de fóruns e conselhos, em que as comunidades moradoras no interior ou entorno das unidades de conservação podem construir com os órgãos gestores soluções para os problemas e conflitos vivenciados em sua região de inserção.

Portanto, observou-se que as políticas públicas de TBC devem estar alicerçadas a outras garantias, como: educação diferenciada com a valorização da história local; garantia do território; política cultural; política de transportes; melhor ordenamento dos espaços e articulação das comunidades locais. Também com base na análise realizada, indicou-se a importância de uma ação integrada entre sociedade e Estado, a partir da articulação em rede, para o desenvolvimento do TBC desejado pelas populações e lideranças dos quilombolas, indígenas, caiçaras e agricultores familiares que vivem na região da Costa Verde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “Encontro de Turismo de Base Comunitária na Costa Verde” representou uma ação inovadora e um marco histórico para a região e o estado do Rio de Janeiro, no que se refere a uma discussão coletiva sobre turismo com expressão em termos de conteúdo sobre TBC. Para a presente pesquisa, esse evento foi tratado como um ritual que se traduziu em seus procedimentos e discursos que muito se revelou sobre um turismo que se tem (poder externo, especulação imobiliária, grilagem de terra, de pressões sobre os nativos e a conseqüente ameaça de expulsão, de invisibilidade de grupos no mapa local, de patrimonialização da natureza, de desvalorização das práticas culturais e econômicas produtivas tradicionais) e um turismo que se quer (protagonismo, valorização dos saberes locais, fortalecimento da identidade cultural, manutenção no lugar herdado, possibilidade de alternativa econômica, valorização das atividades produtivas tradicionais e de pequena escala, orientados pela economia solidária, estratégia de resistência e reconhecimento de direitos em territórios saudáveis).

A partir da análise de conteúdo dos discursos dos sujeitos da pesquisa, alguns eixos das perspectivas teórico-conceituais se destacaram como norteadores do modelo de turismo que se quer para a região, como: a garantia do protagonismo e da participação comunitária em todo processo de desenvolvimento do turismo; o direcionamento dos benefícios econômicos e sociais gerados pelo turismo para a comunidade local; a prática do TBC com base na valorização cultural e no respeito às tradições e modos de vida; a busca pela sustentabilidade econômica, social e ambiental. Assim, foi possível reforçar que as práticas de TBC têm se desenvolvido de forma vinculada à luta pelo direito à posse da terra, aos recursos e à experiência do encontro em seus sítios simbólicos de pertencimento.

¹⁰ Programa interdisciplinar de extensão, pesquisa e formação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que desenvolve projetos em rede com abordagem territorial e participativa, nos campos da Tecnologia Social e da Economia Solidária, visando à construção de políticas públicas para a equidade social e o equilíbrio ambiental.

¹¹ O Mosaico Bocaina de Áreas Protegidas é uma política pública ambiental que integra o conjunto de unidades de conservação e áreas protegidas localizadas em todos os municípios da região da Costa Verde e busca promover a gestão integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.

Dessa forma, os discursos derivados dos “diálogos temáticos” proporcionaram traçar alguns pressupostos para se pensar o TBC, em um futuro próximo para a região, tais como:

- a garantia de um território livre para a permanência e o desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais, assim como a valorização da história, dos modos de vida e das manifestações culturais são condições fundamentais para qualquer política de TBC;
- o papel integrado entre sociedade civil e Estado é fundamental para o planejamento e desenvolvimento do território turístico de forma a equacionar as demandas locais que ultrapassam a visão hegemônica do capital do modelo de turismo vigente;
- o protagonismo das comunidades, antes esquecidas, que seja capaz de oferecer uma nova experiência turística aos visitantes, em um território ambiental e culturalmente diverso e rico.

Em uma perspectiva de continuidade do processo de discussão sobre o tema, sinalizou-se a formação de um comitê informal como estratégia de promoção de novos encontros entre os atores sociais envolvidos e a articulação de alianças, além de se buscar transpor esse debate para a agenda da gestão pública municipal. Esse caminho foi influenciado pela representante da Rede Tucum, que ressaltou a necessidade de trabalho em rede e de diálogo entre agentes público, privado e comunidades como fatores determinantes para pensar o TBC.

Outro resultado importante identificado foi o incentivo e a articulação para que um representante da Secretaria de Turismo de Paraty e um grupo do FCT participassem, posteriormente, do “II Encontro Nacional da Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Turisol)”, de 12 a 14 de agosto de 2015, em Brasília. Esse movimento impulsionou ainda o FCT a elaborar um *folder* com um mapa identificando as iniciativas de TBC ligadas ao Fórum: Povos Indígenas (*Aldeia Boa Vista, SP; Aldeia Araponga, RJ; Aldeia Itaxim de Paraty Mirim, RJ; Aldeia Sapukai, RJ*), Comunidades Quilombolas (*Quilombo da Fazenda, SP; Quilombo do Camburi, SP; Quilombo do Campinho, RJ; Quilombo Santa Rita do Bracuí, RJ*) e Vilas Caiçaras (*Barra Seca, SP; Trindade, RJ; Sono, RJ; Martim Sá, RJ; Pouso da Cajaíba, RJ; Praia Grande da Cajaíba, RJ; Aventureiro, RJ*).

Dessa forma, foi possível incluir esses lugares na lista de iniciativas de TBC do estado do Rio de Janeiro, que foi apresentada na primeira seção deste artigo, fortalecendo a relevância desse movimento na Costa Verde. Concluiu-se, assim, que o TBC se traduz na presente reflexão como uma estratégia de poder e luta, tendo como bandeira comum o território. Um TBC que significa incluir no mapa do estado (seja esse turístico ou territorial) os grupos sociais “invisíveis” do ponto de vista político e institucional. Um TBC que permite aos grupos sociais a reivindicação do seu protagonismo no processo e a negação da relação com eles meramente como produto e/ou coadjuvantes. À vista disso, a presente pesquisa e suas inferências reforçaram a afirmativa de Mendonça e Moraes (2012) sobre a possível compreensão do fenômeno de TBC no Brasil como um movimento político-social em permanente construção.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1994.
- BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- BEAUD, S.; WEBER, F. Guia para pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BRASIL. 2008. Edital de chamada pública de Projetos MTur/n. 001/2008 – seleção de propostas de projetos para apoio às iniciativas de turismo de base comunitária. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/convenios_contratos/selecao_projetos/Edital_Chamada_Pblica_de_Projetos_0012008.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2008.
- BRASIL. Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 2007.
- BRASIL. Lei n. 9.985, de 18/07/2000. 4. ed. Brasília: MMA/SBF, 2000.
- COMERFORD, J. Reuniões camponesas, sociabilidade e lutas simbólicas. In: PEIRANO, M. O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 149-170.
- CORIOLOANO, L. N. Turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza. São Paulo: Annablume, 2006.
- CORIOLOANO, L.; VASCONCELOS, F. Turismo, território e conflitos imobiliários. Fortaleza: Eduece, 2012.
- DA MATTA, R. Carnavais, malandros e heróis. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990.
- DIEGUES, A. C. S. Ecologia Humana e Planejamento em Áreas Costeiras. 2. ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Costeiras, USP, 2001.
- FÓRUM COMUNIDADES TRADICIONAIS – FCT. Disponível em: <<http://www.preservareresistir.org/>>. Acesso em: 12 nov. 2015.
- LIMA, P. I. F. L. Afinal, o que significa turismo de base comunitária ou turismo comunitário? A busca por uma perspectiva conceitual. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, 2014.
- LUCHIARI, M. T. D. P. Turismo e cultura caiçara no litoral norte paulista. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). Turismo. Modernidade. Globalização. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 136-154.
- _____. Turismo, natureza e cultura caiçara. In: SERRANO, C. M. de T., BRUHNS, H. T. (Org.). Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente. 5. ed. Campinas: Papirus: 2001. p. 59-85.
- MALDONADO, C., 2009. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras – Rio de Janeiro, Letra e Imagem, p. 25-44.
- MENDONÇA, T. C. de M. Turismo e participação comunitária: Prainha do Canto Verde a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não Secou? Rio de Janeiro: Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

_____. Que paraíso é esse? A turismização da Ilha Grande. 2010. 341f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UERJ, Rio de Janeiro, 2010.

MENDONÇA, T. C. M. et al. Relatório do I Encontro de Turismo de Base Comunitária da Costa Verde. Nova Iguaçu: UFRRJ/NEPET, Agosto, 2015. 102 p.

MENDONÇA, T. C. M.; MORAES, E. A. de. Reflexões emergentes sobre turismo de base comunitária, à luz da experiência no “Paraíso Proibido”: Vila do Aventureiro, Ilha Grande, Brasil. *Journal of Tourism and Development*, 4, 2012, 1169-1183.

MENDONÇA, T. C. M.; MORAES, E. A. de; COSTA, M. A. M. Turismo e pesca nas Reservas Extrativistas Marinhas de Arraial do Cabo (RJ) e da Prainha do Canto Verde (CE): possibilidades e limites de complementaridade. *Caderno Virtual de Turismo*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p. 372-390, dez. 2013.

MENDONÇA, T. C. de M. et al. Relatório Final do Projeto: o estado da arte do turismo de base comunitária no litoral do estado do Rio de Janeiro: abordagem teórico-conceitual, político-organizacional e iniciativas em curso (Período: Agosto/2013 – Julho/2014). UFRRJ: agosto, 2014. 86p.

MONTEIRO, T. L. Ação política e afirmação territorial: turismo de base comunitária entre os caiçaras de São Gonçalo, Paraty, Rio de Janeiro, *Espaço e Economia [On-line]*, 7 | 2015.

MORAES, P. V. de M. de. Mapeamento das iniciativas de turismo de base comunitária no estado do Rio de Janeiro. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2014. 87 p.

NEUHAUS, E.; SILVA, J. S. da (Org.). Um outro turismo é possível! Reflexões sobre desigualdades, resistências e alternativas no desenvolvimento turístico. Fortaleza, 2006.

PEIRANO, M. A teoria vivida e outros ensaios de antropologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

_____. Rituais ontem e hoje. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SANTIAGO, M. C. de S. Turismo de base comunitária: perspectivas teórico-conceituais presentes no livro “Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Turismo). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2015. 95 p.

VIANA, A. M. Perspectivas teórico-conceituais sobre o turismo de base comunitária e participação como foco de análise. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, 2013, 74 p.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais transições? In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 55-75.



Empresarização do turismo de base comunitária

Enterprisation of community-based tourism

Empresarización del turismo de base comunitária

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1189>

Luciana Araújo Holanda <ludeholanda@gmail.com >

Professora do Departamento de Hotelaria e Turismo da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 18-nov-2015

Aceite: 12-jul-2016

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

HOLANDA, L. A Empresarização do turismo de base comunitária. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 249-262, ago. 2016.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



RESUMO

A racionalidade dominante na modernidade ocidental produz a inexistência de outro princípio de organização produtiva e social que não seja o do mercado. Assistimos à emergência de uma sociedade managerial e ao fenômeno de empresarização de diversas esferas da vida social, inclusive de comunidades tradicionais que desenvolvem o turismo de base comunitária (TBC). No âmbito nacional, alguns autores e o próprio MTur têm difundido um discurso que apregoa a necessidade de profissionalização das comunidades tradicionais por meio da adoção do modelo de organização empresarial e práticas gerenciais, subordinadas a critérios de eficiência e competitividade, típicas do mundo do business. Este ensaio teórico tem por objetivo questionar o imperativo de empresarização a que estão sujeitas as iniciativas de TBC bem como gerar reflexão, discussão e mobilizar protagonistas e pesquisadores a pensar outros modos de organizar fora do enclave do mercado que não reproduzam, de forma acrítica e indiscriminadamente, o modelo empresarial e que sejam pertinentes à essência e aos propósitos do TBC.

Palavras-chave: Turismo de base comunitária. Empresarização. Brasil.

ABSTRACT

The prevalent rationality in western modernity produces the inexistence of other principles of productive and social organization that are not the ones related to market. Due to this, we are witnessing the emergence of a managerial society and the phenomenon of entrepreneurship of various spheres of social life, including traditional communities who develop community-based tourism (CBT). In Brazil, some authors and the Ministry of Tourism itself has spread a discourse that emphasized a need for professionalization of traditional communities through the adoption of management practices that are subjected to the criteria of efficiency and competitiveness, typical of the business world. This theoretical essay aims to question the imperative of enterprisation that CBT initiatives as well as to generate reflection, discussion and mobilize local actors and researchers to think other ways of organizing out of market dimension that do not replicate, uncritically and indiscriminately, the enterprise model and that are consistent to the CBT essence and purposes.

Keywords: Based community tourism. Business. Brazil.

RESUMEN

La racionalidad dominante em la modernidad occidental produce la ausencia de otro principio de organización productiva y social que no sea el mercado. Estamos presenciando el surgimiento de una sociedad managerial y el fenómeno de empresarización de diversas esferas de la vida social, incluso de comunidades tradicionales que desarrollan el turismo de base comunitaria (TBC). A nivel nacional, algunos autores y el propio Ministerio del Turismo han difundido un discurso que apregoa la necesidad de profesionalización de las comunidades tradicionales a través de la adopción del modelo de organización empresarial y prácticas gerenciales, subordinadas a criterios de eficiencia y competitividad, características del mundo del business. Este ensayo teórico tiene por objetivo cuestionar el imperativo de empresarización a que están sometidas las iniciativas de TBC como también generar la reflexión, el debate y movilizar protagonistas locales e investigadores a pensar otros modos de organizar fuera del enclave del mercado que no reproduzcan, sin crítica y discernimiento, el modelo empresa e que sean pertinentes a la esencia y a los propósitos del TBC.

Palabras clave: Turismo de base comunitaria. Empresarización. Brasil.

INTRODUÇÃO

Nas três últimas décadas, temos assistido ao desenvolvimento do capitalismo financeiro e do projeto político-econômico neoliberal e, conseqüentemente, a disseminação da lógica de organização do mercado e imposição de práticas de gestão empresarial à administração pública e ao terceiro setor.

Chanlat (2000, p. 15) destaca o culto da empresa e a influência crescente do pensamento empresarial sobre o tipo de sociedade que estamos construindo. Essa sociedade *managerial* caracteriza-se pela imposição gradual da lógica capitalista – fundada na propriedade privada, no jogo de interesses pessoais, na busca do lucro e acumulação – e pela difusão massiva dos discursos e das práticas de gestão empresarial em setores mantidos até então fora da influência do “espírito gestor”.

“Em nenhuma sociedade anterior à sociedade industrial, as organizações de caráter econômico jamais assumiram papel central e deliberado no processo de socialização” (RAMOS, 1981, p. 92). Se antes a empresa fora, por muito tempo, considerada como um lugar de exploração, dominação e alienação pela maioria, a partir dos anos 1980, lhe foi atribuído espaço central na sociedade, tornando-se a instituição por excelência, fonte de riquezas e de cultura, destinada a resolver a maioria dos problemas com que nos defrontamos hoje (CHANLAT, 1999, p. 16).

Esse fenômeno histórico caracterizado pela crescente influência que a empresa exerce sobre os tipos de organização, bem como sobre todas as atividades humanas, sem exceção, foi designado de “empresarização do mundo” por Solé (2003, p. 3). Segundo o autor, pela primeira vez na história da humanidade, um tipo de organização se impõe e se afirma como exemplo, norma, referência obrigatória, tornando-se mais do que nunca a matriz do mundo. Nesse mundo-empresa, os países e todos os componentes da sociedade se organizam como e para a empresa.

Nesse contexto, as pessoas são levadas a confundirem regras e normas de conduta humana com regras e normas de operação do mercado, interpretando a realidade em termos adequados aos interesses dos agentes diretos e/ou indiretos de tal distorção. O uso, consciente ou inconsciente, de uma linguagem distorcida deve-se ao fato do processo de socialização estar, em grande parte, subordinado a uma política cognitiva exercida por vastos complexos empresariais (RAMOS, 1981, p. 87).

Embora a “empresarização do mundo” seja pensada e vivida como um processo inexorável e irresistível, um acontecimento natural, uma necessidade, um destino, uma fatalidade (SOLÉ, 2003, p. 5), a empresa é um artefato socialmente contruído e deliberadamente projetado para atender aos imperativos da acumulação de capital, expansão das capacidades do sistema de mercado e maximização dos lucros (RAMOS, 1981, p. 134).

Como organização econômica que é, a empresa orienta-se pela razão instrumental, toma o mercado como referência para ordenação da vida social e pessoal, pauta-se no utilitarismo e pragmatismo, possuindo regras operacionais mecânicas, normas funcionais de conduta e comunicação, critérios quantitativos que transformam o ser humano em uma criatura que exerce atividades mecanomórficas e se comporta de acordo com o ethos utilitário (RAMOS, 1981, p. 134).

Foi para esse tipo de organização formal e para dar conta dos propósitos e interesses econômicos e políticos do capitalismo que o *management* foi instituído como ciência pretensamente neutra, produzindo um *corpus* de conhecimento específico. Validado pelo discurso científico, o *management* reclamou para si o monopólio do conhecimento válido e assumiu preponderância total, impregnando o modo de organiza-

ção da sociedade inteira, ao mesmo tempo em que marginalizou e descredibilizou todas as outras formas de organização que não se pautam no modelo empresarial (HOLANDA, 2011, p. 15).

Conceitos, ferramentas, técnicas e práticas de gestão empresarial são exportados, sobretudo dos Estados Unidos, e difundidos para todo o mundo – independentemente do contexto sociocultural dos países e das organizações receptoras desse conhecimento. Os casos de sucesso ditam as *best practices* e ensinam o *know-how* das empresas *top*. Esse tipo de conhecimento prescritivo alcança status de regra, sendo apresentado e considerado como a única maneira correta de organizar, em diferentes contextos, para diferentes tipos de organização, independente de sua natureza institucional, características, valores éticos e simbólicos (HOLANDA, 2011, p. 15).

Nesse cenário global, nem as iniciativas de turismo de base comunitária (TBC), que emergiram na contramão do turismo de massa, escapam dessa realidade e estão sendo impelidas a adotar práticas características do mundo empresarial, subordinadas a critérios de eficiência e competitividade, pressupostos estes, muitas vezes, distantes dos objetivos das comunidades tradicionais que lidam com aspectos mais substantivos da vida organizada.

O presente ensaio teórico tem por objetivo fomentar a reflexão e o debate sobre os rumos que o TBC está seguindo no Brasil ao questionar o imperativo da empresarização identificado no discurso de alguns acadêmicos e nas ações promovidas pelo Ministério do Turismo (MTur).

Para que os leitores compreendam a perspectiva pela qual este trabalho foi construído, de modo a tornar sua discussão mais profícua, ele encontra-se estruturado da seguinte forma: inicia-se com uma breve descrição dos procedimentos metodológicos adotados; em seguida, identifica, no referencial teórico construído em nível nacional, aspectos centrais do TBC, para além da polissemia do fenômeno, compilando lições apreendidas até o presente; na sequência, discute-se o imperativo da empresarização que está sendo imposto às experiências de TBC no Brasil e finaliza-se tecendo algumas considerações no intuito de gerar reflexão e mobilização de protagonistas das experiências de TBC e estudiosos do tema a pensar outros modos de organizar fora do enclave do mercado que não reproduzam, de forma acrítica e indiscriminadamente, o modelo empresarial e que sejam pertinentes à essência e aos propósitos do TBC.

PERCURSO METODOLÓGICO

Visando submeter o texto à discussão e julgamento de forma transparente, cabe situá-lo e esclarecer que adotei a escrita pessoal, assumindo minha inevitável presença no texto enquanto um sujeito ético engajado em autorreflexividade. Escrevo a partir de uma posição particular: latino-americana, brasileira, nordestina, branca, classe média, sem filiação partidária nem religiosa, simpatizante dos movimentos contra-hegemônicos e de contracultura em curso no mundo que questionam a ideologia neoliberal. Sem a presunção de produzir conhecimento universal, admito meus relatos de pesquisa como narrativa parcial, local e situacional, sendo, portanto, apenas uma interpretação possível.

Na construção do presente ensaio teórico, primeiramente, realizei uma pesquisa bibliográfica. Fiz buscas na plataforma virtual “Publicações de Turismo” com as expressões “turismo comunitário”, resultando em 51 referências e “turismo de base comunitária”, totalizando 45 referências. Após leitura dos títulos e resumos dos trabalhos, descartei alguns por fugir do foco, encontrando 68 referências que tratam espe-

cificamente do tema TBC, sendo elas, 62 artigos e 06 livros. A primeira publicação ocorreu em 2003 e foi crescendo timidamente até 2011, quando registrou-se um aumento significativo, sendo 2013 o ano com maior expressividade.

A leitura dos artigos me levou a identificar outros trabalhos relevantes publicados em periódicos não indexados na plataforma mencionada, de modo que complementei a pesquisa com buscas no *google scholar*. Em suma, a produção científica nacional engloba ensaios teóricos e pesquisas empíricas que relatam experiências de TBC em diferentes comunidades localizadas nas cinco regiões do Brasil e em alguns países latino-americanos.

Também realizei uma pesquisa documental em três documentos, sendo um edital de chamada pública do governo federal (MTUR, 2008) e dois relatórios técnicos realizados por universidades públicas brasileiras (LTDS, 2011; MIELKE, 2011).

Para fundamentar minhas análises e tecer minha crítica à empresarização de experiências substantivas, como as do TBC, elaborei uma bricolagem teórica com autores fora do *mainstream* da administração posto que as teorias organizacionais difundem e universalizam a empresa como o modelo de organização, apresentando-a como força produtiva, científica e neutra (HOLANDA, 2011, p. 14).

Saliento que uma crítica é um julgamento que reconhece a existência de dois lados nas questões, nos fenômenos e nas realidades humanas em um dado contexto histórico, não havendo um único ponto de vista. Procurei dialogar com os autores com sinceridade científica, sendo honesta com minha consciência e com aqueles a quem dou voz no texto. Por isso, explicito as minhas concepções sobre o assunto pesquisado, apresentando argumentos respaldados em diversos autores. Sempre indico o número das páginas das obras consultadas, inclusive nas citações indiretas mesmo sendo opcional segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), entendendo que, dessa forma, o leitor pode localizar facilmente os trechos no texto original, fazer sua própria leitura e análise.

TBC no Brasil: lições acumuladas até o presente

Na literatura especializada, encontram-se inúmeras e diversas definições de TBC, também denominado de turismo comunitário, solidário, de base local, alternativo, entre outras nomenclaturas (CORIOLANO, 2012, p. 13). “Não há uma única definição conceitual específica amplamente aceita que defina o TBC ainda que demonstrem similaridades de princípios antropológicos, sociológicos, econômicos, políticos, históricos, psicológicos e ambientais” (LTDS, 2011, p. 2).

Apesar da heterogeneidade das experiências de TBC, decorrentes da peculiaridade da história das comunidades, dos diferentes tipos de território onde elas ocorrem (urbano, rural, litoral, áreas protegidas) e da natureza política das organizações que viabilizam tais experiências (organizações não governamentais e universidades, mormente), há princípios comuns entre elas: autogestão; associativismo e cooperativismo; apropriação pela comunidade dos benefícios advindos da atividade turística; valorização do patrimônio natural e cultural local, resistência ao turismo de massa e, sobretudo, o protagonismo das comunidades locais (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009, p. 88; IRVING, 2009, p. 111; SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA, 2009, p. 362; MTUR, 2010, p. 15; LTDS, 2011, p. 2).

Muitas são as abordagens possíveis e as referências que podem guiar um discurso que busque definir esta atividade que em sua essência é diversa. Não se pode falar em modelos ou quaisquer outras formas simplificadoras. A diversidade de contextos, histórias, lugares e personagens fazem de cada uma das iniciativas autoproclamadas “comunitárias” únicas. (BARTHOLO; SANZOLO; BURSZTYN, 2009, p. 16).

Não obstante a amplitude conceitual dessa temática, Fabrino (2013, p. 17) identificou, por meio de revisão da literatura internacional e nacional, a visão de acadêmicos, entes governamentais e da sociedade civil, verificando uma convergência de princípios e premissas que abrangem as dimensões ambiental, cultural, social, política e econômica. A autora constatou a interface do TBC com os campos teóricos do desenvolvimento local e da sustentabilidade e com a teoria dos sítios simbólicos de pertencimento proposta pelo economista marroquino Hassan Zaoual.

Com base nas experiências de pesquisa acumuladas, Sansolo e Bursztyn (2009, p. 158) identificaram características das singularidades dos casos e estabeleceram algumas generalizações a respeito do conceito de TBC. Uma das lições extraídas é que turismo comunitário não representa apenas mais um segmento do mercado turístico e, sim, a possibilidade de um novo paradigma para o turismo assentado nas relações de hospitalidade, intercâmbio cultural e deslocamento do centro de referência do viajante para encontrar o outro. Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Sampaio *et al.* (2014, p. 55) consideram que apesar das experiências de TBC serem identificadas com as modalidades de turismo cultural, ecoturismo e agroturismo, o turismo comunitário não deve ser confundido como mais uma nova tipologia de atividade econômica. Fabrino (2013, p. 24) corrobora esse pensamento entendendo que embora associado a alguns segmentos do turismo – ecoturismo, turismo rural e turismo étnico – o TBC não consiste em um segmento de mercado, mas configura uma proposta de desenvolvimento apoiada em bases endógenas, que pode ser pensada a partir de diversos segmentos turísticos.

Contrapondo-se ao turismo massificado, o TBC configura-se como *outro modo de visita e hospitalidade*, relacional, onde os anfitriões não são submissos aos turistas, e os turistas não fazem dos hospedeiros meros objetos de instrumentalização consumista (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009, p. 86, grifos dos autores). “As atividades locais não são artificializadas ou estilizadas em função do turismo” (CORIOLANO, 2012, p. 14).

O TBC enquanto forma de turismo protagonizada por atores locais distingue-se pela “sabedoria construída no lugar, com suas crenças, valores, mitos, técnicas, enfim, por aqueles que detêm um patrimônio intangível, mas que existe, que resiste e que se dispõem a aqueles que compreendem o valor da diversidade, da alteridade”. (BARTHOLO; SANZOLO; BURSZTYN, 2009, p. 16).

O patrimônio comunitário é formado por um conjunto de valores e crenças, conhecimentos e práticas, técnicas e habilidades, instrumentos e artefatos, lugares e representações, terras e territórios, assim como todos os tipos de manifestações tangíveis e intangíveis existentes em um povo. Através disso, se expressam seu modo de vida e organização social, sua identidade cultural e suas relações com a natureza (MALDONADO, 2009, p. 29).

Do ponto de vista da escala espacial, o TBC ocorre em pequenas comunidades, assentadas em povoados, aldeias, vilas localizadas quer na zona costeira, rural e urbana, no semiárido e sertão, como nas proximidades no interior de áreas protegidas – Unidades de Conservação (UC), Áreas de Proteção Ambiental (APA), parques nacionais e estaduais, reservas, etc. (SANZOLO; BURSZTYN, 2009, p. 152; LTDS, 2011, p. 9). Em decorrência disso, os principais protagonistas são populações tradicionais, camponeses, ribeirinhos, pescadores, marisqueiras, representantes das culturas indígena e quilombola, moradores de bairros populares, morros e favelas (BARTHOLO; SANZOLO; BURSZTYN, 2009, p. 15; CORIOLANO, 2012, p. 14).

Outra lição tirada é que o modo de vida local é a principal motivação da visita, sendo isso o que atrai o turista (SAMPAIO *et al.*, 2008, p. 253; SAMPAIO; CORIOLANO, 2009, p. 11; MTUR, 2010, p. 16). Além disso, o turismo é uma atividade complementar às atividades tradicionais desenvolvidas pelas comunidades para geração de renda (MTUR, 2010, p. 16).

Embora se reconheça como elemento central do TBC o protagonismo da comunidade local, em grande parte das iniciativas houve apoio externo, geralmente de ONGs e universidades, para a realização do planejamento, estruturação e operação da atividade turística (SANSOLO; BURSZTYN, 2009, p. 154; SAMPAIO; CORIOLANO, 2009, p. 21; CORIOLANO, 2012, p. 16; FABRINO, 2013, p. 24). O perfil das entidades proponentes dos projetos submetidos ao edital do MTur de apoio a iniciativas de TBC foi heterogêneo, incluindo poder público municipal e estadual, organização sem fins lucrativos de naturezas diversas como ONG, fundação universitária, associação, cooperativa, entre outras (SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA, 2009, p. 365).

A literatura internacional e nacional aponta que problemas relacionados ao baixo acesso ao mercado/comercialização dos roteiros e a governança insipiente são os principais fatores pelos quais as iniciativas de TBC colapsam (MALDONADO, 2009, p. 32; MTUR, 2010, p. 75; MIELKE, 2011, p. 3; FABRINO, 2013, p. 56). É baseando-se nesse diagnóstico que o imperativo de empresarização tem sido disseminado para as experiências de TBC, como será abordado a seguir.

Pesquisadores como indutores da empresarização do TBC

Embora a academia se posicione criticamente contra o turismo de massa, o presente ensaio teórico identificou que alguns autores, ainda que talvez com as melhores intenções, reproduzem, quiçá inconscientemente, o formato e *modus operandi* do turismo convencional ao impor às comunidades tradicionais que desenvolvem o TBC o o modelo de organização empresarial e a aplicação de práticas do *management*.

Maldonado (2009, p. 31), por exemplo, em sua definição de turismo comunitário, emprega termos como “organização empresarial” e “empresa comunitária” embora saliente que sua finalidade não é lucro nem a apropriação individual dos benefícios que são gerados, mas sua distribuição equitativa, por meio do investimento em projetos de caráter social ou de produção.

O autor atribui as “deficiências” das iniciativas de TBC, em parte, à “incursão das comunidades no turismo em situações de improviso, ausência de profissionalismo, desconhecimento do mercado [as tendências e o funcionamento da indústria do turismo] e dos instrumentos de gestão de negócios”. Ele considera “limitada” a questão operacional e gerencial dos negócios e critica os meios de promoção e comercialização por serem, de modo geral, “rudimentares, individuais e diretos”. No que tange à qualidade dos serviços, avalia como heterogênea e predominantemente “média e baixa”. Parece recriminar a diversificação dos produtos turísticos, que julga de “escassa” por seus componentes serem “baseados exclusivamente em fatores naturais e herdados”. Por fim, classifica como “amplamente insatisfatórias” as aspirações das comunidades de acesso a serviços de informação e capacitação” (MALDONADO, 2009, p. 32).

Mielke (2011), por sua vez, também considera necessário capacitar as comunidades para a comercialização. Ao avaliar 26 das 42 experiências de TBC apoiadas pelo edital do MTur, o autor (*Ibidem*, p. 4) constatou que quase a totalidade utiliza muito pouco operadoras e/ou agências de viagens para comercializar seus produtos/serviços turísticos: 74% utilizam os próprios membros locais como canal de promoção;

37% possuem *web-site*, porém, em nenhum deles é possível comprar direto (*Ibid*, p. 15); e 67% utilizam muito o tradicional boca a boca como principal forma de distribuição (*Ibidem*, p. 16).

Chama muita atenção de Mielke (2011, p.13) o fato de não haver a participação de elementos do mercado turístico como intermediários e empresas turísticas locais, o que o autor considera “fundamental, bem como estratégico”, mesmo reconhecendo que a maioria das comunidades que desenvolvem o TBC é de baixa renda e, portanto, não possui alto poder de investimento em ações promocionais (*Ibid*, p. 18).

Ainda de acordo com a pesquisa de Mielke (2011, p. 16), 59% das experiências de TBC analisadas possuem uma postura passiva quando negocia seus produtos, não desenvolvendo habilidade necessária para negociar preços e volumes com os hotéis, restaurantes, etc. da região. Ora, se a preocupação com volume é uma característica do turismo massivo, qual sua pertinência quando se trata de TBC?

Para Mielke (2011, p. 20), o baixo acesso ao mercado na comercialização dos produtos turísticos está relacionado com a falta de organização comunitária. “Se por um lado não há essa preocupação e ou baixa importância ao processo de formalização dos grupos comunitários, por outro os agentes de mercado também não se sentem seguros ao desenvolvimento de negócios com tais comunidades. Sem respaldo jurídico o desenvolvimento de atividades turísticas, sobretudo aquelas que envolvem atividades de risco será limitador”. Ou seja, a preocupação em formalizar a organização comunitária parece estar relacionada à posse de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) para se relacionar e dar segurança a operadores e agentes de viagens.

Mielke (2011, p. 5) considera que a grande maioria dos casos analisados possui uma postura imatura, pois somente em dois houve a preocupação metodológica para o desenvolvimento de um Plano de Negócios, e justamente neles há o envolvimento de agentes de mercado na organização do produto turístico comunitário. Além disso, o autor classificou como extremamente baixo o número de contratos e acordos comerciais estabelecidos e/ou em vias de estabelecimento entre oferta e demanda, apenas em uma única experiência acordos foram concretizados.

O fato de quase metade das experiências objetivar o aumento da produção de artesanato como estratégia de fomento do turismo, em detrimento de atividades essencialmente turísticas (hospedagem, alimentação e passeios) foi associado por Mielke (2011, p. 4, grifos meus) à *imcompreensão* da atividade turística, suas implicações, impactos e dinâmica de processo de planejamento e organização local.

Ao apresentarem como as estratégias de comercialização do TBC têm sido discutidas em diferentes âmbitos no Brasil, sobretudo a partir de 2008, Bursztyn e Bartholo (2012, p. 103) verificaram como um ponto comum a inserção das iniciativas de TBC no mercado turístico convencional. Nas palavras dos autores, “buscam vender o TBC na mesma prateleira de outros produtos turísticos, como hotéis de selva, *resorts* ou qualquer outro destino de turismo de massa à venda nas operadoras e agências espalhadas pelo país” (*Ibidem*). Concordo com o posicionamento desses autores de que a inserção das experiências de TBC no mercado convencional não é a melhor maneira de promovê-las, uma vez que possuem características marcantes e únicas que as diferenciam do universo de produtos disponíveis no mercado turístico.

Indo na contramão do pensamento de Camargo e Villegas (2014, p. 253), que consideram não haver distorções dos princípios do TBC com a adoção da perspectiva dos negócios internacionais, ponho em xeque a adoção da empresa como modelo de organização para as iniciativas de TBC, como defendido por alguns estudiosos, como exposto nesta seção, e induzido pelo próprio MTur, como discorrerei a seguir.

O MTur como indutor da empresarização do TBC

O MTur (2010, p. 11) entende que as organizações solidárias, informais, comunitárias podem ser vistas pelo poder público por dois prismas: 1) como um movimento social de resistência ao processo de expansão econômica nos moldes convencionais; e 2) como de forma complementar à ordem econômica vigente. As ações desempenhadas por esse órgão evidenciam sua opção por essa segunda vertente.

Consta no Edital n. 01/2008 que o apoio às iniciativas de TBC visa, entre outros objetivos elencados, “estruturar este *segmento* turístico, face a crescente demanda turística em níveis nacional e internacional”; “agregar valor a destinos turísticos, por meio da diversificação dos segmentos a serem ofertados”; e “promover padrões de qualidade e de segurança da experiência turística”. Para o alcance desses objetivos, o MTur entende ser necessário obter um grau de qualidade na oferta de produtos e serviços turísticos que viabilizem sua venda e consolidação no mercado. Foi esse pressuposto que orientou a formatação do Edital de Chamada Pública e definição de suas cinco linhas temáticas (SILVA; RAMIRO; TEIXEIRA, 2009, p. 363, grifos nosso), a saber: 1) produção associada ao turismo; 2) qualificação profissional; 3) planejamento estratégico e organização comunitária; 4) promoção e comercialização; e 5) o fomento às práticas de economia solidária.

Em pesquisa realizada com os 42 projetos conveniados em 2008 e 2009, o MTur considerou um dos pontos mais frágeis das iniciativas de TBC o processo de promoção e comercialização, tendo em vista que poucas experiências são capazes de atrair turistas exclusivamente para visitar o produto de TBC. Considerando que a maioria das experiências encontra-se em regiões próximas a destinos consolidados, o MTur defende a necessidade de integração das iniciativas com esses destinos, buscando uma aproximação das ações de promoção e apoio à comercialização dos projetos de TBC e dos destinos de uma forma geral (MTUR, 2010, p. 75)

Diante desse contexto, o MTur (2010, p. 76) estabeleceu que as ações dos projetos para o fortalecimento das iniciativas de TBC deveriam priorizar atividades de qualificação e melhoria do produto e do atendimento ao turista, gestão operacional e de negócios, integração na cadeia produtiva do turismo local, diversificação e inovação do produto e promoção e comercialização. Nessa estratégia, foram formalizados sete convênios em 2010.

Outra fragilidade apontada pelo MTur concerne à organização e estruturação de uma oferta com qualidade, segurança e viabilidade econômica. Visando estabelecer um padrão mínimo de qualidade dos serviços, produtos e pessoas, conforme as exigências do mercado, o ministério (2010, p. 81) recomenda a aplicação, com as adaptações necessárias, das normas técnicas de certificação do turismo desenvolvidas pelo MTur e publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Fabrino (2013, p. 51) considera o lançamento do Edital 01/2008 pelo MTur um apoio do poder público federal a “um outro modelo de turismo”. Mas, diferentemente do entendimento da maioria dos acadêmicos, o Mtur considera o TBC um segmento de mercado. Isso fica evidente no texto do Edital, na fala da coordenadora-geral de Projetos de Estruturação do Turismo em Áreas Priorizadas, Kátia Silva, durante a I Mostra de TBC ocorrida no IV Salão de Turismo, em 2009, bem como nas palavras do ministro do Turismo, Luis Eduardo Pereira Barreto Filho, no prefácio do livro “Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras” lançado nesse evento, que tratam o TBC como “um segmento pouco conhecido”.

Com relação à promoção e comercialização do TBC, o MTur (2010, p. 81) aponta uma baixa qualidade de comunicação dos materiais promocionais que carece de foco no cliente, possui linguagem pouco centrada em atrair o turista e ambígua, uma vez que confunde a comunicação institucional do projeto, da experiência e dos produtos e serviços ofertados aos visitantes. O MTur considera pertinente o estabelecimento de uma estratégia de divulgação para o mercado, com maior grau de profissionalização, associando a promoção dos destinos onde os projetos se encontram à promoção do País.

As ações de promoção e divulgação do TBC realizadas pelo Mtur utilizaram as mesmas estratégias que as usadas para os produtos voltados ao mercado do turismo de massa, ou seja, a participação em feira e eventos (Mostra de TBC no Salão de Turismo – Roteiros do Brasil, *Adventure Sports Fair*, Festival de Turismo de Gramado, Festival de Turismo das Cataratas, 34º Encontro Comercial Braztoa, Caravana Brasil Nacional), sendo foco da comunicação a diversificação da oferta turística brasileira (MTUR, 2010, p. 31; BURSZTYN; BARTHOLO, 2012, p. 103).

A diversificação da oferta atende a uma demanda emergente, sensível aos temas da responsabilidade social e ambiental, em busca de oportunidades de vivências em destinos turísticos menos convencionais, para além do “cardápio” de opções disponíveis (IRVING, 2009, p. 109).

Crítica à empresarização do TBC

A gestão é apontada como o aspecto frágil das experiências de TBC e um problema generalizado. No entanto, o que muitos autores apontam como fragilidade e deficiência, entendo como coerência aos valores das comunidades tradicionais.

As iniciativas do TBC, em tese, se contrapõem à lógica de mercado e emergiram na contramão do turismo de massa, em muitos casos, nasceram dentro de movimentos sociais de resistência. “A história de luta pela posse da terra, pela preservação do meio ambiente ou mesmo pelo direito ao modo de vida tradicional uniu comunidades e formou a base para o desenvolvimento de *um outro turismo*” (BARTHOLO; SANSOLO; BURSZTYN, p. 19, grifos nossos).

Se estamos tratando, realmente, de uma proposta que se vincula a “uma nova filosofia de se fazer e pensar o turismo”, “uma alternativa real aos padrões ‘pasteurizados’ de mercado” (IRVING, 2009, p. 117), cabem aqui alguns questionamentos.

Se a proposta de TBC é endógena e a comunidade é, de fato, a protagonista, por que direcionar suas prioridades e pôr em xeque suas decisões? Cabe questionar, por exemplo, o fato de determinada comunidade optar por aumentar a produção de artesanato em vez de investir em hospedagem, alimentação e passeios, como fez Mielke (2011, p. 4)? De quem é a escolha?

Por que seguir os modelos de comercialização dominante se a proposta do TBC, em essência, é ser uma alternativa ao turismo de massa? Sendo uma proposta alternativa, qual o problema de se utilizar outros meios? Por que não utilizar apenas a venda direta? Considero essa uma estratégia coerente com os preceitos do TBC além de desonerar o produto já que não se tem que pagar comissão aos intermediários. E ademais, se as comunidades que captam recurso por meio de edital, de modo geral, repassam percentual às entidades proponentes dos projetos (ONGs, fundações, entidades do Sistema S), por que ainda tem que pagar comissão a operadoras e/ou agentes de viagens?

Bursztyn e Bartholo (2012, p. 100) consideram “curioso” o fato das recomendações constantes no relatório elaborado por Mielke (2011) serem “focadas exclusivamente no incremento da relação com as agências e operadoras de turismo, argumentando que estas podem ajudar a formatação de produtos mais atrativos, devido ao seu conhecimento do mercado” e não abordarem

questões relativas à melhoria na divulgação e promoção das iniciativas por meio das redes sociais, o uso de ferramentas de comunicação mais modernas, como o email, ou até mesmo a criação de uma estratégia de comunicação focada no aumento das visitas de curta duração (um dia ou finais de semana) voltadas para o turista local ou regional, por exemplo.

Concordo com as estratégias propostas por Bursztyn e Bartholo (2012, p. 110) de potencializar o boca a boca e priorizar a divulgação, por meio de redes sociais e email, voltada para grupos sociais sensíveis às temáticas socioambiental e economia solidária, participantes do movimento *Slow Food*, do Fórum Social Mundial, entre outros, que configuram um público potencial das iniciativas de TBC visto que comungam valores semelhantes e não pautados estritamente pela lógica econômica.

Cabe designar de falta de capacidade a resistência das comunidades em profissionalizar-se e com base nisso ofertar cursos de capacitação em gestão empresarial? Vale salientar que por profissionalização, entende-se tratar a comunidade tradicional como empresa, tornando-a eficiente para competir no concorrido mercado turístico visando a atração de turistas e o atendimento às exigências burocráticas de editais públicos de captação de recursos.

As justificativas para a necessidade de profissionalização das comunidades tradicionais e adoção de práticas empresariais baseiam-se na desqualificação de seus sujeitos e das práticas organizativas populares que são estigmatizadas por termos e expressões pejorativos, sendo consideradas amadoras, improvisadas o que denota sua baixa credibilidade. Como afirma Arantes (2007, p. 14), “o que é popular é necessariamente associado a ‘fazer’ desprovido de ‘saber’”.

Entendo que a palavra negócio, quando associada às experiências de TBC, deve ser utilizada em sua acepção original derivada do latim que significa a negação do ócio e não no sentido empresarial. Negar o ócio pressupõe trabalho, mas não necessariamente com o sentido de sacrifício, pode sim ser fonte de realização. Trabalho não precisa ser nos moldes capitalistas, assalariado, precarizado, pressupondo separação entre o viver e o trabalhar. Compartilho a visão de Antunes (2003, p. 57), de que uma vida desprovida de sentido dentro do trabalho é incompatível com uma vida plena de sentido fora do trabalho. Sendo o trabalho no mercado turístico caracterizado, via de regra, como temporário, sazonal, de baixa qualificação, com menor remuneração quando comparado a outros setores da economia e maior jornada semanal, conforme dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (MARRETO; TAMANINI; SILVA, 2004, p. 49), por que impor esse tipo de trabalho peculiar do mundo empresarial para comunidades onde sobrevivem modos de vida tradicionais?

Vale salientar que a gestão não é um mal em si. É totalmente legítimo organizar o mundo, com a condição de que melhore as relações humanas e a vida social (GAULEJAC, 2007, p. 29).

No entanto, ao analisar criticamente como a organização – ato elementar da vida humana associada – foi pensada e construída pelo *management*, verifica-se que a produção de conhecimento serve aos propósitos dos interesses econômicos e políticos dos detentores do capital, refletindo forças dominantes, e atende a um tipo de organização: a empresa. Com respaldo científico, o *management* transformou o modelo empresa em critério único de organização e tudo o que este cânone não legitima ou reconhece é declarado inexistente, assumindo a forma de ignorância, ineficiência e atraso (HOLANDA, 2011, p. 67).

Apesar da redução do conceito de organização ao de empresa (SOLÉ, 2003, p. 7), esta é apenas um tipo particular de organização social e sua influência deve ser limitada e circunscrita ao enclave específico do mercado que, por sua vez, também é somente um entre outros muitos cenários constitutivos da tessitura global da sociedade. O ser humano tem diferentes tipos de necessidades cuja satisfação requer múltiplos tipos de sistemas sociais e organizações que podem ser categorizados e ter suas condições operacionais peculiares formuladas. Os interesses humanos correspondentes a cada tipo de sistema social devem ser propriamente considerados como tópicos do desenho organizacional (RAMOS, 1981, p. 135).

O organizar é um ato elementar que faz parte da experiência humana de estar no mundo. Segundo Arantes (1990, p. 78), a organização é o que há de mais abstrato e geral em um grupo humano, “é condição e modo de sua participação na produção da sociedade”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção de conhecimento gerencial produzido para empresas por parte de organizações sem fins lucrativos é uma ideia constantemente veiculada pela mídia e na academia como caminho privilegiado para a profissionalização do terceiro setor tendo como um dos principais expoentes, o guru Peter Drucker (1994). Todavia, ao transplantar os métodos e procedimentos de gestão empresarial, de forma acrítica, para o âmbito de organizações que cultivam objetivos estranhos à lógica do mercado, há o perigo potencial de gerar distorções na natureza das organizações substantivas e desvirtuar suas ligações com transformações sociais mais amplas visto que as técnicas e ferramentas gerenciais, calcadas na razão instrumental, carregam em si pressupostos como pragmatismo, produtividade, cálculo constante entre meios e fins, eficiência, competitividade, individualismo, etc. (HOLANDA, 2011, p. 24).

A noção de que toda atividade social é melhor organizada quando feita sob a forma do mercado tem sido crescentemente confrontada pelo movimento contra-hegemônico (altermundialista) iniciado em Seattle, em 1999, e a partir de 2001, com a realização do Fórum Mundial Social (FMS).

Existem outras propostas de vida associadas, por meio das quais os membros de uma sociedade cuidam “de tópicos substantivos de vida, na conformidade de seus respectivos critérios intrínsecos e no contexto dos cenários específicos a que esses tópicos pertencem” (RAMOS, 1981, p. 178).

Mesmo que a política cognitiva operada para disseminar a mentalidade de mercado e o modelo empresarial nos faça crer ser inútil qualquer esforço voltado para a construção de outros modos de organizar, importa ter consciência de que esse desafio situa-se no campo das possibilidades e não no plano do determinismo. Por mais dominante que a sociabilidade do mercado seja, ela não elimina a emergência de experiências e práticas organizativas fecundas e credíveis ao instituído.

Experiências em curso podem ser consideradas exemplos claros de uma busca por outros modos de pensar a organização “fora dos limites possíveis” da lógica empresarial. Nelas, se busca firmar a aproximação de práticas administrativas cotidianas com princípios mais substantivos que lhes dão a base de sua associação, podendo constituir-se em “formas não gerenciais de convivência”, nas quais outras utopias possam ser os pressupostos para outras formas de produzir o organizar (MISOCZKY; VECCHIO, 2006, p. 10).

No âmbito específico do TBC, algumas experiências brasileiras, chilenas e costa-riquenhas (SAMPAIO *et al.*, 2014), que vêm acontecendo em domicílios, grupos produtivos e comunidades, se apresentam como uma alternativa heterodoxa de turismo e possibilitam pensar uma ecossocioeconomia, por via de uma outra racionalidade. O TBC representa um “laboratório” de construção de novas realidades e transformação social (IRVING, 2009, p. 121).

Nesse contexto, o conceito de arranjo socioproductivo de base comunitária (APL.Com), articulado com redes de comércio justo, tal como proposto por Sampaio *et al.* (2008, p. 247) se apresenta como um caminho possível e pertinente à essência e aos propósitos do TBC.

Espero, com este ensaio, provocar reflexão e mobilização de protagonistas das comunidades e pesquisadores para pensar outros modos de organizar fora do enclave do mercado, que não reproduzam, de forma acrítica e indiscriminadamente, o modelo empresarial. O desafio está lançado!

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R., O trabalho e seus sentidos. *Confluências – Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, v. 10, n. 1, 2008, p. 43-61.

ARANTES, A. A. O que é cultura popular. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. (Coleção Primeiros Passos).

BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Apresentação. In: BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R. (Org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra & Imagem, 2009. p. 13-24.

BRASIL. Ministério do Turismo. Edital MTur n. 001/2008: seleção de propostas de projetos para apoio às iniciativas de turismo de base comunitária. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

_____. *Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública*. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

_____. 4º Salão do Turismo lança publicações sobre turismo sustentável e de base comunitária. 17 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/3326-4%C2%Bo-salao-lanca-publicacoes-sobre-turismo-sustentavel-e-de-base-comunitaria.html>>. Acesso em: 09 set. 2015.

_____. MTur divulga resultado da seleção de projetos de Turismo de Base Comunitária. 01 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/4360-mtur-divulga-resultado-da-selecao-de-projetos-de-turismo-de-base-comunitaria.html>>. Acesso em: 09 set. 2015.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R. O processo de comercialização do turismo de base comunitária no Brasil: desafios, potencialidades e perspectivas. *Sustentabilidade em Debate – Brasília*, v. 3, n. 1, p. 97-116, 2012.

CAMARGO, F. N.; VILLEGAS, A. M. Z. Community based tourism: is this progress? *Revista Ciências Estratégicas*. v. 22, n. 32, Julio – diciembre 2014.

CHANLAT, J.-F. *Ciências sociais e management: reconciliando o econômico e o social*. São Paulo: Atlas, 2000.

CORIOLOANO, L. N. Turismo comunitário no contexto da globalização. In: CORIOLOANO, L. N.; VASCONCELOS, F. P. (Org.) Turismo, território e conflitos imobiliários. Fortaleza: Eduece, 2012, p. 11-26.

DRUCKER, P. F. Administração de organizações sem fins lucrativos. São Paulo: Pioneira, 1994.

GAULEJAC, V. Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007.

HOLANDA, L. A. H. Resistência e apropriação de práticas do management no organizar de coletivos da cultura popular. 246 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco, 2011.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra & Imagem, 2009, p. 108-121.

LABORATÓRIO DE TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (LTDS). Relatório Técnico: marco referencial teórico para o turismo de base comunitária. Rio de Janeiro: PEP/COPPE/ UFRJ, 2011.

MARRETO, M.; TAMANINI, E.; SILVA, M. I. P. Discutindo o ensino universitário de Turismo. Campinas, SP: Papirus 2004.

MIELKE, E. J. C. Monitoramento dos Projetos de Turismo de Base Comunitária: relatório final. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

MISOCZKY, M. C.; VECCHIO, R. Experimentando pensar: da fábula de Barnard à aventura de outras possibilidades de organizar. CadernosEbape.br, v. 4, n. 1, março, 2006.

RAMOS, A. G. A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: FGV, 1981.

SAMPAIO, C. A. C.; ALVES, F. K.; FALK, V. C. V. Arranjo socioprodutivo de base comunitária: interconectando o turismo comunitário com redes de comércio justo. Revista Turismo Visão & Ação, v. 10, n. 2. p. 244-262, 2008.

_____.; CORIOLOANO, L. N. M. Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e América Latina para compreensão do turismo comunitário e solidário. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 4-24, 2009.

SAMPAIO, C. A. C. et al. Turismo comunitário a partir de experiências brasileiras, chilenas e costarriquenha. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 8 n. 1, p. 42-58, 2014.

SILVA, K. T. P; RAMIRO, R. C; TEIXEIRA, B. S. Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 359-373.

SOLÉ, A. L'entreprise: une invention latine? In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 11, 2003, Anais... Salvador: UFBA, 2003.



A participação da comunidade no turismo de base comunitária: um estudo de múltiplos casos

Community-based Tourism Participation: a multiplus case studies

Participación en el Turismo Comunitario: estudios de casos multiples

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1190>

Carla Pasa Gómez < carlapasagomez@gmail.com >

Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil

Mariana Cavalcanti Falcão < marianafalcao.ufpe@gmail.com >

Doutoranda em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil

Luisa Cherem < luisacherem@hotmail.com >

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil

Thais do Nascimento Silva < thaisnascimentox@gmail.com >

Acadêmica do curso de Turismo da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 23-nov-2015

Aceite: 08-ago-2016

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

GÓMEZ, C. P. *et al.* A participação da comunidade no Turismo de Base Comunitária: um estudo de múltiplos casos. Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 263-279, ago. 2016.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar a participação da comunidade em experiências de Turismo de Base Comunitária (TBC) a partir dos aspectos conceituais oriundos da Tipologia de Participação de Bordenave (1994) e Tosun (2000). Para tanto, foram analisados dados primários e secundários de 05 experiências de turismo comunitário, a saber: comunidade de Batoque; Balbino; Jenipapo Kanindé; Ponta Grossa; e, Fundação Casa Grande: Memorial Homem do Kariri. Ressalta-se que todos os casos estão localizados no estado do Ceará, região Nordeste do Brasil. Os procedimentos metodológicos deste trabalho incluíram a coleta de dados de forma documental, observação direta e entrevistas semiestruturadas. A análise dos dados ocorreu a partir da transcrição das entrevistas e exploração do material coletado em 04 categorias de análise: características do destino; desenvolvimento do TBC na comunidade; processo de gestão do destino; distribuição dos benefícios. Os principais resultados da pesquisa revelam que das 05 comunidades analisadas, 04 apontam para um modelo de desenvolvimento participativo, onde os envolvidos no processo, desde sua concepção, são os membros das comunidades. A outra comunidade investigada apresenta um modelo de incorporação do TBC baseado na indução por meio de agentes externos.

Palavras-chave: Participação. Turismo. Turismo de Base Comunitária – TBC.

ABSTRACT

This study aims to analyze community participation in Community based Tourism – CBT from Bordenave Participation typology (1994) and Tosun typology (2000). For this purpose, primary and secondary data of 05 community tourism experiences were analyzed, namely: Batoque; Balbino; Jenipapo Kanindé; Ponta Grossa; and Fundação Casa Grande: Memorial Homem do Kariri. It emphasizes that all cases are located in the state of Ceará, northeastern Brazil. The methodological procedures of this work included the collection of documentary form data, direct observation and semi-structured interviews. Data analysis occurred from the interview transcript and exploitation of the material collected in 04 categories of analysis: destination features; development of CBT in the community; destination management process; distribution of benefits. The main survey results reveal that from the 05 communities, in 04 of them is there a participatory development model, where those involved since its inception's process are community's members. The other community investigated present a model incorporating CBT based on induction by means of external agents.

Keywords: Participation. Tourism. Community Based Tourism – CBT.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo analizar la participación de la comunidad en el turismo basado en la comunidad – TBC teniendo en cuenta la tipología de Participación de Bordenave (1994) y de Tosun (2000). Por lo tanto, se analizaron datos primarios y secundarios de 05 experiencias de turismo comunitario: en las comunidades de Batoque, Balbino, Jenipapo Kanindé, Ponta Grossa y Fundação Casa Grande: Memorial Homem do Kariri. Todos los casos se encuentran en el estado de Ceará, nordeste de Brazil. Los procedimientos metodológicos de este estudio incluyen la recopilación de datos de la forma documental, observación directa y encuestas semi-estructuradas. El análisis de datos se produjo a partir de la transcripción de la entrevista y la explotación del material recogido en 04 categorías de análisis: características de la destinación, desarrollo del TBC, proceso de gestión de la destinación, distribución de los beneficios. Los principales resultados revelan que 04 comunidades apuntan para un modelo de desarrollo participativo, donde desde su principio, los implicados en el proceso son los miembros de la comunidad. La otra comunidad investigada presenta un modelo que incorpora TBC basado en la inducción por medio de agentes externos.

Palabras clave: Participación. Turismo. Turismo Basado en la Comunidad – TBC

INTRODUÇÃO

A concepção de participação comunitária no Turismo de Base Comunitária (TBC) pode ser apontada como uma das principais características que o distingue de outros modos de organização da atividade turística. No entanto, caracterizar a participação da comunidade em experiências de TBC requer um esforço que perpassa o entendimento de diferentes perspectivas das áreas de conhecimento e que multiplicam os olhares sobre esse fenômeno. Isso porque é a partir desses múltiplos entendimentos que se desvela uma possibilidade de maior sucesso dessas iniciativas. Mendonça e Irving (2004), Asker (2010), Van Breugel (2013) entre outros, apontam que a limitada participação dos atores sociais representa um dos principais obstáculos a essas iniciativas, uma vez que a participação representa não apenas o direito de “vez e voz” dos envolvidos no processo de turismo, como também enaltece o direito de exercício da cidadania tão desejado em atividades turísticas.

A hegemonia do turismo tradicional onde este é planejado, organizado e executado por poucos é posta em discussão pelas evidências de que dessa forma o turismo é excludente não apenas por nichos ou perfis de turistas mas, também para quem faz o turismo. Na corrente contra-hegemonica enfatizada pelo turismo de base comunitária é primordial que a participação seja ampla, dando direito e deveres a todos os interessados e afetados pelos processos turísticos.

É inevitável, porém, a associação entre participação e capital social (PUTNAM, 1996; KLIKSBERGER, 1999; HWANG, 2012; THAMMAJINDA, 2013) principalmente ao se considerar que as manifestações de capital social ocorrem também por meio da participação dos membros de grupos e comunidades. Ademais é por meio dos níveis de participação que se pode aferir o quanto uma atividade turística se aproxima de um turismo mais sustentável pois este se reflete na dimensão social da sustentabilidade.

Em um sentido amplo, a participação para Bordenave (1994) pode ser entendida como o convívio, a ligação do dia a dia de membros que fazem parte de um mesmo grupo. Do ponto de vista dos setores progressistas que almejam uma democracia mais autêntica, a participação estimula o pensamento crítico da população e aumenta o seu poder de reivindicação na sociedade. Do ponto de vista dos planejadores democráticos, a participação vai garantir o controle das autoridades por parte da população.

A importância da participação da comunidade é discutida também em outras abordagens que visam à compreensão dos fenômenos turísticos, como o da governança, que se pauta principalmente em conduzir a atividade turística contemplando uma participação equitativa e diversificada dos autóctones. Além disso, a participação da comunidade como a principal característica do TBC, possibilita o empoderamento; aumenta o senso de pertencimento (ASKER *et al.*, 2010) seguindo em direção a um modelo mais democrático e inclusivo de gestão da atividade turística.

Nesse sentido, Bordenave (1994) aponta que a participação pode acontecer de diferentes maneiras: por meio de consultas facultativas, consultas obrigatórias, informações, elaborações/sugestões, delegação, autogestão ou ainda, cogestão. Nessa direção, tem-se a expectativa de que o TBC se aproprie da autogestão para a efetivação de suas atividades, isso porque espera-se que o TBC permita a participação da comunidade de modo a possibilitar a ênfase em seus interesses e o respeito às diferenças oriundas de crenças religiosas, políticas, econômicas, sociais, culturais, de gênero, raça ou idade.

Neste artigo, o termo participação remete à ideia de que esta “tem a finalidade de integrar os interesses das pessoas e dos segmentos envolvidos, tornando-os agentes de transformação e protagonistas dos pro-

cessos decisórios” (BARBOSA, 2012, p. 133). Nesse sentido, reforça-se a ideia de que o modelo de participação influencia o envolvimento dos atores no planejamento e gestão da atividade turística (ARAÚJO, 2006).

Diante do exposto, e entendendo a importância de discutir como acontece a participação em experiências de TBC este artigo tem como objetivo analisar a participação da comunidade em cinco experiências de TBC a partir da tipologia da participação de Bordenave (1994) e Tosun (2000).

Para tanto, as comunidades pesquisadas foram: Batoque; Balbino; Jenipapo Kanindé; Ponta Grossa; e, Fundação Casa Grande: Memorial Homem do Kariri, todas localizadas no estado do Ceará, região Nordeste do Brasil, por meio de coleta de dados de forma documental, observação direta e entrevistas semiestruturadas que ocorreram em setembro de 2014 e janeiro de 2015.

Compreender a participação da comunidade nos processos decisórios em uma perspectiva gerencial, além de assegurar boas práticas de gestão, permite que se torne um elemento diferenciador no projeto e, desse modo, atenda a um dos princípios mais disseminados do TBC: a inclusão da comunidade na organização e planejamento da atividade turística.

Há de se reconhecer também, que no TBC assim como em qualquer outra atividade, seja ela de cunho turístico ou não, sempre existem dificuldades e melhorias a serem realizadas. Diante desse cenário, julga-se importante discutir experiências que contribuam para a identificação de condições e situações que se repetem e podem ser vistas como uma oportunidade de troca e crescimento para outros casos. Ao lançar um olhar sobre a participação da comunidade, com o viés das ciências sociais aplicadas, contribui-se para a construção de um arcabouço teórico fortalecendo sua base teórico-empírica, o que, por sua vez, permite avançar na construção de um referencial analítico para o TBC.

Desse modo, para entender e aprofundar teoricamente as discussões acima citadas, e diante do entendimento de que o turismo comunitário demonstra não ser apenas inovador, mas também fundamental à permanência e ao protagonismo das comunidades em seus territórios enaltece-se a importância deste estudo.

A participação no turismo de base comunitária

A demanda turística tornou-se mais exigente e evidências surgem de que os turistas desejam vivências únicas por meio da cultura e do meio ambiente. O turista busca autenticidade, intercâmbio cultural, estar conectado com a natureza e com a essência dos lugares visitados. Essas novas exigências contradizem a essência do turismo em massa que privilegia o lucro imediato e em escala e negligencia a experiência turística em seu sentido autêntico e único (ZAOUAL, 2008).

Diante desse cenário e em paralelo ao turismo convencional, novas abordagens do turismo emergem e colocam atores sociais locais como protagonistas da oferta da atividade turística. O cerne de tais abordagens, como o turismo comunitário, são as propostas e opções diferenciadas para os visitantes, onde o público que opta por esse formato de turismo não é visto como um cliente primordialmente, mas é acolhido como um membro das famílias locais, interagindo com o dia a dia da comunidade, compartilhando e vivenciando as experiências daquela família, ou típicas daquela localidade. Mas, sobretudo o que o turista vai encontrar é um turismo com “a cara de quem faz o turismo” e não um turismo “pasteurizado”, principalmente porque seus protagonistas são os que planejam, implementam e executam a atividade turística.

É no turismo de base comunitária que a participação ganha outra dimensão. O conceito de participação, segundo Iorio e Wall (2012), apresenta um tom vago, onde a participação no TBC é um termo que oculta mais do que revela. Sendo assim, é importante perceber que a participação ocorre em vias de mãos duplas tanto entre os membros da comunidade como também na relação anfitrião-visitante (UNCTAD/WTO, 2005).

Ao se considerar que uma “sociedade participativa seria, então, aquela em que todos os cidadãos têm parte na produção, gerência e usufruto dos bens da sociedade de maneira equitativa, toda a estrutura social e todas as instituições estariam organizadas para tornar isso possível” (BORDENAVE, *apud* FRANÇA; PASTOR 2009, p. 7). Portanto, a participação dos membros da comunidade no processo decisório é imprescindível para geração de benefícios à comunidade (IORIO; WALL, 2012) e, conseqüentemente, ao visitante.

No entanto, os mesmos autores alertam que uma comunidade pode não participar do processo decisório e mesmo assim ser beneficiada pela atividade turística. Tais perspectivas evidenciadas por Iorio e Wall (2012) que têm foco nos resultados incidem em aspectos controversos da discussão sobre participação como um meio positivo ou negativo para aumentar os possíveis benefícios da atividade turística; no entanto, a participação, por si só, pode ser considerada o benefício (DEMO, 1988).

Demo (1988) argumenta que participação, antes de tudo, deve ser considerada uma conquista, pois, trata-se de um processo inacabado e insuficiente, ou seja, participação se promove, não se concede, também não é dádiva porque não se oferta como donativo e não preexiste, pois o espaço de participação não cai do céu, ele é construído e conquistado pela população e para a população. E nessa conquista, a comunidade se depara com a oportunidade de construir um espaço de participação efetivo, porém, esse espaço muitas vezes ocorre por meio de cenários de luta e conflitos e não são cedidos pelos dominantes de forma espontânea.

Há de se reconhecer que a participação ocorre de diferentes formas. Bordenave (1994) aponta para a participação de fato como aquela em que o sujeito está efetivamente envolvido e que deve ocorrer de forma espontânea como sendo a principal forma de participação, contrapondo-se à participação simbólica na qual o sujeito tem uma mínima influência nas decisões tomadas caracterizando uma ilusão de poder. É dessa forma que os sujeitos escolhem a quais grupos irão pertencer, mesmo que em um primeiro momento ainda sem propósitos claros (VASCONCELLOS; CRUZ JÚNIOR, 2000). Se, por um lado, segundo Bordenave (1994), a participação pode ser imposta, ou provocada, as quais estão pautadas por pressão no primeiro caso, e por evocação de agentes externos; por outro lado, ela pode ser voluntária, ou concedida, as quais estão pautadas tanto por questões pessoais, sociais, políticas, entre outras.

As tipologias da participação comunitária

Na abordagem participativa, as comunidades determinam as políticas de turismo, logo, os membros dessas comunidades seriam os atores principais do planejamento e desenvolvimento da atividade turística (TOSUN, 2005). Essa visão de Tosun (2005) configura-se como um cenário ideal, no entanto, ao considerar algumas tipologias de participação, percebe-se que esta pode variar consideravelmente de um extremo a outro, apresentando uma natureza manipulativa até de empoderamento do cidadão (ARNSTEIN, 1969; BORDENAVE, 1994; TOSUN, 2000; 2006).

Ao se fazer um comparativo entre as tipologias de participação apresentadas pelos referidos autores percebe-se que a abordagem utilizada por eles converge em aspectos psicológicos e gerenciais, conforme demonstra o Quadro 1.

Quadro 1 – Tipologias de participação cidadã

Interferências no meio ambiente	Desvio Padrão
<p>Informação: menor grau de participação, os dirigentes informam a decisão já tomada;</p> <p>Consulta facultativa: dirigentes podem, se quiser e quando quiser, consultar os membros do grupo.</p>	<p>Participação coerciva: <i>top-down</i>, passiva; na maioria das vezes indireta; formal; participação na implementação, mas não necessariamente no compartilhamento dos benefícios; escolha entre alternativas limitadas ou não há escolha; paternalista; não há participação; alto grau de simbolismo e manipulação.</p>
<p>Consulta obrigatória: os membros precisam ser consultados, mas a decisão ainda pertence aos dirigentes;</p> <p>Elaboração/recomendação: os membros elaboram propostas e recomendam medidas que podem ser aceitas ou não.</p>	<p>Participação induzida: <i>top-down</i>, passiva; na maioria das vezes indireta; formal; simbólica; manipulada; pseudoparticipação; participação na implementação e no compartilhamento de benefícios; escolhas se dão entre alternativas propostas e <i>feedbacks</i> dos atores sociais.</p>
<p>Cogestão: a gestão do grupo é compartilhada mediante mecanismos de codecisão e colegialidade;</p> <p>Delegação: há autonomia dos membros para tomada de decisões;</p> <p>Autogestão: o grupo determina seus objetivos, escolhe seus meios e estabelece os controles sem interferência de uma autoridade externa.</p>	<p>Participação espontânea: <i>bottom-up</i>; participação ativa; participação direta; participação no processo decisório; participação autêntica; autoplanejamento.</p>

Fonte: Adaptado de Tosun (2000) e Bordenave (1994).

A partir do Quadro 1 identifica-se que a participação espontânea do modelo de Tosun (2006) corresponde à cogestão, delegação e autogestão propostas por Bordenave (1994). Esses tipos representam o modelo ideal de participação dos atores sociais, nesse caso, responsabilidades gerenciais e autoridade são distribuídas entre os participantes (TOSUN, 2006).

A participação induzida de Tosun (2006) se assemelha ao sentido de elaboração/recomendação e consulta obrigatória de Bordenave (1994). Nesse cenário a comunidade é convidada a ouvir e ser ouvida pelos planejadores turísticos, eles têm voz no processo, porém, não possuem poder suficiente para que seus posicionamentos sejam levados em consideração por grupos de interesses mais poderosos como governo, empresas multinacionais, operadoras internacionais, etc.

E, por fim, a participação coerciva de Tosun (2006) refere-se à informação e consulta facultativa de Bordenave (1994). Esses tipos de participação são considerados os mais básicos ou até mesmo cenários de não participação. O foco nesse tipo de situação é “educar” a comunidade de forma que ameaças reais e potenciais para o futuro da atividade turística sejam minimizadas com o apoio da comunidade, logo o objetivo é mobilizar atores sociais locais para apoiarem o desenvolvimento da atividade turística no local,

mas, não necessariamente, participar efetivamente do seu planejamento. Esse tipo de participação é o outro extremo do cenário ideal, no entanto, pode ser o mais encontrado no planejamento participativo turístico em países em desenvolvimento (TOSUN, 2000).

Assim, as tipologias de participação de Bordenave (1994) e de Tosun (2000) foram escolhidas para avaliar os casos estudados, tendo em vista a ausência de discussões a respeito dos tipos de participação dos atores sociais presentes nas experiências de TBC.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Diante dos objetivos propostos por este estudo, utilizou-se a abordagem descritiva de caráter qualitativo. Segundo Gil (2010, p. 42), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relação entre variáveis”. Merriam (2009) enfatiza que a abordagem qualitativa é a mais adequada para tratar de temas sociais por permitir ao pesquisador compreender o significado atribuído pelos indivíduos aos fatos.

Também foi realizada uma ampla pesquisa bibliográfica que, de acordo com Lima e Miotto (2007, p. 38), implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objetivo do estudo.

Optou-se pela elaboração de um roteiro de entrevista semiestruturado em quatro categorias principais. A primeira refere-se ao destino, suas características, tipologia do turismo e aos principais agentes envolvidos. A segunda diz respeito ao desenvolvimento do TBC na comunidade, quais foram os sujeitos envolvidos e quem participou desse processo. Já a terceira buscou identificar como ocorre o processo de gestão do destino, qual a forma de participação, e quais são os sujeitos envolvidos. Por fim, a quarta parte do roteiro teve como objetivo entender como ocorre a equidade entre os membros da comunidade e como é realizada a distribuição dos benefícios gerados pelo turismo.

Os métodos utilizados para a realização da coleta de dados consistiram na construção de um instrumento, visitas de campo, entrevistas, gravações, fotografias, observação direta e diário de campo que ocorreram em setembro de 2014 e janeiro de 2015, tendo como sujeitos os apresentados no Quadro 2, cujas entrevistas duraram em média 45 minutos.

Quadro 2 – Perfil dos sujeitos entrevistados

Experiência de TBC	Localidade	Sujeito entrevistado
Batoque	Aquiraz (CE)	(Eo1) Ex-líder comunitária (líder durante 9 anos)
Balbino	Cascavel (CE)	(Eo2) Presidente da Associação dos Moradores
Jenipapo Kanindé	Aquiraz (CE)	(Eo3) Coordenador das atividades turísticas na comunidade
Ponta Grossa	Icapuí (CE)	(Eo4) Diretor de gestão e coordenação do TBC
Fundação Casa Grande: Memorial Homem do Kariri	Nova Olinda (CE)	(Eo5) Diretor do receptivo turístico

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O Brasil apresenta uma diversidade de experiências de TBC, e por meio de ações como o lançamento do Edital MTur de n. 001/2008, pode-se perceber que o Nordeste brasileiro se destaca tanto pela oferta quanto pela diversificação do TBC. Nesse contexto, o estado do Ceará se apresenta como o protagonista dessas experiências na região, tendo a aprovação de seis, de um total de 16 projetos aprovados em todo o Nordeste. Também é característico daquele estado as lutas das comunidades litorâneas pelas terras e pela permanência no território local. Entre as comunidades pesquisadas, observa-se que a maioria delas se fortaleceu em torno dos mesmos ideais e se mobilizaram para formar a Rede Tucum (Rede de Turismo Comunitário do Ceará).

A seguir serão apresentados os principais achados dos estudos de casos pesquisados neste trabalho, além de uma breve caracterização das comunidades observadas. Ratifica-se que os dados foram agrupados e descritos de acordo com as categorias apontadas anteriormente.

Batoque

A comunidade do Batoque está localizada a 52 km da capital Fortaleza, ocupando uma área de aproximadamente 601 hectares no litoral leste do Estado do Ceará. O desenvolvimento dessa comunidade está diretamente atrelado à luta por terras e à resistência das comunidades pesqueiras da região litorânea.

Até a década de 1970, segundo depoimento de moradores, Batoque era considerada uma comunidade tranquila, onde as famílias viviam basicamente da pesca e da agricultura familiar. Ao final desse período, houve uma intensificação no processo de especulação imobiliária em torno das terras do litoral cearense, a qual afetou profundamente essa região e deu início a uma série de movimentos em prol da luta pelas terras. Só no ano de 2003, a comunidade do Batoque se tornou uma Reserva Extrativista (Resex) ou seja, uma Unidade de Conservação Federal que assegurou a permanência das famílias no território, assim como a preservação do modo de vida local. Por volta do ano de 2009, a atividade turística passou a ser incentivada na comunidade, por meio da iniciativa de um padre italiano que desenvolvia projetos sociais no estado do Ceará.

A construção da primeira pousada domiciliar, que marca o início da intensificação das atividades de TBC, se deu com base na articulação entre parceiros externos e internos à comunidade que captaram recursos para viabilizar sua construção. Entre esses parceiros, dois deles protagonizam até hoje o apoio às atividades turísticas de base comunitária de Batoque, são eles: Instituto Terramar e Rede Tucum, ambas organizações são conhecidas pelas ações fomentadoras relacionadas ao TBC no estado do Ceará.

Nesse sentido, a articulação do Padre Luís com a rede Tucum e o Instituto Terramar, em momentos distintos, foram ações indutivas que possibilitaram estruturar atividades comunitárias relacionadas ao turismo, como oferta de hospedagem na pousada comunitária, opções de trilhas e vivências com os moradores locais que inclui experiências gastronômicas e culturais.

Assim, evidencia-se a perspectiva da participação induzida, pois, conforme tipologia de Tosun (2000), tem-se a indução da atividade turística por meio da ação de agentes externos, podendo ser caracterizada como uma perspectiva *top-down*, ao mesmo tempo, a participação é focada na implementação e compartilhamento de benefícios entre os participantes do TBC.

Em relação às características organizacionais, Batoque configura-se da seguinte maneira: participam ativamente do TBC a associação de moradores, a associação de pescadores e a Rede Tucum.

Durante a pesquisa de campo, percebeu-se que a Rede Tucum, por apresentar capacidade técnica e poder de financiamento de projetos relacionados ao TBC, direciona o desenvolvimento dos projetos comunitários. Ao mesmo tempo, também é evidente que os participantes discutem internamente projetos e propostas de melhorias, porém, a decisão final de como os recursos serão utilizados é da Rede Tucum. Tal perspectiva condiz com a participação por meio da consulta obrigatória de Bordenave (1994) na qual é necessário consultar os membros de determinada organização social, mas a decisão final será atribuída aos dirigentes desta.

Além das assembleias, há também reuniões periódicas que envolvem os membros da associação de moradores, e onde também são discutidos assuntos relacionados à melhoria da qualidade de vida da comunidade. As reuniões e assembleias são os únicos espaços de participação dessa comunidade pelos atores sociais, e nelas são tratados assuntos de tema geral dos interesses e necessidades do cotidiano da comunidade, além de temas específicos relacionados à atividade turística de base comunitária. Portanto, ressalta-se que não há espaços de participação específicos para tratar o TBC.

Logo, a caracterização dessa experiência, à luz da tipologia de Bordenave (1994), revela elementos de três tipos distintos de participação: consulta facultativa, obrigatória e elaboração/recomendação, dada a presença e influência dos atores externos à comunidade no planejamento e organização do TBC e a falta de autonomia e organização comunitária para tratar especificamente decisões que envolvem o TBC.

Balbino

A comunidade de Balbino localiza-se no município de Cascavel, litoral leste do Ceará, estendendo-se por uma área de 250 hectares. Ainda nos anos 1980, foi formada nessa comunidade a Associação de Moradores, que atua na busca pelos direitos dos membros da comunidade. A principal atividade econômica desta é a pesca.

Por volta de 2001, a comunidade passou a receber muitos visitantes, em sua maioria estudantes, que buscavam conhecer as espécies animais e vegetais existentes naquela região. Aliado a um período de baixa na pesca e ao aumento dessas visitas à comunidade, alguns moradores viram no turismo comunitário uma oportunidade de aumentar a renda familiar e, desse modo, o TBC começou a ganhar força, principalmente por incentivo de pescadores, que passaram a alugar quartos em suas casas para receber os visitantes.

Apesar da articulação dos moradores, a comunidade também sofre com a especulação imobiliária. No entanto, a comunidade tem recebido o apoio de alguns atores externos como o Instituto Terramar e o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), que os auxiliam na luta pela permanência nas terras. A relação de cooperação existente entre a comunidade de Balbino e demais *stakeholders*, pode ser evidenciada por meio do depoimento do entrevistado 2, no qual ele fala sobre a participação desses atores desde o surgimento do TBC na comunidade: “De lá pra cá, eles, o Terramar e o CPP ajudaram nós com a luta das terras, pra que os ‘grandões’ [referência à especulação imobiliária] não tomassem nossas terras, mas a ideia do turismo surgiu da comunidade”.

O turismo é dirigido pelos próprios membros das comunidades, sem a intervenção de nenhum órgão ou ator externo. A divulgação é realizada apenas por meio de indicações de outras pessoas que já conheceram a comunidade, eles também não possuem site, e nem contam com a divulgação através de páginas de ONGs, como ocorre em outras comunidades.

Apesar de existirem iniciativas ainda tímidas em relação ao TBC, foi possível perceber que há um engajamento coletivo que inicialmente ocorreu em torno da luta e da permanência na terra e, posteriormente, se estendeu em função das dificuldades enfrentadas na pesca. Assim, o turismo vem se configurando como possibilidade para o desenvolvimento de uma nova atividade econômica.

Durante pesquisa de campo constatou-se que a comunidade de Balbino não possuía apoio financeiro de nenhum ator externo à comunidade, os recursos para a construção de hospedagens domiciliares são dos próprios moradores e também não há fomento público ao turismo. Lá, os visitantes podem optar por conhecer a praia, fazer trilhas nos manguezais, e passeios nas dunas e lagoas.

Diante das evidências empíricas da ausência de um agente externo que induziu o TBC em Balbino pode-se afirmar que a participação nessa comunidade coaduna com a perspectiva *bottom-up* que, conforme tipologia de Tosun (2000), consiste em uma participação espontânea. Além disso, a ausência de uma estrutura organizacional formal no planejamento e organização da atividade turística de base comunitária, demonstra aspectos da cogestão e delegação conforme modelo de Bordenave (1994).

Jenipapo Kanindé

Distante cerca de 50 km da capital Fortaleza, uma comunidade indígena da etnia Jenipapo Kanindé se mostra atuante na luta pela permanência no território e pela salvaguarda dos modos de vidas tradicionais. Destaca-se também a liderança feminina dentro da aldeia, por exemplo a Cacique Pequena, que foi a primeira mulher no Brasil a receber esse título.

Nessa comunidade, ao entrevistar um dos líderes da aldeia, percebeu-se que a história de lutas e de resistência da tribo para permanecer no território, assim como seu modo de vida comunitário, resultou na articulação entre os membros e com atores externos a essa comunidade.

A exemplo disso, tem-se a articulação da comunidade com a Universidade Federal do Ceará, ONGs, entre outros, contra a construção de um megaempreendimento hoteleiro dentro da aldeia o que fortaleceu a luta pelo direito às terras, assegurado por meio de demarcação territorial que lhes garante legalmente a permanência no local.

Segundo um membro da comunidade, “com a ajuda da Universidade Federal do Ceará, a gente conseguiu um projeto pra trabalhar a Trilha do Índio e a Cacique Pequena sempre teve uma vontade pro pessoal [se refere ao papel de liderança da Cacique Pequena na tribo, motivando, buscando o envolvimento e a participação de todos da comunidade], principalmente os jovens não precisarem sair daqui da aldeia” (ENTREVISTADO 3).

Os espaços de participação para discussão e direcionamento da atividade turística de base comunitária ocorrem por meio de reuniões, nas quais alguns membros da tribo (cerca de 12 pessoas envolvidas diretamente) organizam e elaboram um planejamento prévio das atividades, bem como dos demais trabalhos na pousada e nas trilhas. A comunidade indígena Jenipapo Kanindé buscou estruturar sua organização em torno de ofertas turísticas tais como: trilhas ecológicas, hospedagem na pousada da comunidade, artesanato e refeições típicas.

Dentro da aldeia há uma escola que se diferencia pela conservação e preservação das raízes indígenas, onde o visitante pode participar de vivências com aulas na língua Tupi e rituais de danças do Toré, onde também se encontra o Museu da Memória – Jenipapo Kanindé, e os guardiões da memória, que são os representantes da aldeia indígena responsáveis por repassar os conhecimentos ancestrais para os demais

membros. O desenvolvimento do turismo nessa comunidade também tem sido associado à captação de recursos de terceiros por meio de projetos que viabilizam a manutenção das atividades na aldeia.

Em relação aos benefícios gerados pelo turismo na comunidade, a atividade turística levou novas oportunidades para os jovens da tribo. De acordo com um dos entrevistados, “concluimos o trabalho com 48 jovens, a trilha do índio e aí os visitantes começaram a conhecer o trabalho que nós estávamos fazendo, e começamos a trabalhar o turismo de base comunitária” (ENTREVISTADO 3).

A divulgação e a comercialização são efetivadas por meio da Rede Tucum e, também, pelo chamado “boca a boca” gerado por outros visitantes que conheceram a comunidade. Ainda de acordo com o entrevistado, é preciso que haja uma divulgação melhor para tornar o turismo mais conhecido, no entanto, há uma preocupação em não tornar o turismo de base comunitária uma prática com características do turismo convencional.

O caso da comunidade Jenipapo Kanindé demonstra uma articulação que iniciou-se internamente caracterizada principalmente pela necessidade de integração interna dos membros da aldeia, aliada à cultura comunitária pertinente à cultura indígena. Assim, a articulação entre os membros da aldeia possibilitou a captação de recursos e parceiros que os apoiassem em relação às ações de TBC, mas, ao mesmo tempo, contempla um projeto maior que é a permanência no território. Tais aspectos se assemelham à perspectiva de uma participação espontânea na qual a participação dos membros é ativa e direta o que converge também com uma perspectiva *bottom-up*, segundo Tosun (2000). Além disso, percebe-se também, elementos relacionados às participações pautadas na cogestão, delegação e autogestão de Bordenave (1994), devido à organização e participação ativa da comunidade nos processos decisórios.

Ponta Grossa

A comunidade de Ponta Grossa está localizada no litoral do Ceará, cerca de 180 km da capital Fortaleza. Até meados dos anos 1990, a principal atividade econômica baseava-se na pesca da lagosta. Porém, no ano de 1998, a partir da observação da movimentação de turistas que vinham de Canoa Quebrada, os membros da comunidade começaram a se organizar individualmente e construíram os primeiros quartos para alugar. A comunidade se organizou e deu início ao turismo, apostando no potencial natural e histórico, além da história de vida dos moradores locais, que se constitui como fonte de saberes populares.

Diante disso, as famílias, por iniciativa própria, passaram a hospedar pessoas que vinham de Fortaleza e de outras cidades vizinhas. Atualmente, a comunidade conta com três pousadas domiciliares e quatro barracas de praia, onde são oferecidas as refeições, bem como um produto mais consolidado, sendo oferecidos passeios de buggy, de barcos e trilhas ecológicas.

Até chegar nessa configuração atual, a comunidade passou por uma série de adequações, desde melhoria da estrutura das pousadas domiciliares até questões de acesso, pois a única maneira de se chegar até a comunidade era pela praia. Segundo o entrevistado 5, “hoje a gente já tem um produto mais organizado [...] até a gente oferecer isso, a gente passou por um processo, porque uma comunidade que nem Ponta Grossa, que era fechada, não tinha acesso, não tinha rampa, o acesso era só pela praia [...]”.

Diante do exposto pôde ser observado que houve um processo de adequação das famílias ao turismo e que essa atividade passou a ser um complemento de renda para aqueles que antes tinham sua principal fonte de renda baseada na pesca.

Para uma melhor estruturação do turismo, os membros da comunidade reuniram-se e buscaram parcerias com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), Organizações Não Governamentais (ONGs), governo e o Instituto Terramar, a fim de traçar um planejamento que lhes direcionassem para o perfil do turista que eles gostariam de receber, de acordo com as possibilidades da comunidade. Isto é, um turista que tenha uma consciência ambiental e social.

A partir das discussões, decidiram trabalhar o turismo sustentável, visando preservar o estilo de vida da comunidade local e, ao mesmo tempo, desenvolver uma atividade econômica de baixo impacto ambiental. No ano de 1998, criaram a Associação de Turismo, Meio Ambiente e Cultura (Astumac), responsável pela organização e estruturação do território para as atividades turísticas. Por ser uma área de zoneamento ambiental, não é permitida a construção em todo o território. Por isso, a Astumac, com o pessoal da Área de Proteção Ambiental (APA), organizou a área de construção de barracas e pousadas, além das áreas onde é permitido fazer trilhas e passeios. Esse processo auxiliou no controle da gestão do território e permitiu que a comunidade fosse em busca de parceiros para a formação e qualificação profissional dos membros.

Os tipos de participação presentes na comunidade, envolvida nas atividades turísticas de base comunitária de Ponta Grossa, apresentam características convergentes com uma perspectiva *bottom-up*, pois percebe-se a articulação interna e ativa dos membros da comunidade em relação a como eles querem desenvolver a atividade turística, tendo em vista o exemplo de turismo de massa que se tornou a vizinha Canoa Quebrada. Nesse sentido, a participação espontânea de Tosun (2000) assim como elementos da cogestão do modelo de Bordenave (1994) são percebidos na organização dessa comunidade em relação ao TBC.

Fundação Casa Grande: Memorial Homem do Kariri

Diferente das outras comunidades estudadas, a Fundação Casa Grande está localizada no município de Nova Olinda, no sertão do estado do Ceará, distante cerca de 560 km da capital Fortaleza. Nesse pequeno município, ainda nos anos 1990, o casal de músicos Alamberg Quinds e Roseane Limaverde deram início a um processo de resgate da memória e da história do homem do Kariri que resultou na criação da Fundação Casa Grande – Memorial Homem do Kariri.

No ano de 1996, já era oferecida hospedagem na comunidade, porém, só a partir de 1999 a Fundação passou a receber e hospedar visitantes. A evolução do projeto também ocorreu nos programas de educação, comunicação, empreendedorismo, sustentabilidade e turismo que vêm promovendo mudanças significativas na realidade da localidade, gerando oportunidades por meio da formação profissional de jovens.

O turismo comunitário foi iniciado pela Fundação a partir de um movimento espontâneo dos atores sociais do projeto e dos fundadores da casa, que observaram que esta poderia ser uma forma de receber melhor os visitantes que se interessavam pelo projeto, além de possibilitar uma outra fonte de renda para as famílias que estivessem participando das hospedarias domiciliares. Para atender a essa demanda, a Fundação Casa Grande criou com os pais uma cooperativa (Coopagran), passando a comercializar a Casa Grande como um destino turístico. Atualmente, essa cooperativa não existe mais e o responsável pelo TBC é um ator social da Fundação que desenvolve um projeto de microempreendedorismo e auxilia as famílias em todas as etapas que se referem ao turismo comunitário na Fundação.

Atualmente existem dez casas com hospedaria domiciliar e semanalmente as famílias se reúnem com o responsável pelo TBC para discutirem o andamento dos projetos, oportunidades de melhorias, dificul-

dades e tudo que diz respeito ao turismo. As mães participam ativamente das reuniões e podem sugerir melhorias/alterações. As sugestões são analisadas pelo responsável pelo projeto junto com os fundadores da Fundação e a partir de então as decisões são tomadas em conjunto. São discutidos também temas como o planejamento das atividades e o investimento dos recursos, o planejamento do rodízio das casas que receberão os visitantes, planejamento das próximas atividades e avaliação da participação, além do *feedback* dado pelos visitantes das últimas visitas. Ainda de acordo com o E05, “o grupo é muito fortalecido na questão de organização interna”.

Por intermédio dos meninos da Casa Grande, os turistas são convidados a conhecer as histórias, envolvidas em lendas e encantamentos, dos primeiros habitantes do sertão. No sertão do Cariri, há muitos registros do período pré-histórico, onde podem ser encontrados artefatos, ferramentas e paredões de pinturas rupestres. Até a data da entrevista, os acessos a alguns desses locais ainda estavam restritos, pois estavam sendo organizadas estruturas com capacidade para receber visitantes.

Para o E05, o TBC representa uma oportunidade de troca de experiências entre o visitante e o anfitrião “o fato de acolher é uma oportunidade de você fazer uma imersão no sertão, e de saber como é que a pessoa produz, como é o dia a dia da pessoa com a sua família, dentro da sua casa [...] e, dentro disso, cria-se uma relação de família mesmo, dessa troca que é o turismo comunitário”.

Quanto à distribuição da receita advinda das hospedagens, 10% do valor é destinado à Fundação Casa Grande para o fortalecimento de um programa de sustentabilidade institucional e, mais 10% para a parte administrativa do grupo, para arcar com os custos operacionais.

O TBC tem gerado benefícios significativos na região, um dos exemplos de como isso tem ocorrido é a parceria com agricultores familiares, que produzem e vendem alimentos orgânicos para as pousadas e, dessa forma, o produtor também passa a integrar o projeto.

Diante do exposto, nota-se que a Fundação Casa Grande desenvolveu a experiência do TBC a partir de agentes internos, evidenciando a perspectiva de participação espontânea *bottom-up* segundo Tosun (2000). Em relação às características organizacionais, a Fundação apresenta aspectos da consulta facultativa; consulta obrigatória e elaboração/recomendação (BORDENAVE, 1994). Esses aspectos se confirmam pela estrutura e forma de participação que ocorre na Fundação onde todos os membros podem, e devem, participar diretamente das reuniões apontando sugestões e debatendo as decisões que são definidas e tomadas com os representantes do TBC do projeto e os diretores da Casa Grande.

Assim, tomando como base os dados empíricos e as análises referentes aos casos de TBC deste estudo, foi elaborado o Quadro 3 com o intuito de organizar as informações sobre os tipos de participação comunitária nos casos estudados.

Quadro 3 – Tipologia de Participação Comunitária

Destino/Roteiro	Tipologia de Bordenave (1994)	Tipologia de Tosun (2000)
Batoque	Consulta Facultativa; Consulta Obrigatória; Elaboração/recomendação	Participação induzida <i>Top-down</i>

Destino/Roteiro	Tipologia de Bordenave (1994)	Tipologia de Tosun (2000)
Balbino	Delegação	Participação espontânea <i>Bottom-up</i>
Jenipapo Kanindé	Elaboração/ recomendação; Cogestão	Participação espontânea <i>Bottom-up</i>
Ponta Grossa	Cogestão	Participação espontânea <i>Bottom-up</i>
Fundação Casa Grande	Consulta Facultativa; Consulta Obrigatória; Elaboração/recomendação	Participação espontânea <i>Bottom-up</i>

Fonte: dados da pesquisa

Os dados apresentados no Quadro 3 permitem uma análise sobre como ocorreu o processo de participação comunitária nas experiências de destinos de TBC no Ceará. Dessa forma, foi possível perceber que nas comunidades onde o TBC surgiu de uma forma mais espontânea, ou *bottom-up*, o nível de participação e envolvimento comunitário é maior. Por outro lado, nas demais comunidades que apresentam um modelo de desenvolvimento *top-down* essa participação é vista de uma forma menos expressiva, onde os membros da comunidade podem ser “consultados”, mas não necessariamente participam das tomadas de decisões.

Retomando os discursos de Bordenave (1994) e Tosun (2000, 2005, 2006) evidenciou-se nos casos estudados que a participação ocorre de diferentes formas, ora mais espontânea, ora mais ativa ou mais passiva, ora intermediada ou construída por atores externos. Independente disso, o que se percebe neste estudo é que o fortalecimento da participação dos atores sociais locais no processo de desenvolvimento da atividade turística promove, além do empoderamento dos membros locais, um fortalecimento dessas comunidades para que estas consigam alcançar seus objetivos e resultados. Assim, a participação dos atores sociais deve ser encarada como necessária para um desenvolvimento amplo, justo e descentralizado.

Considerando o contexto no qual experiências de TBC são desenvolvidas percebe-se a presença de agentes indutores na maior parte dos projetos de TBC (GOODWIN; SANTILLI, 2009; ZAPATA *et al.* 2011). O mosaico de atores sociais é uma característica presente nas principais experiências de TBC, ou seja, entender quem participa e toma as decisões no tocante ao planejamento e à gestão da atividade turística se traduz em um critério de análise importante para compreensão da participação no TBC.

CONCLUSÕES

Importante destacar que, embora quatro das cinco comunidades analisadas apresentem aspectos convergentes com a perspectiva *bottom-up*, sendo caracterizadas como participação espontânea, é preciso considerar as relações informais dentro da própria comunidade. A hierarquização e ausência de espaços de participação democráticos, que de fato possibilite a expressão e interesses coletivos, devem ser analisadas e consideradas.

Assim, enquanto as tipologias de Bordenave (1994) e Tosun (2000) concentram-se na análise do tipo de participação referente ao processo de tomada de decisões, para analisar experiências turísticas de base comunitária torna-se necessário incorporar aspectos das organizações informais entre os membros e suas particularidades em relação à tomada de decisão e organização social.

Acredita-se que os resultados apontados nesta pesquisa poderão beneficiar não apenas as comunidades pesquisadas, mas, também, pesquisadores e gestores públicos, no tocante a aspectos relacionados ao planejamento e direcionamento de ações voltadas para a participação em comunidades que atuam com o TBC.

Ressalta-se ainda que este artigo é uma análise preliminar dos direcionamentos aqui definidos, visando estabelecer um ponto de partida às pesquisas relacionadas ao assunto. Além disso, considerando que o campo de estudo investigado ainda está em processo de amadurecimento, entende-se que há um campo vasto a ser explorado e conhecido, para melhor entender os contextos da participação em TBC, visando ampliar esse campo de conhecimento.

Os resultados aqui apresentados trazem uma expectativa ante o crescimento do turismo de base comunitária como uma atividade com perspectivas de um turismo menos danoso à comunidade executora e aos interessados e afetados pela atividade turística. Isso permite apostar-se em avanços significativos em novos casos de sucesso, novos estudos acadêmicos, novos esforços governamentais, melhor compreensão por parte do trade turístico sobre a dinâmica de atuação do TBC e, principalmente, de um comportamento de um visitante coerente com essa forma de fazer o turismo.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, L. M. Participação sociopolítica no planejamento turístico. *Turismo: visão e ação*. v. 8, n. 1, p. 153-164, 2006.
- ARNSTEIN, S. R. A ladder of citizen participation. *Journal of the American Institute of Planners*. v. 35, n. 4, p. 216-224, 1969.
- ASKER, S. et al. *Effective Community Based Tourism: A best practice manual*. APEC Tourism Working Group, Institute for Sustainable Futures. University of Technology Sydney, Maio 2010. 159 p.
- BARBOSA, A. L. Relações organizacionais para o desenvolvimento regional do turismo. In: BENI, M. C. (Org.). *Turismo – Planejamento Estratégico e Capacidade de Gestão – Desenvolvimento Regional, Rede de Produção e Clusters*. São Paulo: Manole, 2012.
- BORDENAVE, J. E. D. *O que é participação*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Chamada Pública MTur n. 001/2008: apoio às iniciativas de turismo de base comunitária. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.
- DEMO, P. *Participação é conquista*. São Paulo: Cortez, 1988.
- FABRINO, N. H.; COSTA, H. A.; NASCIMENTO, E. P. do. Turismo de Base Comunitária (TBC): elementos-chaves para aferir seu desempenho na perspectiva da sustentabilidade. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, v. 5, n. 3, p. 546-559, 2012.

FRANÇA, M. C.; PASTOR, M. A Participação Popular em Tempos Neoliberais: desafios para sua efetivação. In: IV Jornada Internacional de Políticas Públicas. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão. 9 p.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed., São Paulo: Atlas, 2010.

GOODWIN, H.; SANTILLI, R. Community-Based Tourism: a success? ICRT Occasional Paper 11. 2009, p. 1-37. Disponível em: <<http://www.icrtourism.org/documents/OP11merged.pdf>>.

HWANG, D. Influence of Social Capital on Community-Based Action in Tourism Development: A study of social networks analysis. Tese. Doctor of Philosophy in Recreation, Sport and Tourism. University of Illinois. 2012. 267 p.

IORIO, M.; WALL, G. Behind the masks: Tourism and community in Sardinia. *Tourism Management*. v. 33, n. 6, p. 1440-1449, 2012.

KLIKSBERG, B. Seis teses não convencionais sobre participação. *Revista de Administração Pública/FGV*. Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 7-37. mai/jun. 1999

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 10, n. spe. p. 37-45, 2007.

MENDONÇA, T. C. M.; IRVING, M. A. Turismo de base comunitária: a participação como prática no desenvolvimento de projetos turísticos no Brasil – Prainha do Canto Verde, Beberibe (CE). *Caderno Virtual de Turismo*. v. 4, n. 4, p. 12-22, 2004.

MERRIAM, S. *Qualitative research: a guide to design and implementation*. San Francisco: jossey-bass, 2009.

PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

STAKE, R. Case Studies. In: DENZIN, N.; LINCOLN, T. *Handbook of Qualitative Research*. London: Sage, 2005.

THAMMAJINDA, R. Community participation and social capital in tourism planning and management in a Thai context. Tese. Doctor of Philosophy. Lincoln University, 2013. 315 p.

TOLKACH, D. et al. An Attribute-Based Approach to Classifying Community-Based Tourism Networks. *Tourism Planning & Development*, v. 10, n. 3, p. 319-337, 2013.

TOSUN, C. Limits to community participation in the tourism development process in developing countries. *Tourism Management*, v. 21, p. 613-633, 2000.

_____. Stages in the emergence of participatory tourism development approach in the developing world. *Geoforum*, v. 36. n. 3, p. 333-352, 2005.

_____. Expected nature of community participation in tourism development. *Tourism Management*, v. 27, p. 493-504, 2006.

UNCTAD/WTO. Módulo de Treinamento para o Sucesso do Turismo Baseado na Comunidade – TBC no Âmbito do PRPE – Programa de Redução da Pobreza através da Exportação. International Trade Center – ITC. 96p. 2005.

VAN BREUGEL, L. Community-based tourism: Local participation and perceived impacts – A comparative study between two communities in Thailand. Dissertação. Master Social and Cultural Science. Radboud University of Nijmegen. 2013. 83 p.

VASCONCELLOS, A. P. R. de; CRUZ JÚNIOR, J. B. da; A participação como instrumento da modernização organizacional. Revista de Ciências da Administração. Ano 2. n. 03. abril 2000. p. 17-28.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? Caderno Virtual de Turismo, v. 8, n. 2, 2008.



Inserção das iniciativas de base comunitária no desenvolvimento do turismo em parques nacionais

Integration of community-based initiatives in tourism development in national parks

Integración de las iniciativas basadas en la comunidad en el desarrollo del turismo en los parques nacionales

<http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1202>

Eloise Silveira Botelho < eloise.botelho@unirio.br >

Professora Assistente do Departamento de Turismo e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Unirio, Brasil

Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues < camirural@gmail.com >

Professora Adjunta do Departamento de Administração e Turismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ, Brasil

CRONOLOGIA DO PROCESSO EDITORIAL

Recebimento do artigo: 17-nov-2015

Aceite: 01-ago-2016

FORMATO PARA CITAÇÃO DESTE ARTIGO

BOTELHO, E. S.; RODRIGUES, C. G. O. Inserção das iniciativas de base comunitária no desenvolvimento do turismo em parques nacionais. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 280-295, ago. 2016.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO



RESUMO

Considerando a perspectiva de fortalecimento das iniciativas de turismo de base comunitária no Brasil, sobretudo a partir de sua articulação em rede, torna-se necessário refletir sobre os efeitos dessa forma de organização do turismo à luz dos compromissos assumidos no âmbito da Convenção da Diversidade Biológica e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Este artigo visa analisar e problematizar a inserção dessas iniciativas no desenvolvimento do turismo em parques nacionais. A pesquisa é de cunho exploratório, realizada a partir de análise de referencial bibliográfico e de dados secundários, com ênfase em documentos de políticas públicas nas áreas de conservação da natureza e turismo. A análise indica que a oferta de serviços, na perspectiva do turismo de base comunitária, ainda é incipiente nos parques nacionais, sobretudo no que diz respeito à utilização de diferentes arranjos para a sua formalização. Nesse sentido, destaca-se o potencial das iniciativas de turismo de base comunitária em contribuir para o alcance de um dos principais objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza relacionado à promoção do desenvolvimento, em bases sustentáveis.

Palavras-chave: Turismo de base comunitária. Parque nacional. Parcerias. Concessões.

ABSTRACT

Considering the strengthening perspective of community-based tourism initiatives in Brazil, especially after their establishment as a network, it is necessary to reflect on the effects of this form of tourism organization considering the Convention on Biological Diversity and Sustainable Development Goals. This article aims to analyze and discuss the inclusion of these initiatives in tourism development in national parks. The research is exploratory, based on a survey and analysis of bibliographic references and secondary data, with emphasis on policy documents in the fields of nature conservancy and tourism. The results indicate that the provision of tourism services regarding community-based initiatives is still incipient in national parks, especially considering the use of different arrangements for the regularization of these services. Therefore, this work stresses the potential of community-based tourism initiatives to contribute to achieve one of the main objectives of the National System of Protected Areas, i.e., to promote development on a sustainable basis.

Keywords: Community based tourism. National park. Partnerships. Concessions.

RESUMEN

Teniendo en cuenta la perspectiva de fortalecimiento de las iniciativas de turismo comunitario en Brasil, sobre todo desde una articulación en red, es necesario pensar sobre el efectos de esta forma de organización de turismo a partir de los compromisos de la Convención de la Diversidad Biológica y del Objetivos de Desarrollo Sostenible. Este texto tiene como objetivo analizar y discutir la inclusión de estas iniciativas en el desarrollo del turismo en los parques nacionales. La investigación es exploratoria, a partir del análisis de referencias bibliográficas y datos secundarios, con énfasis en los documentos de política en materia de conservación de la naturaleza y el turismo. Los resultados indican que la prestación de servicios turísticos, en vista del modelo de turismo comunitario, es aún incipiente en los parques nacionales, especialmente en relación con el uso de diferentes formatos para su formalización. En este sentido, se destaca el potencial de las iniciativas de turismo comunitario para contribuir a la consecución de uno de los principales objetivos del Sistema Nacional de Areas Protegidas relacionado a promover el desarrollo sobre una base sostenible.

Palabras clave: Turismo comunitario. Parque Nacional. Parcerias. Concesiones.

INTRODUÇÃO

O protagonismo das populações locais no desenvolvimento do turismo, o fortalecimento da organização cultural, a distribuição equitativa dos benefícios socioeconômicos associados ao turismo são alguns pressupostos do Turismo de Base Comunitária. As iniciativas de turismo de base comunitária têm se expandido e consolidado por meio da formação de redes, do estabelecimento de arranjos institucionais e do apoio de políticas públicas em todo o mundo e, também, no Brasil (BURSZTYN; SAN SOLO, 2010; MTAPURI; GIAMPICCOLI, 2014).

Em pesquisa que buscou compreender o cenário do TBC no Brasil, Bursztyn e Sansolo (2010) analisaram as características e especificidades de algumas iniciativas. Entre os aspectos analisados¹, os autores apontam que 54% dos projetos apoiados são realizados no interior ou no entorno de Unidades de Conservação, o que revela a necessidade de se compreender melhor como as iniciativas de turismo de base comunitária se desenvolvem nessas áreas, bem como que tipo de arranjos institucionais são estabelecidos para tal.

As Unidades de Conservação (UC), instituídas pela Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), constituem uma das mais importantes estratégias de proteção da biodiversidade, além de cumprirem inúmeras funções, por exemplo, espaços potenciais para recreação, lazer e turismo em contato com a natureza (LEUZINGER, 2010). Entre as 12 diferentes categorias de manejo, o parque nacional constitui um campo interessante para estudos e pesquisas sobre os arranjos institucionais entre a gestão pública e as iniciativas de turismo de base comunitária. Isso porque a categoria parque nacional, diferentemente das demais, tem como fundamento de origem, além da finalidade de proteção da biodiversidade e da beleza cênica da paisagem, o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação e turismo em contato com a natureza.

De acordo com o ICMBio, até junho de 2016 existiam 72 parques nacionais no País, sendo que, destes, apenas 33 estão oficialmente abertos à visitação (ICMBIO, 2016), o que ilustra as oportunidades de visitação que ainda podem ser desenvolvidas.

Nos últimos dez anos, o poder público federal iniciou uma série de ações com o intuito de melhorar a qualidade da experiência turística nos parques nacionais e, assim, promover a visitação nessas áreas (RODRIGUES, 2009). Porém, nas ações de incentivo a investimentos em serviços e aumento da visitação nos parques nacionais, o poder público federal, por meio do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente responsável por executar a política nacional de Unidades de Conservação, ainda não apresentou um programa que busque fortalecer a inserção de micro e pequenos empreendimentos, que prestam serviços turísticos em escala de investimentos e demanda inferiores, se comparados aos atuais empreendimentos instalados nos parques nacionais com visitação expressiva, como os Parques Nacionais de Iguaçu e da Tijuca.

O atual modelo de parcerias que vem sendo incentivado pelos órgãos gestores de áreas protegidas tem privilegiado os arranjos associados a investimentos de larga escala e contratos de longo prazo, como as concessões de uso privativo de bem público e, mais recentemente, no caso das parcerias público-privadas,

¹ Os aspectos analisados foram: foco dos projetos; localização geográfica; relação com áreas protegidas e comunidades tradicionais; origem da operação turística; tipos de propriedade e formas de gestão dos empreendimentos; atividades de planejamento participativo (BURSZTYN; SAN SOLO, 2010).

por meio da Lei n. 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Essas iniciativas são comumente defendidas pelos órgãos gestores e, também, pela iniciativa privada, como oportunidades para a geração de emprego e renda para as comunidades locais. Contudo, é necessário qualificar a inserção de mão de obra local em termos da melhoria de qualidade de vida e da possibilidade de fortalecimento de iniciativas protagonizadas pelas comunidades locais ou mesmo em associação com empreendedores externos, desde que “situados” ao contexto socioeconômico local (ZAOUAL, 2008).

Diante da oportunidade de articulação das iniciativas em rede para o fortalecimento do turismo de base comunitária e, verificando que uma considerável parcela dessas iniciativas estão situadas no interior ou entorno de unidades de conservação, especialmente parques nacionais, questiona-se: qual é o cenário para o estabelecimento de parcerias entre o poder público e iniciativas de base comunitárias para o desenvolvimento do turismo? Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo problematizar a inserção das iniciativas de turismo de base comunitária na prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais, com ênfase nos efeitos socioeconômicos associados ao desenvolvimento do turismo nessas áreas. Este trabalho contempla os resultados preliminares de pesquisas científicas em desenvolvimento pelas autoras e reflexões a partir de observações e análises sobre as políticas públicas de turismo em parques nacionais.

O trabalho está dividido em três partes, além desta introdução: primeiramente discute-se a relação entre áreas protegidas e turismo, buscando compreender as principais questões que permeiam as políticas públicas relacionadas à promoção da visitação em parques nacionais; posteriormente, é apresentado um quadro da situação atual da prestação de serviços nos parques nacionais para subsidiar uma análise crítica sobre as possibilidades de inserção das populações locais; e, por fim, será apresentada uma discussão sobre as premissas do turismo de base comunitária, evidenciando a sua importância no desenvolvimento do turismo em parques nacionais.

Espera-se que este trabalho possa incitar o debate sobre o tema e, também, contribuir com reflexões iniciais para a criação de estratégias para a inserção e para o fortalecimento das iniciativas que promovam os empreendimentos de turismo de base comunitária em parques nacionais.

Apontamentos sobre o desenvolvimento do turismo nos Parques Nacionais

A criação e o estabelecimento de áreas protegidas constituem uma das mais antigas estratégias da sociedade moderna para a proteção de fragmentos da biodiversidade, adotada como modelo em todo o mundo, em decorrência da busca por soluções para a crise civilizatória (QUINTAS, 2008; LEUZINGER, 2010). A partir da década de 1970, a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu diversas conferências e acordos internacionais para que os países-membros assumissem compromissos com a redução da pobreza e das desigualdades sociais em associação para a conservação da biodiversidade.

Entre os diversos acordos, a Convenção da Diversidade Biológica (CDB) é um marco internacional relevante, pois nesse documento, assinado no âmbito da Rio-92, foi estabelecido que os países signatários deveriam desenvolver sistemas de proteção e uso sustentável da biodiversidade, considerando os interesses das populações envolvidas. A partir de então, há um movimento internacional para a expansão das áreas protegidas em todo o mundo a fim de atender aos compromissos dessa Convenção.

Na perspectiva de atender a essa demanda, em 2010, foram lançadas as Metas de Aichi para a Biodiversidade, propostas no âmbito do processo de elaboração do Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020

da ONU. Nesse documento, os países signatários da Convenção da Diversidade Biológica se comprometeram a atingir, até 2020, vinte metas com o fim de interromper o processo de degradação e de promover o uso sustentável do patrimônio natural em âmbito mundial (MMA, 2015). Segundo dados da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), apesar da ampliação do número e extensão de áreas protegidas nos últimos anos, o quadro ainda é insuficiente para o atendimento das metas estabelecidas. Esses dados revelam que, se a criação de áreas protegidas tem sido a principal estratégia global de proteção da natureza, existe, ainda, um grande desafio em relação à sua administração e implementação, considerando a complexidade inerente à gestão de conflitos, especificidades regionais, e diversos interesses dos interlocutores envolvidos nesse processo. Isso indica que é fundamental que as políticas públicas sejam direcionadas para a gestão social da biodiversidade, “uma vez que não se pode negligenciar a relação entre natureza e cultura (...)” (IRVING *et al.*, 2013, p. 29-30).

Para Irving *et al.* (2013), as diretrizes da CDB, ao orientarem sobre a necessidade de se promover a distribuição justa e equitativa de benefícios provenientes do uso dos recursos naturais, reconhecem, em âmbito mundial, “o valor econômico, ecológico, genético, social, científico, educacional, cultural, recreativo e estético da natureza” (2013, p. 25).

Também como fruto dos acordos e das demandas pós Rio+20, iniciou-se um debate internacional entre os Estados-membros das Nações Unidas a respeito da construção de objetivos e metas comuns, ampliando a experiência dos “Objetivos do Milênio” para os “Objetivos do Desenvolvimento Sustentável” (ODS), instituídos em setembro de 2015. Foram definidos 17 objetivos, entre os quais destacamos no contexto deste artigo: erradicação da pobreza; emprego digno e crescimento econômico; consumo e produção responsáveis. Esses objetivos foram apresentados na “Agenda 2030”, que corresponde a um conjunto de programas, ações e diretrizes que orientarão os países-membros rumo à sustentabilidade (PNUD, 2016).

Mas apesar dos esforços dos acordos internacionais e nacionais em promover a conservação e utilização sustentável da biodiversidade, os resultados ainda são tímidos diante dos dados sobre aumento da destruição dos recursos naturais e do processo de aquecimento global, bem como dos dados referentes às desigualdades no processo de distribuição e acesso aos recursos para a maioria da população (QUINTAS, 2008). Diante desse quadro, torna-se necessário buscar novas propostas capazes de fomentar a distribuição, de forma justa e igualitária, dos benefícios decorrentes de processos econômicos em associação à proteção da natureza. Nesse cenário, as atividades relacionadas ao turismo têm sido consideradas um caminho possível.

Segundo Hvenegaard, Halpenny e McCool (2012), o turismo pode contribuir em diversas direções: as visitas a áreas protegidas podem colaborar para que a sociedade perceba a importância da biodiversidade, e os impactos no meio físico-natural podem ser controlados dentro dos limites ecológicos; além disso, o turismo pode promover a distribuição justa e equitativa dos benefícios econômicos advindos da comercialização de serviços e de produtos da biodiversidade. Snyman (2012), ao examinar o caso de seis parques no continente africano, reforça esses argumentos ao afirmar que o turismo em áreas protegidas constitui uma alternativa viável para o uso sustentável do território, contribuindo para a redução da pobreza e estimulando o desenvolvimento socioeconômico, a partir da geração de emprego, tendo a educação um papel central nesse processo.

Mas que tipo de experiências, atividades e usos turísticos são mais apropriados para serem implementados nas áreas protegidas? E que fundamentos teóricos podem embasar as estratégias de planejamento e gestão a fim de garantir a proteção da biodiversidade e a distribuição equitativa dos benefícios advindos

do desenvolvimento do turismo? Em uma leitura crítica desse cenário, é preciso reconhecer que, ainda que o turismo em áreas protegidas potencialize os benefícios sociais, econômicos e culturais, na perspectiva do mercado, essa atividade constitui um processo de produção e consumo da natureza que se reproduz segundo a lógica capitalista, e que tende a reforçar assimetrias na estrutura social e gerando impactos no meio físico-natural (BOTELHO; MACIEL, 2014). Sendo assim, no processo de composição e estabelecimento de ações que visam ao desenvolvimento do turismo em áreas protegidas, a inserção dos diversos atores sociais envolvidos é fundamental, no sentido de garantir o acesso e o uso indireto dos recursos naturais de forma justa e equitativa.

As áreas protegidas com fins de proteção da biodiversidade estão presentes em todo o mundo e há um exponencial crescimento do interesse pela visitação e uso público (HVENEGAARD; HALPENNY; MCCOOL, 2012). A categoria de manejo mais numerosa são os parques nacionais, modelo criado e instituído sob as bases legais e teóricas. O primeiro Parque Nacional criado no mundo foi o *Yellowstone National Park*, em 1872, nos Estados Unidos da América. Já na segunda metade do século XIX, Canadá, Nova Zelândia, África do Sul e Austrália instituíram parques, seguidos pelos países da América do Sul: Argentina (1903), Chile (1926) e, posteriormente, o Brasil (BOTELHO, 2009). O modelo “parque nacional” tem como objetivo preservar espaços com atributos ecológicos importantes, sendo incentivada a apreciação da riqueza natural e estética da paisagem, não sendo permitida a residência de pessoas em seu interior (KINKER, 2002; DIEGUES, 2004).

No Brasil, a criação de parques nacionais iniciou-se em 1937, com a instituição do Parque Nacional de Itatiaia. Diegues (2004) salienta que o processo de criação de áreas protegidas, até a década de 1990, ocorreu “de cima para baixo”, frequentemente sem consulta às populações locais, com imposição a estas de restrições com relação ao uso dos recursos naturais, atingindo, mais diretamente, as populações que vivem no interior ou entorno dessas áreas.

Os conflitos gerados a partir desse modelo de parques têm motivado a mudança de diretriz nas políticas públicas de proteção da natureza, que tem se aproximado de uma proposta mais dialógica com as populações do entorno, a partir de uma perspectiva de integração regional do processo de desenvolvimento socioeconômico (KINKER, 2002; RODRIGUES, 2009). Isso se deve, sobretudo, à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc), cujos objetivos destaca-se, no contexto deste trabalho: promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; e favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação e o turismo em contato com a natureza.

O Snuc é formado pelo conjunto de unidades de conservação, administradas pelas três esferas de governo (federal, estadual e municipal), e composto por 12 categorias de manejo, divididas em dois grupos (Proteção Integral e Uso Sustentável). As unidades de conservação brasileiras têm, assim, objetivos e formas de proteção e de uso variados, o que permitem a proteção de amostras significativas da biodiversidade e o uso controlado dos recursos naturais. No âmbito do Snuc, os parques nacionais, foco das reflexões deste artigo, constituem unidades de conservação do grupo de proteção integral, e tem por objetivo principal a proteção da biodiversidade, associado a atividades de lazer, turismo e interpretação ambiental, além de atividades de educação e pesquisa.

Em âmbito federal, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) administra 72 parques nacionais, que receberam, em 2015, aproximadamente, 7 milhões de pessoas. (ICMBIO, 2016). Esse cenário representa uma oportunidade que ainda pode ser mais bem aproveitada para o uso público, com rebatimento também na economia local por meio da oferta de serviços de apoio ao turismo.

Para que os parques nacionais cumpram com os objetivos de visitação, é necessário o estabelecimento de infraestrutura e serviços específicos para atender à demanda de visitantes. Esses investimentos podem ser fornecidos diretamente pelo Estado, ou indiretamente, quando este delega a entes privados o uso e exploração do espaço público, por meio de diferentes instrumentos jurídicos (RODRIGUES; GODOY; 2013).

A partir da década de 1990, inicia-se, no âmbito das políticas públicas de proteção da natureza, uma mudança nessa perspectiva de gestão, em que a visitação em parques nacionais passa a ser incentivada, e são implementados diversos equipamentos, infraestrutura e serviços por meio da delegação a terceiros (RODRIGUES, 2009). Em 2000, a Lei do Snuc estabelece a base legal que ampara a delegação de bens e serviços em Unidades de Conservação a terceiros e determina que a exploração comercial de produtos ou serviços obtidos a partir dos recursos naturais, cênicos ou culturais, destinados às atividades de visitação, depende de prévia autorização e está sujeita a pagamento (BRASIL, 2000).

A exploração de bens e serviços por terceiros justifica-se também pela constatação de que a administração pública enfrenta problemas estruturais em relação à sua atividade-fim (manejo e proteção da biodiversidade) e encontra desafios ainda maiores para a gestão de atividades-meio, como a visitação. As atividades vinculadas à visitação passam a ser entendidas, pelo Estado, como fontes potenciais para arrecadação de recursos financeiros, capazes de apoiar a manutenção dos parques nacionais, associado a uma atividade com baixo impacto natural (ROCKSTAECHEL, 2006; RODRIGUES, 2009). Assim, por meio de instrumentos jurídicos adequados, é possível que os parques nacionais tenham melhores condições estruturais de visitação, e possam oferecer uma variedade de serviços aos visitantes, de acordo com a peculiaridade de cada parque nacional, tais como: serviços de hospedagem, como abrigos e camping; serviços de alimentação, como restaurantes e lanchonetes; serviços de transporte e acesso, tais como transporte turístico; passeios diversos; condução de visitantes, entre outros. Cumpre destacar que o recorte deste artigo evidencia os serviços prestados no interior dos parques nacionais, porém, com o entendimento de que essa dinâmica exerce efeitos multiplicadores no entorno dessas áreas.

Nesse contexto, o fortalecimento dos arranjos que consolidem micro e pequenos empreendimentos liderados por iniciativas locais, na perspectiva do turismo de base comunitária, é um campo fértil para o debate sobre uma nova forma de organização na prestação de serviços turísticos em parques nacionais e em suas respectivas áreas de influência.

A prestação de serviços de apoio ao turismo em parques nacionais: problematizando a inserção das iniciativas de base comunitária

A parceria entre as instituições pública e privada para a prestação de serviços de apoio à visitação pode ser formalizada por diferentes instrumentos: concessão, permissão, autorização, parcerias público-privadas, termo de parceria com Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). A escolha do modelo a ser adotado em cada parque depende de inúmeros aspectos, entre os quais, destacam-se: envergadura econômica do serviço e/ou empreendimento, necessidade de investimentos em infraestrutura, número total de usuários, originalidade do tipo de serviço na área e oferta do serviço em escala regional (RODRIGUES; GODOY, 2013). Além desses aspectos, a participação das iniciativas locais em cada um dos formatos possíveis requer um planejamento inicial, por parte das instituições responsáveis pela gestão das áreas protegidas, que considere o contexto socioeconômico, o perfil das iniciativas, as potencialidades e os desafios da oferta local. Esses aspectos são relevantes no processo de delegação dos serviços, pois podem promover a inserção qualificada e autônoma das iniciativas locais.

Com o objetivo de compreender a situação atual das parcerias nos parques nacionais, foi realizado um levantamento na Coordenação-Geral de Uso Público e Negócios/ICMBio dos serviços formalizados por meio dos instrumentos de concessão, permissão e autorização. Os Quadros 1, 2 e 3 apresentam os serviços formalmente autorizados e registrados na coordenação.

Quadro 1 – Serviços de apoio ao turismo na modalidade Concessão

Parque	Serviço	Número de contratos
1. Iguaçu (PR)	Lojas, lanchonetes, restaurantes, estacionamento, cobrança e controle de ingresso, passeio de barco, transporte interno, centro de visitantes, voo panorâmico, rapel, canoagem, ciclismo.	- Cataratas do Iguaçu S/A - Helisul Táxi Aéreo - Escalada Canyon Iguaçu - Macuco Ecoaventura Turismo - Ilha do Sol Agência de Viagem e Turismo Total: 05 pessoas jurídicas.
2. Tijuca (RJ)	Transporte interno (rodoviário e ferroviário), estacionamento, cobrança e controle de ingresso, lanchonete, centro de visitantes, loja, café.	- Consórcio Paineiras-Corcovado - Consórcio Esfeco-Cataratas do Iguaçu S/A Total: 02 pessoas jurídicas.
3. Fernando de Noronha (PE)	Cobrança e controle de ingresso, manutenção de trilhas e dos postos de informação.	- Econoronha/Cataratas do Iguaçu S/A Total: 01 pessoa jurídica.
4. Serra dos Órgãos (RJ)	Cobrança e controle de ingresso, estacionamento, camping, abrigo de montanha.	- Hope Recursos Humanos Ltda. Total: 01 pessoa jurídica.

Fonte: Elaboração própria. Adaptado de Coordenação-Geral de Uso Público e Negócios/ICMBio – 2015

Quadro 2 – Serviços de apoio ao turismo na modalidade Permissão

Parque	Serviço	Número de contratos
1. Brasília (DF)	Lanchonete	Total: 01 pessoa jurídica

Fonte: Elaboração própria. Adaptado de Coordenação-Geral de Uso Público e Negócios/ICMBio – 2015

Quadro 3 – Serviços de apoio ao turismo na modalidade Autorização

Parque	Serviço	Número de contratos
1. Lençóis Maranhenses (MA)	Condução de visitantes	250
	Passeio em 4x4	200
2. Serra dos Órgãos (RJ)	Condução de visitantes	31
3. Marinho Fernando de Noronha (PE)	Condução de visitantes	205
	Mergulho	3
	Foto e filmagem subaquática	4

Parque	Serviço	Número de contratos
4. Restinga de Jurubatiba (RJ)	Condução de visitantes	40
	Passeio de barco	2
	Passeio em 4x4	3
5. Abrolhos (BA)	Visitação embarcada, mergulho livre e mergulho autônomo	Processo de autorização em andamento
6. Chapada dos Veadeiros (GO)	Condução de visitantes	50
7. Itatiaia (RJ/MG)	Condução de visitantes	29
8. Serra da Canastra (MG)	Condução de visitantes a pé em trilhas e transporte de visitantes	Processo inicial de cadastramento
9. Ubajara (CE)	Condução de visitantes	Processo inicial de cadastramento de 14 condutores
10. Chapada dos Guimarães (MT)	Condução de visitantes	84
11. Ilha Grande (MS, PR)	Atividades náuticas de lazer.	1 empreendimento autorizado
12. Chapada dos Veadeiros	Canionismo	1

Fonte: Elaboração própria. Adaptado de Coordenação-Geral de Uso Público e Negócios/ICMBio – 2016

A partir dos dados apresentados nos quadros acima é possível verificar que as concessões para empresas estão presentes em parques nacionais com fluxo de visitação² e atratividade relevante no contexto nacional e internacional (especialmente Tijuca e Iguaçu). Os parques nacionais localizados em regiões menos populosas apresentam um maior número de autorização de serviços, em sua maioria para condutores de visitantes. Esse é um exemplo típico da “janela de oportunidade” vinculada ao turismo que tem motivado o aumento do número de associações e de cooperativas de condutores de visitantes e de prestadores de serviços de pequeno porte, como o caso dos passeios de veículos 4x4 no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Assim, em vez de usar diretamente os recursos naturais do parque, a população local é estimulada pelos gestores dos parques nacionais a buscar alternativas de uso indireto da área, como a prestação de serviços de apoio à visitação.

Os efeitos econômicos positivos da visitação são argumentos utilizados pelas instituições responsáveis pela criação dos parques nacionais que tentam “compensar” a perda por parte das populações locais relacionada às atividades tradicionais praticadas no local. Contudo, a geração de emprego e de renda como forma de assegurar a melhoria da qualidade de vida das populações locais deve ser relativizada, principalmente em situações como a destacada por Kramer (2002) no caso dos albergues de caça da África do Sul:

O lado positivo é que a condição lucrativa do empreendimento leva à criação de postos de trabalho bem pagos e duradouros, que beneficiam moradores locais. Por outro lado, os residentes da área estão mais frequentemente resignados a ser empregados de reservas privadas do que a abrir seus próprios negócios. Mesmo quando os proprietários são nativos do país, eles frequentemente pertencem a uma minoria comparativamente rica e branca (KRAMER, 2002, p. 377).

Outro exemplo que reforça a atuação “instrumental” dos locais no desenvolvimento do turismo é o caso descrito por Terborgh e Peres (2002) no Parque Nacional Canaima, na Venezuela. O turismo se

² Os parques nacionais que compõem o ranking dos 10 mais visitados são: Tijuca (3.113.913); Iguaçu (1.550.607); Jericoacoara (400.400); Brasília (229.119); Serra dos Órgãos (217.764); Chapada dos Guimarães (135.090); Itatiaia (117.974); São Joaquim (87.650); Serra da Bocaina (84.666) (ICMBio, 2015).

tornou a principal atividade da população indígena local, os Pemon. Os homens trabalham na “indústria de turismo” e as mulheres produzem artesanato para os turistas. A caça e a agricultura deixaram de ser as suas principais atividades: “os concessionários logo descobriram que os integrantes da tribo local eram trabalhadores bons e confiáveis e estavam prontos a aceitar empregos como pilotos de barcos, cozinheiros, guias e mecânicos (...). Efetivamente, eles agem como concessionários” (TERBORGH; PERES, 2002, p. 342).

O modelo de desenvolvimento do turismo que vem sendo replicado em muitos destinos deixa transparecer uma relação de dependência das populações locais ante os empreendedores externos. Nesses casos, a população local compõe a maior parte da mão de obra dos empreendimentos, mas recebe uma quantia desproporcional dos rendimentos advindos do turismo. Uma pesquisa realizada com 20 concessões na região do Delta de Okavango, na África, constatou que os cidadãos de Botswana representam 90,6% da mão de obra desses empreendimentos, mas captam apenas 58,3% dos rendimentos alcançados. As mulheres estariam em “dupla desvantagem”, pois apesar de representarem mais de 50% da mão de obra das concessões, captam apenas 42,2% dos rendimentos (THOMPSON *et al.*, 2014).

Em alguns países do sul da África, os interessados em participar de uma concessão são frequentemente demandados a apresentar um plano de emprego e habilidades para as populações locais. Na Namíbia e na África do Sul, por exemplo, os interessados nas concessões devem descrever o número, as posições (postos de trabalho e ocupação) e as condições-chave para cada serviço envolvido (incluindo os níveis de remuneração) da equipe que será contratada localmente (THOMPSON *et al.*, 2014).

Nesse contexto, o fortalecimento dos arranjos que consolidem micro e pequenos negócios liderados por iniciativas locais é um campo fértil para o debate sobre o modelo de desenvolvimento do turismo que se deseja nos parques nacionais e em suas respectivas áreas de influência.

Algumas iniciativas relacionadas ao turismo de base comunitária, cooperativismo e autogestão, apontam caminhos alternativos para fortalecer as capacidades locais no que tange à autonomia, qualificação e formalização dos empreendimentos de base local.

Santos e Rodríguez (2002) chamam atenção para a viabilidade e o potencial de inúmeras alternativas econômicas formuladas e praticadas em todo o mundo com base em aspectos como igualdade, solidariedade e proteção ao meio ambiente. Essas alternativas são analisadas pelos autores a partir de uma perspectiva denominada por eles de “hermenêutica das emergências”, que interpreta de maneira abrangente a forma como organizações, movimentos e comunidades aderem a alternativas econômicas baseadas em princípios não capitalistas (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p. 26).

A competitividade, característica marcante do capitalismo, surge nesse contexto como uma estratégia de coesão grupal para reforçar as redes locais. Assim, como explica Gorz (2004), é possível empreender iniciativas que surjam dentro do sistema capitalista, mas que facilitem e deem credibilidade a formas de organização econômica e de sociabilidade não capitalistas.

Convém salientar a “hermenêutica das emergências” (SANTOS; RODRÍGUEZ, 2002, p. 26), que potencializa o desenvolvimento local nas áreas de influência dos parques nacionais, com base em iniciativas de autogestão, cooperativismo e organizações de base comunitária. Esses modelos ou formas de gerir a economia, baseados em aspectos como igualdade, solidariedade e proteção ao meio ambiente, propiciam uma combinação que pode favorecer a conservação do parque nacional e o desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis.

Turismo de base comunitária em parques nacionais

O turismo de base comunitária tem sido considerado, no âmbito das políticas públicas, como uma estratégia para a redução da pobreza e para promover impactos sociais e ambientais positivos, com diferentes experiências em diversos países e, também, no Brasil (MTAPURI; GIAMPICCOLI, 2014; BURZSTYN; SAN SOLO; BARTHOLO, 2008). Essa diversidade de experiências reflete, invariavelmente, na interpretação dos casos estudados e nos conceitos traduzidos por pesquisadores (BURSZTYN; SAN SOLO, 2010), sobretudo com relação ao sentido atribuído às categorias “comunidade”, “experiência” e “segmentação de mercado”.

Em estudo sobre as abordagens teóricas sobre “turismo de base comunitária” internacionais e brasileiras, Rezende (2012) afirma que as variadas interpretações deixam transparecer o posicionamento político-ideológico dos autores. O turismo de base comunitária pode ser interpretado a partir de diferentes abordagens: a concepção de turismo responsável e código de ética; turismo de base “*pro poor*”; o protagonismo e a participação social das comunidades receptoras; o sentido de pertencimento, a identidade e o intercâmbio cultural; a abordagem empresarial; e, também, a interpretação do turismo de base comunitária como alternativa de organização social do turismo, em contraponto ao turismo caracterizado como “convencional”. No presente artigo, duas abordagens centrais serão adotadas, uma vez que estas se complementam: a abordagem antropológica-filosófica de Zaoual (2008) e de Bartholo (2009), que fundamentam o entendimento sobre turismo de base comunitária; e a compreensão sobre os serviços turísticos de base comunitária descritos por Mtapuri e Giampiccoli (2014) e Bursztyn (2012).

Para Zaoual (2008), o mercado internacional de viagens tende a privilegiar o “turismo de massa”, por meio da oferta de serviços turísticos homogeneizados, visando ao lucro imediato. Nessa concepção de serviços turísticos, as relações entre visitantes e visitados são permeadas por interesses econômicos e vazias de sentido simbólico. Mas, segundo o autor, esse modelo encontra-se saturado e, atualmente, os turistas desejam estabelecer relações autênticas e ter experiências diversas, estando disponíveis para trocas culturais com os sujeitos do sítio visitado. Isso ocorre, pois, para ele, a sociedade contemporânea vivencia um momento de transição em relação aos valores e ao sentido dado às necessidades, refletindo, invariavelmente, nas atividades turísticas. Sendo assim, é preciso que as concepções que delineiam os serviços (e demais relações mercadológicas) busquem inovações nas iniciativas turísticas, a fim de valorizar a diversidade das práticas econômicas dos sujeitos situados.

É nesse sentido que Zaoual (2008) desenvolve a “Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento”, entendendo o *sítio* como local onde ocorrem trocas simbólicas diversas (de crenças, de conhecimentos, de comportamentos e de práticas sociais) que irão determinar o processo de desenvolvimento econômico. Essa teoria fornece o embasamento teórico para o conceito de “turismo situado” (ZAOUAL, 2008) e, também, fundamenta o entendimento de TBC defendido neste trabalho. Segundo Zaoual (2008), na perspectiva do turismo de base comunitária, visitantes e visitados estão mais disponíveis para dialogar e compartilhar os aspectos culturais e estabelecer interlocuções com o sítio simbólico de pertencimento.

Nessa mesma leitura, Bartholo (2009, p. 45) afirma que, segundo o pensamento heideggeriano, o lugar “*encaminha ao encontro face a face no vigor da proximidade*” (grifo do autor), ou seja, a ideia de encontro tem a ver com o sentido de lugar, que não é metricamente calculado pelo espaço-tempo; é um acontecimento face a face, que *não é passível de planejamento e controle* (grifo nosso). Assim, o “turismo situado de base comunitária” se diferencia do “turismo convencional” por possibilitar uma relação entre visitante-

-visitado permeada pelo diálogo e pelo encontro com a alteridade: “a característica fundamental do turismo de base comunitária é a nítida preponderância dos padrões relacionais interpessoais nos serviços turísticos ali implementados” (BARTHOLO, 2009, p. 51).

Entende-se que, para que os serviços turísticos possam fomentar as relações interpessoais entre visitantes e visitados, é preciso superar o modelo de viagens em que as relações sociais são programadas previamente. Para tanto, é fundamental que turistas e anfitriões sejam críticos com relação às imposições de modelos de serviços “pré-fabricados” que o mercado convencional do turismo exerce no processo de organização e consumo dos serviços. É preciso resgatar o sentido das viagens turísticas, que é o diálogo por meio do encontro com a alteridade.

Nessa perspectiva de planejamento do turismo, em geral, os anfitriões (que são, necessariamente, moradores do local visitado) decidem os serviços que serão oferecidos e são os responsáveis pelo processo de organização e operação, sendo os autores do projeto desde sua concepção até a implementação. Conforme ressalta Bursztyn (2012, p. 71), “a participação social das populações locais em todas as etapas do processo de desenvolvimento turístico se configura como essencial para o sucesso dessas iniciativas”. Conforme destaca o autor, o nível de protagonismo social indica a capacidade do projeto de turismo de base comunitária de atingir seus objetivos e de influenciar em processos de decisão sobre o planejamento e o desenvolvimento local.

Bartholo, Cipolla e Bursztyn (2009) afirmam que os serviços de turismo de base comunitária são desenhados e planejados pelos anfitriões que, de maneira informal³ e colaborativa, e com utilização de recursos próprios e locais, definem os detalhes dos serviços. Nesse processo, os visitantes são convidados a participar de algumas atividades que compõem o cotidiano do anfitrião, de modo que a relação estabelecida com o visitante tende a ser “não anônima”, ou seja, uma “interação face a face”, baseada na troca de conhecimentos, saberes e experiências. Devido ao fato de o planejamento dos serviços terem esse caráter, o resultado tende a proporcionar relações mais espontâneas, personalizadas e, conseqüentemente, mais intensivas entre visitantes e visitados, que é o que define o conceito de “serviço relacional” (CIPOLLA, 2009).

É provável que a explicação para a diversidade de abordagens conceituais e possibilidades de organização das iniciativas de turismo de base comunitária esteja no caráter “não planejável”, não homogeneizante e na espontaneidade das relações sociais proporcionadas pelos serviços. Mesmo considerando essa perspectiva de análise, a caracterização do turismo de base comunitária pode contribuir para a interpretação das formas de organização das iniciativas e projetos nessa perspectiva.

Segundo Mtapuri e Giampiccoli (2014), há uma grande diversidade de formas de organização das iniciativas e de prestação do serviço, podendo variar com relação: ao modo de administração e estruturação (propriedade e gestão do empreendimento); origem (externa à comunidade; ou local no interior da comunidade; ou local, mas fora da comunidade); instituições envolvidas (poder público, empresas privadas, organizações não governamentais, iniciativas comunitárias); apoio e abordagens do desenvolvimento da iniciativa (se “de cima para baixo”, ou se “de baixo para cima”); existência de parcerias e de que tipo (formal ou informalmente estabelecida; envolvendo parceiros internos ou externos); tipo de empreendimento (formal ou informal, segundo a legislação); mercado abrangido (turismo doméstico ou internacional); escala do empreendimento (micro e pequena, ou em expansão) (MTAPURI; GIAMPICCOLI, 2014). Com

3 Quer dizer, sem utilização de técnicas e conhecimentos produzidos a partir da educação formal.

base no exposto, é possível afirmar que existem muitas possibilidades de desenhos de organização das iniciativas de turismo de base comunitária e há uma relevante heterogeneidade dos serviços.

Essas características tendem a constituir um reflexo dos modos de organização social e cultural das comunidades receptoras, sendo, também, elemento fundamental que diferencia os serviços de “base comunitária” do chamado “turismo de massa” ou “turismo convencional”. Além do aspecto relacionado à diversidade cultural e do protagonismo no processo de organização social e prestação de serviços de base comunitária, cabe destacar o caráter econômico dessas iniciativas.

Bursztyn (2012) salienta que, apesar da carência de pesquisas e dados a respeito dos benefícios econômicos gerados pela atividade de turismo de base comunitária, a relação estreita entre os modos de organização das iniciativas e os princípios da economia solidária⁴ evidencia o protagonismo das comunidades no processo de desenvolvimento do turismo e as melhorias na qualidade de vida. Isso porque, segundo Bursztyn, (2012, p. 76), “os empreendimentos turísticos, embora voltados para o mercado, buscam constituir uma economia turística de base associativa e igualitária, na qual a população envolvida é sujeito ativo da produção dos serviços e bens ofertados aos visitantes”. Cabe destacar que o “sucesso” das iniciativas de turismo de base comunitária não pode ser medido pelas receitas geradas, mas, sim, pelo efeito multiplicador que pode exercer em economias locais que possuem outras atividades econômicas, sendo o turismo uma forma complementar de renda. Isso é fundamental quando analisamos a inserção dessas iniciativas como prestadores de serviços em parques nacionais, tendo em vista a necessidade de equilibrar a geração de receitas e a proteção dos recursos naturais.

Diante dos conceitos e características do turismo de base comunitária apresentados neste trabalho, entende-se que os princípios que orientam essas iniciativas podem colaborar para o desenvolvimento do turismo nos parques nacionais: seja pela característica do intercâmbio cultural e possibilidade de troca entre visitantes e anfitriões; seja pela integração da geração de receitas para as comunidades locais e da proteção dos recursos naturais dessas áreas protegidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fortalecimento das iniciativas de turismo de base comunitária em parques nacionais é um tema relevante no contexto atual das políticas públicas, sobretudo em virtude dos compromissos assumidos na Convenção da Diversidade Biológica e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Nesse contexto, o artigo buscou elucidar algumas questões que permeiam o processo de prestação de serviços de apoio ao turismo em parques nacionais, com ênfase nas perspectivas de inserção das iniciativas de base comunitária.

Com base no que foi discutido no trabalho, entende-se que existe um potencial significativo para a inserção das iniciativas de turismo de base comunitária em parques nacionais, pois estas buscam compa-

⁴ De acordo com a definição do Ministério do Trabalho e Emprego, Economia Solidária é um jeito “diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Enquanto na economia convencional existe a separação entre os donos do negócio e os empregados, na economia solidária os próprios trabalhadores também são donos. São eles quem tomam as decisões de como tocar o negócio, dividir o trabalho e repartir os resultados”. Existem cinco princípios básicos da Economia Solidária: cooperação; autogestão; ação econômica; solidariedade (MPE, 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/1QK6rlj>>. Acesso em: 10 out. 2015).

tibilizar a inserção socioeconômica com a proteção dos recursos naturais e a valorização do patrimônio cultural. Contudo, apesar desse potencial, verificou-se que a prestação de serviços de apoio ao turismo nessas áreas, com base nos princípios e características do turismo de base comunitária, ainda é incipiente, sobretudo no que diz respeito à utilização de diferentes arranjos para a formalização dos serviços.

Alguns desafios para fortalecer as iniciativas de base comunitária merecem atenção no planejamento do desenvolvimento do turismo nos parques nacionais: necessidade de qualificação profissional, dificuldade de formalização dos empreendimentos e ausência de recursos financeiros para investimento e para manutenção da oferta básica de serviços.

Nesse sentido, cumpre destacar a importância de projetos de formação e treinamento de gestores de Unidades de Conservação e de lideranças locais para que esses grupos se familiarizem com o processo de formalização dos serviços de apoio ao turismo em parques nacionais e possam acompanhar e monitorar os efeitos ambientais e socioeconômicos dessas iniciativas.

Outro ponto que merece destaque é o estabelecimento de diretrizes e arranjos institucionais para garantir a inserção das iniciativas de base comunitária no desenvolvimento do turismo em parques nacionais. A participação pode se dar de várias formas: individualmente, por meio de uma autorização; em consórcio com outras iniciativas de base comunitária; em parceria com empresas, entre outras.

Por fim, considera-se oportuno destacar o potencial das iniciativas de turismo de base comunitária em contribuir para o alcance de um dos principais objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação relacionado à promoção do desenvolvimento, em bases sustentáveis, nas unidades de conservação e respectivas áreas de influência.

REFERÊNCIAS

BARTHOLO, R. Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária. BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. RJ: Letra e Imagem, 2009.

BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; CIPOLLA, C. Practice of service design for tourism initiative: the quality of interpersonal relationships as a design requirement. *Touchpoint – The Journal of Service Design*, v. 1, p. 94-98, 2009.

BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. RJ: Letra e Imagem, 2009.

BOTELHO, E. S. Conflitos na gestão de parques: o caso do Conselho do Parque Estadual dos Três Picos (RJ). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (Eicos), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

BOTELHO, E. S.; MACIEL, G. G. (2014). A reprodução capitalista do espaço por meio da terceirização de serviços: desvelando as implicações para o lazer dos visitantes das paineiras (Parque Nacional da Tijuca – RJ). Anais do XI Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. 24 a 26 de setembro de 2014 – UECE.

BRASIL. Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000. Disponível em: <<http://bit.ly/1Wl14Di>>. Acesso em: 30 mai. 2015.

BURSZTYN, I. Desatando um nó na rede: sobre um projeto de facilitação do comércio direto do turismo de base comunitária na Amazônia. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, COPPE, UFRJ, Rio de Janeiro: 2012. Orientador: Roberto Bartholo dos Santos Júnior.

BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. G. Cenário para o desenvolvimento do turismo de base comunitária no Brasil. Anais do IV Congresso Latino Americano de Investigacion turistica. CD-ROM, Montevideo (Uruguay), 2010.

CIPOLLA, C. Relational services and conviviality. In: Satu Miettinen (Org.). *Designing Services with Innovative Methods*. Helsinki: TAIK Publications/University of Art and Design Helsinki, 2009, p. 232-243.

DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. 4. ed. São Paulo: Hucitec, Nupaub/Universidade de São Paulo, 2004.

GORZ, A. *As misérias do presente, riqueza do possível*. SP: Annablume, 2004.

HVENEGAARD, G. T.; HALPENNY, E. A.; MCCOOL, S. F. Editorial: protected area tourism and the Aichi Targets. In: *Parks*, v. 18:2, 2012.

ICMBIO. Unidades abertas à visitação (2016). Disponível em: <www.icmbio.gov.br>. Acesso em: jun. 2016.

_____. Coordenação-Geral de Uso Público e Negócios. *Serviços de apoio à visitação e suas modalidades*. 2015.

IRVING, M. A. et al. Parques Nacionais do Rio de Janeiro: paradoxos, contexto e desafios para a gestão social da biodiversidade. In: IRVING, M. A.; CORREA, F. V.; ZARATINNI, A. (Org.). *Parques Nacionais do Rio de Janeiro: desafios para uma gestão social da biodiversidade*. Rio de Janeiro: Folio Digital, Letra e Imagem, 2013.

KINKER, S. *Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais*. SP: Papirus, 2002.

KRAMER, R. et al. O papel do setor privado no estabelecimento e manejo de áreas protegidas. In: THEBORGH, J. et al. (Org.). *Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: Editora UFPR/Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.

LEUZINGER, M. Congresso Brasileiro do Magistério Superior de Direito Ambiental. *Uso público em unidades de conservação*. Anais... Rio de Janeiro: PUC-Rio. 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/1Skypf>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

MTAPURI, O.; GIAMPICCOLI, A. Towards a comprehensive model of community based tourism development. *South African Geographical Journal*. 2014.

PNUD. *Objetivos do Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/ods.aspx>>. Acesso em: abr. 2016.

QUINTAS, J. S. Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. LOUREIRO, C. F.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO R. S. (Org.). *Repensar a educação ambiental: um olhar crítico*, Cortez: São Paulo. 2009.

REZENDE, R. O. Abordagens teóricas sobre turismo comunitário. In: CORIOLANO, L. N. (Org.). Turismo, território e conflitos imobiliários. Fortaleza: Eduece, 2012.

ROCKTAESCHEL, B. M. M. M. Terceirização em Áreas Protegidas – estímulo ao ecoturismo no Brasil. São Paulo: Editora Senac, 2006.

RODRIGUES, A. B. Percalços do planejamento Turístico. In: RODRIGUES, A. B. Turismo e Geografia. São Paulo: Ed. Hucitec, 2001. p. 164-194.

RODRIGUES, C. G. O.; GODOY, L. R. C. Atuação pública e privada na gestão de unidades de conservação: aspectos socioeconômicos da prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 28, p. 75-88, jul-dez, 2013. Editora UFPR.

RODRIGUES, C. G. de O. O uso do público nos parques nacionais: a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade. Tese de Doutorado apresentada ao CDS/UnB. Orientador: José Augusto Drummond. Brasília, 2009.

SANTOS, B. S.; RODRIGUEZ, C. Para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. S. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SECRETARIAT OF THE CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY (2015). Tourism supporting Biodiversity – A Manual on applying the CBD Guidelines on Biodiversity and Tourism Development. Montreal, 56 p.

SNYMAN, S. The impact of land management systems on community attitudes towards tourism and conservation in six South African countries. In: Parks, v. 18:2, 2012.

THEBORGH, J.; PERES, C. V. Por que o mundo necessita de parques? In: THEBORGH, J. et al. (Org.). Tornando os parques eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba: Editora UFPR/Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002.

THOMPSON, A; MASSYN, P. J; PASTORELLI, J. 2014. Tourism Concessions in Protected Natural Areas: guidelines for managers. United Nations Development Programme.

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? Caderno Virtual de Turismo, v. 8, n. 2. 2008.

REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL



EDIÇÃO



PATROCÍNIO

